

ISSN
2595-1092

DUC IN ALTUM

FACULDADE SANTA MARCELINA MURIAÉ/MG - VOL.21 - Nº- 1-2022



Santa Marcelina
FACULDADE MURIAÉ

FACULDADE SANTA MARCELINA

Presidente da Associação Santa Marcelina

Ir. Marinez Rossato

Diretora

Ir. Tânia Aparecida de Souza

Vice-Diretor

Walker Soares Nascimento

Coordenação de Curso

Lucas Esperança da Costa – **Letras**

Myrian Nascimento de Barros – **Análise e Desenvolvimento de Sistemas**

Felipe da Silva Costa – **Ciências Biológicas**

Tiago de Castro Braga – **Geografia e História**

Maryster Nascimento de Barros Ribeiro – **Pedagogia**

Comissão Editorial

Lucas Esperança da Costa – **Letras**

Camila Rodrigues Amaral – **Ciências Biológicas**

Vitória Fernanda Schettini de Andrade – **História**

Kelly Fumian da Silva – **Pedagogia**

Douglas Barbosa Castro – **Ciências Biológicas**

Conselho Editorial

Ana Teresa César Silva – IF Sudeste MG

Érica Marques da Silva – UEMG/FASM

Leonardo Figueiredo Reis de Sá – UENF – UniFSJ - UNIG

Daniela Matins Cunha - IFNMG

Paôla Pinto Cazetta – Rede Doctum

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo – UFV

Leonardo Civale - UFV

Érica Luciana de Souza Silva – IFF

Eduardo Gomes de Oliveira – Colégio Pedro II

Assistente de Editoração

Carlos Eduardo Muniz Soares Rangel

SUMÁRIO

Apresentação

Matemática

1. Utilização de Jogos no Ensino de Matemática – Uma análise qualitativa de Jogos no Ensino da Geometria. (8 -17)

Érica Marques da Silva Santos

Carla de Souza Manhanini

Francielly de Andrade Bento Pedrosa

2. Ensino da Matemática nos anos iniciais: Concepções e práticas pedagógicas aplicadas na aprendizagem. (18-30)

Érica Marques da Silva Santos

Carla de Souza Manhanini

3. Software no ensino da matemática: uso de aplicativo como estratégia de aprendizagem. (31-45)

Daniela Maria da Silva Souza

Érica Marques da Silva Santos

Carla de Souza Manhanini

História

4. “Procure a mulher”: Diálogos entre crônica e micro-história na representação feminina do século XIX por Machado de Assis. (46-55)

Naiara Raimundo Morais

5. Os Guilhemids: a descendência de Willian I David-Toulouse e Martek (Guillaume I David-Toulouse e Martel – São Guillaume de Gellone) (56-79)

Sérgio Antônio de Paula Almeida

Educação

6. O auxílio das ferramentas de informática durante a graduação (80-87)

Edileuza Marcelo Vieira

Larissa de Freiras Melo

Thalia Nunes Batista

Viviane Gomes Vieira

Natália Cristina

Myrian Aparecida Silva Schettino

Biologia

7. Ocupação antrópica em áreas de mananciais de abastecimento: uma revisão sobre a situação do município de Juiz de Fora – MG (88-114)

Michel do Carmo Arruda
Monica Pertel

Letras

8. Manifestações do bem e do mal: a presença da dualidade bíblica em *O Silmarilion* (115-128)

Lucas Bento da Silva
Rodrigo Ribeiro Mansor

9. O negro norte-americano: narrativas que revelam as marcas da escravidão na atualidade (129-150)

Lara Figueiredo de Oliveira
Ana Paula Rodrigues Gravina de Almeida

10. “Análise do discurso aplicada ao texto literário: uma análise da poesia modernista de Ferreira Goulart (151-160)

Arthur Menezes Correa da Silva
Maria Raquel Guida Cavalieri Rodrigues
Elayne Silva de Souza

11. Análise do discurso jornalístico: um estudo de caso na proposta da revista *Veja* (161-176)

Priscila Medeiros da Silveira Antunes
Elayne Silva de Souza

12. Letramento literário: em busca da felicidade (nem tão) clandestina (177-186)

Juceli da Cruz Carneiro
Thaís Reis de Assis
Valquíria Areal Carrizo

Apresentação

Em um mundo de constante transformação, conhecimento definitivamente nunca é demais. Atualmente impressiona não somente a velocidade com que as estruturas sociais se modificam. Parece que vivemos em uma Era onde as raízes se tornaram líquidas e fatos que antes se notabilizavam pela consistência e longevidade socio-científica atualmente estão a um toque de praticamente desaparecer. A Era Digital tem pressa, por assim dizer. Um parco exemplo: o conhecimento de mundo de uma criança no 5º ano do Ensino Fundamental atualmente poderia facilmente superar todo conhecimento de um Cesar romano. Não que a ciência da Antiguidade Clássica poderia ser considerada obsoleta, a questão está na velocidade de oferta e de alcance das informações. No bom e velho mineirismo de ser, e trocando em miúdos: o saber nos permite ampliar a visão e a compreensão do mundo em que vivemos.

É certo que esta última sentença, acima escrita, venha resumir todo o propósito de uma publicação como a que se apresenta. E se considerando que em mãos, você caro leitor e/ou estudioso, possui um periódico que caminha a largos passos para o universo da tradição, torna-se ainda mais rápida a compreensão de sua importância no mundo do conhecimento científico-social, a todo momento fragmentado por novas descobertas e interpretações múltiplas. Esse fato leva-nos à citação de um magnífico trabalho desenvolvido pelo notável historiador François Dosse e sua analogia da fragmentação da história, em História em Migalhas, onde o universo de pesquisa da ciência histórica se diversificou na tentativa de interpretar as ações humanas, através de suas marcas deixadas no tempo.

Hoje, buscando uma analogia da importância do conhecimento científico aliado à percepção das novas tecnologias digitais e visão ampliada do universo socioeducativo e cultural, a FASM/Muriaé apresenta à comunidade acadêmica e sociedade em geral mais uma edição da Revista DUC in Altum.

Abrimos esta edição trazendo as novas metodologias de ensino, aplicadas ao campo da matemática e geometria. O artigo intitulado **“Utilização de jogos no ensino de matemática – uma análise qualitativa da aplicação de jogos no ensino da Geometria”** das autoras Érica Marques da Silva Santos, Carla de Souza Manhanini e Franciely de Andrade Bento Pedrosa busca contribuir na percepção da importância de metodologias ativas aplicadas no campo do ensino da Geometria. Neste mesmo campo de conhecimento das ciências exatas, Érica Marques da Silva Santos e Carla de Souza Manhanini ampliam a área de discussão do ensino aprendizagem nas ciências exatas no artigo intitulado **“Ensino da matemática nos anos iniciais: Concepções e práticas pedagógicas aplicadas na aprendizagem”**. A substancial contribuição para a área do ensino nas ciências exatas apresenta, por fim o artigo **“Software no ensino da matemática: uso de aplicativo como estratégia de aprendizagem”** das autoras Érica Marques da Silva Santos, Carla de Souza Manhanini e Daniela Maria da Silva Souza.

No universo da fragmentação da ciência histórica e suas novas perspectivas, a professora Naiara Raimundo Morais apresenta o artigo **“Procure a mulher: diálogos entre crônica e micro-história na representação feminina do século XIX por Machado de Assis”**. Um belo artigo mergulhado no campo da literatura e interpretação, visto pelo prisma da micro história.

A ciência historiográfica igualmente proporciona análises nos campos da memória e identidade. É neste universo de estudos, inserido na construção de genealogias que apresentamos nossa contribuição. O artigo **“Os Guilhemids: a descendência de Willian I David-Toulouse e Martel (Guilaume I David Toulou-se e Martel – São Guilaume de Gellone)”** apresenta a linhagem e descendência Guilhemids, uma das mais importantes da historiografia clássica ocidental. Traz o texto, ecos de uma linhagem Ducal nascida da descendência de Gellone, surgida na região de Languedoc (França), reconhecida na historiografia heráldica, cujo ramo familiar se estabeleceu na Itália.

Poucos são os felizardos que nunca precisaram lançar mão da ajuda da informática no seu dia a dia; a laser ou a trabalho, softwares e programas de computação se tornaram praticamente obrigatórios para o bom desenvolvimento de todos os ramos de trabalho na atualidade. Vieira, Edileuza Marcelo Vieira, Larissa de Freitas Melo, Batista, Thalia Nunes Batista, Viviane Gomes Silva e Natália Cristina, orientadas pela professora Myrian Aparecida Silva Schettino apresentam o artigo **“O auxílio das ferramentas de informática durante a graduação”**. O estudo foi realizado com alunos da graduação em Química da UEMG-Ubá. O trabalho apresenta amostragem da importância de interação entre o saber acadêmico-científico e a área da computação e tecnologia digital na resolução de problemas e produção do conhecimento acadêmico durante a graduação.

“Ocupação antrópica em áreas de mananciais de abastecimento: uma revisão sobre a situação do município de Juiz de Fora – MG” é a contribuição do engenheiro Michel do Carmo Arruda e da professora Monica Pertel. O artigo alerta sobre a importância do cumprimento das leis ambientais para a preservação dos mananciais de água potável para abastecimento urbano. A título de exemplo, o texto apresenta uma análise sobre a situação de ocupação antrópica nas áreas das represas Dr. João Penido e São Pedro.

Pode a Bíblia ser reinterpretada pelo universo da literatura fantástica moderna? A que tudo indica, é uma possibilidade verídica em Tolkien, autor de Senhor dos Anéis. A dualidade entre o bem e o mal e sua narrativa “inspirada” na literatura bíblica poderá ser apreciada no artigo **“Manifestações do bem e do mal: a presença da dualidade bíblica em O Silmarilion”**. O texto é contribuição dos professores Lucas Bento da Silva e Rodrigo Ribeiro Mansor.

E se no início desta apresentação deixamos a impressão de uma Era Digital cuja mudança na interpretação dos fatos tornou-se fragmentada e praticamente sem consistências de raízes que permaneçam por longos períodos, alguns fatos e mazelas criadas historicamente pela sociedade não podem se permitir simplesmente desaparecer. São o seu estudo e análise necessárias para a interpretação e busca de solução de inúmeros dos problemas vividos pela sociedade atualmente. Lara Figueiredo de Oliveira e Ana Paula Rodrigues Gravina Almeida apresentam uma temática cara à história ocidental. A temática da escravidão é uma das mais trabalhadas no campo das ciências humanas, em particular a escravidão do continente americano. Ainda na atualidade, muitas são as dificuldades vividas por afrodescendentes. O estudo apresentado pelas autoras traz a percepção da

escravidão norte-americana e o seu impacto na atualidade. O leitor poderá aprofundar mais sobre a temática no artigo **“O negro norte-americano: narrativas que revelam as marcas da escravidão na atualidade”**.

Assim como na ciência historiográfica, possui a literatura a magia de retratar o tempo e sua sociedade. As mazelas em forma de poesia se desvendam aos olhares mais perspicazes. E aliado ao movimento modernista, contempla-se um mundo novo. Brasileiro percebendo o Brasil. Em um breve texto analítico Arthur Menezes Correa da Silva, Maria Raquel Guida Cavalieri Rodrigues e Elayne Silva de Souza trazem a percepção de uma sociedade pelo prisma do poema “Não há Vagas” de Ferreira Goulart. A análise pode ser conferida no artigo **“Análise do discurso aplicada ao texto literário: uma análise da poesia modernista de Ferreira Goulart”**.

“Análise do discurso jornalístico: um estudo de caso na proposta da revista veja” de Priscila Medeiros da Silveira Antunes e Elayne Silva de Souza apresenta uma perspectiva histórica do nascimento da revista veja. Idealizada ao estilo do Times norte-americana pela editora abril, o periódico enfrentou os impactos do regime militar no Brasil. O texto levará o leitor às entrelinhas de parte da história brasileira.

Fechamos a Edição com relato de experiência pedagógica através da literatura. Os autores Juceli da Cruz Carneiro, Thaís Reis de Assis e Valquíria Areal Carrizo apresentam a importância da leitura no cenário educacional pós-pandêmico a partir do conto Felicidade Clandestina de Clarice Lispector.

E após esta breve apresentação, cabe-me desejar a todos uma boa leitura.

Sérgio Antônio de Paula Almeida
Professor/Historiador
Mestre em Patrimônio Cultural

Utilização de jogos no ensino de matemática – uma análise qualitativa da aplicação de jogos no ensino da Geometria

Érica Marques da Silva Santos¹

Carla de Souza Manhanini²

Franciely de Andrade Bento Pedrosa³

RESUMO: Objetivando analisar os jogos como ferramenta pedagógica, dinâmica, socializante e didática para a aplicação de conceitos matemáticos voltados à Geometria, através de uma metodologia qualitativa, analisando de jogos, explorando opiniões críticas diante produções autorais relacionadas à temática. Como produto do trabalho ressalta-se a importância da utilização do uso de metodologias ativas para a inserção da temática à alunos, simplificando e auxiliando o desenvolvimento de habilidades.

Palavras-chave: Ensino de Matemática; Jogos Educacionais; Geometria.

Introdução

A desunião da disciplina matemática Geometria diante a inserção da Pedagogia e da Didática ocorre principalmente devido à falta de aplicações metodológicas dinâmicas que agreguem prazer e cultivem a curiosidade no aluno. Além dos problemas acarretados aos aprendizes pela forma no qual o conteúdo é inserido, os professores muitas vezes não contemplam a importância da utilização do conhecimento geométrico em ambiente educador.

A Geometria é enfatizada em tudo que nos cerca, mostrando-se de forma sólida ou abstrata no cotidiano e nas realizações humanas desde construções à escrita, estando presente na natureza de diversas formas e naturalmente produzida. Uma das ciências matemáticas que mais se adequa à experimentação e à observação oportunizando o trabalho lúdico e materializado nos anos estudantis.

Os Anos Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio abrangem a Geometria de modo que possua como objetivo o desenvolvimento de habilidades contextualizadas nesta esfera. Como meio de otimizar e facilitar a compreensão e prática das habilidades geométricas, incluir jogos nas salas de aula é uma das maneiras de possibilitar que o aluno aprenda e desenvolva-se a partir da ludicidade.

De acordo com o Telles,

Brincar se coloca num patamar importantíssimo para a felicidade e realização da criança, no presente e no futuro. Brincando, ela explora o mundo e constrói e seu saber, aprende a respeitar o outro, desenvolve o sentimento de grupo, ativa a imaginação e se autorrealiza. (TELES, 1999, apud GRÜBEL e BEZ, 2006, p. 7).

¹ Dra. Engenharia e Ciências dos Materiais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF/RJ) e professora Faculdade Santa Marcelina - erica.santos@santamarcelina.edu.br

² Dra. Engenharia e Ciências dos Materiais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF/RJ) e professora Faculdade Santa Marcelina - carla.manhanini@santamarcelina.edu.br

³ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Matemática pela Faculdade Santa Marcelina (FASM/MG)- franciely.andrade@hotmail.com.

Os jogos ofertam ao aprendiz uma maneira de aprender conciliada à brincadeira, intitulando-se material pedagógico e permitindo ao educador que desenvolva situações problemas, propicie o momento no qual o aluno permita-se jogar, torne as atividades mais atraentes e contemple o conteúdo de forma dinâmica e dialogada partindo do pressuposto de que cada indivíduo possui um método de aprendizagem que facilite tal processo e que o jogo engloba a maioria das similaridades do processo-aprendizagem. Sendo necessário uma linha de pensamento em que o objetivo e a estratégia de ensino estejam presentes à programação

pedagógica nas aulas de matemáticas ao usar jogos como metodologia ativa e inovadora, criando através de um ambiente de competição e ensinamentos uma aprendizagem significativa e estimuladora de desenvolvimento.

Em geral, o elemento que separa um jogo pedagógico de outro de caráter apenas lúdico é este: desenvolve-se o jogo pedagógico com a intenção de provocar aprendizagem significativa, estimular a construção de novo conhecimento e principalmente despertar o desenvolvimento de uma habilidade operatória, ou seja, o desenvolvimento de uma aptidão ou capacidade cognitiva e apreciativa específica que possibilita a compreensão e a intervenção do indivíduo nos fenômenos sociais e culturais e que o ajude a construir conexões. (NUNES apud MAURÍCIO, 2008).

Desta forma, o presente trabalho tem como propósito a conscientização do educador sobre a importância do emprego da ludicidade à Matemática e dos jogos como estimulador e instrumento de construção do conhecimento, tendo como base os referenciais teóricos analisados e as pesquisas diante os temas propostos. Fazendo-se perceptível uma edificação de ideias nascidas e florescentes de um pressuposto histórico, social, educacional e reflexivo diante a educação matemática atualmente às fases de ensino fundamental, anos finais, e médio.

Metodologia

Procurando ofertar jogos matemáticos, identificando e exibindo seus objetivos e metodologias, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, sem aplicação em campo devido a situação social presente mundialmente, instaurada como forma de prevenção e ocasionada pela imersão da corona vírus. Sendo assim, possui como base o estudo bibliográfico e o criticismo diante os materiais pesquisados, buscando explorar a temática e inseri-la em contexto escolar, matemático e pedagógico visando a dinâmica e a metodologia ativa do processo de ensino-aprendizagem.

Através da abordagem ao longo do trabalho, sobre o uso da Geometria na escola, o progresso da Matemática ao longo da história e a aplicação de jogos, tanto de caráter matemático quanto pedagógico, foram apresentados para a inserção do leitor no conteúdo trabalhado e introdução de ideias e reflexões

diante o que fora redigido. Os jogos “Capturando Polígonos” - inserido nos anos finais do Ensino Fundamental - e do “Jogo dos Poliedros” – aplicado no Ensino Médio - foram submetidos à análise de forma que seus benefícios, objetivos, habilidades trabalhadas e a confecção do material fossem expostas e discutidas perante seu reflexo na esfera educacional.

Frisando o uso da Geometria como ciência facilitadora de processo mental que prestigia o desenvolvimento da construção do conhecimento e valorizadora de descobertas, experiências e dúvidas. Estando em meio a tudo que rodeia o ser humano, catalisar o processo de ensino-aprendizagem através do uso de jogos permite que o alunando se permita aprender e que o professor sirva como intermediador da construção de saberes, especulando e solicitando situações-problema, destinando-se a fazer do aluno o centro e produtor do conhecimento.

Uma das formas interessantes de promover a aprendizagem ou avaliar é a situação problema. Contexto de projetos e jogos são prenes de situações-problema, as quais consistem em colocar obstáculos ou enfrentar um obstáculo (como no contexto de jogos ou projetos) cuja superação exige do sujeito alguma aprendizagem ou esforço. (MACEDO, PETTY, PASSOS, 2005, p. 18).

[...] quando as situações de jogos são bem aproveitadas, todos ganham. Ganha o professor porque tem possibilidade de propor formas diferenciadas de os alunos aprenderem, permitindo um maior envolvimento de todos criando naturalmente uma situação de atendimento à diversidade, uma vez que cada jogador é quem controla seu ritmo, seu tempo de pensar e de aprender. Ganha o aluno que aprenderá mais matemática, ao mesmo tempo em que desenvolve outras habilidades que lhe serão úteis por toda a vida não apenas para matemática. (SMOLE; DINIZ; MILANI, 2008, p. 27).

Resultados e Discussões

Por intermédio do uso de ferramentas digitais e bibliográficas foram explorados ambos os jogos retratados acima de modo que consolide o ensino do tutor sobre o conteúdo geométrico ao aprendiz, sendo trabalhado como espécie de avaliação qualitativa ludicamente e prazerosamente, para que o mentor se certifique do aprendizado e do entendimento da dinâmica matemática presente na Geometria. Os dois instrumentos de ensino foram testados em ambiente escolar e descritos pelo Grupo Mathema que possui como finalidade o desenvolvimento de pesquisas e soluções para gestores e educadores inseridos à Matemática na Educação Básica.

A descrição dos jogos bem como suas regras podem ser encontradas no site Mathema (<https://mathema.com.br/jogos-e-atividades>). Para cada jogo foi feita uma análise qualitativa e elaborado um roteiro de aprendizagem.

No jogo “Capturando Polígonos”, considerando-se a abrangência da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) sobre os conhecimentos geométricos no Ensino Fundamental – anos finais – podem-se destacar as habilidades trabalhadas: “Quantificar e estabelecer relações entre o número de vértices, faces e arestas de prismas e pirâmides, em função do seu polígono da base, para resolver problemas e desenvolver a percepção espacial”, “Identificar características dos triângulos e classificá-los em relação às medidas dos lados e dos ângulos”, “Identificar características dos quadriláteros, classificá-los em relação a lados e a ângulos e reconhecer a inclusão e a intersecção de classes entre eles” e “Reconhecer a abertura do ângulo como grandeza associada às figuras geométricas”.

A seguir a Fig. 1 apresentada o roteiro de aprendizagem elaborado para o jogo “Capturando Polígonos”.

Roteiro de Aprendizagem 1 – Jogo Capturando Polígonos

1. Intencionalidade pedagógica

- A exploração das propriedades relativas a ângulos e lados de determinados polígonos.
- Estimulação do raciocínio lógico-matemático.

2. Conexão com a BNCC

- Aplicação: Ensino Fundamental – Anos Finais.
- Competência geral: Matemática.
- Competências da área: Geometria.
- Tema: Associação de características relacionadas aos lados e ângulos à polígonos.
- Habilidades trabalhadas: “(EF06MA17) Quantificar e estabelecer relações entre o número de vértices, faces e arestas de prismas e pirâmides, em função do seu polígono da base, para resolver problemas e desenvolver a percepção espacial”, “(EF06MA19) Identificar características dos triângulos e classificá-los em relação às medidas dos lados e dos ângulos”, “(EF06MA20) Identificar características dos quadriláteros, classificá-los em relação a lados e a ângulos e reconhecer a inclusão e a intersecção de classes entre eles” e “(EF06MA25) Reconhecer a abertura do ângulo como grandeza associada às figuras geométricas”.

3. Percorso da atividade

- Inicialmente insira o conteúdo em sala de aula abordando, apresentando e mostrando as figuras geométricas.
- Para começar o jogo é preciso que os alunos sejam organizados em duplas ou quartetos.
- Distribuir as cartas e iniciar o jogo.

- Aconselha-se que o professor proponha aos alunos situações-problema como meio de estimular o pensamento lógico-matemático.
- Realizar a pontuação.
- Finalizar o jogo.
- Questionar os alunos sobre o que acharam do jogo e possibilitar que eles desenvolvam problemáticas tendo como base as experiências adquiridas no jogo.

4. Impactos na aprendizagem

Após a atividade, os alunos deverão ser capazes de:

- Entender o que é um polígono;
- Compreender as características dos polígonos;
- Agrupar as características de um polígono segundo a figura ou à similaridade proposta;
- Associar as propriedades de lados e ângulos aos polígonos.

Figura 1- Modelo de Roteiro de Aprendizagem do jogo Capturando Polígonos. Fonte: Elaborado pelo autor.

O segundo jogo analisado é o “Jogo dos Poliedros”, este é proposto para uso no Ensino Médio, voltado principalmente para o segundo ano, e trata sobre a Geometria Espacial. É necessário pontuar que para a inserção deste jogo deve-se apresentar o conteúdo anteriormente ao aluno, levando em consideração que ao chegar nesta etapa do ensino as habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular, no Ensino Fundamental, já devem estar desenvolvidas e em progresso, fazendo com que o jogo sirva como complementação e possibilite visibilidade ao mentor para elaborar um mapa diante a compreensão das habilidades que o aprendiz possa ter assimilado.

As habilidades da BNCC que abrangem a Geometria no Ensino Médio reforçam as ideias propostas para o Ensino Fundamental, trabalhando-as através de cálculos e situações-problema. O PCN do Ensino Médio (PCNEM) apresenta a Geometria dividida em quatro unidades temáticas: Geometria Plana, Espacial, Métrica e Analítica, objetivando que o aluno poderá desenvolver habilidades de visualização, de desenho, de argumentação lógica e de aplicação na busca de solução para problemas.

O ensino de Geometria na escola média deve contemplar o estudo das formas geométricas e os números que quantificam determinadas grandezas, o estudo de propriedades de posições relativas de objetos geométricos; relações entre figuras espaciais e planas em sólidos geométricos; propriedades de congruência e semelhança de figuras planas e espaciais; análise de diferentes representações das figuras planas e espaciais, tais como desenho, planificações e construções com instrumentos. (MONTEIRO, p. 23).

A Fig. 2 mostra o roteiro de aprendizagem para o “Jogo dos Poliedros”, onde são analisadas e relacionadas as principais características que um jogo pedagógico dever conter.

Roteiro de Aprendizagem 2 – Jogo dos Poliedros

1. Intencionalidade pedagógica

- O objetivo primordial é o desenvolvimento da percepção espacial no aluno.
- Compreender o desenvolvimento das habilidades propostas nos Anos Iniciais.

2. Conexão com o PCNEM

- Aplicação: Ensino Médio.
- Competência geral: Matemática.
- Competências da área: Geometria.
- Tema: Geometria Espacial.
- A Geometria Espacial no documento do PCN voltado ao Ensino Médio contempla: elementos dos poliedros, sua classificação e representação; sólidos redondos; propriedades relativas à posição: intersecção, paralelismo e perpendicularismo; inscrição e circunscrição de sólidos. Uso de formas geométricas espaciais para representar ou visualizar partes do mundo real, como peças mecânicas, embalagens e construções. Interpretação e associação de objetos sólidos à suas diferentes representações bidimensionais, como projeções, planificações, cortes e desenhos. Uso do conhecimento geométrico para leitura, compreensão e ação sobre a realidade. Compreensão do significado de postulados ou axiomas e teoremas e reconhecimento do valor de demonstrações para perceber a Matemática como ciência com forma específica para validar resultados.

3. Percurso da atividade

- Tendo consciência que os conceitos geométricos já foram inseridos durante o Ensino Fundamental, o professor deverá recordar sobre as características dos poliedros e as figuras geométricas.
- Para iniciar o jogo é necessário organizar os alunos em quartetos.
- Durante a realização da partida, o professor deve mediar questionamentos para que os alunos expliquem o propósito das escolhas feitas ao decorrer do jogo e para que eles possam refletir diante suas ações, fazendo um intermédio eficaz entre os conceitos matemáticos aprendidos e a tomada de decisão.
- Finalizar o jogo.
- Solicitar que os discentes produzam desafios e problemáticas sobre o jogo, podendo realizar a troca das produções com os demais grupos objetivando solucioná-los.

4. Impactos na aprendizagem

Após a atividade, os alunos deverão ser capazes de:

- Identificar uma situação-problema a partir das informações ou variáveis relevantes e elaboração de possíveis estratégias para resolvê-la;
- Identificar propriedades e representações de sólidos geométricos;
- Compreender e emitir julgamento individual diante as informações matemáticas.
- Expressar-se de forma clara realizada através da linguagem matemática; leitura, articulação e interpretação de símbolos e códigos em divergentes linguagens e representações, essencialmente representações e linguagens geométricas;
- Identificar os sólidos geométricos como figura espacial e classificação deles em poliedros ou corpos redondos.

Figura 2 - Modelo de Roteiro de Aprendizagem do Jogo dos Poliedros. Fonte: Elaborado pelo autor.

Através desses jogos e da implicação da ludicidade vinculada a Matemática e a Pedagogia, a Geometria se forma diante uma experimentação prazerosa e significativa para o aluno, possibilitando a otimização do pensamento geométrico e do raciocínio, tanto lógico-matemático quanto o visual. A Geometria deve ser tida como parte essencial da Matemática e facilitadora do aprendizado, também vinculado a outras áreas de conhecimento.

Conclusão

Ao decorrer do estudo bibliográfico foi comprovado através dos argumentos expostos pelos autores selecionados, a exposição do histórico do ensino matemático e da Geometria, a apresentação de um mostruário de jogos geométricos e a análise do processo e de opções de ensino, que o ensino da Geometria deve apresentar como principal opção metodológica o jogo, como forma do aluno se permitir brincar, jogar e aprender, ocasionando um aprendizado prazeroso e significativo e objetando as metodologias sistematizadas, mecanizadas e voltadas a memorização, ao invés do entendimento, utilizadas no ensino tradicionalista.

Especialmente para a aplicação conteudista e técnicas de compreensão da Geometria, que abrange uma esfera matemática que envolve maior dificuldade dos princípios matemáticos por parte do aluno, o uso do jogo faz-se novamente extremamente relevante. Incluindo os jogos como estratégia metodológica sacia uma das principais defasagens no ensino da Matemática, seu uso no cotidiano, sendo um elemento facilitado geometricamente pela disposição dos aspectos geométricos presentes no nosso dia a dia em diversas situações e lugares e podendo ser percebidas de diferentes e curiosas maneiras, aumentando o interesse do

discente pelo universo presente na Geometria, aumentando a importância de sua inclusão na vida do aprendiz e a criação de significado diante o conteúdo trabalhado em ambiente educador.

Sobretudo, a Geometria possui características facilitadoras de ensino intrínsecas ao uso de recursos visuais ou palpáveis nos quais a criança ou adolescente pode usufruir e abstrair melhor o conhecimento utilizando os sentidos e percepções e se desafiando diante as novas possibilidades de criação de situações-problemas e do uso do pensamento lógico-matemático. O ensino geométrico eficaz aplicado desde os Anos Iniciais possibilita que a criança desenvolva habilidades que a apoiarão tanto no Ensino Fundamental quanto nas aplicações de formas que possuam maior complexidade durante o Ensino Médio.

A Geometria é a mais eficiente conexão didático-pedagógica que a Matemática possui: ela se interliga com a Aritmética e com a Álgebra porque os objetos e relações dela correspondem aos das outras; assim sendo, conceitos, propriedades e questões aritméticas ou algébricas podem ser clarificados pela Geometria, que realiza uma verdadeira tradução para o aprendiz. (LORENZATO, Sergio Aparecido, 1995, p. 6).

O uso de jogos como ferramenta educacional interliga-se também ao amplo número de profissionais educadores que não possuem desejo ou afeição pelo ensino da Geometria, sendo que muitos dele negam a importância do estudo geométrico. Esta ferramenta possui como meio de ação um catalisador do processo de ensino-aprendizagem englobando a área pedagógica e a área matemática, aliando-os e produzindo consequências positivas tanto na vida estudantil do aluno quanto na realização e eficiência profissional do educador.

“Seria importante que se permitisse na escola que os meios, ao menos por algum tempo, fossem os próprios fins das tarefas; que se dessa oportunidade às crianças e aos professores de serem criativos, para que tivessem prazer estético e conhecessem o gozo da construção do conhecimento.” (MACEDO, 1995, p. 140).

Pontua-se que o ensino da Geometria, destacando-se nesta produção acadêmica a Geometria Plana e a Geometria Espacial, são exponencialmente favoráveis conjunto à aplicação de jogos dinamicamente na sala de aula e possibilitando uma renovação nas práticas de ensino. Necessita-se de um método aprimorado e inovador que se dispunha a suprir o ensino tradicional matemático ineficaz e o jogo e a possibilidade de brincar é a metodologia que melhor se aplica como meio de revolucionar as falhas nos processos ligados ao ensino e a aprendizagem.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF,1998. 146 p.

GRÜBEL, Joceline M.; BEZ, Marta R. **Jogos Educativos**. Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas – Centro Universitário Feevale. v.4 nº 2, dez. 2006. Novo Hamburgo, RS, 2006 Disponível em: http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/smed/inclusaodigital/smed_digital/material_2010/jogos_educativos.pdf . Acesso em: 01 out 2020.

LORENZATO, S. (ED) **O laboratório de ensino de matemática na formação de professores**. Coleção Formação de Professores. São Paulo: Autores Associados, 2008.

LORENZATO, Sergio Aparecido. Por que não ensinar Geometria? In: **A Educação Matemática em Revista**. Blumenau: SBEM, ano III, n. 4, 1995, p. 3-13.

MACEDO, L. Os jogos e sua importância na escola. **Cadernos de pesquisa**, 93, p. 5-10, 1995.

MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia S.; PASSOS, Norimar C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MAURICIO, Juliana T. **Aprender brincando: O lúdico na aprendizagem**. 2008. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/opiniao/opiniao.asp?entrID=678> . Acesso em: 01 out 2020.

MATHEMA. **Jogo dos poliedros**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://mathema.com.br/jogos-e-atividades/jogo-dos-poliedros/> . Acesso em: 21 set 2020.

MONTEIRO, Ivan Alves. **O desenvolvimento histórico do ensino de geometria no Brasil**. Disponível em: < <https://www.ibilce.unesp.br/Home/Departamentos/Matematica/o-desenvolvimento-historico-ivan-alves-monteiro.pdf>>. Acesso em: 05 out 2020.

PEREIRA, N. M. (2017). O desenvolvimento do pensamento da criança em idade escolar: do abstrato ao concreto. **Perspectivas Em Psicologia**, 21(1). Disponível em: <https://doi.org/10.14393/PPv21n1a2017-11> . Acesso em: 30 jul. 2020.

SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, Patrícia. **Cadernos do Mathema: jogos de Matemática de 6º ao 9º ano**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SMOLE, K.S.; DINIZ, M. I.; MILANI, E. **Jogos de matemática: 1º a 3º ano**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SMOLE, Kátia Stocco, DINIZ, Maria Ignez, PESSOA, Neide, ISHIHARA, Cristiane.
Cadernos do Mathema: jogos de Matemática de 1º ao 3º ano. Porto Alegre:
Artmed, 2008.

Use of games in the teaching of mathematics - a qualitative analysis of the application of games in the teaching of geometry

ABSTRACT: This study aims at the analysis of games as a pedagogical, dynamic, socializing, and didactic tool for the application of mathematical concepts focused on Geometry, through a qualitative methodology, analyzing games, exploring critical opinions regarding productions related to the theme. As a product of the work, the importance of using active methodologies for the insertion of the theme to students is emphasized, simplifying, and helping the development of skills.

Envio: 07 de dezembro de 2022.

Aceite: 04 de janeiro de 2023.

Ensino da matemática nos anos iniciais: Concepções e práticas pedagógicas aplicadas na aprendizagem.

Carla de Souza Manhanini⁴
Érica Marques da Silva Santos⁵

RESUMO: Os anos iniciais da escolaridade tem grande importância para a vida do educando, principalmente quanto aos conceitos e relações em Matemática, que serão utilizadas posteriormente, ao longo de sua vida escolar. Assim foi realizado a Identificação da forma como os professores dos anos iniciais mobilizam os conhecimentos matemáticos apropriados. O dialogar com um determinado referencial teórico que possibilite a compreensão e interpretação dos dados da pesquisa e compreender que concepção de ensino de Matemática orienta a prática educativa dos professores.

Palavras-chave: Ensino fundamental, matemática; professor.

Introdução

A matemática é uma disciplina fundamental no desenvolvimento humano, estamos em constante contato com conceitos matemáticos no nosso cotidiano. Desde que nascemos, somos apresentados ao universo da matemática que, de forma intuitiva sempre está presente em pequenas ações que realizamos.

Os anos iniciais da escolaridade tem fundamental importância para a vida do estudante, pois formam uma base para as demais séries, principalmente quanto aos conceitos e relações em Matemática, que serão utilizadas posteriormente, ao longo de sua vida escolar. Quando uma criança chega à escola, é importante respeitar o desenvolvimento dela, uma vez que ela traz consigo toda uma vivência anterior àquele momento, desenvolvida através de suas experiências cotidianas, muitas destas vem de brincadeiras e do envolvimento com o meio que vive.

Nos anos iniciais, o ensino da matemática fica sobre a responsabilidade do professor com formação em Licenciatura em Pedagogia. Esse professor ministra todas as disciplinas curriculares, dentre elas a matemática. No entanto, nem sempre esse profissional tem ou teve, durante sua escolarização, uma boa relação com a

⁴ Dra. Engenharia e Ciências dos Materiais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF/RJ) e professora Faculdade Santa Marcelina – carla.manhanini@santamarcelina.edu.br

⁵ Dra. Engenharia e Ciências dos Materiais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF/RJ) e professora Faculdade Santa Marcelina - erica.santos@santamarcelina.edu.br.

disciplina de matemática e, muitas vezes, ele busca o curso de Pedagogia de nível superior para não ter mais que estudar os conteúdos matemáticos, mas se depara com ela novamente em seu curso de Licenciatura.

Este artigo apresenta discussões sobre a matemática ensinada nos anos iniciais a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas que evidenciam que, para ensinar os conteúdos matemáticos, não é preciso uma fórmula milagrosa ou fazer nenhuma mágica, pois é possível romper com a visão de matemática como reprodução e memorização de fórmulas, procedimentos e algoritmos com ações bem planejadas pelo professor.

As discussões apresentadas neste artigo buscam promover reflexões para os professores e futuros professores que ensinam matemática, bem como para formadores de professores, visto que será abordado temas atuais da formação de professores e da Educação Matemática e abordam diferentes perspectivas metodológicas para o ensino de matemática e práticas de formação de professores para esse nível de ensino.

O papel da matemática nos anos iniciais

O ensino da matemática nos anos iniciais é de grande importância para os estudantes, é através dela que se desenvolve o pensamento lógico que é essencial para construção de conhecimentos em outras áreas, além de servir como alicerce para as séries posteriores. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997):

É importante, que a Matemática desempenhe, equilibrada e indissociavelmente, seu papel na formação de capacidades intelectuais, na estruturação do pensamento, na agilização do raciocínio dedutivo do aluno, na sua aplicação a problemas, situações da vida cotidiana e atividades do mundo do trabalho e no apoio à construção de conhecimentos em outras áreas curriculares. (BRASIL, 1997, p. 29).

Trabalhar a matemática levando para a sala de aula as influências que a Matemática tem no cotidiano, propicia uma maior aproximação entre eles e a disciplina, assim permitindo vê-la como necessária para sua vida.

Entretanto, o ensino de Matemática nos anos iniciais é feito prioritariamente por profissionais graduados em Licenciatura em Pedagogia cujo

objetivo principal ou centralidade é focada nos processos de alfabetização e letramento (BORCHARDT, 2015), gerando um déficit de conhecimentos matemáticos para esses professores, isso acarreta por muitas vezes uma forma de ensinar a matemática mais rasa não tão valorizada. Assim, é reconhecida a necessidade de investimentos na formação continuada de professores que ensinam Matemática nos anos iniciais.

Segundo estudiosos é sabido, os professores também trazem marcas de sentimentos negativos quanto ao ensino da Matemática, assim implicando em bloqueios para aprender e ensinar esta disciplina. E, estes sentimentos são consequências de um processo recorrente de ensino da matemática que precisa ser reformulado.

A Matemática deve causar nos alunos descobertas, e o professor ser o mediador dos questionamentos e das investigações, fazendo com que estas causem nos alunos interesse pela disciplina. Os desafios quando são acompanhados de frustrações levam ao desinteresse e desgosto, e por muitas vezes a Matemática é vista desta forma, uma disciplina difícil de se compreender e na qual causa muitas reprovações, o que acarreta alunos com repulsa para com ela.

Quando esse desgosto e repulsa tem início nos anos iniciais é como pensar em uma bola de neve que pode virar uma avalanche. Desta forma, a Matemática nos anos iniciais tem muita importância, pois ela desenvolve o pensamento lógico e é base das demais séries, pois os princípios básicos da disciplina que utilizaremos adiante são aprendidos nos primeiros anos.

Culturalmente, os pais criam expectativas de que seus filhos devem aprender a ler e escrever primeiro, ou seja, nos anos iniciais espera-se que os alunos dominem as práticas de leitura e escrita, mas o processo de alfabetização nos anos iniciais inclui também a “alfabetização Matemática”, termo esse que é utilizado quando se fala em aprendizagem Matemática nos anos iniciais da escolarização.

A alfabetização matemática significa aprender a ler e escrever utilizando símbolos e representações matemática, desta forma, ser alfabetizado em matemática é entender o que se lê e escrever o que se entende a respeito das primeiras noções de aritmética, de geometria e da lógica.

Assim, espera-se dos primeiros anos de escolarização que os alunos sejam capazes de desenvolverem habilidades matemáticas, as quais impulsionam a aprendizagem de Matemática futura.

Gerações e as formas de ensinar e aprender

É muito comum no mundo corporativo a utilização da divisão de grupos geracionais. Acontecimentos culturais, políticos e socioeconômicos moldam a visão de mundo e a forma de pensar, agir e se relacionar de pessoas que nascem e vivem em diferentes épocas. Essa é a ideia que embasa a divisão por grupos geracionais. Não há um consenso sobre o ano em que começa e termina cada um, mas uma divisão possível é Baby Boomers (nascidos entre 1946 e 1964), Geração X (1965-1980), Geração Y ou *Millennials* (1981-1996) e Geração Z (1997-2010). Há ainda a Geração Alfa, que compreende os nascidos a partir de 2010.

No sentido de aprendizagem cada geração tem seu perfil característico:

A geração baby boomer, nascidos após a Segunda Guerra Mundial, na vida adulta foram os primeiros a crescer em contato com a televisão tendo no veículo a fonte principal para se informar. Para eles, o processo de ensino-aprendizagem precisa ter um raciocínio mais linear, com começo, meio e fim.

Já a geração X, ficou marcada pelos questionamentos dos costumes e viu nascer os primeiros computadores. Por isso, passam a priorizar formatos híbridos, valorizando a flexibilidade e a aprendizagem colaborativa.

Os chamados *millennials*, ou geração y, acompanharam o boom tecnológico e a expansão da internet. Justamente por estarem mais integrados e familiarizados com os dispositivos móveis, estão acostumados com um grande fluxo de informações, sendo multitarefas preferem aprender de maneira mais informal.

A geração z, conhecidos como nativos digitais. Conectados, consomem informação principalmente via smartphones e preferem conteúdos em vídeos curtos, fotos e jogos interativos, aprendem de múltiplas maneiras, são multifocais e convergem em diferentes plataformas e apresentam raciocínio não-linear.

A geração alpha, a primeira 100% conectada. Formada pelos filhos dos *millennials*, eles pertencem a um mundo tecnológico e conectado desde os primeiros meses de vida. “Para eles, o digital e a “vida real” são uma única coisa. Com isso, as formas de se relacionar, aprender e experimentar são totalmente novas.

Diante de diferentes gerações suas formas de aprender, surge o grande desafio: Professores de diferentes gerações todos ensinando para uma única geração, que é a geração alpha. O desafio está em se adaptar ao ritmo e modelo de aprendizagem desses alunos, pois o ensino linear no qual muitos professores aprenderam e aprendem não é eficaz para esta geração. Daí surge o grande desafio. Buscar métodos que tornem o processo de ensino-aprendizagem prazeroso para ambas as partes envolvidas, ou seja, o professor tenha prazer em ensinar e o aluno em aprender.

O que se propõe atualmente é a formação continuada para professores e toda equipe pedagógica afim de que as lacunas sejam preenchidas e o ensino se torne cada vez mais agradável e eficaz. Quando falamos de matemática os desafios são ainda maiores, pois além de se adaptar ao novo jeito de aprender dos alunos o professor tem que buscar metodologias e recursos que se encaixem na matemática e na realidade da sua sala de aula.

Neste artigo veremos algumas metodologias que podem ser utilizadas em sala de aula com o objetivo de tornar o aluno o centro do processo de aprendizagem por meio de uma personalização do ensino.

O ensino da Matemática e o brincar: abordagem a partir do lúdico nos anos iniciais e o uso de jogos pedagógicos

O desenvolvimento infantil é dividido em estágios, nos anos iniciais os alunos encontram-se no estágio operacional concreto – de 7 a 11 anos. Durante este estágio, as crianças se tornam mais conscientes dos eventos externos, bem como de outros sentimentos que não os seus. Eles se tornam menos egocêntricos e começam a compreender que nem todos compartilham seus pensamentos, crenças ou sentimentos. Neste estágio possuem o raciocínio lógico mais desenvolvido,

aprendem com apoio de experiências concretas, são focados no presente e estabelecem relações entre conceitos aprendidos.

Assim neste estágio a criança aprende através do concreto, e o lúdico é uma forma muito interessante e eficaz de trabalhar a matemática. Pesquisas e trabalhos mostram que o ensino através de jogos didáticos é extremamente eficaz.

A relação entre matemática, cotidiano do estudante e a escola

Educandos que estudam matemática e principalmente os que estão no Ensino Fundamental possuem uma visão a cerca desta disciplina ser muito difícil, veem como algo insuperável. Entretanto, é neste contexto de dificuldade de aprendizagem que surge a necessidade do professor de ter uma formação construída no saber ensinar ao outro levando a entender que a matemática é possível de se aprender.

É importante ressaltar que a matemática se torna possível quando o estudante se dispõe a conhecê-la, em vez de se acomodar nas operações simples de adição, subtração, multiplicação e divisão passar a apreciá-la de modo que ela é envolvida diariamente com a vida do sujeito, seja com situações diárias como fazer compras, quanto pagar, o quanto vai receber de troco, descontos etc.

Por meio dessas interações com o meio que o estudante irá diversificar e adquirir novos conhecimentos matemáticos, já que, a matemática contribui de fato para um raciocínio lógico ao qual requer do indivíduo a organização do pensamento, concentração, análise que já podemos chegar ao ponto final, devido à construção de conhecimentos nas series anteriores. No entanto, as metodologias utilizadas para o ensino dessa disciplina nas escolas precisam ser renovadas, uma vez que na maior parte das vezes o professor se baseia apenas em trabalhar matemática com simples memorização.

A construção do raciocínio lógico ocorre de forma mais eficaz quando o professor utilize métodos que favoreçam o desenvolvimento, associando as atividades escolares com as experiências cotidianas, pois é a partir disso que o educador poderá elaborar estratégias com base nas vivências que o aluno presencia ou já passou. Deste modo, as experiências que a criança traz precisam ser

consideradas e levadas em consideração para serem trabalhadas, como também é necessária a seleção dos conteúdos, pois devem ser conteúdos que sirvam para a atuação do sujeito em sociedade, neste caso, a formação do professor é relevante para se obter êxito em sua prática educativa.

É de relevância ímpar a formação continuada para os educadores enquanto construtores do saber, pois a prática docente requer como ponto de partida e de chegada um processo de formação eficaz, visando o aprimoramento do ensino da Matemática, e conseqüentemente professores preparados para a ação pedagógica no contexto escolar.

Para ser um bom educador é necessário, portanto, articular teoria e prática a fim de selecionar os diversos saberes advindos de experiências cotidianas e saberes sistematizados. Essa prática a qual este estudo refere-se é uma ação refletida analisando os erros e buscando soluções para a construção de uma educação que desenvolva a autonomia do aluno. Preponderantemente, a relação entre ensino de Matemática e ambiente adequado é relevante porque o ambiente social no qual a criança está inserida pode propiciar a aprendizagem. Cabe à escola e ao educador a função de estabelecer ao aluno um ambiente escolar de inspiração, de promoção da aprendizagem, e de integração do ser com o outro.

O professor formador de futuros educadores dos anos iniciais deve, por meio de reflexões tais como, Matemática é realmente somente cálculo ou sim uma prática associada ao cálculo e a contextualização? Ser o mediador da desmitificação do conceito que matemática é somente a realização de operações. Deve-se retirar essa conclusão da mente do indivíduo que estudar matemática é uma tarefa ruim, cansativa, e sim mostrar que a matemática é algo precioso e que estará continuamente presente no cotidiano, temos que estar aptos para saber lidar com os diversos questionamentos que a sociedade tecnológica nos impõe, pois, ao ensinar matemática o professor auxiliará o indivíduo a construir um pensamento crítico.

Contudo, não pode-se afirmar que, o ensino é somente responsabilidade do professor ou do aluno, mas também é obrigatoriedade dos pais a realização dessa formação, pois a escola e o professor sozinhos não conseguem atingir o objetivo, é necessário a ajuda dos pais exercendo o papel que lhes cabem à como

incumbência de acompanhar perto os estudos dos filhos, de saber como anda suas amizades, se estão realmente adquirindo conhecimento, pois não ter esse comprometimento de estar presente na vida escolar pode prejudicar o andamento da aprendizagem e da educação de seus filhos.

Outro ponto importante para o aprendizado é o ambiente escolar. Este deve ser realmente prazeroso e para isso é necessário infraestrutura de qualidade, situações financeiras e administrativas bem estabelecidas, um apoio pedagógico voltado para uma educação de qualidade dentro da escola, para que o professor chegue a sala de aula e que os conteúdos de matemática sejam interessante e que chamem a atenção dos estudantes é importante que esse profissional disponha de uma formação dinâmica e de qualidade, como também materiais específicos para aquela determinada atividade, sala confortável e espaçosa, jogos matemáticos para despertar no aluno a curiosidade e etc. Todos esses fatores devem ser avaliados, analisando o que pode melhorar no âmbito escolar, tanto do lado dos pais, professor e escola. Mas infelizmente é de conhecimento que nem todas as escolas são norteadas de forma adequada. Falta ainda investimento na educação e é importante destacar que aquele estudante que muitas vezes, retém uma certa dificuldade aos conteúdos trabalhados em sala de aula nos anos finais da escola é devido há uma formação não adequada anterior.

Metodologia

O curso de Pedagogia, forma profissionais para atuação em espaços escolares e não escolares, em meio aos debates sobre o curso, se destacam as reflexões sobre a formação de educadores que atuam no ciclo da infância, ou seja, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Quando se trata de Matemática na formação dos educadores que atuam na educação infantil, tem-se a necessidade de uma análise de seu relacionamento com os assuntos abordados, assim como formas de trabalharem em sala de aula.

Assim, o estudo apresentado se propôs a conhecer e entender como o profissional da educação nos anos iniciais trabalham os conceitos matemáticos em

sala de aula, assim como identificar qual o nível de importância que esses atribuem a este conteúdo.

A pesquisa foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico para realização da discussão acerca do assunto sobre a formação matemática nos cursos de pedagogia.

Posteriormente foi realizado a elaboração de um questionário, através do aplicativo *Google forms*. Este foi aplicado aos profissionais da rede municipal, estadual e particular da cidade de Muriaé – MG atuantes na área, com o objetivo de investigar o perfil desse profissional e sua familiaridade com a matemática, as formas como trabalham o conteúdo em sala de aula e identificar como ocorreu sua formação dentro do curso de pedagogia. É importante relatar que os questionários foram respondidos de forma anônima e não obrigatória, deixando este fato claro para os respondentes por meio de um texto introdutório.

O questionário continha questões abertas e fechadas de fácil compreensão e resposta. O total de respondentes foi inferior ao esperado, fato este atribuído ao período escolar vigente, próximo ao recesso realizado no meio do ano letivo.

Após a coleta dos dados estes foram analisados por meio de gráficos para as perguntas fechadas e escrita para os questionamentos abertos.

Resultados e Discussões

A formação na licenciatura em Pedagogia envolve uma variedade de áreas que contempla os ensinamentos nos campos de atuação do pedagogo, os fundamentos epistemológicos, sociológicos e filosóficos, a atuação em diferentes funções (professor, coordenador, gestor) e nos diferentes espaços (escolas, hospitais, empresas...).

O curso de Pedagogia, forma profissionais para atuação em espaços escolares e não escolares, em meio aos debates sobre o curso, se destacam as reflexões sobre a formação de educadores que atuam no ciclo da infância, ou seja, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Quando se trata de Matemática na formação dos educadores que atuam na educação infantil, tem-

se a necessidade de uma análise de seu relacionamento com os assuntos abordados, assim como formas de trabalharem em sala de aula. Assim, a pesquisa foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico para realização da discussão acerca do assunto sobre a formação matemática nos cursos de pedagogia. Posteriormente foi realizado a elaboração de questionário sendo este aplicado a profissionais que estejam atuantes com o objetivo de investigar o perfil desse profissional e sua familiaridade com a matemática, assim como as formas como trabalham o conteúdo em sala de aula.

As entrevistas foram realizadas de forma online por meio de um formulário *Google forms*. Um link era enviado para os professores com um pequeno texto explicativo sobre os objetivos da pesquisa.

Na Fig. 1 está relacionado o gráfico correspondente ao tempo de docência dos respondentes. Dentre os respondentes vinte por cento trabalham na área da educação a menos de um ano, ou seja, são recém-formados, outros vinte por cento há cinco anos e trinta por cento até 10 anos e mais de 15 anos. A abrangência da pesquisa se deu em uma ampla vivência na docência, o que permitiu uma análise de perfis profissionais diferentes.



Figura 1: Gráfico referente aos anos de atuação como docente.

Muitos docentes exercem outras funções, em grande maioria como uma forma de complementação da renda familiar, impossibilitando uma dedicação exclusiva a educação. Por este motivo foi questionado aos respondentes se eles exerciam outra função além do trabalho como professor. Sessenta por cento responderam não terem outras atribuições, exercendo a docência em tempo integral e quarenta por cento ainda necessitam trabalhar em outros empregos como forma de complementação de sua renda, como é mostrado na Fig. 2.

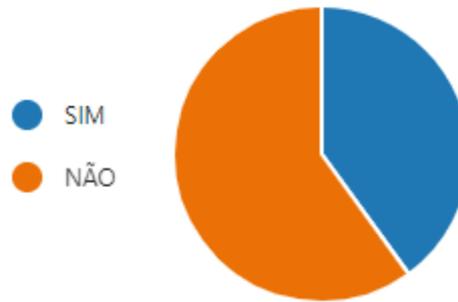


Figura 2: Atuação profissional em outra área.

Também foi relatado pelos participantes sua formação, o gráfico relacionando essa informação por ser observado na Fig. 3. Sessenta por cento possuem graduação somente não realizaram ainda uma formação continuada, mas esboçaram o desejo de realizar essa continuação, quarenta por cento possuem especialização e nenhum dos respondentes possuem mestrado ou doutorado.

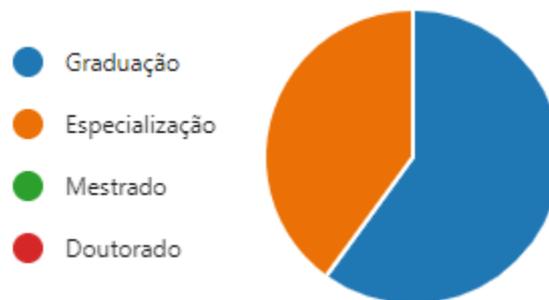


Figura 3: Formação acadêmica dos docentes respondentes.

Os docentes foram questionados sobre a formação que receberam durante a graduação em relação a matemática, em sua maioria relataram ser satisfatória correspondendo a setenta por cento e outros vinte por cento disseram ser excelente. Também foi argumentado o grau de importância que eles estabeleciam para a formação em matemática dos pedagogos, dez por cento relatou não haver importância, cinquenta por cento ser importante e quarenta por cento ser de extrema importância a formação, como relata o gráfico apresentado na Fig. 4.

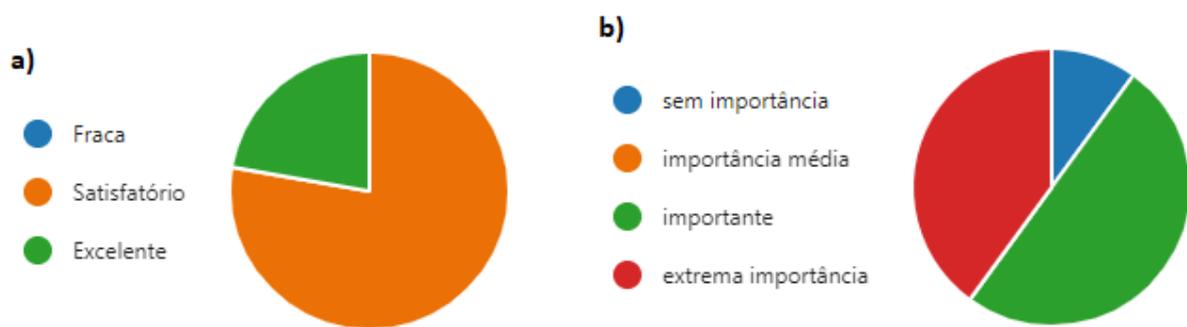


Figura 4: a) Gráfico referente a formação para o ensino da matemática durante o curso de graduação. b) Importância da formação matemática para professores do ensino fundamental.

Trinta e três por cento dos docentes relataram a utilização de jogos como recurso didático mais utilizado em sala de aula para o ensino da matemática. Também citaram recursos como, filmes, desafios entre outros, mas nenhum deles relatou a utilização do próprio cotidiano do estudante para o ensino. Recurso este muito importante, pois assim eles percebem a aplicação dos conceitos matemáticos no seu dia a dia

Conclusão

A formação docente, portanto, é considerada como artifício principal para a construção de um saber sistematizado pelo discente, não somente no âmbito do ensino da matemática, mas em todos os aspectos educacionais, sendo que, sem ela a qualidade e humanização em prol de um ensino emancipatório e diversificado, na produção de aprendizagens significativas fica ainda mais longe de ser vivenciado na escola pública. Esta pesquisa foi gratificante, além de responder a indagação iniciada neste estudo enfatizando a formação dos professores para trabalharem com o ensino da Matemática nos anos iniciais articulado com sua prática pedagógica para despertar no discente o interesse em estudar matemática.

Por meio do levantamento bibliográfico foi possível identificar, a importância do aprendizado dos conceitos matemáticos por parte dos professores atuantes no ensino fundamental e principalmente a elaboração de práticas pedagógicas adequadas para trabalhar esses conceitos em sala de aula. Foi possível perceber a importância de cada vez mais levar a vida do estudante para a sala de aula, trazendo uma vivência prática desses conceitos.

O questionário trabalhado com os professores proporcionou uma análise do perfil desse profissional e sua visão sobre sua formação e aplicação dos conceitos em sala de aula. Os docentes são conscientizados da importância do aprendizado da matemática nos anos iniciais e demonstraram preocupação das formas a ser trabalhado os conceitos em sala de aula.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 1995. BARRETO, M.G.B. (2011). **A formação continuada de matemática dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental e seu impacto na prática de sala de aula.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Bandeirante de São Paulo.

BORCHARDT. T.T. (2015). **A Sociedade Educativa e a Subjetivação de Professores que Ensinam Matemática nos Anos Iniciais da Educação Básica.** 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática). FaE/UFPel.

THIES, VANIA GRIM e ALVES, ANTONIO MAURICIO MEDEIROS. Material didático para os anos iniciais: ler, escrever e contar In: **Práticas pedagógicas na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental: diferentes perspectivas /** Gabriela Medeiros Nogueira (org.). – Rio Grande: Editora da FURG, 2013.

ZIMER, Tânia Teresinha Bruns. Matemática. In. GUSSO, Ângela Mari. **Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais.** Curitiba, Pr. Secretaria de Estado da Educação, 2010.

Teaching mathematics in the elementary school: Conceptions and pedagogical practices applied in learning

ABSTRACT: The initial years of schooling have great importance for the life of the student, especially regarding the concepts and relationships in Mathematics, which will be used later, throughout their school life. Thus was carried out the Identification of the way the teachers of the initial years mobilize the appropriate mathematical knowledge. The dialogue with a certain theoretical framework that allows the understanding and interpretation of the research data and understand that conception of Mathematics teaching guides the educational practice of teachers.

Keywords: Elementary school, mathematics; teacher.

Envio: 07 de dezembro de 2022.

Aceite: 04 de janeiro de 2023.

Software no ensino da matemática: uso de aplicativo como estratégia de aprendizagem

Daniela Maria da Silva Souza⁶
Carla de Souza Manhanini⁷
Érica Marques da Silva Santos⁸

RESUMO: O presente trabalho teve como finalidade de relacionar alguns aplicativos que podem ser utilizados em sala de aula para o aprimoramento dos conceitos vistos e a análise da relação entre jogos e Matemática como uma metodologia de ensino para incentivar os alunos a desenvolver e discutir de forma mais clara a disciplina, pois a maior preocupação está ligada a formação dos estudantes.

Palavras-chave: Matemática; Jogos; Aplicativos.

Introdução

O desempenho em matemática é ainda inferior ao relacionado em outros conteúdos, a dificuldade em que se encontram os alunos no desenvolvimento, seguida de uma avaliação crítica e possibilidade de progresso. A disciplina é caracterizada como sendo complexas, e por falta, muitas vezes, de estímulo, organização e medo de fracassar, os estudantes acabam não dando atenção a ela. Na teoria, a concepção de ensino se dá pelo ensino direto, acreditando que os alunos aprendam tudo o que os professores ensinam em sala de aula. Partindo então das mudanças das práticas de educação, propõe-se o uso de ferramentas matemáticas relacionadas a cultura em que os alunos se situam e as ferramentas disponíveis. Entretanto, essas mudanças não são fáceis de serem alcançadas, tendo em vista as ferramentas que as escolas podem estar utilizando devem ser inovadoras e apropriadas as diferentes situações.

O conhecimento matemático foi inventado e colocado em prática ao longo do tempo, mas os conhecimentos adquiridos na vida acadêmica não são tão utilizados no cotidiano. Uma causa da rejeição a disciplina se deve a uma má "apresentação" dela e a falta de assimilação dos conteúdos que tendem a se tornarem cada vez piores ao longo do tempo. Cabe ao educador buscar maneiras alternativas e não somente ensino direto, pois os alunos dificilmente aprenderão o conteúdo simplesmente se engajando em situações problemas.

As novas tecnologias estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas e, principalmente, dessa nova geração de estudantes. Porém, aprender e ensinar, em tempos de tecnologias digitais, envolvem a reflexão sobre a utilização de estratégias que buscam o interesse dos estudantes de modo a coloca-los no centro

⁶ Licenciatura em Matemática pela Faculdade Santa Marcelina (FASM/MG) - daniela@gmail.com.

⁷ Dra. Engenharia e Ciências dos Materiais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF/RJ) e professora Faculdade Santa Marcelina – carla.manhanini@santamarcelina.edu.br

⁸ Dra. Engenharia e Ciências dos Materiais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF/RJ) e professora Faculdade Santa Marcelina - erica.santos@santamarcelina.edu.br.

do processo. O papel do professor neste sentido passar a ser de mediador. Assim sendo essas estratégias são consideradas um grande desafio na Educação.

A formação do professor é fundamental para que uma educação inovadora aconteça de forma efetiva. Este projeto busca atingir professor e aluno.

Do ponto de vista do aluno, ele busca propiciar uma forma de ensinar mais motivadora, desafiadora e contextualizada com a sua realidade. Do ponto de vista dos professores, a pesquisa irá fornecer uma nova metodologia de ensino, transformando o professor em um agente mediador do conhecimento. Isso torna o professor mais próximo dos alunos, desmistificando a figura negativo do professor que, muitas vezes, é atribuída pelos alunos pela falta de acessibilidade e aquisição do conhecimento.

Neste contexto, pretende-se levar a pensar numa proposta de ensino que leve os alunos a compreenderem o meio em que vivem e que, juntamente com a prática do uso de novas tecnologias, promova uma aprendizagem mais significativa para todos.

Ainda neste assunto, dentro do contexto educacional, o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) exerce um papel cada vez mais fundamental no aprendizado, comunicação e vivência, tornando-se essencial para o professor incorporar tais tecnologias ao mediar uma sala de aula.

Em grande parte das instituições de ensino é expressamente proibido o uso de celulares, tablets, notebooks para fins que não sejam pedagógicos. Entretanto, é permitido ao professor utilizar dispositivos móveis em seu processo didático de ensino e aprendizagem em sala de aula. É importante ressaltar que a utilização das TICs é uma interessante metodologia alternativa ao modelo tradicional, já que une o aprendizado e a obtenção de novas informações a uma boa recepção por parte dos estudantes.

Para isso admita-se que utilizar os recursos tecnológicos disponíveis para uma geração que já nasceu submersa nas novas tecnologias pode ser mais produtivo e eficiente, uma vez que são capazes de promover a interação entre os alunos e toda a turma e auxiliar também com processo de ensino-aprendizagem. Além disso ter conhecimento dessas novas ferramentas de ensino, para melhor absorção das aulas e assim tentar descaracterizar a matemática como um monstro e mudar o quadro que se encontra no Brasil.

Durante a pesquisa, foi feito uma análise mais ampla e objetiva na inclusão de novas tecnologias na sala de aula, sendo feito a relação de aplicativos específicos, para promover o ensino de forma criativa e interessante, despertando nos alunos a curiosidade e a capacidade de inferir e questionar o conhecimento, tendo como proposta a metodologia inovadora e contextualizada.

Tendo essa visão, são apresentados três aplicativos- KAHOOT, PLICKERS e PhET-, contendo uma análise sobre eles, suas vantagens e desvantagens de uso.

Breve análise sobre o ensino da matemática

A Matemática é considerada uma disciplina de extrema importância na educação, devido a sua utilização no dia a dia. Ela está presente em toda parte, em toda profissão, proporcionando conclusões através de uma possível solução de problemas.

Segundo Souza (2001), o ensino da matemática é importante também pelos enriquecimentos do pensamento matemático na formação intelectual do aluno, seja para exatidão do pensamento lógico-demonstrativo que ela exige, seja pelo exercício criativo da intuição, da imaginação e dos raciocínios indutivos e dedutivos. A matemática é indispensável na formação profissional do aluno, pois seu conteúdo enriquecido desenvolve o poder de raciocínio, dando-lhe uma visão determinante das situações diárias que lidam.

Com o passar do tempo, com avanço tecnológico e científico, tornou-se essencial na sociedade devido a sua necessidade diária, estando ligada em vários ramos, como a economia, finanças, saúde, engenharia, entre outras. Com isso, o estímulo ao estudo e compreensão da matéria, tendem a aumentar consideravelmente, sendo transmitida aos alunos de uma forma moderna, contextualizadas invocando os fatos e acontecimentos diários diretamente ligados a suas operações.

Tendo em vista que mesmo o avanço tecnológico vem aumentando cada vez mais e a BNCC propondo a utilização desses recursos, ainda assim há um bloqueio visto que a maioria das escolas públicas não têm recursos disponíveis além de não ter professores capacitados.

Os softwares, ferramenta digitais para ensinar matemática

O cenário educacional demanda de estratégias de ensino focadas nas necessidades de aprendizagem de forma objetiva e o uso de software nas aulas vem sendo uma crescente para isso, principalmente com a vivência pandêmica que o mundo viveu, uma vez que, utilizados de forma correta, trabalha a real dificuldade do aluno.

Como o foco principal da pesquisa foi a introdução dos softwares no ensino da matemática, uma vez que é uma disciplina muito complexa e maçante para se trabalhar. Devido a esse fato foi estabelecido esta análise de alguns aplicativos que podem ser utilizados no ensino deixando-o mais diversificado e interessante

chamando a atenção dos estudantes e fazendo com que apreciem cada vez mais a matemática. Como podemos observar na fala:

A tecnologia deve servir para enriquecer o ambiente educacional propiciando a construção de conhecimentos por meio de uma atuação ativa, crítica e criativa por parte de alunos e professores. (BETTEGA, 2010, p. 18)

O ensino sobre a disciplina retratada faz toda a diferença na forma como é transmitida, pois o conteúdo foi repassado por muitos anos de modo que os alunos passaram a ficar apreensivos, com receio da disciplina, e ainda hoje é visível este desânimo pela matemática por parte dos estudantes, devido ao fato de ser uma ciência exata e por conter muitas regras e fórmulas, sendo vista como memorização. Para tornar esse estudo dinâmico e prático, o software se faz a uma metodologia ativa para o aluno e para melhorar a compreensão do conteúdo.

Com a introdução dos jogos no ensino da matemática as aulas podem se tornar mais interativas com os alunos, pois a tecnologia é um contexto muito atual e que a maior parte da população tem acesso, principalmente os jovens, deixando assim a aprendizagem mais significativa e condizente. Ou seja, por meio do jogo o aluno adquire a autoconfiança, trabalha em sociedade com os outros integrantes, desperta os interesses destes, além de ser uma forma divertida e diferente da aprendizagem da disciplina, visto que muitos não reclamam do conteúdo em si, mas do modo que ele é passado.

Para a aplicação dessa metodologia é preciso considerar que demanda tempo para planejamento e execução, e levar em consideração que nem todas as aulas o professor precisa ficar focado na mesma, sendo assim focar apenas nela quando ver que mesmo usando seus meios estratégicos o aluno apresenta dúvidas, os jogos serão uma alternativa de complementação. Os softwares ajudam a criar contextos de aprendizagem significativos, sendo um recurso pedagógico eficaz para a construção de conhecimento matemático tendo por objetivo, fazer com que os discentes gostem de aprender essa disciplina, mudando a rotina e despertando o interesse destes. Sendo assim, a utilização de jogos em sala de aula desenvolve cognitivo, resultando a interação social, construção de conhecimento e a memorização mais facilmente do assunto.

A interação aluno/professor nas aulas de matemática facilita o aprendizado. Logo, utilizar estratégias que proporcionam uma melhora nessa interação é de grande valia. Os softwares matemáticos, por exemplo, desenvolvem o raciocínio lógico das crianças e suas habilidades, tendo em conta a matemática como uma disciplina prazerosa e proporcionam a criação de vínculos positivos na relação entre professores e alunos. Com os softwares matemáticos, os

alunos podem encontrar equilíbrio entre o real e o imaginário e ampliarem seus conhecimentos e o raciocínio lógico-matemático. Durante a aplicação do software o professor deve estar atento às relações dos alunos, se realmente estão mentalmente envolvidos, se conseguem identificar e interpretar as regras, se estão superando as dificuldades ou procurando uma estratégia. Esses pontos identificadores para o professor avaliar se realmente o software aplicado está sendo aceito. O software deve ser visto para o professor como estratégia na realidade de vida e aprendizado do aluno.

Metodologia

A utilização de tecnologias aliadas ao ensino de Matemática com o intuito de despertar o interesse dos estudantes pela disciplina, e após uma análise sobre o uso de tecnologias dentro de sala de aula, percebe-se o crescimento da utilização de ferramentas digitais que favoreçam a estimulação, auxiliando o aluno no momento de compreender um conteúdo complexo, consequentemente diminuindo suas dificuldades de aprendizagem principalmente na disciplina de exatas.

Logo, a utilização de tecnologias no meio educacional visa relacionar com o método tradicional pois não tem como deixar de levar esse tipo de conhecimento para os alunos que já tem uma influência deste meio digital. Consequentemente busca-se novas maneiras de ensinar e transmitir conhecimento.

Partindo disso baseou-se em pesquisa qualitativa a fim de fazer uma união desses dois conceitos com o propósito de obter uma aprendizagem significativa. Num primeiro instante efetivou-se consultas bibliográficas para melhor compreensão do conteúdo e suas influências no meio educacional. Foi realizado também, uma análise crítica dos aplicativos como forma de ao final tirar uma conclusão concreta e dizer qual é o aplicativo melhor a ser usado.

Resultados e discussão

Aplicativos utilizados como ferramenta de aprendizagem

PHET

É um laboratório virtual dos Estados Unidos, fundado em 2002, na Fig. 1 pode-se observar seu logotipo. Ele oferece simulações de matemática e ciências divertidas, interativas, grátis, baseados em pesquisa. Além disso, ajuda o aluno a compreender conceitos visuais as simulações Phet anima o que é invisível ao olho, através de uso de gráficos, instrumento de mediação, inclusive régua, cronômetro, voltímetros e termômetros. À medida que o usuário entra em contato e faz o uso desta ferramenta na área e conteúdo desejado, vê-se a resposta imediatamente

animadas, assim ilustrando efetivamente as relações de causas e efeitos, como movimento dos objetos, gráficos, leituras de número etc.

O pacote de versão completa do portal Phet instala uma cópia deste em seu computador. Uma vez instalado não é necessário se manter online para acessar e utilizar estas simulações.

Na Tabela 1 é apresentado uma análise realizada sobre as vantagens e desvantagens da sua utilização.

Tabela 1: Tabela relacionando vantagens e desvantagens na utilização do aplicativo.

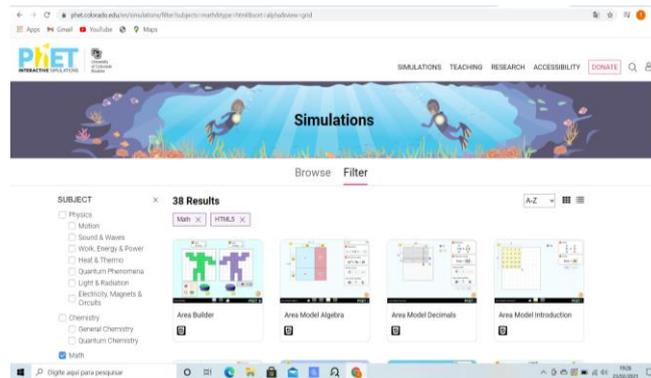
Vantagens	Desvantagens:
Facilita o ensino-matemática através de aulas dinâmicas, além de abordar questões de outras disciplinas na área das exatas e ciências da natureza.	-É necessário internet para acessar o aplicativo no primeiro acesso.
O aluno consegue visualizar diversas situações de forma clara e objetiva, sem ter muita dificuldade de entendimento do aplicativo.	Não atende a área de humanas e linguagens
O aplicativo sendo usado no meio educacional é direcionado para estudantes do ensino fundamental II e Ensino Médio.	

Fonte: próprios autores.

Figura 5: logotipo PHET Fonte: https://phet.colorado.edu/pt_BR/



Figura 6: imagem do simulador PhET simulations.



Fonte: <https://phet.colorado.edu>

KAHOOT

É uma plataforma de aprendizado baseado em jogos. Seus jogos de aprendizado Kahoot são de múltiplas escolhas permitindo que o professor possa extrair questões prontas da internet ou ele mesmo criá-las, porém mantendo um certo limite de caracteres além de poder também escolher o tempo específico para a execução daquela atividade. Estilo de jogo ranqueado com base na progressão da atividade, podendo ser respondidas via smartphone, tablet ou computador. Ele foi lançado em setembro de 2013, tendo 40 milhões de usuários ativos mensais, em março de 2017. Na tabela, 2 é apresentado uma análise de suas vantagens e desvantagens, assim como na Fig. 3 mostra o logotipo do aplicativo.

Tabela 2: Análise das vantagens e desvantagens do aplicativo Kahoot.

Vantagens	Desvantagens
É possível criar competição entre os alunos.	É necessário internet e que todos os alunos tenham um dispositivo disponível
Multidisciplinar	Apresenta função em inglês, porém de fácil entendimento
Pode incluir imagens e vídeos	Caso o usuário pretenda ter um aplicativo mais completa, terá que usar a versão paga.
É possível controlar o tempo de cada questão para responder	
O professor tem o total domínio do aplicativo. Ou seja, pode ser utilizado em qualquer ano escolar e disciplina	

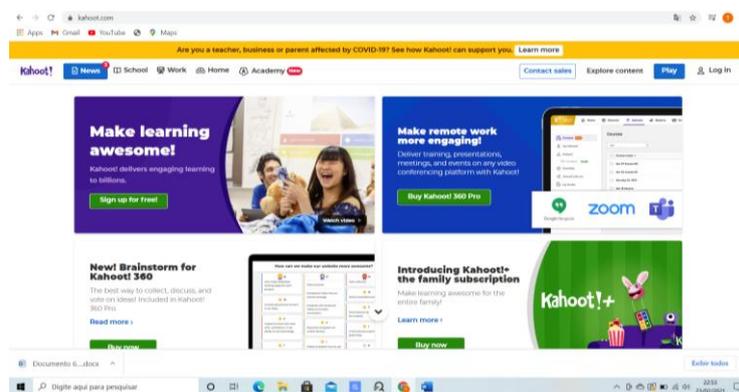
Fonte: próprios autores.

Figura 7: Logotipo Kahoot.



Fonte: <https://cel.fclar.unesp.br/alemao/kahoot/>

Figura 8: Página inicial do Kahoot.



Fonte: <https://kahoot.com/>

PLICKERS

É uma ferramenta que se pode utilizar em dispositivos móveis ou computador, conectados estes a internet. O professor para coletar as respostas entrega a cada aluno um cartão que pode ser impresso na folha A4, sendo cada um com Qrcode diferente, em que cada lateral da imagem representa uma alternativa variando de “a” a “d”. As respostas posteriormente serão escaneadas pelo professor com o uso de um celular, que irá gerar dados referentes as respostas dos alunos em forma de gráficos e porcentagens de acertos da turma, possibilitando assim identificar as dificuldades destes alunos, para melhor criação de estratégias para facilitar o desenvolvimento e maior aprendizado, além de criar critérios de avaliação. A tabela 3 mostra a relação entre suas vantagens e desvantagens e a Fig.5 mostra seu logotipo.

Tabela 3: Relação das vantagens e desvantagens do aplicativo.

Vantagens:	Desvantagens:
Não é necessário que os alunos tenham smartphone.	Apresenta recursos pagos
Monitoramento do professor para saber o progresso dos alunos na plataforma.	O aplicativo é voltado mais para o professor, ou seja, o foco maior é apresentar dados avaliativos da turma em geral, facilitando a este uma avaliação concreta rápida e simples
Multidisciplinar.	Os alunos podem se perder na hora de selecionar as respostas no cartão
	Dar trabalho na sua aplicação, organização da turma, e recursos tecnológicos (televisão conectada ao notebook juntamente com um celular para fazer o escaneamento das respostas)

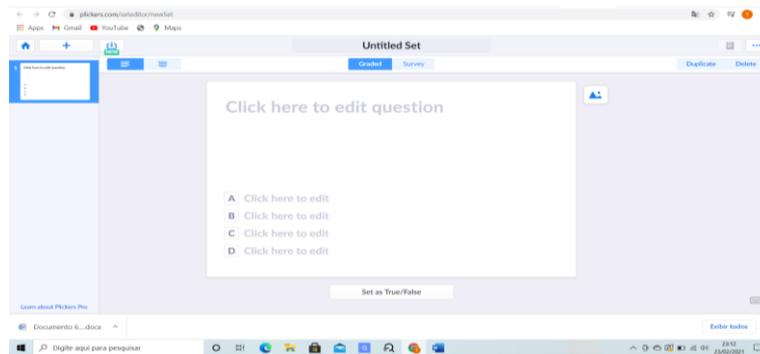
Fonte: próprios autores.

Figura 9: logotipo Plickers.



Fonte: <http://www.aecastrodaire.com/index.php/manuais-escolares-2016-17/50-alunos>

Figura 10: imagem do PLICKERS.



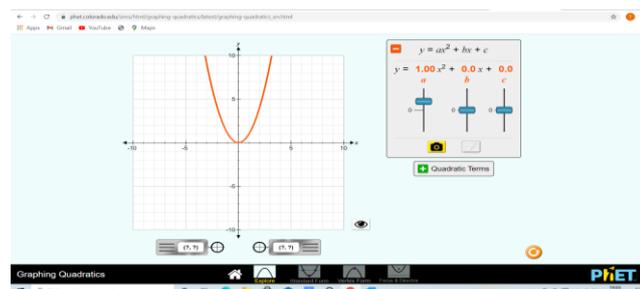
Fonte: <https://www.plickers.com/seteditor/newSet>

Após a análise dos aplicativos foi realizado a elaboração de propostas de atividades que podem ser realizadas por meio deles. Foi utilizado os aplicativos Phet e Kahoot devido a sua maior facilidade de acesso tanto por meio do docente quanto do discente.

Uma atividade que pode ser realizada por meio do aplicativo Phet é sobre função quadrática ou função do segundo grau. Esta é uma função na qual é escrita na forma $f(x) = ax^2 + bx + c$ tendo os coeficientes a , b e c . O coeficiente a determina a concavidade da parábola sendo $a > 0$ concavidade para cima, $a < 0$ concavidade voltada para baixo. Além disso, é necessário conhecer o vértice e as raízes da função que podem ser determinadas por meio fórmula de Bhaskara.

No PhET, o professor ao acessar a plataforma PhET Simulador no Google ou play store vai se deparar com qual disciplina se identifica e contendo seus conteúdos. Ao explorar o simulador de funções quadráticas, o professor terá quatro opções, podendo aplicar e aprimorar seu conteúdo em diferentes vertentes. No momento da aplicação, o aluno será possível observar as mudanças do gráfico de acordo com as alterações que o professor destinar, como mostra a Fig. 7.

Figura 11: Página do Phet.



Fonte: <https://phet.colorado.edu>

Essa metodologia é eficaz no auxílio da elaboração do conceito da função quadrática, permitindo aulas dinâmicas, permitindo que o aluno seja construtor do seu conhecimento. Na tabela segue o roteiro da atividade que poderá ser realizada

Tabela 4: Roteiro da atividade a ser realizada utilizando o aplicativo PHET

Roteiro de Aprendizagem 1 – Jogo - Phet
<p>1. Intencionalidade pedagógica O objetivo é incentivar, aprimorar o conhecimento do aluno, através de simulações matemáticas</p> <p>2. Conexão com o PCNEM Aplicação: Ensino fundamental Competência geral: Álgebra Competências da área: construção de gráficos Tema: função gráfica do 2 grau Habilidades trabalhadas: "H44- Analisar informações expressas pelo gráfico de uma função quadrática para resolver situação problema. H49- Resolver problemas modelados pela função quadrática. H52- Resolver problemas de máximo ou mínimo usando as coordenadas do vértice. H54- Compreender o estudo do sinal de uma função quadrática através da análise de seu gráfico, usando as coordenadas do vértice</p> <p>3. Percurso da atividade</p> <ul style="list-style-type: none"> ● O professor deve-se explicar as principais características e propriedades que uma função do segundo grau contém ● O professor em primeira ênfase do assunto deverá recorrer a ferramentas que possibilitem melhor aprimoramento do conteúdo, que no caso, apontaremos o PhET como uma das ferramentas que o docente poderá estar utilizando ● Acesse o simulador em <https://phet.colorado.edu/sims/html/graphing-quadratics/latest/graphing-quadratics_pt_BR.html> ● Escolhas os tipos de simulações que deseja e depois clique no controle para iniciar simulador ● Ao estabelecer está ferramenta como metodologia de ensino, o docente deverá buscar interagir os alunos nas aulas com está ferramenta, mostrando a simplicidade de ao fazer um gráfico de tal função ● Finalizar a atividade ● Solicitar que os discentes produzam desafios e problemáticas sobre

equação do segundo grau e que no momento desta atividade mostram para o professor que souberam construir um gráfico.

4. Impactos na aprendizagem

Após a atividade, os alunos deverão ser capazes de:

Identificar as primeiras etapas da resolução do segundo grau, aplicar os resultados obtidos no gráfico corretamente e elaboração de possíveis estratégias para resolvê-la;

Identificar propriedades e representações de função de segundo grau;

compreender e emitir julgamento individual diante as informações matemáticas

O aplicativo Kahoot, criado em 2013, pode ser utilizado em qualquer disciplina e conteúdo, basta o professor elaborar perguntas a cerca de um determinado tema e realizar sua aplicação em sala de aula, sendo uma ferramenta eficaz na análise do aprendizado.

Por meio do Kahoot o docente pode elaborar questões sobre função quadrática previamente trabalhado em sala de para que os alunos executem a resposta por determinado intervalo de tempo, como pode ser observado na Fig.8. É possível gerar uma competição, já que no encerramento da atividade o aplicativo fornece um podio.

Figura 12: Demonstração da visualização da pergunta e resposta no aplicativo Kahoot.



Fonte: <https://kahoot.com/>

Em outros termos, esta metodologia oferece ao aluno um "espírito" de competitividade entre grupos ou individualmente, já que é um jogo realizado de forma síncrona depende da organização e o que este professor pretende trabalhar

ou seja fica a critério deste docente. Na tabela 5 é apresentado o roteiro da atividade a ser realizada.

Tabela 5: Roteiro da atividade a ser realizada com o aplicativo Kahoot

Roteiro de Aprendizagem 2 – Jogo -Kahoot
<p>1. Intencionalidade pedagógica O objetivo é incentivar, aprimorar o conhecimento do aluno, gerar a competitividade, ensinar a compreender a ganhar e a perder, através de Atividades matemáticas online</p> <p>2. Conexão com a BNCC Aplicação: Ensino fundamental Competência geral: Álgebra Competências da área: aplicação teórico do conteúdo Tema: função gráfica do 2º grau Habilidades trabalhadas: EF09MA09 - Compreender os processos de fatoração de expressões algébricas, com base em suas relações com os produtos notáveis, para resolver e elaborar problemas que possam ser representados por equações polinomiais do 2º Grau.</p> <p>3. Percurso da atividade</p> <ul style="list-style-type: none"> ● O professor deve-se explicar as principais características e propriedades que uma função do segundo grau contém ● O professor em primeira ênfase do assunto deverá recorrer a ferramentas que possibilitem melhor aprimoramento do conteúdo, que no caso, apontaremos o KAHOOT como uma das ferramentas que o docente poderá estar utilizando ● pesquise no Google " Kahoot" ou procure o aplicativo no play store, ou entre no site https://kahoot.com/ <ul style="list-style-type: none"> Faz a inscrição, sendo ela gratuita Ao estabelecer está ferramenta como metodologia de ensino, o docente deverá buscar interagir os alunos nas aulas com está ferramenta, mostrando o prazer e desafio que a ferramenta proporciona Finalizar a atividade Procure a saber do aluno sobre o aplicativo, pontos relevantes ao se utilizar <p>4. Impactos na aprendizagem Após a atividade, os alunos deverão ser capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Identificar as primeiras etapas da resolução do segundo grau, aplicar os resultados obtidos no gráfico corretamente e elaboração de possíveis

estratégias

para resolvê-la;

- Identificar propriedades e representações de função de segundo grau;
- Compreender e emitir julgamento individual diante as informações matemáticas
- Respeitar e compreender quando se perde o jogo
- Sempre procurar a se arriscar e voltar ao desafio para responder corretamente

Conclusões

Ao iniciar-se este trabalho, motivado principalmente pela familiaridade que muitos alunos têm com as tecnologias digitais, observou-se uma possibilidade da inserção destas no meio educacional, utilizando estratégias e metodologias de ensino. Para tal, foi realizado num primeiro instante pesquisas para compreender o porquê de muitos estudantes apresentarem dificuldades na área de Exatas, resultando que este impasse é provocado por falta de interesse, incentivo, além da falta de conexão com o mundo atual e a própria metodologia utilizada pelo professor. Em consequência disso vê-se o nível baixo de desempenho na disciplina.

Tendo em vista disso, ao longo deste trabalho foi apresentado recursos bem proveitosos para que ajude este professor a ensinar os conteúdos de forma prazerosa, dinâmica, divertida e competitiva. Esses recursos foram aplicativos digitais, PhEt Simulator, Kahoot e Plickers, e ao fazer-se uma análise desses apps evidenciaram que o PhET e o Kahoot são boas ferramentas pedagógica no ensino-aprendizagem, o qual estimula o raciocínio e o trabalho em grupo. Contrastando, Plickers pode apresentar dificuldade na execução do jogo, gerando uma série de consequências já citadas no capítulo anterior.

Ainda convém a falar que a inclusão destes no ensino aprendizagem possibilita aos estudantes principalmente das classes menos favorecidas a aprender a manusear estas ferramentas além de motivá-los a aprender a matemática fazendo com que vejam também que a disciplina não é apenas memorização de fórmulas, cálculos matemáticos e a forma de aplicar mecanicamente. ainda esta ferramenta pode auxiliar ao aplicar um conteúdo novo e facilita melhor sua compreensão desenvolvendo a criatividade e a imaginação que por consequência eles passam "apaixonar" pela disciplina.

Referência Bibliográfica

ANASTÁCIO, Maria Queiroga Amoroso. Jogo e matemática uma combinação possível. **Duc in altum Muriaé**. Editora gráfica, v.3, n.1, 2003, pág.233-243.

BACICH, Lilian. As tecnologias digitais e seu papel transformador nas ações de ensino e aprendizagem. 2018. Disponível em: <https://lilianbacich.com/2018/10/10/as-tecnologias-digitais-e-seu-papel-transformador-nas-acoes-de-ensino-e-aprendizagem/>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BEGGIORA, Helito. Kahoot: como criar quiz e estudar com jogos: aplicativo gratuito é compatível com celulares android e iphone (ios). Aplicativo gratuito é compatível com celulares Android e iPhone (iOS). 2019. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/google/amp/dicas-e-tutoriais/2019/10/kahoot-como-criar-quiz-e-estudar-com-jogos.ghtml>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BETTEGA, Maria H. S. **Educação continuada na era digital**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COSTA, Joelma Cerdeira. A relação professor/aluno e sua influência no processo de ensino e aprendizagem de matemática no Ensino Fundamental. 2019. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/eduaprendizagem-de-matematica>. Acesso em: 02 Ago. 2020.

Software in the teaching of mathematics: use of application as a learning strategy

ABSTRACT: The present work aimed to relate some applications that can be used in the classroom for the improvement of the concepts seen and the analysis of the relationship between games and Mathematics as a teaching methodology to encourage students to develop and discuss the discipline more clearly, because the greatest concern is linked to the training of students.

Keywords: Mathematics; Gaming; Applications.

Envio: 07 de dezembro de 2022.

Aceite: 04 de janeiro de 2023.

“Procure a mulher”: Diálogos entre crônica e micro-história na representação feminina do século XIX por Machado de Assis.

Naiara Raimundo Morais⁹

RESUMO: A história é uma ciência em constante renovação, o que lhe permite reestabelecer novas áreas de estudo e interrelações com disciplinas que podem contribuir para seu desenvolvimento. Nesse sentido, os papéis destinados às mulheres no século XIX podem ser analisados por meio de pontos de vista complementares, a fim de acrescentar à História das Mulheres novos olhares epistemológicos. O presente artigo debate as relações entre história cultural, micro-história e crônica; cujo objetivo é compreender a importância de diferentes metodologias de análise para a criação de uma visão mais ampla da figura feminina, bem como dos papéis a ela destinados.

Palavras-chave: Cultura. Micro-história. Crônica. Mulheres.

Introdução

Ao pensar a história enquanto ferramenta de análise dos homens em sociedade no tempo, como proferia Marc Bloch (1997) em “Apologia à história” (BLOCH, 1997, p. 55), é impossível desvinculá-la das rupturas e continuidades que aponta. Nesse sentido, ao escolher um objeto de pesquisa, o historiador concentra seus esforços no intuito de encontrar os caminhos – e descaminhos – que podem ser traçados através das fontes que seleciona segundo determinado recorte. Porém, não encara os vestígios do tempo unicamente como simples marcas no papel ou costumes de um povo, mas sim como indícios de ações que denotam reflexos mais amplos da humanidade. Logo, pode-se dizer que o ofício do historiador se aproxima da atividade investigativa do detetive e da reflexão poética dos literatos, ainda que seja necessário pontuar ressalvas: diferentemente do detetive, ele conhece os “agentes” e desfecho do “crime”; além de manter compromisso fiel e irrevogável com a cientificidade na escrita, ponto que o difere dos autores literários. Posto isto, as relações entre história e literatura podem proporcionar uma gama de possibilidades de análise, compreensão e retomada de conceitos ainda maior do que se pode imaginar à primeira vista.

Como ponto comum, a compreensão, abrangência e relevância da cultura para as sociedades instiga estudiosos que se dedicam ao entendimento das construções simbólicas humanas, dos quais pode-se citar antropólogos, cientistas sociais, historiadores, escritores literários e tantos outros. Nesse sentido, Peter Burke (2005) objetiva desvendar um novo domínio que dá título ao questionamento de sua obra, “O que é história cultural?”. Logo de início, o autor

⁹ Mestranda em História do PPGH Universo – Linha de pesquisa: Sociedades, movimentos populacionais e de culturas; Universidade Salgado de Oliveira Niterói – UNIVERSO Niterói; Niterói; Rio de Janeiro; Brasil. Graduada em História pela Faculdade Santa Marcelina Muriaé - FASM Muriaé; Muriaé; Minas Gerais; Brasil; naiaraimundomorais@gmail.com.

esclarece conflitos ainda presentes na definição teórica do tema, uma vez que a amplitude do conceito de cultura torna difícil a tarefa de estabelecer limites ao campo de estudos em questão. Ainda assim, pontua a afirmação de que tal interesse de pesquisa seja um marco, como verdadeira “virada cultural” nos mais diversos âmbitos, visão na qual “o historiador cultural abarca artes do passado que outros historiadores não conseguem alcançar” (BURKE, 2005, p. 29); uma saída para a fragmentação crescente da cadeira.

Todavia, o próprio autor aponta caminhos para solucionar tal embate. Ao descrever a área como “sem essência”, mas dotada de “história própria”, sugere a percepção da história cultural a partir de seu método, desviando-se o foco absoluto sobre os tão diversos objetos de análise; logo, a preocupação com o simbólico (BURKE, 2005, p. 10). Posto isto, desenvolve cronologicamente as etapas que marcaram a consolidação de uma historiografia cultural; desde os primeiros estudos de intelectuais alemães do século XVIII sobre “canções e contos populares, danças, rituais, artes e ofícios” (BURKE, 2005, p. 29) até a apropriação da temática por parte de historiadores acadêmicos da década de 1960. Ainda assim, a aproximação com conceitos antropológicos permanece como marca desse domínio, fator que o liga à micro-história.

Diante do microscópio: por uma historiografia “ao rés do chão”

Por volta da década de 1970 na contramão dos estudos por grandes escalas, surge um novo método e domínio historiográfico: a Micro-História. A dualidade epistemológica deste conceito se dá ao fato de que as possibilidades suscitadas por tal abordagem são diversas, de acordo com o contexto em que a pesquisa se insere (REVEL, 2010, p. 434). Enquanto o domínio micro-histórico diz respeito ao campo de estudos que se utiliza da redução de escala para compreensão de um cenário constantemente ignorado na visão macro, mas sem perder o foco de suas contribuições para um quadro analítico mais amplo; o método da micro-história pode ser abordado em trabalhos de diferentes domínios como chave para revelar dados indispensáveis à historiografia.

Nesse sentido, segundo Jacques Revel (2000) seu desenvolvimento se deu como sintoma a partir de inquietações geradas pelas lacunas da História Social, ocupando um novo espaço como “opinião historiográfica ávida ao mesmo tempo de novidades e de certezas” (REVEL, 2000, p.8). Enquanto métodos de extensa quantificação produziam “os cansaços da Clio” (REVEL, 2000, p. 14), com longas horas de dedicação às estatísticas, contagem e agrupamento que muitas vezes poderiam apresentar desproporcionalidade em razão do número de resultados obtidos; o novo campo pretendia “diminuir ambições e tornar discursos mais modestos” (REVEL, 2000, p. 14) através da redução de escala de observação que lhe propiciaria diferentes aspectos – por vezes, despercebidos – impactantes às macroestruturas. Como fruto do seu tempo, pode-se relacionar, ainda, o esforço micro-histórico como resposta aos impactos da globalização, que tendem a gerar “modismos” - o que pode normatizar até mesmo as tendências de pesquisa -, capazes de supervalorizar o geral e deixar que se perca aspectos extremamente relevantes do conhecimento local e cultura regional (BURKE, 2005, p. 61).

Posto isto, o que apetece os olhos do pesquisador é justamente a trivialidade do cotidiano, a série de interrelações móveis que constituem o pano de fundo da calmaria do dia a dia, onde ‘nada acontece’ (REVEL, 2000, p. 17). Tal escolha não se dá para privilegiar um recorte em detrimento de outro, mas sim examinar minuciosamente as lacunas dos estudos de larga escala. Como a ferramenta de *zoom* das câmeras, que permite enxergar detalhes que a fotografia de início não apresentaria; a compreensão do micro revela traços importantes na constituição de um contexto macro mais coeso, logo, a diminuição paradoxalmente amplifica. Ao relacionar os intuitos da micro-história como frutos da aproximação da história à antropologia, a analogia de Peter Burke (2005) bem descreve o jogo de escalas e interdisciplinaridade que envolvem a temática: “O microscópio era uma alternativa atraente para o telescópio, permitindo que as experiências concretas, individuais ou locais, reingressassem na história” (BURKE, 2005, p. 61).

Tomando-se como ponto de reflexão tais analogias, é possível arriscar, ainda, o diálogo do jogo de escalas com a concepção de “história vista de baixo” (THOMPSON, 1998, p. 528) proposta por Edward Palmer Thompson (1998). Uma vez compreendida a importância de valorizar a historiografia das classes estruturalmente silenciadas - ou camufladas - nos discursos oficiais, inverte-se a lógica tradicional que enaltece a elite e cria heróis: afinal, heróis de quem? Nesse intuito, não existem grupos “menores” à espera da salvação, apenas sujeitos distintos e dotados de trajetórias diversas, que podem – e devem – ser contadas. Posto isto, em uma perspectiva atual, valoriza-se ainda o impacto do jogo de escalas na compreensão das mudanças que seguem em ritmo acelerado mundialmente. A essa realidade soma-se a análise de Jacques Revel (2010), a qual propõe encarar tal flexibilidade perspectiva como facilitadora na liquidez dos dias atuais. Se a internet aproximou ainda mais as fronteiras, transpondo-as constantemente através do avanço da globalização, o autor afirma: “talvez seja nesse ponto que uma reflexão sobre as escalas pode ajudar-nos a retomar certo domínio sobre esses processos que nos ultrapassam” (REVEL, 2010, p. 590). Logo, pode-se compreender o crescimento no número de trabalhos que inserem a micro-história em sua abordagem metodológica ou mesmo como “carro-chefe”, uma vez que sua relevância permanece constantemente reafirmada, pois a ação dos historiadores que pode alimentar um campo com mais rigor do que outros tende a torná-lo mais evidente (BARROS, 2005, p. 4).

Dessa forma, as representações simbólicas, tão caras à história cultural são perceptíveis na análise micro. A definição do antropólogo Edward Tylor (1871) em “*Primitive Culture*”, presente na obra de Burke (2005), esclarece tal relação; uma vez que cultura em um sentido ‘etnologicamente amplo’ seria “o todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (TYLOR, 1871 *apud* BURKE, 2005, p. 43). Ainda que o objeto de estudos permaneça vasto, é possível identificar as interrelações que a historiografia voltada ao micro estabelece com a escrita voltada ao entendimento da história cultural por uma série de exemplos, dos quais brevemente cito dois italianos: “A Herança Imaterial”, de Giovanni Levi (2000) e “O queijo e os vermes”, de Carlo Ginzburg (2006).

Ao descrever a trajetória do padre exorcista Giovan Battista Chiesa, do povoado de Santena na Itália do século XVII, Levi (2000) convida o leitor a conhecer os moradores dessa localidade, crenças, costumes e estruturas sociais que permeiam seu cotidiano; de forma que em certos momentos não é mais a *persona* de Chiesa o centro da narrativa, mas também o contexto em que vive e os aspectos que favoreceram a formação de sua herança imaterial (LEVI, 2000). Já Ginzburg (2006) ressalta a figura do moleiro conhecido como “Menocchio” ao longo de todo o texto, em caminho inverso, onde as ideias sobre vida e universo que o herege descreve no processo inquisitorial do século XVI são pontapé para compreender o imaginário de uma figura peculiar, mas que teria sua história levada pelas cinzas do tempo se não fosse reconhecida em uma visão ‘de baixo para cima’ (GINZBURG, 2006).

À vista disto, percebe-se que a “maneira de fazer” dos microhistoriadores não se encerra na redução de escala, uma vez que leva em conta o conjunto de diferentes aspectos que contribuem para que o fato se construa como tal, em meio a símbolos, signos e pontos de vista complementares. Assim, o que destaca um padre, um moleiro ou um pacato cidadão em meio ao mar de possibilidades analíticas que um grupo social pode apresentar é justamente o ponto que o liga ao todo, que gera identificação em meio às mais diversas personagens. É a “chave” da cultura que tem potência para criar um próprio domínio historiográfico, alimentar tantos outros – como a micro-história – e ser objeto e sujeito da escrita literária. Nesse sentido, amplia-se a discussão sobre as técnicas que envolvem a metodologia micro-histórica: não só o campo de estudos “dita as regras”, mas também as fontes selecionadas e o “giro do caleidoscópio histórico” (BARROS, 2005, p. 5), que como diz a metáfora de José D’Assunção Barros, “ocorre em consonância com as motivações de uma época, com as necessidades de uma determinada sociedade, com as suas nem sempre perceptíveis imposições políticas, com a sua capacidade de colocar certos problemas” (BARROS, 2005, p. 5).

Crônica e micro-história: possíveis diálogos metodológicos

O mesmo empreendimento “ao rés do chão” encontra-se como ponto comum a ação dos cronistas. O exercício dos escritores que se dedicam ao gênero também dialoga com a ideia de escalas – ainda que não tecnicamente, como a historiografia exige –, ao passo que o tom do cenário, a ambientação detalhada e temporalidade que envolvem os textos são coordenados por quem escreve. Como afirma o crítico literário Antonio Candido, “a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas” (CANDIDO, 1992, p. 14), uma vez que detêm este poder de traduzir diferentes perspectivas sobre a sociedade a qual narra. Enquanto a Micro-História surge a partir da insatisfação de estudiosos italianos com antigos métodos de análise social; a crônica nasce no folhetim, inicialmente acompanhada da brevidade característica dos jornais, como toque de humor e sátira em meio à seriedade das notícias diárias (CANDIDO, 1992, p. 14). Contudo, mesmo que sua escrita não tenha pretensão de se manter atual por longos períodos, muitas vezes alcança êxito nesse propósito por tecer

críticas sociais salpicadas de ironia que permanecem contemporâneas, como manchetes do último periódico.

Outro ponto de aproximação é a temática aparentemente desprezível. Em “O nascimento da crônica”, Machado de Assis (1994) exemplifica de forma simples como o cronista seleciona o objeto de sua composição: enquanto debate sobre o modo de fazer do gênero, aponta como tema o “desenfreado calor” (ASSIS, 1994, p. 13). Assim, enquanto cativa o leitor demonstrando a facilidade de desenvolver uma narrativa por meio de assuntos triviais e de aparente senso comum, como o clima; consegue estabelecer início, meio e fim da publicação. Sendo assim, quando Candido (1992) afirma que a desprezão da crônica a humaniza, sintetiza o esforço machadiano de enxergar um mundo de possibilidades na simplicidade do rotineiro. Logo, a variedade de cenários temáticos, transfigurada em possíveis motivações de escrita que se apresenta ao cronista é inesgotável, pois o gênero interpreta o dia a dia quando o autor “foca o detalhe urbano, que vê a sociedade em um poste quebrado ou na alegria de uma criança que vai à escola, escava questões filosóficas ou salienta a ironia da vida numa feira, na praça e no fluxo das ruas” (MARONEZE, 2014, p. 4) a fim de tornar acessível a textualidade aos mais diferentes leitores, por meio da coloquialidade; traço que a aproxima das suas raízes nos periódicos, onde o público leitor poderia ser diverso.

Em termos de historiografia, os jornais são fontes de imenso valor interpretativo para diferentes aspectos da vida em sociedade, uma vez que cada folhetim carrega consigo linguagem, diagramação e escolha de temáticas voltados para o público-alvo que lhe diz respeito, de forma a sustentar uma ideologia em suas entrelinhas – ora mais visível, ora mais subjetiva. Já para a literatura, o espaço jornalístico significa também espaço de expressão artística, além de impulsionar carreiras que ali se iniciam. No caso do renomado autor - considerado por muitos como o maior nome da literatura brasileira-, fundador da Academia Brasileira de Letras, Machado de Assis não foi diferente. De origem humilde, publicou seu primeiro texto, um soneto intitulado “À Ilma. Sra. D.P.J.A” em 1854 no trissemanal *Periódico dos Pobres* (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2022). Posteriormente, atuou ainda como revisor, redator, tipógrafo e crítico teatral para diversas gazetas e revistas, nas quais publicou inicialmente romances, contos, poemas e crônicas que posteriormente seriam republicados como livros; transitando entre as escolas literárias do romantismo, indianismo, parnasianismo e realismo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022).

Entre tais revistas, destaco o periódico “*A Estação*”: de origem europeia, publicada nos dias 15 e 30 de cada mês, no Rio de Janeiro entre 1879 e 1904. Descrita como “jornal ilustrado para a família” (A ESTAÇÃO, 1881, p. 1), era composto basicamente por um jornal de moda (8 páginas) impresso na Alemanha, ilustrado com as principais tendências da moda francesa – que em nada se adequariam ao clima e estações brasileiros -; e aporte literário (4 páginas), impresso no Brasil com a contribuição de diversos autores, como Arthur Azevedo com as “Chroniquetas” e Machado de Assis, que no mesmo periódico publicaria “O Alienista”, “Quincas Borba” e a crônica “*Cherchez la femme*”, sendo a última de maior interesse nesse texto (BRASIL, 2015). A seguir, o texto em questão:

“Cherchez la femme

Publicado originalmente em *A Estação*, Rio de Janeiro,
15/08/1881.

“Quem inventou esta frase, como uma advertência própria a devassar a origem de todos os crimes, era talvez um ruim magistrado, mas, com certeza, excelente filósofo. Como arma policial, a frase não tem valor, ou pouco e restrito; mas aprofundai-a, e vereis tudo que ela abrange; vereis a vida inteira do homem.

Antes da sociedade, antes da família, antes das artes e do conforto, antes das belas rendas e sedas que constituem o sonho da leitora assídua deste jornal, antes das valsas de Strauss, dos *Huguenotes*, de Petrópolis, dos landaus e das luvas de pelica; antes, muito antes do primeiro esboço da civilização, toda a civilização estava em gérmen na mulher. Neste tempo ainda não havia pai, mas já havia mãe. O pai era o varão adventício, erradio e fero que se ia, sem curar da prole que deixava. A mãe ficava; guardava consigo o fruto do seu amor casual e momentâneo, filho de suas dores e cuidados; mantinha-lhe a vida. Não desvie a leitora os seus belos olhos desse infante bárbaro, rude e primitivo; é talvez o milionésimo avô daquele que lhe fabricou agora o seu véu de Malines ou Bruxelas; ou — provável conjectura! — é talvez o milionésimo avô de Meyerbeer, — a não ser que o seja do Sr. Gladstone ou da própria leitora.

Se quereis procurar a mulher, é preciso ir até lá, até esse tempo, *d’ogni luce mutto*, antes dos primeiros albores. Depois, regressai. Vinde, rio abaixo dos séculos, e onde quer que pareis, a mulher vos aparecerá, com o seu grande influxo, algumas vezes maléfico, mas sempre irrecusável; achá-la-eis na origem do homem e no fim dele; e se devemos aceitar a original teoria de um filósofo, ela é quem transmite a porção intelectual do homem.

Assim, amável leitora, quando alguém vier dizer-vos que a educação da mulher é uma grande necessidade social, não acrediteis que é a voz da adulação, mas da verdade. O assunto é decerto prestado à declamação; mas a idéia é justa. Não vos queremos para reformadoras sociais, evangelizadoras de teorias abstrusas, que mal entendeis, que em todo caso desdizem do vosso papel; mas entre isso e a ignorância e a frivolidade, há um abismo; enchamos esse abismo.

A companheira do homem precisa entender o homem. A graça da sociedade deve contribuir para ela mais do que com o influxo de suas qualidades tradicionais. Enfim, é preciso que a mulher se descative de uma dependência, que lhe é imortal, que não lhe deixa muita vez outra alternativa entre a miséria e a devassidão.

Vindo à nossa sociedade brasileira, urge dar à mulher certa orientação que lhe falta. Duas são as nossas classes feminis, — uma crosta elegante, fina, superficial, dada ao gosto das sociedades artificiais e cultas; depois a grande massa ignorante, inerte e virtuosa, mas sem impulsos, e em caso de desamparo, sem iniciativa nem experiência. Esta tem jus a que lhe dêem os meios necessários para a luta da vida social; e tal é a obra que ora empreende uma instituição antiga nesta cidade, que não nomeio porque está na boca de todos, e aliás vai indicada noutra parte desta publicação.

A ocasião é excelente para uns apanhados de estilo, uma exposição grave e longa do papel da mulher no futuro, para uma dissertação acerca do valor da mulher, como filha, esposa, mãe, irmã, enfermeira e mestra, tudo lardeado dos nomes de Rute e Cornélia, Récamier e a Marquesa de Alorna. Não faltaria dizer que a mulher é a estrela que leva o homem pela vida adiante, e que principalmente as leitoras d' *A Estação* merecem o culto de todos os espíritos elegantes. Mas estas coisas subentendem-se, e não se dizem por ociosas. Baste-nos isto: educar a mulher é educar o próprio homem, a mãe completará o filho” (ASSIS, 1994).

(Texto-fonte: *Obra Completa*, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V.III, 1994)

Por se tratar de um periódico que valoriza os costumes europeus como exemplo de conduta para as mulheres brasileiras, nada mais adequado do que utilizar uma expressão francesa como título chamativo à crônica que se seguiria. No sentido literal da tradução, “*Cherchez la femme*” significa “procure a mulher”; dito que pode ser relacionado a diferentes interpretações. Primeiramente, foi associada à ficção policial na França, a partir do romance “*Les Mohicans de Paris*” de Alexandre Dumas, em 1854, cujo significado estaria associado à culpa da mulher nos bastidores que motivariam os crimes; logo, para encontrar os suspeitos da ação, dizia-se que ao “procurar a mulher” por trás dos fatos o mistério seria solucionado (COLLINS, 2022). Posteriormente, outra vinculação sexista se deu à expressão, equiparando-a à frase “atrás de um grande homem há sempre uma grande mulher”.

Todavia, na crônica machadiana que carrega no título a mesma expressão, seu sentido é construído de outra forma. Ao exaltar a mulher como origem da vida, afinal, “toda civilização estava em gérmen na mulher” (ASSIS, 1994), o autor confere às mulheres papel de destaque na sociedade. Contudo, é preciso levar em conta que se trata de uma produção que é fruto do seu tempo, publicada originalmente em 1881; o que se torna evidente ao longo do texto em que os papéis determinados a essas personagens no contexto vigente são descritos. O literato aponta a mulher como o início e fim de todas as coisas, quase como num sentido sagrado, de pertencimento e devoção. Ao enumerar as qualidades femininas, ressalta o “dom” para ensinar e cuidar, que se repetiria posteriormente ao citar os papéis que lhe caberiam: de filha, esposa, mãe, irmã, enfermeira e mestra (ASSIS, 1994). Sobretudo, dedica maior espaço na narrativa para destacar a inteligência feminina, onde “ela é quem transmite a porção intelectual ao homem” (ASSIS, 1994), característica que seria ainda reforçada na conclusão do texto: “educar a mulher é educar o próprio homem, a mãe completará o filho” (ASSIS, 1994).

É fato que ler tais palavras no fim do século XIX pode parecer um ato quase revolucionário, porém, nos atentemos aos detalhes. Como aporte literário em uma revista de moda, o cronista fez questão de deixar sua crítica à “superficialidade” do tema por si só, enquanto deixa claro qual tipo de educação defende no folhetim: “não vos queremos para reformadoras sociais, evangelizadoras de teorias abstrusas, que mal entendeis, que em todo caso desdizem do vosso papel” (ASSIS, 1994); afinal, não seria este um comportamento

adequado a essas mulheres. Contudo, “entre isso e a ignorância e a frivolidade, há um abismo; enchamos esse abismo” (ASSIS, 1994), o que se pode entender como um ideal entre a possível radicalidade intelectual ou total ignorância literária e artística; um caminho do meio, de educação previamente selecionada como adequada. Ao retornar para o meio de publicação original, compreende-se ainda melhor o intuito de tais apontamentos. A crônica descrita divide a página com anúncios publicitários, estrategicamente organizados pela redação da revista.

No topo da página, lê-se em caixa alta: “Lyceu de artes e officios: aulas para o sexo feminino”, o que se segue com a obra de Machado de Assis e um texto redigido pela própria *Estação* reforçando a importância de erguer a mulher através do ensino “para que ella possa ver de que ponto do horisonte irrompe essa luz divina, cujo reflexo ha de allumiar a Família, acrescentar a Patria e engrandecer a Humanidade” (A ESTAÇÃO, 1881, p. 181); que seria possível através do Lyceu de artes e officios do comendador Francisco Joaquim Bitheucourt da Silva. Ainda na mesma seção, o periódico pede doações das suas leitoras para a referida instituição educadora, detalhando, inclusive, como deveriam ser feitas as doações de acordo com as condições financeiras de cada uma: “migalhas da vossa fortuna” (A ESTAÇÃO, 1881, p. 181) para as mais abastadas e donativos também das mais pobres, afinal “imitae o exemplo da mulher da parabola, que também era pobre e não deixou de dar” (A ESTAÇÃO, 1881, p. 181); sendo assim, torna-se difícil negar este pedido. Reitera, ainda, o reconhecimento que seria destinado às senhoras generosas através de um quadro de honra com seus nomes publicados a cada nova edição quinzenal (A ESTAÇÃO, 1881, p. 181). Assim sendo, é possível identificar aspectos relevantes do papel esperado das mulheres na sociedade brasileira do século XIX, não só através da crônica citada em si – ainda que as questões por ela levantadas sejam reveladoras -, mas também pelo meio em que o texto é publicado e a forma como o periódico envolve a temática literária em uma narrativa propositalmente construída.

Considerações finais

A proximidade perspectiva que é característica da crônica encontra similaridade com um método e domínio historiográfico em crescente ascensão: a micro-história. Logo, pensar relações interdisciplinares entre tais campos significa investigar metodologicamente o aporte histórico e social tão presente como pano de fundo da literatura, ao passo que dá toques conscientemente poéticos ao rigor historiográfico; tornando a compreensão cultural de determinado grupo mais estreita. Se a micro-história busca assimilar a chave da cultura em seu bojo, analisar produções que se referem a determinados recortes selecionados pelo pesquisador – ainda que sejam textos sem compromisso com a total fidelidade dos fatos – permite captar as visões narrativas que outras personagens idealizaram e construíram sobre sua realidade; afinal, a escrita também é fruto do seu tempo.

Nesse sentido, compreende-se o papel da crônica não só como gênero literário cuja temática e produção se aproximam da metodologia micro-histórica, mas também como passível de ocupar um lugar social no contexto em que se insere. Se, em “*Cherchez la femme*”, Machado de Assis demonstra os papéis

esperados das mulheres brasileiras no fim do século XIX, enquanto dialoga com as pretensões do folhetim em que publica; é possível utilizar de textos literários do mesmo gênero para compreender culturalmente qual o papel destinado à mulher no século XX, caminhando em destino à emancipação. Ainda, pode-se relacionar o texto analisado com outras produções que se encaixem no recorte temporal pretendido na futura dissertação: como esse lugar social se transformou ao longo dos anos? Se em fins do século XIX o incentivo ao ingresso das mulheres em instituições educacionais – vide o “lyceu” mencionado – demonstra a abertura de novos espaços para que as mesmas ocupem, ainda que de forma reduzida; pode-se compreender tal fator como exemplo prático de uma série de desdobramentos essenciais para o avanço nos direitos femininos. Tratando-se do recém-emancipado município de Antônio Prado de Minas, teriam as mulheres galgado posições de destaque no contexto político efervescente, para além da atuação na igreja? Como a sociedade patriarcal e a igreja católica encaravam esse novo lugar social feminino, diante da série de mudanças que ocorriam na década de 1960, a nível mundial, nacional, mas sobretudo regional? Na comunidade católica prandense-de-minas, onde religiosidade e cultura constantemente mesclam-se, qual o real perfil encarnado por tais personagens, entre “Evas” e “Marias”? É em torno destas questões que o trabalho de dissertação pretende nortear-se.

Referências Bibliográficas:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Machado de Assis**: biografia. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/machado-de-assis/biografia>. Acesso em: 17 abr. 2022.

A **ESTAÇÃO**. Rio de Janeiro: Lombaerts & Cia, v. 15, Xº ano, 15 ago. 1881. Quinzenal.

ASSIS, Machado de. *Cherchez la femme*. In.: ASSIS, Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V. III, 1994.

ASSIS, Machado de. **O nascimento da crônica**. In.: ASSIS, Machado de. Crônicas escolhidas de Machado de Assis - Coleção Folha. São Paulo: Ática, 1994, p. 13-15.

BARROS, José D'Assunção. O campo da História: a partilha do saber histórico na historiografia contemporânea. In: ANPUH - XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII, 2005, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005. p. 1-8.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Mira-Sintra; Mem Martins: Publicações Europa América, 1997. Col. “Fórum da História” [Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch, com prefácio de Jacques Le Goff].

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Tradução de Sérgio Goes de Paula, 2005.

BRASIL, Bruno. **A Estação**: Jornal Ilustrado para a família. 2015. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-estacao-jornal-illustrado-para-a-familia/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés do chão. In.: CANDIDO et al. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

COLLINS. *Cherchez la femme*. In: COLLINS. **Collins Dictionary**, 2022. Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/cherchez-la-femme>. Acesso em: 17 abr. 2022.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

EVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARONEZE, Luiz Antonio Gloger. A crônica e o fazer histórico na crise da modernidade: reflexões e possibilidades. **Estudios Historicos**, Uruguay, v. 12, n. 6, p. 1-17, jul. 2014. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/12/artigo%20cronica%20e%20hist.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Machado de Assis: vida e obra**. Vida e Obra. Disponível em: <https://machado.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In.: Levi, Giovanni. **A Herança Imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REVEL, Jacques. Micro-história, Macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 15, n. 45, p. 434-590, set. 2010. Tradução de Anne-Marie Milon de Oliveira. Revisão Técnica de José G. Gondra.

TYLOR, Edward. **Primitive Culture**. Reino Unido: Dover Publications, University of Oxford. 1871. In.: BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Tradução de Sérgio Goes de Paula, 2005.

“Look for the woman”: Dialogues between chronicle and micro-history in the feminine representation of the 19th century by Machado de Assis

ABSTRACT: History is a science in constant renewal, which allows it to re-establish new areas of study and interrelationships with disciplines that can contribute to its development. Thus, the roles assigned to women in the 19th century can be analyzed through complementary points of view, in order to add new epistemological perspectives to the History of Womens. This article discusses the relationships between cultural history, microhistory and chronicle; whose objective is to understand the importance of different analysis methodologies for the creation of a broader view of the female figure, as well as the roles assigned to her.

Keywords: Culture. Microhistory. Chronic. Women.

Envio: 07 de dezembro de 2022.

Aceite: 04 de janeiro de 2023.

Os Guilhemids: a descendência de Willian I David-Toulouse e Martel (Guillaume I David-Toulouse e Martel - São Guillaume de Gellone)

Sérgio Antônio de Paula Almeida¹⁰

Resumo: A ciência historiográfica preserva algo de singular, chamamos de âncoras. O significado é simples, basta uma reminiscência de lembrança para que toda uma memória seja despertada. Neste artigo, as âncoras estão jogadas no oceano profundo da ancestralidade. Aqui, o navegante terá a oportunidade de, em cada enseada, conhecer um pouco mais da intrincada linhagem Dinástica nascida de Willian de Gellone ou Guillaume I David-Toulouse e Martel, imortalizado como São Guillaume de Gellone, ancestral comum dos Guilhemids.

Palavras chaves: ancestralidade, memória, linhagem e nobreza.

Introdução

A maioria dos bons artigos de produção textual ambientalizados no período da História Antiga e do Medievo se concentram em território europeu. A lógica deste fato está nas fontes e na tradição. No caso das fontes históricas, se encontram alocadas em seu espaço geográfico. Pela tradição, já a mais remota evidência de uma “História Escrita” no Ocidente se encontra na Grécia Antiga, com Heródoto, cuja a mesma tradição o reconhece como “o Pai da História”, tendo seu estilo e Ofício aperfeiçoado por Tucídides. Em uma outra perspectiva as produções textuais se encontram notadamente escritas ou traduzidas em língua inglesa ou francesa. Assim, percebe-se a necessidade constante de uma revisão historiográfica, e/ou mesmo de adaptação textual, por um indelével mecanismo do fazer historiográfico: a história é viva e suas interpretações são múltiplas. Um outro aspecto, é a necessidade de proporcionar conhecimento e reflexão, para o público acadêmico especializado ou para sabor do leitor leigo; daí muitas das vezes, a necessidade de traduções e adaptações de obras literárias, escritas em seus idiomas de origem, assim como a sua revisão.

Entre as muitas histórias ancestrais, uma das mais importantes de nossa era é a ascendência de São Guillaume de Gellone, Guillaume I David-Toulouse e Martel, Duque de Toulouse, que através de uma extensa e intrincada consanguinidade influenciou os rumos da história Ocidental assim como influenciou, de alguma forma, parte da história política das Dinastias ao leste do Continente europeu, deixando, por assim dizer, inúmeros ramos familiares aparentados no território do “Velho Continente”. Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica, trazendo novas conexões da descendência de São Guillaume

¹⁰ Mestre em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania – UFV. Especialista em História do Brasil/Especialista em História e Cultura Afro-brasileira/Especialista em Literatura Brasileira/Curso de Gestão em Patrimônio Cultural – U-évora, Portugal. Graduado em História – FASM/Muriaé. Membro Titular da Academia Miraiense de Letras – Cadeira I – Patrono Professor Alberto Montalvão. Senador Acadêmico – Fundação Papa Clemente XI Albani, Itália. Senador Heraldico – Heraldrys Institute of Rome, Itália. E-mail: sergioantoniodepaulaalmeida@gmail.com

de Gellone, usando os mecanismos da memória histórica, cotejados com documentação heráldica de época, entrando nos domínios chamados por Peter Burke (1992) como os da “Nova História”.¹¹

A narrativa textual¹² apresenta na sua estrutura, juntamente com a memória histórica da família di Paola, um paralelo entre São Guillaume de Gellone e Hugo Capeto. Assim como Guillaume de Gellone infundiu sua linhagem sanguínea nas Dinastias europeias durante o primeiro milênio da era cristã, a descendência de Hugo Capeto tornou-se a potência desta infusão a partir do último quarto do século X, preservando a procedência da linhagem Guilhemids no segundo milênio da história Ocidental. E muito embora as narrativas clássicas da história tomem como evidência imediata para a linhagem Guilhemids a descendência da Casa Capetíngia, no silêncio da memória esta condição se apresenta nos descendentes do ramo familiar di Paola fixados no sul da Itália, nas áreas do Reino da Sicília, e que segundo a tradição heráldica é de origem francesa, pertencente à linhagem da Ilustre Casa de Toulouse de Paule, o que abre novas perspectivas de investigação, uma vez que a descendência de Makhir-Theodoric I David-Toulouse, pai de Willian de Gellone se espalhou por praticamente todo o território dominado pelos Carolíngios.

Por fim, é importante fazer o esclarecimento de que excluindo a parte histórica propriamente dita, com considerável base de comprovação documental, as linhagens ancestrais presentes no texto por vezes caminham, em seu florescimento, no campo da suposição e, assim, encobertas pela penumbra da História. Em alguns casos, sua existência está embasada em contos seculares, tradições e poemas. Contudo, esta é uma condição que apenas emoldura a vicissitude histórica nesta narrativa textual não maculando seu teor e importância, fortemente embasada por evidências históricas.

Os Merovíngios

A queda da parte ocidental do Império Romano, após a conquista da Cidade Eterna pelos Hérulos no ano 476 d.C, embora seja o marco histórico da transição entre a Antiguidade Clássica e o período medieval, consolidou os efeitos da dispersão dos “povos bárbaros”, iniciada a pelo menos dois séculos antes. Já no século II d.C, pequenas, porém constantes hordas de tribos oriundas mais ao norte do continente europeu tiveram seus primeiros contatos com as fronteiras do Império, por dispersão ou pela expansão militar dos romanos. Embora seja esse um fato ligado ao universo cultural a passar despercebido por boa parte dos pesquisadores, ele é importante na desconstrução do arquétipo das “Invasões Bárbaras” do século V, fortemente enraizada pela historiografia. Uma releitura

¹¹BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. S.P: Ed. UNESP, 1992

¹²Agradeço com as preciosas contribuições de ajustes na primeira parte do texto os Professores Marcos José Veroneze Soares e Anderson Otaviano de Araújo. Agradeço com igual reverência as contribuições da Professora Valéria Cristina Monteiro de Barros Fernandes. Agradeço a leitura atenciosa de Daykerson Alonso Vicente.

mais atenta às condições da época, trazidas por Perry Anderson¹³ demonstra as modificações sofridas internamente na estrutura militar romana, com a penetração de guerreiros germânicos nas fileiras do exército imperial no século IV.

Pela época das migrações do século V, uma forte pressão vinda dos invasores nômades, povos Hunos da Ásia Central, lançou toda a região germânica às fronteiras romanas no Ocidente. Segundo Anderson¹⁴, a primeira onda de migração aconteceu em 31 de dezembro do ano de 406 d.C, trazendo suevos, vândalos e alamanos. Em 410 d.C, Roma foi saqueada pelos visigodos, sob as ordens de Alarico. Duas décadas mais tarde, no ano de 439 d.C, os vândalos tomaram Cartago. Agonizante, Roma viu seu último Imperador sucumbir à invasão de Odoacro, em 04 de setembro de 476 d.C, colocando fim ao Império Romano do Ocidente.

A fragmentação territorial pós queda de Roma, permitiu o surgimento de diversos “reinos bárbaros” com suas monarquias rudimentares e regras de sucessão incertas. Foi dentro deste cenário catastrófico para o mundo romano que a Europa viu consolidar aquele que seria o mais duradouro dos Estados Bárbaros do Ocidente, cristianizado sob influência do papado, dando início à chamada Dinastia Merovíngia¹⁵. Os Francos haviam anteriormente se tornando o primeiro povo germânico a se estabelecer permanentemente nos limites do território romano, dominados pelo Imperador Juliano entre 355 – 358 d.C. Supostamente Merovech, rei dos Francos, esteve aliado ao exército romano ajudando Flávio Aécio e Teodorico I, na Batalha de Champs Catalães, derrotando Átila dos Hunos no ano de 451 d.C.

Clovis I se tornou o mais famoso dos governantes da Dinastia Merovíngia. Neto de Merovech (450 – 458 d.C), terceiro rei dos Francos, Clóvis I governou entre 481 – 511 d.C, derrotando as forças sobreviventes do Império Romano em 486 d.C. Nesse tempo, a Gália era o mais rico dos territórios do Antigo Império Romano. Clovis I foi o primeiro rei da Dinastia Merovíngia a reunir todos os povos Francos sob um único governante e, ao se converter ao cristianismo, causou uma grande onda de conversão pela Europa Ocidental. Clovis I recebeu o título de “Novo Constantino”, chefiando o Sacro Império Romano. Com sua morte, seus filhos estenderam o domínio do reino por quase toda a região correspondente à França, Bélgica, Alemanha e Suíça, tornando o Reino dos Francos o maior e mais poderoso dos Estados Germânicos, sobrevivendo aos séculos posteriores.

Os sucessores de Clovis não mantiveram a crueldade do fundador da Dinastia Franca e, em vez disso, tornaram-se meras figuras de proa, fantoches dos prefeitos do palácio, em cujas mãos estava o verdadeiro poder. Na morte de Clovis, seu filho Dagobert, tornou-se governante do Reino da Austrásia, mas foi deposto por uma conspiração por parte de Pepino, o Gordo, o prefeito do palácio do rei, tendo a Igreja de

¹³ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Tradução Beatriz Sidou. Editora Brasiliense S.A,1987. Cap. 2 – O Senário Germânico, pág. 103-108.

¹⁴ANDERSON, Perry. Op. Cit, pág. 108

¹⁵MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Mundo Carolíngio**. Tudo é História – 99. Editora Brasiliense, 1987. 2ª edição, pág. 65.

Roma aprovado, passando imediatamente a administração merovíngia da Austrásia para Pepino. Pepino foi seguido por Charles Martel, uma das figuras mais heroicas da história francesa e universal, e que foi o avô de Carlos Magno, cujo nome designou a Dinastia que passou a ser conhecida na história como a dos Carolíngios.¹⁶

Entre o período de fragmentação do Império Ocidental, com a chegada das primeiras hordas dos povos germânicos e da consolidação do Estado Franco, uma “trama de poder” tornou-se objeto de interesse de grupos ocultistas: o Mitraísmo. Apesar de sua origem na Antiga Pérsia, a religião mitraica tornou-se amplamente popular entre os soldados romanos, recebendo particular adesão por volta do século IV d.C. Segundo Anderson¹⁷ “pela metade do século IV, era comum uma porcentagem relativamente alta de tropas palatinas de elite, oficiais e generais serem de origem germânica, cultural e politicamente integrada no universo social romano”. A descrição deste cenário aliado ao que diz “as genealogias compiladas por James Allen Dow, e baseadas principalmente na obra de David Hughes”¹⁸, levou ao entendimento de que “um suposto descendente de Maria Madalena e deste Jesus, Quintus Tarus, um prefeito de Roma, casou-se com Argotta, herdeira dos francos, filha de Merovech, rei dos francos.”¹⁹

Esta teoria foi popularizada em 1982 pelo livro ocultista “Holy Blood, Holy Graal” em que o autor para sensacionalizar seu trabalho propositalmente identificou Jesus de Nazaré com o seu primo Jesus “de Gamala”. O autor, por este erro de identificação, poderia fazer a alegação de que Jesus de Nazaré se casou com Maria Madalena, cuja descendência eventualmente se tornaria as casas governantes de Europa medieval e moderna, que o autor chama de “Dinastia de Jesus” ou “linha de sangue de Jesus”, no entanto, estes são a esposa e os filhos de Jesus “de Gamala”, primo de Jesus de Nazaré, que, ao que tudo indica, era celibatário. É verdade que os descendentes dos chamados “irmãos” e “primos” de Jesus, os “Desposyni”, deu à Europa algumas de suas casas nobres e reais, porém nenhuma descendem do próprio Jesus de Nazaré, mas apenas de seus parentes “de acordo com da carne”, e, em última análise, descendem da Dinastia Davídica de Israel, que de acordo com a Bíblia, tem um “direito divino” de governar.²⁰

A Dinastia Carolíngia

Já no final do século VII, o reino Merovíngio demonstrava sinais de decadência. “O poder real na Gália estava, de fato, em mãos dos prefeitos do palácio”.²¹ Os sinais de desgaste surgiram tão logo terminou o reinado de Clovis I. A estrutura do reino, além das questões políticas internas, fortemente

¹⁶LIVINGSTONE, David. **TERRORISM AND THE ILLUMINATI**. A Three Thousand Year History, 2007. Cap. 7, the Merovingians. An Amazon.com company, 2007, pág.61 – Tradução do original

¹⁷ANDERSON, Perry. Op. Cit, pág. 106.

¹⁸LIVINGSTONE, David. **TERRORISM AND THE ILLUMINATI**, Op. Cit, pág.60 – Tradução do Original

¹⁹Idem, pág. 60 – Tradução do Original

²⁰Ibidem, pág. 60 – Tradução do Original - James Allen Dow, “Merovech (I; King) of (Salic) FRANKS, <<http://freepages.genealogy.rootsweb.com/~jamesdow/s062/f207588.htm>>

²¹MENDONÇA, Sonia Regina de. Op. Cit, pág. 70.

impulsionadas pela descentralização do poder²², enfrentou o desgaste de um novo belicismo territorial, durante a Expansão Árabe, culminando com a derrota muçulmana na Batalha de Poitiers no ano de 732 d.C, sob o comando de Carlos Martel, pondo fim às conquistas árabes pelo território da Europa. No ano de 771 d.C, *Carolus*, o Grande, neto de Carlos Martel e filho de Pepino III, conhecido como Carlos Magno, assumiu o governo do Império após a morte de seu irmão, unificando os territórios carolíngios. Carlos Magno, revigorou antigas estruturas administrativas proporcionando o ressurgimento da centralização monárquica. Já no início do século IX, o território do Império Carolíngio incluía toda a região da França, Bélgica, Holanda, Suíça, quase toda a Alemanha e grandes áreas da Itália e da Espanha.

O revigoramento territorial do Antigo Império sob a bandeira dos Carolíngios motivou a formação de uma aliança política entre o Papa e o rei dos Francos. Havia, por parte da Igreja Latina, interesse de romper as relações restantes com o Império Romano do Oriente. Sustentada por sua tradição secular, sendo a única instituição a sobreviver intacta à fragmentação da Antiguidade Clássica na Europa, a Igreja coroou Carlos Magno, em 25 de dezembro do ano de 800 d.C, como Imperador do Ocidente, título outrora extinto com a queda de Rômulo Augusto em 476 d.C. A aliança firmada entre o Papa Leão III e Carlos Magno legitimou o poder temporal do rei dos Francos nos territórios conquistados e consolidou o poder do Papa no centro da Itália, tornando suas possessões territoriais independentes.

E muito embora tenha acontecido uma ruptura entre os merovíngios e os carolíngios, suas linhagens se confundem, mantendo nos grupos ocultistas a percepção de uma influência mitraica, assim descrita por James Allen Dow:

Os carolíngios eram parcialmente descendentes de merovíngios, mas o mais importante, eles representavam a união da linhagem outrora dividida das várias famílias responsáveis pela formação do mitraísmo, principalmente, a Casa de Herodes, de Commagene, dos imperadores Júlio-Claudianos de Roma, e dos Sacerdotes-Reis de Emesa. Esta linhagem sobreviveu em dois ramos. Júlia, a herdeira da linhagem real edomita, filha de Herodes Phollio, Rei de Cálcis, cujo avô era Herodes, o Grande, e cuja mãe era filha de Salomé. Júlia casou-se com Tigranes, rei da Armênia, filho de Alexandre da Judéia. Seu filho, Alexandre casou-se com Lotape de Commagene, filha de Antíoco IV, de quem descendia Santo Arnulfo, um nobre franco de grande influência no reino merovíngio como bispo de Metz, e que mais tarde foi canonizado como santo. Santo Arnulfo viveu de 582 a 640 d.C. Em Santo Arnulfo estas linhagens foram unidas. O outro ramo sobreviveu nos Sacerdotes-Reis de Emesa, descendentes de Cláudia, neta do Imperador Cláudio, que culminou na pessoa do filósofo neoplatônico Jâmblico. As linhas divergentes foram então combinadas na pessoa de Santo Arnulfo, o avô de Pepino II, o pai de Carlos Martel.²³

²²FRANCO Jr, Hilário. **O Feudalismo**. tudo é história, 65. Editora brasiliense – 13ª edição. 1994, Cap. “A Gênese”, pág. 9 – 29

²³James Allen Dow. “Iamblichus” <http://freepages.genealogy.rootsweb.com/~jamesdow/s022/f872123.htm>. In: LIVINGSTONE, David. **TERRORISM AND THE ILLUMINATI**, Op. Cit, pág.61 – Tradução do Original

A genealogia de Guillaume I David-Toulouse e Martel (Willian de Gellone)

Após nascer, foi-lhe dado o nome de Willian²⁴. Devido a língua românica Occitania, amplamente falada na região sul da atual França como uma língua administrativa e jurídica em oposição ao Latim, o seu primeiro nome occitano é Guillaume. Mas Willian David-Toulouse e Martel é conhecido por outras denominações: São Guillaume de Gellone, Guillaume I de Toulouse, Guillaume da Aquitânia ou Guillaume d'Orange²⁵.

Guillaume de Gellone nasceu na França, em meados do século VIII, descende de uma linhagem considerada real-divina. Seu nascimento é proveniente do casamento entre David-Makir Theodoric I, um Exilarca judeu de Bagdá e Alda Martel, filha de Carlos Martel, irmã de Pepino, o Breve, e tia de Carlos Magno. Guillaume de Gellone passou sua juventude na corte de Carlos Magno e, em 790 d.C, foi feito Conde de Toulouse. Sua ascendência é importante para os carolíngios, considerados por alguns como usurpadores do trono dos Merovíngios. O casamento dos carolíngios com a linhagem descendente de Davi, contribuiu para legitimação de seu poder no trono imperial do Reino dos Francos, sendo esta união igualmente responsável “por haver infundido a aristocracia europeia com a linhagem Davídica, pela qual as sociedades ocultistas afirmam estar ali guardado o segredo do Santo Graal”²⁶.

A origem do ofício de Exilarca não é conhecida, mas o posto principesco era hereditário em uma família que traçava sua descendência da Casa real de Davi. O ofício foi reconhecido pelo Estado Carolíngio e trouxe consigo certas prerrogativas definidas, primeiro sob o Império Pártico dos Persas. O cargo durou até o século VI d.C, sob diferentes regimes, quando durante o período de um século não houve Exilarca, até que a posição foi restaurada sob os muçulmanos.²⁷

Entre os líderes Exilarcas, existiram diversos Natronai ou Makhir, tornando confusa a definição temporal exata do Exilarca que chegou na França. Havia no

²⁴A referência ao nome “de Gellone” é proveniente de seu legado no Mosteiro Beneditino construído em 804 d.C, denominado São Guilhem le Desert, no vale de Gellone. Pouco depois de sua morte, William foi objeto de veneração pela população local. A abadia atrai muitos peregrinos, principalmente os que se dirigem a Santiago de Compostela por meio de Arles. O corpo de Guillaume, colocado sob o pavimento do nártex, foi transferido para o coro, apesar da oposição do Abbé d'Aniane. Em 1066, o Papa Alexandre II proclamou a canonização de *São Guilhem*. Seu culto se espalhou, principalmente em Hérault, mas também na Espanha, como em Campins. Acredita-se que Guillaume tenha realizado vários milagres em Gellone. Assim, Guillaume teria o poder de manter o diabo afastado. Conta a tradição que, da [Abadia de Aniane](#), Benoît enviava regularmente sua comida pelo único caminho praticável, obrigando a cruzar as gargantas do [Hérault](#), mas a cada vez, o [diabo](#) amedrontava os animais de carga que caíam no precipício. Guillaume, com a ajuda de Deus, ordenou ao diabo que voltasse à sua toca e nunca mais saísse. Na [abadia beneditina de Gellone](#), hoje Saint-Guilhem-le-Désert, existe ainda o relicário de prata, em forma de cruz, contendo uma peça da Santa que Carlos Magno lhe deu. **Fonte:** https://fr.wikipedia.org/wiki/Guillaume_de_Gellone.

²⁵A designação se refere às lendas criadas no século XII, amplamente difundidas nas canções de “gesta” francesas, na qual Guillaume aparece defendendo a cristandade contra os muçulmanos. Existem poemas sobre a tomada da cidade de Orange, anteriormente governada pelos sarracenos.

²⁶Idem, pág. 62

²⁷Ibidem, pág. 62

século VIII d.C, um Exilarca de nome Judah Zakkai, suposto rival de Natronai ben Habibai, neto da princesa Izdundad da Pérsia, portanto, neto de Yazdagird III, governante do Império Sassânida. Izdundad era casada com o Exilarca Bustenai ben Hanina (596 – 670 d.C). Derrotado, Natronai foi enviado para o “Ocidente”, no exílio. Contudo, fontes antigas indicam com certeza documental sobre a instalação de um antigo Exilarca da Babilônia, o chefe da Casa de Davi, Makir Natronai, no Ocidente. Joaquín Javaloy (2001), coincidentemente junto às lendas medievais, conta sobre o estabelecimento de um Príncipe judeu em Narbonne.

Depois da caída de Narbonne e do satisfatório resultado das negociações com Bagdá no ano de 765 – 768 d.C, Pepino e seus filhos Carlomano e *Carolus* cumpriram a promessa feita aos judeus, estabelecendo um Príncipe sábio em Narbonne que se chama Makhir (Al-Makhiri; mais tarde denominado Aymeri, na língua vernácula) concedendo-lhe o nome franco de Theodoric, deram-lhe como esposa uma princesa carolíngia e dotaram-lhe com nobreza e propriedades.²⁸

A tradição menciona que entre os descendentes de Davi e dos carolíngios aconteceram numerosos casamentos, que uniram as dinastias reais, integrando suas ramificações em uma nova família Davídico-carolíngia. Segundo Zuckerman “a descrição ‘os descendentes de Makhir são ‘próximos’ aos do rei’ deve ser entendida como ‘inter-relacionados’, pois, os ancestrais Guillaume de Gellone se casaram com os dos carolíngios”²⁹, resultando numerosos descendentes, que posteriormente se dividiriam em outros ramos, em sua maioria, por influência do papado se manteriam ligadas ao cristianismo. O ramo principal desta nova linhagem tornou-se a família Davídico-imperial Carolíngia, formada pelo líder cristão Carlomano e seu sucessores, mantendo o título de Imperadores. Também eram cristãos os integrantes do ramo Davídico-carolíngio real da Itália, iniciada pelo filho de Carlomano Pepino (Carlomano), rei da Itália, com sua esposa Berta de Toulouse, da Casa Davídica, filha de Makhir-Natronai. Com a morte precoce de Bernand da Itália, filho de Pepino e Berta, a Dinastia continuou em Pepino II, Conde de Vernadois. Um terceiro ramo da linhagem Davídico-carolíngio era judia-ortodoxa, formada pelos nascidos Príncipes judeus da França, estes sucessores de David-Makir Natronai.

Ainda em 1143, Pedro, o Venerável de Cluny, na Borgonha, França - uma das principais Abadias construídas no mundo medieval e responsável por importantes reformas no clero, no período da Baixa Idade Média - em um discurso a Luís VII da França, condenou os judeus de Narbonne que afirmavam ter um rei residindo entre eles, uma afirmação baseada presumivelmente na lenda de Makhir. Em 1144, Theobald, um monge de Cambridge, falou sobre "os príncipes chefes e Narbonne, onde reside a semente real". Em 1165-66, Benjamin de Tudela, o famoso viajante e cronista judeu, relata que em Narbonne existem "sábios, magnatas e príncipes à frente dos quais é ... um

²⁸JAVALOYS, Joaquín. *El Grial Secreto de los Cátaros*. La historia oculta de uma linhagem. EDAF, 2001. pág.67

²⁹LIVINGSTONE, David. *TERRORISM AND THE ILLUMINATI*, Op. Cit, pág.63

remanescente da Casa de Davi, conforme declarado em sua árvore genealógica".³⁰

Assim, David, rei de Israel, gerou Salomão. Salomão gerou Roboão, Roboão gerou Abiah. Abiah gerou Asá, pai de Josafat. Josafat gerou Jorão, pai de Ozias. Ozias gerou Joatão e Joatão gerou Acáz, pai de Ezequias. Ezequias gerou Manassés e Manassés gerou Amón. Amón foi pai de Josias e Josias gerou Jaconias e seus irmãos, sucedeu-se, então o exílio da Babilônia. Depois da deportação para Babilônia, Jaconias, o cativo, gerou Salatiel, pai de Zorobabel e Zorobabel gerou Hananiah³¹. Nos tempos do exílio, nasceram da Casa de Davi: Hananiah, Fatiah, Jeshaiiah, Rephaiah, Arnan, Obadiah, Shecaniah, Shemaiah, Nearriah, Elioneai, Akkub, Johanan e Shaphat.³² Como já mencionado, a origem do cargo de Exilarca não é conhecida, mas supostamente se relaciona com o período do exílio na Babilônia. Assim, encontramos registros do Exilarca Huna (...- 210 d.C), conhecido como Anani, seguido pelos Exilarcas Nathan 'Ukba (...- 270 d.C), Nehemiah (...- 313 d.C), Mar 'Ukba II (...- 337 d.C), Abba Mari (...- 370 d.C), Nathan II (...- 400 d.C), Mar Zutra I, (... - 455 d.C), Kahana II (...- 465 d.C), Huna VI (...-508 d.C), Mar Zutra II (493-520 d.C), Huna Mar (...-560 d.C), Kafnai (...-581 d.C), Haninai (carece de fontes), Bustenai ben Hninai David (600-660 d.C), Haninai bar Adai, de linhagem Davídica pura, e seus descendentes; Hisdai Shahrijar, de linhagem Davídico-persa (635-665 d.C), Haninar bai Adai (627-689 d.C), Nehemiah (650 d.C -...), Natronai, gaon (670 d.C -...), Haninai, conhecido Habibai (687 d.C-...)³³, Makhir Natronai-Theodoric (Thyerry) I de Autun, *nasí*³⁴ de Francia, Príncipe de Septimania (730-793 d.C) e Willian I David-Toulouse e Martel (771-812 d.C), *nasí* de Francia e Príncipe de Septimania, Conde de Toulouse.³⁵

Os Guilhemids

A linha genealógica iniciada a partir de Guillaume de Gellone é intrincada. Um estudo cuidadoso sobre as numerosas alianças dinásticas entre os descendentes de Makhir, Guillaume de Gellone e dos Carolíngios fornecem pistas sobre o seu grau de penetração e dispersão. Seus descendentes historicamente conhecidos como “Guilhemids” possuem relações saxãs e escandinavas, assim como estão inter-relacionados com a nobreza da Europa Central e Oriental, descendentes dos Cazares e da família real da Armênia.³⁶

Guillaume de Gellone, e seus irmãos foram a primeira geração da linhagem Davídico-carolíngia nascida da França. Seu pai, que havia adotado o nome de Makhir-Theodoric I David-Toulouse, era casado em primeiras núpcias

³⁰Idem. James Allen Dow, “Priset”. <http://freepages.genealogy.rootsweb.com/~jamesdow/s033/f642809.htm> In: LIVINGSTONE, David. **TERRORISM AND THE ILLUMINATI** – Tradução do Original

³¹Evangelho de Mateus, 1, 6-13

³²Livro das Crônicas. Capítulo 3, 14-24

³³Supostamente enviado para exílio no Ocidente, por Judah Zakkai.

³⁴*nasí* – נָשִׂי - Título hebraico que significa Prince (Príncipe).

³⁵**The Jewish Encyclopedia**. Apud, JAVALOYS, Joaquín, 2001. Pág. 66.

³⁶Para saber mais - LIVINGSTONE, David. **TERRORISM AND THE ILLUMINATI**, Op. Cit, pág.63/64

com uma judia, o qual o nome se desconhece, em segundas núpcias casou-se com a filha de Carlos Martel – neta de Pepino II de Heristal e sua esposa Alphaida – de nome Alda Martel. Makir se instalou no sul da França, por convite de Pepino, o Breve, cuja esposa era Bertrada e de seu filho Carlomano, este futuro Imperador. A Makhir-Theodoric I foram dadas facilidades para estabelecer um principado judio na França, recebendo o reconhecimento de *nasi* de Francia, Chefe da Casa Real de Davi, sendo nomeado Duque de Toulouse, Conde de Narbonne. Seus filhos com Alda-Aldama Martel são: Guillaume I David-Toulouse e Martel, Conde de Toulouse, Marquês de Septimania, *nasi* de Francia (771-822 d.C). Guillaume de Gellone, Conde de Toulouse, contraiu núpcias com Guibouri de Hombach, cuja descendência tornou-se extensa; A irmã de Guillaume de Gellone, Berta de David-Toulouse Martel, casou-se com Pepino I Carlomano (773/775 d.C), filho de Carlos Magno e Hildegarda da Suábia, que recebeu o Reino Lombardo após a vitória de Carlos Magno sobre os Lombardos em 771 d.C, sendo coroado rei pelo Papa Adriano I, com a coroa de ferro; Alda-Aldana de David-Toulouse e Martel casou-se duas vezes. Primeiro com Fredelon, em segundas núpcias com Nivelon El Historiador, Conde de Borgonha.³⁷

O neto de Carlos Magno, filho de Luiz I, o Piedoso, Charles, o Calvo, casou-se com Ermetrude d'Orleans, a neta de Guillaume de Gellone. Sua filha, Judith da Inglaterra, casou-se com Balduíno I de Flandres, de quem descendem os Condes de Flandres. Sua neta, Gunhilde d'Urgell, casou-se com Raymond II de Toulouse, que era descendente de Bertha d'Autun, irmã de Guillaume de Gellone, e deles descendiam os Condes de Toulouse. O neto de Raymond II Conde de Toulouse, William Taillefer, Conde de Toulouse, casou-se com Emma da Provença, também descendente de Guillaume de Gellone, e Priset dos Cazares.

O filho de Priset, Barjik Rei dos Khazares, era o pai de Irene, também conhecido como Tzitzak. Irene se casou com Constantino V “Copronymus” o Isaurian, um descendente de Antíoco I de Commagene, e se tornou o pai de Leão, o Khazar, que se tornou imperador bizantino em 775 d.C. De Leão, o Khazar, descendeu Miguel III “o Bêbado”, o Frígio, e dele Charles Constantino. Charles Constantine foi o pai de Constança de Arles e Viena, que se casou com Boso da Provença, bisneto de Bernard Plantevelue, ele próprio neto de Guillaume de Gellone.³⁸

Boa parte da penetração da linhagem de Guillaume de Gellone ocorrida a partir de então se encontra nos seguintes casamentos dinásticos. O irmão de William Taillefer, Raymond III Conde de Toulouse, casou-se com Adelaide de Anjou, filha do Conde Fulk II de Anjou. Seu irmão, Geoffrey I Conde de Anjou, casou-se com Adelais de Vermandois, descendente de Pepino, este era irmão de

³⁷Para saber mais: MONTEALGRE, Flavio Rivera. **Genealogia de la Familia Montealegre: Nicaragua, Costa Rica y Guatemala.** Antepasados em Europa y sus descendientes em América. Vol. I – Investigación realizada por Flavio Rivera Montealegre. Trafford Publishing, USA. 2012, pág. 40. A obra literária apresenta uma compilação das gerações familiares, nascidas de Makhir-Theodoric I David-Toulouse

³⁸James Allen Dow “Adélaide d’Anjou” <http://homepages.rootsweb.com/~cousin/html/p281.htm#i16948>. LIVINGSTONE, David. **TERRORISM AND THE ILLUMINATI**, Op. Cit, pág.64

Luís, o Piedoso, e filho de Carlos Magno, que se casou com Cunigundis dos Francos, filha de Guillaume de Gellone. A filha de Geoffrey I de Anjou e Adalais era Ermangarde de Anjou. Sua filha era Judith da Bretanha, que se casou com Ricardo II da Normandia. Ricardo II era bisneto de Rollo Ragnvaldsson, líder Viking da região da Normandia, que se casou com Poppa da Baviera. Poppa era trineta de Guillaume de Gellone, de quem descendiam os Duques da Normandia. A filha de Rollo, Adele da Normandia, casou-se com Guilherme III, Duque da Aquitânia, de quem descendem os Duques de Aquitânia.

Irmã paterna de Guillaume de Gellone, Redburga David-Toulouse, nascida em primeiras núpcias infundirá sua essência davídica nos territórios do Norte e na realeza da Península Escandinava. Sua ascendência, como filha de Makhir Natronai e meia irmã de Guillaume de Gellone permitirá que seus descendentes figurem entre os “Guilhemids”, por laços de consanguinidade. Redburga casou-se com Egberto de Saxe-Wessex³⁹, dos invasores anglo-saxões que expulsaram os bretões da Inglaterra. Egberto foi forçado ao exílio na Corte de Carlos Magno por um saxão rival ao trono, Offa, rei da Mércia, e retornou à Inglaterra em 802 d.C, onde acabou se tornando rei de Wessex⁴⁰ e, posteriormente, primeiro rei da Inglaterra. O filho deles, Ethelwulf, rei dos ingleses, era pai de Alfredo, o Grande, rei de Wessex de 871 a 899 d.C e rei dos Anglo-Saxões entre 886 a 899 d.C. Alfredo, foi pai de Eduardo, o Velho, rei da Inglaterra. Redburga também era avó de Thyra Dannebod, rainha da Dinamarca, que se tornou esposa do rei Viking Gorm, o Velho, da Dinamarca, e mãe de Haroldo I Bluetooth Blata, rei da Dinamarca. Haroldo I casou-se com Gyrid Olafsdottir da Suécia. Seu filho, Sueno I da Dinamarca, embarcou em uma invasão em grande escala à Inglaterra e foi aceito como rei daquele país, após a fuga do rei Ethelred, o Desesperado, para a Normandia, no final de 1013.

Sueno I foi batizado, junto com toda a família real. Recebeu o nome de Otto, em homenagem a Otto I, o Grande, que foi coroado Sacro Imperador Romano em 962 d.C. Otto era filho de Henrique I, o Caçador, Sacro Imperador Romano, que por sua vez era filho de Otto, o Ilustre. Otto se casou com Edwiges, da família Billung de saxões. A mãe de Edwiges era Oda Billung, filha do Conde Billung I da Turíngia. Billung se casou com Alda dos Francos, neta de Carlos Magno, filha de Pepino e Bertha de Toulouse, filha de Guillaume de Gellone.

Edwiges, irmã de Otto, o Grande, casou-se com Hugo, o Grande. Hugo é filho de Roberto I de David-Toulouse y Alsacia, rei dos Francos, casado com Beatriz de Vermandois, da quarta geração francesa de Makhir, portanto, bisneta de Guillaume de Gellone. Seus descendentes se tornariam a Dinastia dos Capetianos, dos quais descendiam todos os reis da França até o início da Segunda República, no período das Revoluções sociais e políticas na Europa. Disputas, no entanto, aconteceram entre Hugo, o Grande, e Luís IV da França, que era filho de

³⁹MONTEALGRE, Flavio Rivera. **Genealogia de la Familia Montealegre**. Op. Cit, pág. 40

⁴⁰Peter Townend, editor, *Burke's Genealogical and Heraldic History of the Peerage, Baronetage, and Knightage, One Hundred and Fifth Edition* (London: Burke's Peerage Limited, MCMLXX (1970)), pg. 1. Robert Brian Stewart. “KrÓlewna Polska Gunhilda Piast”. <http://homepages.rootsweb.com/~cousin/html/p286.htm#i17312>: In: LIVINGSTONE, David. **TERRORISM AND THE ILLUMINATI** – Tradução do Original

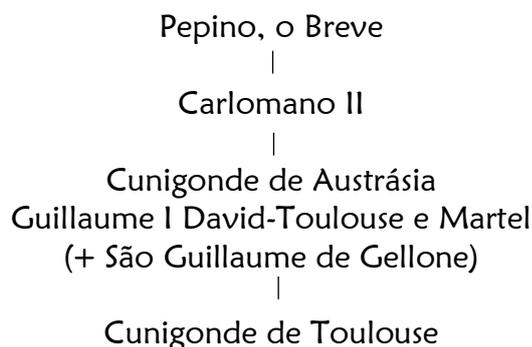
Carlos, o Simples, o neto de Carlos, o Calvo, e a Princesa Eadgifu, filha de Eduardo, o Velho, rei da Inglaterra. As disputas foram acalmadas com a ascensão de Lothair I da França, filho de Luís IV e Gerberge, filha de Otto, o Grande. Lothair concedeu a Hugo, o Grande, o Ducado da Borgonha e da Aquitânia, expandindo desta forma os domínios dos Capetos.

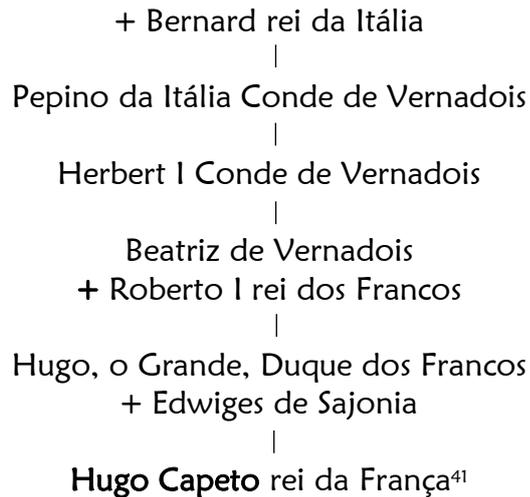
O filho de Otto, o Grande, Otto II, que o sucedeu como Sacro Imperador, casou-se com Teofania Esclerina, Princesa de Bizâncio. Seu filho Otto III se tornou o Sacro Imperador Romano em 996 d.C. Otto III dera total apoio à exaltação de Hugo Capeto, filho de Hugo, o Grande, como rei da França em 987 d.C, após a morte de Luís V, filho de Lotário. “Hugh de Capet” foi sucedido por seu filho Robert II, rei da França, por sua esposa Adele da Aquitânia, neta de Poppa da Baviera e Rollo Ragnvaldsson. Robert II se casou com Constance d'Arles, uma descendente da Casa de Guillaume de Gellone e dos khazares. Constance d'Arles era filha de William da Provença, irmão de William Taillefer, que se casou com Adelaide d'Anjou antes de se casar com Raymond III de Toulouse.

Otto III foi sucedido como Sacro Imperador Romano por seu primo, Henrique II. O avô de Henrique II era Henrique I, Duque da Baviera, irmão de Otto, o Grande. Sua mãe era Gisela de Burdunhy, sobrinha da esposa de Otto, o Grande, Adelheid. O pai da esposa de Henrique II, Cunigonde de Luxemburgo, era descendente de Carlos, o Calvo, e Ermetrude d'Orleans, neta de Guillaume de Gellone. A mãe de Cunigonde era Edwiges de Lotharingia, sobrinha de Otto I, o Grande. Henrique II e sua esposa Cunigonde foram canonizados pela Igreja Católica.

No ano de 1027, Henrique II foi sucedido como Sacro Imperador Romano por Conrado II, filho de Henrique de Speyer, conhecido Henrique Franconia, Conde de Speyer da Dinastia Saliana e Adelheid da Alsácia, irmã de São Cunigonde. Henrique de Speyer era neto de Otto, o Grande, e Edith de Wessex, irmão do Papa Gregório V. Gregório V foi sucedido por Silvestre II, conhecido como Gerberto d'Aurillac, que foi tutor de Otto II e Otto III. Gregório V, primo de Otto, o nomeou arcebispo de Ravena em 998 d.C, e o Imperador o elegeu para suceder a Gregório, como Papa, no ano de 999 d.C.

Hugo Capeto





Uma antiga profecia rondava nas terras cristãs da Europa, cujo temor eram os anos 1.000 d.C, quando se daria o Juízo Final. Tudo não passou de mal agourada interpretação do Apocalipse de João: “depois de se consumirem mil anos, Satanás será solto da prisão, saindo para seduzir as nações dos quatro cantos da Terra e reuní-las para a luta”. O que se segue na narrativa profética é a derrota de Satanael e seu castigo eterno. Aos justos de Deus, um novo céu e uma nova terra. Analogias à parte, no período de transição para o século XI, a Dinastia dos Capetos irá infundir sua linhagem a uma nova terra, surgida com o fim do Império Carolíngio. O Casamento de Hugo, o Grande, com Edwiges, descendente direta de Guillaume de Gellone, deu origem a Hugo Capeto. Hugo casou-se com Adelaide d’Aquitânia, sendo os fundadores da Dinastia Capetíngia. Hugo tornou-se uma nova potência de infusão da linhagem Guilhemids, revigorando e permitindo sua continuidade. O Filho de Hugo e Adelaide, Roberto II da França casou-se com Cosntança d’Arles, filha de Guilherme I, Conde de Arles, conhecido Boson II da Provença, trineto de Guillaume de Gellone.

Enrico I da França, neto de Hugo, casou-se com Anna de Kiev, que provavelmente após o casamento mudou seu nome para Ana de Agnes. Segundo antigas crônicas, foi a rainha Ana quem introduziu o nome “Philippe” (Philip) na Europa. Anna de Kiev dizia ser da descendência de Philip da Macedônia, pai de Alexandre, o Grande. Seu filho Filippo I di Francia casou-se com Bertha da Holanda, filha de Florent I da Holanda e Gertrudes da Saxônia, descendente dos Carolíngios. Seu filho foi Luís VI da França, que se casou com Adelaide de Savóia, neta de Guilherme I de Borgonha. Seu filho se tornou rei da França em 1137, tornando-se o sexto rei da Dinastia Capetíngia. Luís VII se casou com Adele di Champagne ou Adele di Blois, também conhecida como “Adelaide”. Filipe II da França, foi pai de Luís VIII, casado com Blanca de Castela, pais de Luís IX (o rei cruzado, canonizado pela Igreja como São Luís da França em 1297 pelo Papa Bonifácio VIII) e Carlos I de Anjou, rei da Sicília de 1266 a 1282, que sucumbindo à rebelião conhecida como “Vésperas da Sicília”, posteriormente reinou nos territórios peninsulares como rei de Nápoles, até sua morte em 1285. Luís IX, o Santo, casou-se com Margarida da Provença, cunhada de Carlos I de Anjou. Entre

⁴¹De Pepín, “el Breve” a Hugo Capeto: *La Revue Française de Généalogie*, nº 123, agosto-septiembre de 1999 (Francia), pág. 22

seus filhos nasceu Robert de Clermont, fundador da Casa Capetíngia de Bourbon. Robert havia sido criado Conde de Clermont por seu pai, Luís IX antes deste partir para sua última Cruzada. Robert contraiu matrimônio com Beatriz de Borgonha, neta de Arcimbaldo IX, senhor de Bourbon. Seu filho Luís I de Bourbon casou-se com Maria di Avesnes, que se tornaria a primeira Duquesa Consorte de Bourbon. Luís e Maria di Avesnes iniciaram a Dinastia da Casa de Bourbon.

Giacomo I di Borbone-La Marche, filho de Luís I e Maria di Avesnes, foi o progenitor do ramo Borbone-La Marche. Giacomo era Conde de La Marche e casou-se com Joana de Chatillôn. Foram pais de Giovanni I de Borbone-La Marche, Conde de Vendôme e Castres por direito de casamento com Caterina di Vendôme. Seu filho Luigi I de Borboni-Vendôme casou-se com Jeanne de Laval, progenitores de Giovanni VIII de Borboni-Vendôme casado com Isabelle de Beauvau, avós paternos de Carlo IV de Borboni-Vendôme, filho de Francesco I de Borboni-Vendôme e Maria di Lussemburgo-Saint-Paul.

Carlo IV tornou-se Chefe da Casa de Bourbon no ano de 1527, após a morte de Connestabile. Foi o primeiro Duque de Vendôme e herdou o título de Duque de Bourbon da linha Bourbon-Montpensier. Casou-se com Francesca de Valois-Alençon, filha de Renato di Valois, que foi avó de Antônio di Borbone-Vendôme, casado com Giovanna III de Navarra. Enrico, filho de Giovanna e Antônio di Borbone-Vendôme, tornou-se rei de Navarra herdando a coroa de sua mãe em 1572 e posteriormente tornou-se rei da França, em 1594. Casou-se com Maria de' Medice, Grã-duquesa da Toscana. São os progenitores de Luís VIII da França.

A Dinastia dos Capetos uniu-se com a Casa dos Asburgo, através do casamento de Luís VIII e Anna Maria Maurizia d'Asburgo (Anna d'Áustria). Seu filho Felipe I de Bourbon-Orléans casou-se com Elizabeth Charlotte do Palatino, Duquesa de Orléans. São fundadores da Casa de Orléans. Elisabetta Carlota di Borbone-Orléans casou-se com Leopoldo di Lorena, após inúmeras desistências com os seus pretendentes e considerações a respeito de contrair matrimônio. Seu filho, Francesco Stefano di Lorena foi Imperador do Sacro Império Romano Germânico. Casou-se com Maria Tereza da Áustria. Sua filha Maria Carolina d'Asburgo-Lorena casou-se com Ferdinando I Duas Sicílias, este filho de Carlos III da Espanha com Elisabetta Farnese. Carlos III da Espanha ascendeu ao trono em Parma e Piacenza, após diplomacia das potências da Europa. O Reino da Sicília foi conquistado após o conflito desencadeado pela sucessão oriunda da morte do rei Augusto II da Polônia. A Casa de Farnese objetivava reconquistar territórios perdidos com a assinatura do Tratado de Utrecht no ano de 1713 – o Reino de Nápoles e o Reino da Sicília, territórios perdidos por diplomacia do governo de Carlos IV de Habsburgo. A conquista dos territórios aconteceu em 1734 e 1735, sendo Carlos coroado rei em Nápoles no ano de 1734 e em Palermo em 1735. As conquistas colocaram em união os reinos da Espanha e França, potências católicas da Europa, aliança anteriormente desejada por Maria de Médici.

O Reino das Duas Sicílias (1816-1861)⁴² foi das últimas monarquias absolutistas sobreviventes com o início do período das Revoluções Liberais na Europa. Ferdinando I Duas Sicílias se casou com Maria Carolina Luisa Giuseppa Giovanna Antonia d'Asburgo-Lorena, em linha de parentesco direta com Anna d'Áustria. Seu filho Francesco I Duas Sicílias, casou-se em primeiras núpcias com Maria Clementina Giuseppa Giovanna Fedele d'Asburgo-Lorena, filha do Imperador Leopoldo II em 1797 e com a morte desta se casou em segundas núpcias com a Infanta Maria Isabella da Espanha - bisneta de Felipe V da Espanha, primeiro rei espanhol da Dinastia Bourbon, fundada por Robert de Clermont. Entre seus descendentes, está a Imperatriz Consorte do Brasil, Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias casada com o Imperador Dom Pedro de Alcântara (Pedro II); e seu irmão Fernando II Duas Sicílias, casado com Maria Cristina de Sabóia, filha de Victório Emanuele I de Sabóia.

As entrelinhas da História e da Memória

Observando a complexidade das linhagens familiares surgidas a partir de Guillaume Gellone, os campos de possibilidade se avolumam à medida que evidências de novos ramos aparentados surgem ligados à sua ancestralidade. Nesse aspecto, uma antiga reminiscência de memória traz, de sua família de origem em Toulouse, ligação a um dos ramos Guilhemids. O filósofo francês Paul Ricoeur⁴³ destaca que os esquecimentos se devem ao impedimento de acesso à memória, no entanto, essa condição não se aplica aos membros da Família di Paola – fixados no Reino das Duas Sicílias, na região de Catania, e na Calábria, em Monteleone – que por sua condição de nobreza desfrutaram da memória de seus ancestrais.

Contudo, percalços costumeiros da ciência histórica costumam nos proporcionar a sensação de um caminhar sobre campos com área movediça, entretanto, o cotejamento das fontes contribui para uma melhor definição dos fatos observados, buscando a compreensão de suas entrelinhas. E de acordo com Burke, “não há nada de errado em tentar ler nas entrelinhas, particularmente quando a tentativa é realizada por historiadores com a sutileza de um Ginzburg ou de um Le Roy Ladurie”.⁴⁴ E não é que nos comparamos à genialidade de Ginzburg ou de Le Roy Ladurie, apenas nos inspiramos. Mas é necessário considerar que a história, vista por este ângulo de abordagem dos domínios da memória enfrenta paradigmas. Entre eles, destaque-se o conhecido “paradigma tradicional”, cuja essência limita os campos de investigação. De acordo com Burke (1992),

“(…) segundo o paradigma tradicional, a história deve ser baseada em documentos. Uma das grandes contribuições de Ranke foi sua exposição das limitações das fontes narrativas – vamos chama-las de crônicas – e

⁴²Anteriormente o Reino da Sicília existiu de 1130 a 1816. O Reino das Duas Sicílias surgiu após a unificação do Reino da Sicília e do Reino de Nápoles em 1816.

⁴³DOURAND, Maria Francysalda Oliveira. **MEMÓRIA E ESQUECIMENTO EM PAUL RICOEUR**: a ideologia política camuflada na anistia. Cadernos do PET Filosofia, Vol. 8, n. 16, pág.

⁴⁴BURKE, Peter. **A Escrita da História**. Op. Cit, pág. 25/26

sua ênfase na necessidade de basear a história escrita em registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos”.⁴⁵

Ainda, segundo Dourand, Paul Ricoeur alerta para o perigo da história tradicional, detentora das narrativas oficiais. O filósofo francês, que dedicou sua vida aos estudos do campo da identidade, oportuniza, para reflexão, a seguinte definição da memória,

“(...) o verbo “lembrar” está sempre relacionado ao substantivo “lembrança”, uma vez que o filósofo francês apresenta a memória como sendo pragmática, isso significa que ela deverá ser exercitada, ou seja, não apenas lembrar o que passou, mas fazer alguma coisa em relação a essa lembrança. Nessa esteira, “lembrar-se é não somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, “fazer” alguma coisa.”⁴⁶

Nesse campo conflituoso entre o concreto e o abstrato, ressalta-se uma última observação quanto a organização administrativa do Império Carolíngio, ligada ao paradigma tradicional da história, em particular por sua manutenção: a estrutura administrativa⁴⁷ proporcionou longevidade de produção documental dos mais ilustres e importantes ramos familiares da época, permitindo que suas memórias perpetuassem, ancorando o tempo histórico em identidades pessoais, possibilitando, desta forma, que pesquisadores e estudiosos pudessem cotejá-los.

Assim, ajuntando as lembranças continuamente exercitadas, como nos afirma Dourand, ligando à memória de pertencimento da primeira linhagem familiar surgida na região do Ducado da Aquitânia, em Toulouse, tornou-se possível manter viva a memória histórica ancestral da Família di Paola em seu florescimento, em Toulouse. Mais tarde, entre as âncoras de memória da ilustre descendência nascida da Casa de Toulouse de Paule, encontra-se a personalidade de Antonio di Paola de Tolosa⁴⁸, Grão-Pior de San-Gilles e Grão-Mestre da Soberana Ordem de Malta (1623-1636).⁴⁹

⁴⁵BURKR, Peter. **A Escrita da História**. Op. Cit, pág. 13

⁴⁶DOURAND, Maria Francysnalda Oliveira. **MEMÓRIA E ESQUECIMENTO EM PAUL RICOEUR**: a ideologia política camuflada na anistia. Cadernos do PET Filosofia, Vol. 8, n. 16, pág. 2

⁴⁷MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Mundo Carolíngio**. Op. Cit, pág. 71-81. A burocracia, após a queda do Império Romano do Ocidente, foi reorganizada com a ascensão dos carolíngios.

⁴⁸ROMANO. Gaetano Moroni. **Dizionario Di Erudizione Storico-Ecclesiastica**. Compilazione Del Cavaliere Gaetano Moroni Romano. Primo Aiutante Di Camara Di Sua Santità GREGÓRIO XVI. Vol. XXVIII. Venezia. Dalla Tipografia Emiliana. 1844, pág. 254. Com referência ao cognome familiar, “Toulouse” é Tolosa em Occitano.

⁴⁹MANARA, Giuseppe. **Storia Dell’Ordine Di Malta. ne’ suoi gran maestri e cavalieri. Nicolas Viton de Saint-Allais, Giuseppe Manara**. coi tipi di Claudio Wilmant, 1846. Sua ascendência francesa é afirmada pelo **Dizionario Corografico-Universale Dell’Italia**, verificar bibliografia utilizada para construção deste subtítulo. Durante seu governo em Malta, *Fra* Antonio di Paola manteve entre as suas relações diplomáticas o Reino das Duas Sicílias. **Para saber mais**: GAMBACORTA, D. Gio. Evangelista Di Blasi e. **Storia Civile del Regno Di Sicilia – scritta per ordine de S.R.M (D.G) Ferdinando III. Re Delle Due Sicilie**. Dal su Regio Istoriografo. D. Gio Evangelista Di Blasi e Gambacorta. Abate Cassinese. TOMO OTASVO LIBROS XII, Sezione Seconda. In Palermo. Dalla Reale Stamparia. 1818 (ilegível a data), pág. 9; 84.

A Casa de Toulouse de Paule

A memória de pertencimento da Casa de Toulouse de Paule a um ramo Guilhemids se integra a história da região sul da França, área que fazia parte da Aquitânia até o século XII, compreendendo a antiga Província de Guyenne, assim como as regiões de Toulouse e Languedoc. Consta, no início de sua história registrada, que a vasta região foi conquistada pelos romanos no século I a.C. Em 418 d.C os visigodos a invadiram, mas com a vitória de Clóvis sobre Alarico II em 507 d.C, ela foi reunida ao reino e foi governada por Caribert de 628 a 632 d.C.

Pepino, o Breve, estabeleceu sua autoridade na região em 768 d.C. Posteriormente Carlos Magno criou um Reino na Aquitânia para seu filho Luís. Carlos, o Calvo, governou de 848 a 855 d.C e de 855 a 867 d.C Carlos, o Infante, lhe sucedeu. Em 867 d.C Luís II governou e em 879 d.C Luís III passou-o para seu irmão Carlomano. Elevada a Ducado, a região se reverteu em área pertencente à Casa de Poitiers. A região da Aquitânia também pertenceu aos domínios da Inglaterra pelo casamento de Eleanor de Aquitânia com Henrique II Plantageneta em 1154.

Segundo levantamentos documentais realizados, a partir de publicações de época, a origem da *Casa de Toulouse de Paule*⁵⁰ direciona-se ao encontro da linhagem dos Duques da Aquitânia, região com domínio territorial histórico do ramo familiar de Gellone, começando com Bernarndo da Septimania (795 – 844 d.C), pai de Bernardo de Plantevelue⁵¹, Bernardo III de Toulouse, Duque de

⁵⁰Grifo nosso.

⁵¹(Uzès 22 Mar 841-[20 Jun 885/Ago 886]). O Manual de Dhuoda registra o nascimento "XI Kal Apr", no ano seguinte à morte do Imperador Luís, em "Uzécia urbes" do segundo filho [Bernard] de Doda e Bernard. O nome Annales Bertiniani "rex markiones Bernardum scilicet Tolosæ et iterum Bernardum Gothiæ, itemque Bernardum alium" em 868. Leito Abade de Brioude 857/68. Comte d'Autun 864/69, deposto. Comte de Rodez 864/74. Comte d'Auvergne depois de 872. ([843/44]-). A Crônica de Adémar de Chabannes registra que "Vulgrimnus" herdou "Aginnum... urbem" através "sororem Willelmi Tolosani" com quem ele havia se casado. A identidade de "Willelmi Tolosani" não é clara. O Histoire Générale de Languedoc especula que ele era Guillaume Comte de Bordeaux (a quem chama de Comte de Toulouse), filho de Bernard Marquês de Septimanie e sua esposa Dhuoda. Se a esposa de Vulgrin era filha de Bernard e Dhouda, acredita-se que ela tenha nascido em [842/44] como o Manual de Dhuoda afirma que o segundo filho do casal, Bernard, foi o segundo filho de sua mãe [assumindo que as crianças do sexo feminino não foram simplesmente ignoradas pelo Manual]. Os editores da terceira edição do Histoire Générale de Languedoc sugerem que a passagem em Adhémar de Chabannes refere-se "provável [à] Guillaume comte de Bordeaux" [Duque de Gascony]. Jaurgain sugere que esta sugestão está correta, com base em que Guillaume era filho de "Bertrand comte de Bazas et d'Agen" e, portanto, tinha o direito de passar Agen para seu cunhado. Infelizmente, ele não cita nenhuma fonte que confirme que Bertrand era "comte d'Agen", nem qualquer fonte que confirme sem dúvida a co-identidade entre o filho de Bertrand Guillaume e Guillaume Comte [de Bordeaux [Duque de Gascony]]. Como discutido no documento GASCONY (ver a seção que registra Duke Guillaume que morreu em 850), a existência deste "Bertrand" de fato parece baseada em uma má interpretação por Marca de uma carta posterior não datada sob a qual o neto de Vulgrin [I], Bernard Comte de Périgord restaurou a abadia de Saint-Sour de Genouillac (ver a seção Comtes de Périgord no documento ANGOULÊME, LA MARCHE, PERIGORD). "Guillaume comte de Bordeaux" era, portanto, provavelmente a mesma pessoa que Guillaume, filho de Bernard Comte d'Autun, Marquês de Septimanie, nesse caso a sugestão supostamente revisada na terceira edição do Histoire Générale de Languedoc era de fato a mesma que a sugestão feita na edição anterior. m VULGRIN [I] Comte d'Angoulême, filho

Aquitânia. Segundo levantamentos de cunho histórico-genealógico, entre os ramos pertencentes à linhagem do Ducado está a nobre Família Maurand, de onde descende Isabeau de Maurand, da Ilustre Casa de Toulouse. Isabeau contraiu matrimônio com Aymeric de Paulo, por volta de 1475, iniciando a linhagem da Casa de Toulouse de Paule.

Sobre as origens dos Maurands, é importante observar que “em muitas partes da França, a partícula ‘de’ é sinal de alguma origem nobre. No entanto, na região da antiga Gasconha, a partícula de nada mais significava do que juntar o nome próprio de um indivíduo ao nome de sua casa ou talvez de uma localização geográfica de origem”.⁵² Segundo observa Mr. James Eddy Mauran, citando M. de Mege⁵³, os descendentes da Casa Maurand

“foram assim chamados por algum motivo agora esquecidos e perdidos, e não de suas terras: eles não tiveram que imitar os nobres das primeiras famílias de Languedoc, que, cortando a partícula ‘de’ de seu nome em suas provas de nobreza, desejavam assim mostrar a antiguidade de sua Casa e provar que seus nomes pertencem às suas famílias e não às suas terras”.⁵⁴

Étienne-Léon de Lamothe-Langon, na obra *Histoire L’Inquisition en France*, de 1829, contribui de forma substancial para a afirmação feita por Mège, quando afirma que “(...) esta Família foi considerada uma das mais antigas e respeitáveis de Languedoc. Os títulos públicos provam que gozavam de uma posição ilustre em Toulouse, desde 1141 d.C”. Segundo Lamothe-Langon, essa linhagem descende dos Duques da Aquitânia. Para tanto, considerou provas apresentadas e retificadas nos arquivos da Ordem de Malta, em Toulouse.⁵⁵

Diante das evidências documentais perdemos o prisma da instabilidade e do sentido por vezes caminhar em campos de areia movediça. São as evidências documentais apresentadas o que Le Goff descreveria como “Documento/Monumento”. São as testemunhas atemporais da história que vem reforçando a memória de pertencimento da Ilustre Casa de Toulouse de Paule ao universo da descendência Guilhemids.

“di Paola”, uma Família Heráldica

Segundo o Armorial de Nobreza de Languedoc (1866)⁵⁶, os di Paola são originários de Gênova e fixaram-se em Languedoc após 1475.

de VULFARD [d'Angoulême] e sua esposa Susanna de Paris (-3 de maio de 886, bur Angoulême Saint-Cybard).]

⁵²The Geographical origin of Saint Vincent De Paul's family with it's history presented by the Vincentian Catholic Society – Disponível em: https://famvin.org/wiki/Berceau_II Acesso em 05/04/2022 às 21:30

⁵³Alexandre Louis Charles Andre Du Mege, Historiador e Arqueólogo.

⁵⁴ÉTIENNE-LÉON DE LAMOTHE-LANGON. *Histoire L’Inquisition en France*. Paris. IMPRM. – LIB. DE J.G. DENTU, rue du Colombier, nº 2. 1829, pág. 6

⁵⁵Idem, pág. 6

⁵⁶DE LA ROQUE, M. Lois. *AMORIAL DE NOBLESSE DE LANGUEDOC – GENERALITÉ DE TOULOUSE*. Avocate a La Cour Imperiale de Paris. TOME PREMIER. Toulouse. DELBOY Fils,

Esta casa produziu conselheiros e três presidentes de morteiro no parlamento de Toulouse, dois conselheiros de Estado, três senecais de Lauraguais, vários cavaleiros de Malta e um grande número de oficiais ilustres das forças armadas. (REYNAL, 358). Antoine Paulo, conselheiro da República de Gênova em 1296, foi *ateul(ilegível)* de Aimyeric de Paulo, Sargento de Cépet e de la Fitte, que serviram sob Carlos VIII na Itália, veio se estabelecer em Toulouse em 1475, Casou-se com Isabeau de Maurand, e foi pai de Etienne de Paulo, cujos descendentes foram mantidos em sua nobreza em Languedoc. (MORERI, VIII. 145; M. D'AUBAIS, 918; NOULLENS, Maisons historiques de Gascogne: BAULAC, p. 321)⁵⁷

O ramo familiar da Ilustre Casa de Toulouse de Paule ao longo do tempo produziu um elevado número de representantes notáveis e que se destacaram na sociedade nobiliárquica francesa. Ettiënne de Paulo *Capitoul* em 1512. Antoine de Paulo foi Senhor de la Fitte Vigordane, Cépet, Rois e La Faurie e Cavaleiro da Ordem do Rei em 1563. Jean de Paulo, Senhor de Rouis e de Roques. Jean de Paulo, esteve relacionado ao governo do Parlamento de Toulouse. Michel de Paulo foi Senhor de Grandval. Antoine de Paulo, senhor de Escalquens e Conselheiro do Parlamento. Louis de Paulo, Conselheiro do Parlamento. Antoine de Paulo, Barão e Visconde de Calmont (com grandeza), Senhor de Saint-Marcel, Conselheiro do rei. Francisco-Antoine, Cavaleiro de Malta, fez parte da corte de Louis XIV. Jean-Francisco de Paulo, Conde de Calmont, senescal de Lauraguais. Pierre, Barão de Paulo. Jacqueline, viscondessa de Trebien. Antoine-Francisco de Paulo, Conde de Calmont. Charlotte Marquesa de Pégueirolles. Eulalie, Condessa de Pégueirolles. N...*(ilegível)*, baronesa de Gouzens-Gontaines. Antoine-Julio de Paulo, Conde de Paulo. George-José-Damaze de Paulo de la Vigueirie, primeiro Consul-prefeito de Gaillac 1784. Antoine de Paulo, Senhor de Lafitte. Simón de Paulo, Senhor de Gratentour. Antoine de Paulo-Grandval, Barão de Calmont, Vicente de Paulo, Senhor de Grilhon. Antoine de Paulo, Visconde de Calmont, Senhor de Saint-Marcel. Sebastian de Paulo esteve na corte do rei, alcançando a nobreza para seus filhos em 1689. Jean-Georges-Damasse foi Senhor de Laboute, deixou nobreza para seus dois filhos. Antoine-Francisco de Paulo foi tesoureiro do rei. Outros membros da Ilustre Casa de Toulouse de Paule se mantiveram relacionados à Corte Real.

Do outro lado do Mediterrâneo, na Itália, os descendentes da Ilustre Casa de Toulouse de Paule posteriormente se fixaram em particular no sul da Itália, na Sicília, na região de Catania, e outro na Calábria, em Monteleone – áreas que após o Congresso de Viena (1815) formariam o Reino das Duas Sicílias.⁵⁸ “Francesco era senhor de Monteleone e Mestre Real de Cavalaria em 1529. Próspero, levou sua

LIBRAIRE-EDITEUR. E. DENTU, LIBRAIRE, Au Palais-Royal/ AUG. AUBRY, LIBRAIRE – 16, rue Dauphine. 1866.

⁵⁷Idem, pag. 268

⁵⁸Unificação dos Reinos de Nápoles e da Sicília após o Congresso de Viena em 1815. Sobre a presença da Ilustre Família de Toulouse, ver: <https://www.heraldrysinstitute.com/lang/pt/cognomi/Di+paola/Italia+-+Liechtenstein/idc/822269/idt/pt/> Acesso em 08/07/2022 às 20:32. O reino existiu desde 1738 sob a bandeira dos Bourbon da Espanha.

família para Montova, onde obteve a cidadania em 1562 e deu origem ao ramo dos Marqueses de Barbasso”⁵⁹. Sobre a presença dos descendentes da Família di Paola na região, a Biblioteca Histórica, Heráldica e Genealógica, fundada em 1877 pelo Conde Cavaleiro Guelfo Guelfi Camajani, traz a seguinte informação:

Fábio di Paola tomou posse do feudo de Buonvicino, na Calábria Citra, concedido a ele pelo Príncipe de Bsignano, no século XVII. Aos di Paola foram atribuídos nobreza em Vibo Valentia e Cosenza. Na Sicília, Giacomo di Paola foi advogado tributário do reino. Pietro di Paola era Barão de Monserrato. Salvatore di Paola foi juiz em Catania em 1740. Pietro Paola, doutor em leis, foi juiz do Grande Tribunal do Reino e em 1742 foi agregado à Casa nobre de Catania. Antonino di Paola manteve a baronia de Monserrato, sendo investido em 1755”.

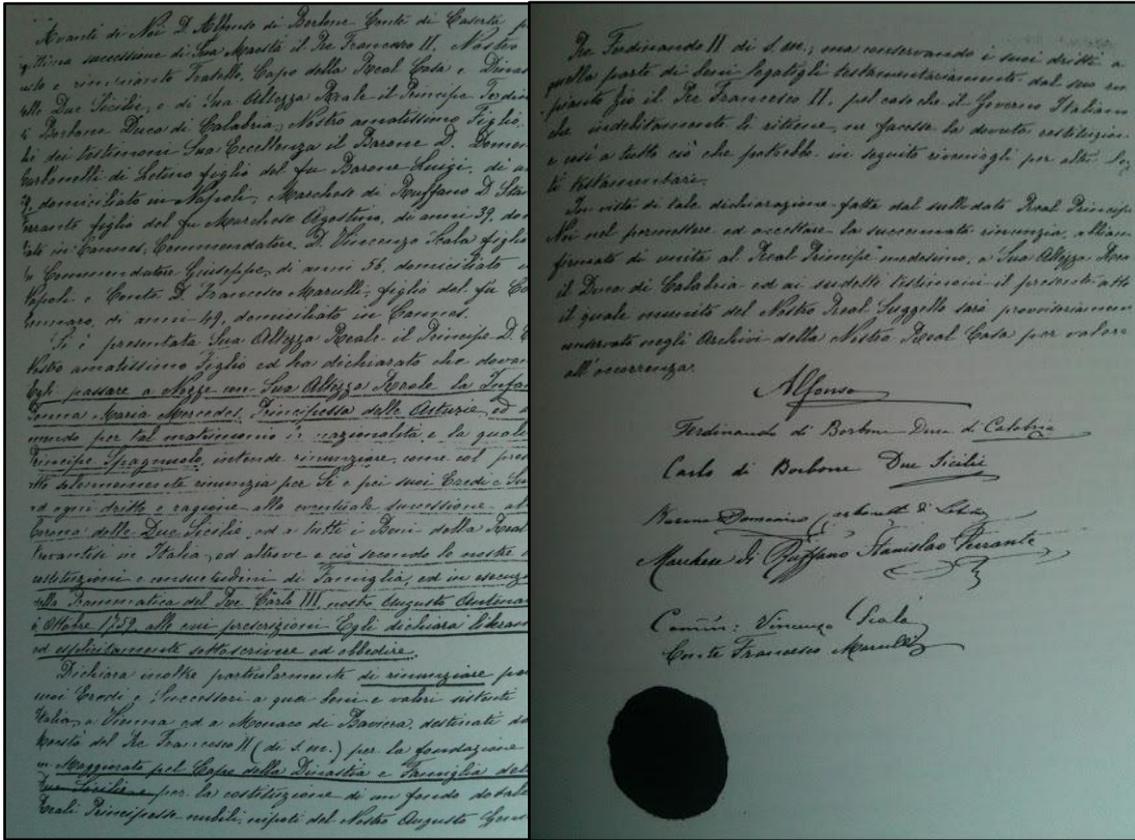
A Casa di Paola era a família Patrício em Montalto – na mesma época em que Giovantommaso di Paola foi Barão de Malvito e Buonvicino; O Dicionário Histórico Genealógico da Família Nardi⁶⁰ em 1765, também faz referência a posição da Família di Paola no universo da nobreza italiana como Duques de Buonvicino, Título que posteriormente, em meados do século XVII, passaria a pertencer à Família Cavalcanti, por dote de casamento contraído entre Hippolita Laudemia di Paola e Lucio Cavalcanti, permanecendo em poder da família até 1806.

Uma Família Heráldica, para ser fiel ao verbete dos dicionários. Rompeu as barreiras do tempo. Uma última evidência da importância da linhagem nascida da Ilustre Casa de Toulouse de Paule se encontra no acender das luzes do século XX, há pouco mais de cem anos no ato de casamento do Príncipe Dom Carlos da Calábria com a Infanta Dona Maria Mercedes, Princesa das Astúrias, realizado em 14 de fevereiro de 1901, em Madrid/Espanha. O Contrato de Casamento escrito por Dom Alfonso di Borboni, Conde di Coserta, traz entre as testemunhas o Comendador Dom Vincenzo di Paola, filho do Comendador Joseph, de Nápoles.

⁵⁹Memória de Famílias Nobres da Província Meridional D'Itália”, de Conde Bernarndo Candida Gonzaga – Nápole e Sicília – de 1852.

Nota: sobre o ramo familiar di Paola, antes de 1475 e seu estabelecimento em Languedoc, pode-se encontrar os seguintes dados - Giovanni di Paola di Caivano foi investido no eminente cargo de Senador Romano no ano de 1472. Em Sessa Aurunca, os membros da Família administraram a Comuna, com períodos alternados de governo entre 1494 – 1734. Revisitando a obra literária “A Memória de Famílias Nobres da Província Meridional D'Itália”, de Conde Bernarndo Candida Gonzaga – Nápole e Sicília – de 1852, encontramos, em sua composição textual, os membros da Família di Paola inseridos na Corte de Afonso I d'Aragona, com Francesco Mastrodatti di Paola, 1459. Luigi Mastrodatti di Paola, em 1487. Possivelmente, as honras e titulação deste período estão relacionadas ao ramo familiar de Gênova. Os di Paola contrairiam matrimônio com outras famílias pertencentes à nobreza italiana, estando entre elas as famílias Spadafora, Carbonelli, Della Rata e Sava. Existe no período pesquisado uma linhagem de família com o mesmo sobrenome na Ilha da Córsega, entretanto carece de estudos para afirmar ligação de seu parentesco ao ramo familiar de Toulouse ou ao ramo familiar de Gênova.

⁶⁰ROGANI. Bernardino. **Discorso storico-genealogico Della Famiglia Nardi**. Firenze, 1765. Nella Stamperia della SS. Annaaziata. Con licenza de Superiori.



Considerações Finais

Trabalhar no campo da memória é caminhar sobre um terreno arenoso. As impressões de consistência dos fatos por vezes podem se transformar em um abismo, no entanto há que se notar a longevidade da narrativa, no lugar de apenas tomar por evidência a penumbra de um fato acontecido. O valor da memória ancestral do ramo da Família di Paola, que se origina em Toulouse vai muito além de seu pertencimento a uma descendência nascida de Guillaume Gellone. É a prova de que a história jamais foi e nunca será estéril. Não pode haver esterilidade onde as possibilidades são múltiplas.

A origem Guilhemids, como vimos é um campo aberto para novas investigações e também continua sendo manancial de teorias do obscurantismo. O mitraísmo⁶¹, apesar de sua força até o século V d.C acabou sendo esfacelado pela cristianização da Europa e posteriormente pela força de dispersão da religião islâmica, tendo possivelmente suas raízes se tornado extintas já nos dois séculos seguintes à fragmentação do Império Romano. A questão aqui é que uma doutrina como o mitraísmo não sobreviveria ao lado das concorrentes de seu tempo. Naquele momento histórico, entre os séculos I d.C e VII d.C, a potência doutrinária do Cristianismo e do Islamismo, não deixaram evidências de qualquer outro preceito religioso em seu rastro, e nem mesmo uma sobrevida a médio tempo suportaria a pressão religiosa imposta aos povos que viviam nas regiões da Europa, do Oriente e de suas adjacências no contexto da época. Desta forma, a impressão

⁶¹Também conhecido como "mistérios mitraicos", "mistérios de mitras" ou "mistérios dos persas".

sugerida pelos ocultistas é uma vertente que nos parece inviável para explicar o surgimento da linhagem Davídico-carolíngia, uma vez que a chegada do Exilarca Makhir na França data de meados do século VIII d.C.

A descendência de Guillaume de Gellone, portanto marcou a história ocidental e acabou influenciando parte da história do Oriente. Observada do que se considera como “oficial”, ela se apresenta nas linhagens relacionadas de David-Makir Theodoric I a Hugo Capeto, no entanto, a História quando ouve um eco, ainda que distante, precisa buscar perceber sua origem. É o caso da memória ancestral do ramo familiar di Paola, cuja raiz ancestral remonta ao reino da Aquitânia. Sua existência e longevidade é mais uma janela de percepção daquilo de Peter Burke buscou classificar como um dos campos de investigação e fontes e serem consideradas pela Nova História, uma vez que ela se difere dos padrões encontrados do que se aceita por “oficial”. A Nova História não cairá na luxúria de inventar narrativas, mas cabe a ela oportunizar que a mais remota evidência nascida a partir da ação humana seja colocada à prova. Mas é importante perceber que uma narrativa inventada não possui estrutura de sustentação, assim ruirá e não deixará vestígios. Contudo, viu-se os sussurros da memória dos descendentes da Casa de Toulouse de Paule se direcionarem aos Maurands, pertencentes à linhagem dos Duques da Aquitânia, como afirmou Lamothe-Langon.

Ademais, para os propósitos deste artigo, construído à base da pesquisa heráldica, das evidências temporais da memória e cotejadas com fontes históricas extraídas de publicações de época, em vários idiomas, sempre haverá questionamentos, o que particularmente enriquece o universo da pesquisa e contribui para consolidar o conhecimento alcançado. Não é à toa que o Historiador deve buscar aproximar o seu Ofício, ao máximo, ao de um monge beneditino: cabe a ele à semelhança do monge, a reflexão, a paciência e a humildade de cuidar, organizar e nutrir a sociedade com fontes e evidências de sua própria essência. Cabe ao Historiador não permitir que a memória seja subjugada pelo tempo.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Tradução Beatriz Sidou. Editora Brasiliense S.A,1987. Cap. 2 – O Senário Germânico, pág. 103-108.

Bíblia TEB. Tradução Ecumênica. Edições Loyola/Paulinas. Edição Brasileira, São Paulo – Brasil, 1996. Evangelho de Mateus, Cap. I, 6-13; Livro das Crônicas, Capítulo III, 14-24.

CROLLALANZA. G.B. Di. **Dizionario Storico-Blasonico della Famiglia Nobili e Notabili Italiane**. Estinte e Fiorente compialato dal Commendatore G.B. Di Crollalanza. Vol. 2. Pisa. Presso La Direzione Del Gionale Araldico, 1888

Dizionario Corografico-Universale Dell'Italia. Sistematicamente Suddiviso secundo L'attuale Partizione Politica D'ogni Singolo Stato Italiano – Compilato da Parecchi Dotti Italiani. Vol. 4. Isola Di Malta. Milano. Stabilimento Di Civelli G. E C, 1857

De Pepín, el Breve” a Hugo Capeto: **La Revue Française de Généalogie**, nº 123, agosto-septiembre de 1999 (Francia).

DE LA ROQUE, M. Lois. **AMORIAL DE NOBLESSE DE LANGUEDOC – GENERALITÉ DE TOULOUSE**. Avocate a La Cour Imperiale de Paris. TOME PREMIER. Toulouse. DELBOY Fils, LIBRAIRE-EDITEUR. E. DENTU, LIBRAIRE, Au Palais-Royal/ AUG. AUBRY, LIBRAIRE – 16, rue Dauphine. 1866

DOURAND, Maria Francysnalda Oliveira. **MEMÓRIA E ESQUECIMENTO EM PAUL RICOEUR**: a ideologia política camuflada na anistia. Cadernos do PET Filosofia, Vol. 8, n. 16

ÉTIENNE-LÉON DE LAMOTHE-LANGON. **Histoire L’Inquisition en France**. Paris. IMPRM. – LIB. DE J.G. DENTU, rue du Colombier, nº 2. 1829, pág. 6

FAMIGLIE NOBILI ITALIANE - **Libro d’Oro della Nobiltà Italiana**. Ed. 2015-2019 e preced.ti. Ed. Collegio Araldico – Roma

FRANCO Jr, Hilário. **O Feudalismo**. tudo é história, 65. Editora brasiliense – 13ª edição. 1994, Cap. “A Gênese”, pág. 9 – 29

GAMBACORTA, D. Gio. Evangelista Di Blasi e. **Storia Civile del Regno Di Sicilia** – scritta per ordine de S.R.M (D.G) Ferdinando III. Re Delle Due Sicilie. Dal su Regio Istoriografo. D. Gio Evangelista Di Blasi e Gambacorta. Abate Cassinese. TOMO OTASVO LIBROS XII, Sezione Seconda. In Palermo. Dalla Reale Stamparia. 1818 (ilegível a data)

GONZAGA. Conte Bernardo Candida. **Momorie della Famiglie Nobili della Province Meridionali D’Itàlia**. Napoli e Sicilia. Vol. 6. Napoli. COMM. G. DE ANGELIS E FIGLIO TIPOGRAFI DI S.M. IL RE D’ITALIA. 1882

JAVALOYS, Joaquín. **El Grial Secreto de los Cátaros**. La historia oculta de uma linhagem. EDAF, 2001.

LIVINGSTONE, David. **TERRORISM AND THE ILLUMINATI**. A Three Thousand Year History, 2007. Cap. 7, the Merovingians. An Amazon.com company, 2007

MANARA, Giuseppe. **Storia Dell’Ordine Di Malta**. ne' suoi gran maestri e cavalieri. [Nicolas Viton de Saint-Allais](#), [Giuseppe Manara](#). coi tipi di Claudio Wilmant, 1846.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Mundo Carolíngio**. Tudo é História – 99. Editora Brasiliense, 1987. 2ª edição

MONTEALGRE, Flavio Rivera. **Genealogia de la Familia Montealegre**: Nicaragua, Costa Rica y Guatemala. Antepasados em Europa y sus descendientes em América. Vol. I – Investigación realizada por Flavio Rivera Montealegre. Trafford Publishing, USA. 2012

PADIGLIONE. Carlo. **Delle Livree Del Modo Di Compore e Descrizione Di Quelle Nobili Italiane.** Ricerce – Storiche ed Araldiche. Forni Editore – Nob. Carlo Pediglione, 1889

BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas.** Tradução de Magda Lopes. S.P: Ed. UNESP, 1992

Revista Araudica e Genealogia. Anno Secondo, 1934. Tip. E VIGLIADI – Via Atri, 22. Napoli. Direttore ARTURO CRISCUOLI

ROGANI. Bernardino. **Discorso storico-genealogico Della Famiglia Nardi.** Firenze, 1765. Nella Stamperia della SS. Annaaziata. Con licenza de Superiori

ROMANO. Gaetano Moroni. **Dizionario Di Erudizione Storico-Ecclesiastica.** Compilazione Del Cavaliere Gaetano Moroni Romano. Primo Aiutante Di Camara Di Sua Santità GERGÓRIO XVI. Vol. XXVIII. Venezia. Dalla Tipografia Emiliana. 1844, pág. 254

The Jewish Encyclopedia. Apud, JAVALOYS, Joaquín, 2001.

The Geographical origin of Saint Vincent De Paul's family with it's history presented by the Vincentian Catholic Society – Disponível em: <https://famvin.org/wiki/Berceau> _ Il Acesso em 05/04/2022.

The Guilhemids: the offspring of William I David-Toulouse and Martel (Guillaume I David-Toulouse and Martel – Saint Guillaume of Gellone)

Abstract: Historiographical science preserves something unique, we call anchors. The meaning is simple, it is enough to remember a memory for an entire memory to be awakened. In this article, anchors are thrown into the deep ocean of ancestry. Here, the navigator will have the opportunity to, in each cove, know a little more of the intricate Dynastic lineage born of William de Gellone or Guillaume I David-Toulouse and Martel, immortalized as Saint Guillaume de Gellone, common ancestor of the Guilhemids.

Key words: ancestry, memory, lineage and nobility.

I Guilhemids: la progenie di Guglielmo I David-Tolosa e Martelo (Guillaume I David-Toulouse e Martel – Saint Guillaume di Gellone)

Sommario: La scienza storiografica conserva qualcosa di unico, che chiamiamo ancora. Il significato è semplice, basta ricordare un ricordo perché un intero ricordo venga risvegliato. In questo articolo, le ancore vengono gettate nell'oceano profondo degli antenati. Qui, il navigatore avrà l'opportunità di, in ogni insenatura, conoscere un po 'di più dell'intricato lignaggio dinastico nato da William de Gellone o Guillaume I David-Tolosa e Martel, immortalato come San Guillaume de Gellone, antenato comune dei Guilhemidi.

Parole chiave: ascendenza, memoria, lignaggio e nobiltà

Envio: 07 de dezembro de 2022.

Aceite: 04 de janeiro de 2023.

Autorização
Autorização para Publicação de Texto

Texto: Os Guilhemids: a descendência de Willian I David-Toulouse e Martel (Guillaume I David-Toulouse e Martel - São Guillaume de Gellone)

Autor: Sérgio Antônio de Paula Almeida

Revista Científica: DUC in Altum – FASM/Muriaé-MG, Brasil

Eu, Vincenzo Di Paola, natural de Minervino, Murge (BA) em 31.08.1945. Documento de Identidade N. CA70449JY, expedido pela Comuna de Rozzano MI – ITALIA, em 16.09.2021, descendente e detentor dos direitos da linhagem da Casa de Toulouse de Paule

Autorizo para os devidos fins de publicação na revista *DUC in Altum*, periódico anual da FASM/Muriaé-MG-Brasil, a publicação da memória história da Família Di Paola, do ramo italiano da Ilustre Casa Toulouse de Paule, como parte integrante do texto “Os Guilhemids: a descendência de Willian I David-Toulouse e Martel (Guillaume I David-Toulouse e Martel - São Guillaume de Gellone)”, de autoria do professor Sérgio Antônio de Paula Almeida.

Autorizzazione
Autorizzazione alla pubblicazione di testi

Testo: I Guilhemids: la progenie di Guglielmo I David-Toulouse e Martel (Guillaume I David-Toulouse e Martel - Saint Guillaume de Gellone)

Autore: Sérgio Antônio de Paula Almeida

Rivista scientifica: DUC in Altum – FASM/Muriaé-MG, Brasile

Io, Vincenzo di Paola, nato a Minervino, Murge (BA) il 31.08.1945. Carta d'identità N. CA70449JY, rilasciata dal Comune di Rozzano MI – ITALIA, in data 16.09.2021, discendente e titolare dei diritti di stirpe della Casa di Tolosa de Paule

Autorizzo, ai fini della pubblicazione sulla rivista DUC in Altum, giornale annuale di FASM/Muriaé-MG-Brasil, la pubblicazione della memoria storica della Famiglia di Paola, dal ramo italiano dell'Ilustre Casa Toulouse de Paule, come parte integrante del testo “I Guilhemids: i discendenti di Guglielmo I David-Toulouse e Martel (Guillaume I David-Toulouse e Martel - São Guillaume de Gellone)”, del Professor Sérgio Antônio de Paula Almeida.



Vincenzo di Paola
Rozzano, MI – Italia
30/08/2022

O AUXÍLIO DAS FERRAMENTAS DE INFORMÁTICA DURANTE A GRADUAÇÃO

Vieira, Edileuza Marcelo (UEMG);

Melo, Larissa de Freitas (UEMG);

Batista, Thalía Nunes (UEMG);

Vieira, Viviane Gomes ;SILVA,

Natália Cristina.(UEMG).

Professora orientadora: Myrian Aparecida Silva Schettino

Resumo: O presente artigo avalia a importância da informática para a formação docente dos discentes do curso de Licenciatura em Química da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Verifica também a utilização da informática como apoio na elaboração de trabalhos e seminários que utilizam programas do Office como Word e Excel para resolução de cálculos e construção de gráficos. Demonstrando que a utilização dessas ferramentas e o uso dos saberes de informática tem suma importância para um bom desenvolvimento durante a graduação.

Palavras chaves: Informática, Graduação, Química.

Introdução

A informática pode ser considerada atualmente um ótimo apoio em recurso na educação. Pois inúmeras transformações sociais que foram motivadas pelos avanços tecnológicos da informação já apareceram.

Nunes (2004) enfatiza o uso da informática no processo de ensino-aprendizagem, e sugere etapas para sua aplicação. O avanço tecnológico vem proporcionando reflexões acerca de como usufruir as novas possibilidades criadas no mundo da educação.

É muito importante a introdução da informática na educação de uma forma correta, pois auxilia na aprendizagem e sem uma orientação adequada não será utilizada como forma de construção do conhecimento. (Nascimento et al, 2010).

Para Valente (1999, p. 22), A informática está entrando na educação para se transpor as fronteiras do educar convencional evoluindo assim o método de ensino, propiciando ao educando mais eficiência na construção do conhecimento acelerando seu aprendizado e conseqüentemente tornando a educação mais sólida.

Os recursos atuais da tecnologia, os novos meios digitais: a multimídia, a Internet, a telemática, traz novas formas de ler, de escrever, e, portanto, de pensar e agir. O simples uso de um editor de textos mostra como alguém pode registrar

seu pensamento de forma distinta daquela do texto manuscrito ou mesmo datilografado, provocando no indivíduo uma forma diferente de ler e interpretar o que escreve, forma esta que se associa, ora como causa, ora como consequência, a um pensar diferente (FRÓES, 1994, p. 18).

Segundo Almeida (2000, p. 12), as vertiginosas evoluções socioculturais e tecnológicas do mundo atual geram incessantes mudanças nas organizações e no pensamento humano e revelam um novo universo no cotidiano das pessoas. Alguns softwares educacionais já disponíveis no mercado auxiliam os alunos a raciocinarem a respeito de certos fenômenos através de simulações. A utilização deste tipo de recurso oferece um ambiente interativo, onde o aluno é capaz de manipular as variáveis e observar resultados imediatos.

Assim, se faz necessário conhecer a informática e entendê-la.

Sabe-se que a Informática como ensino associada à Química permite ao aluno a busca de respostas e conhecimentos através da rede internet, assim como também norteia dúvidas, respaldada, após, pelos professores e/ou orientadores da disciplina. Neste âmbito, Gabini (2008), informa que “lançar mão de inúmeras informações para que uma situação seja reconstituída, como por exemplo, um problema relativo a impacto ambiental, além de se considerar a perspectiva de trabalhar em uma escala tridimensional”.

Técnica e tecnologia são inseparáveis, afinal, ambas se encontram apoiadas por princípios científicos que permitem o relacionamento sistemático entre Ciência e a Técnica.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância da informática para os graduandos do curso de Licenciatura em Química da Universidade Do Estado de Minas Gerais e até onde ela pode contribuir nas disciplinas.

Metodologia

A pesquisa realizada nesse trabalho pode ser classificada como objetivo exploratório, pois visa mostrar o conhecimento dos alunos sobre o uso da informática no ensino de química e as dificuldades que eles possuem sobre este

assunto, nos proporcionando uma visão geral de seus conhecimentos através da exploração de pesquisa bibliográfica.

Quanto à metodologia, o trabalho em mãos faz a opção pelo método de pesquisa de campo, pois, é rico em pesquisas e práticas. A abordagem quantitativa traduz opiniões e números em informações que foram analisadas e classificadas e os dados esboçados estatisticamente em gráficos e tabelas. A pesquisa utilizou de dados retirados de pesquisa feita com 36 alunos dos 1º, 3º, 5º e 7º período do curso de Química da Universidade do Estado de Minas Gerais da unidade de Ubá (UEMG-UBÁ). Estas ferramentas nos fornecem informações necessárias para a construção de um trabalho rico em informações, estimulando a compreensão. Assim mostrando de forma prática os conhecimentos adquiridos.

Resultados e discussões

O método abordado na realização da pesquisa foi um questionário baseado na noção que temos da importância da informática na elaboração de trabalhos, seminários e em conteúdos do curso de Química, como Química Analítica onde é utilizado o Excel para fazer os cálculos e o gráfico das curvas analíticas e em Estatística Básica, onde também se utiliza dos meios da informática para o cálculo de desvio padrão e a montagem de gráficos.

O questionário aplicado se baseia em quatro perguntas de autoanálise, sendo elas:

O auxílio das ferramentas de informática durante a graduação:

1. A informática contribui para desenvolvimento de práticas no laboratório de química?
() SIM () NÃO () AS VEZES
2. Você tem bom desenvolvimento com Excel, Word, Power Point e outras funções oferecidas pela informática?
() SIM () NÃO () AS VEZES
3. Concorda que deveria ter uma disciplina obrigatória de informática para melhor desenvolvimento e agilidade no mundo da química?
() SIM () NÃO () AS VEZES

4. Vocês acham que de forma geral (trabalhos, relatórios, etc) a informática contribui para o ensino de química?

() SIM () NÃO

A pesquisa foi realizada com 36 alunos dos 1º, 3º, 5º e 7º período do curso de Química da Universidade do Estado de Minas Gerais da unidade de Ubá (UEMG-UBÁ). A coleta dos dados foi feita em um dia da semana, no primeiro horário. Para participar da pesquisa foi entregue a cada aluno, um questionário onde não era preciso se identificar. Cada aluno tinha o tempo que achar necessário para decidir qual era sua resposta, marcando no questionário individualmente qual a opção, no seu entendimento, mais adequada para cada pergunta.

Os resultados obtidos de cada pergunta foram analisados e serão mostrados nos gráficos a seguir.

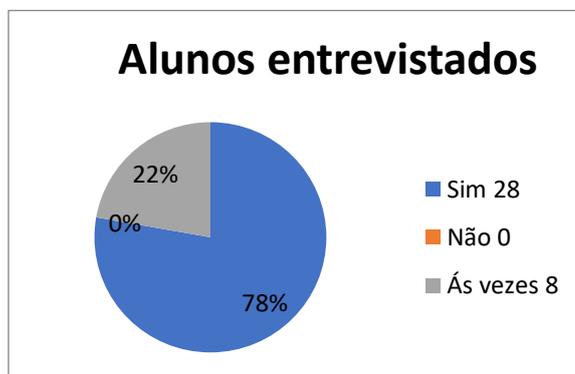


Gráfico 1-Resultados obtidos referente à pergunta 1.

De acordo com os resultados pode-se observar que a química está altamente ligada com o desenvolvimento tecnológico de forma a agilizar e trazer respostas mais concretas e seguras. Os programas de informática ajudam na elaboração de roteiros para as práticas em laboratório e auxilia em posteriores cálculos e relatórios após efetuação da prática.

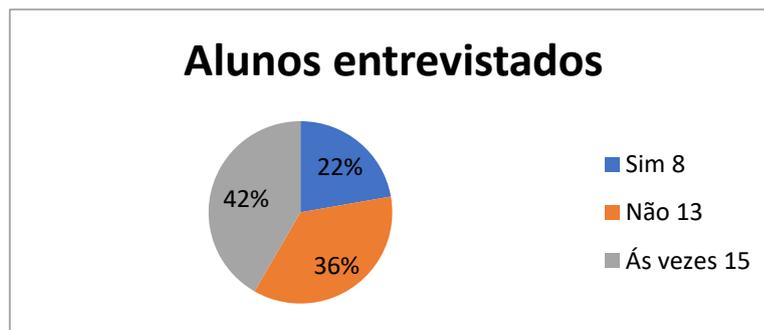


Gráfico 2- Resultados obtidos através da pergunta 2.

De acordo com os entrevistados da universidade fica clara a percepção da dificuldade que a maioria dos alunos de química tem em desenvolver trabalhos referentes aos programas citados na pergunta de número dois do questionário. Entretanto com o grande desenvolvimento tecnológico nota se que tecnologias como o celular façam que eles interajam de melhor forma com as redes sociais do que com ferramentas proporcionadas pela informática que são voltadas para utilização no mercado de trabalho, desenvolvimentos de artigos entre outras colaborações.



Gráfico 3 - Resultados obtidos através da pergunta 3.

O gráfico 3 mostra o grande interesse da maioria dos alunos em relação à disciplina de informática, A informática sendo uma disciplina obrigatória seria oferecida no turno noturno o que daria mais acesso aos estudantes, onde a grande maioria trabalha, ou não mora na mesma cidade da unidade. No entanto, a implantação da disciplina na grade gastaria maiores investimentos na infraestrutura

escolar e adesão de mais computadores para que professores e alunos possam trabalhar juntos. Além dos professores juntamente com conselho escolar terem que fazer alteração no projeto político pedagógico do curso de Licenciatura e colocar como uma das metas a ser alcançada a quebra de dificuldade dos alunos com as funções de necessidade para o mercado de trabalho oferecido pela informática. Apesar do foco do curso não ser esse.

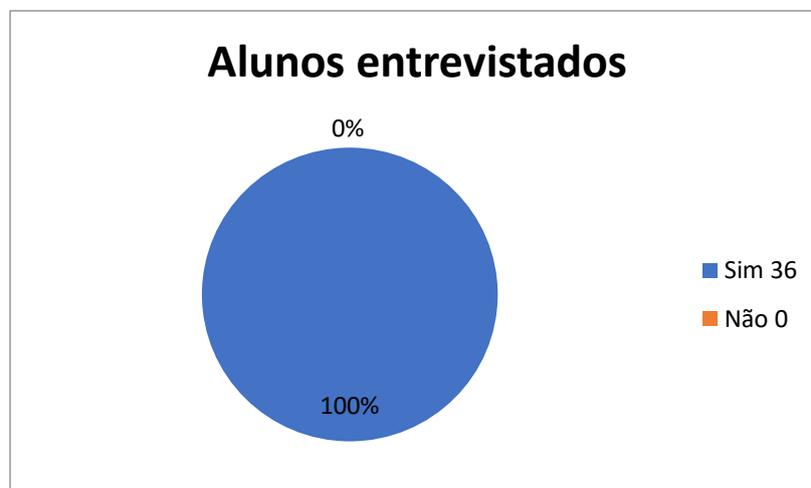


Gráfico4 - Resultados obtidos através da pergunta 4.

A informática é uma ferramenta essencial para os alunos, na melhoria de seus trabalhos, no caso da Química, o conhecimento a respeito das funções da informática é essencial para desenvolvimento de curvas de calibração em métodos de análise. Na maioria das vezes os equipamentos nos dão informações que devem ser estudadas, calculadas para que possa chegar à resposta desejada. Geralmente, para ser ágil e aproveitar o maior tempo possível tem se como apoio as funções oferecidas pela informática. Contribui para saber se o método está sendo exato e preciso, utilizando o Excel para achar desvio padrão e outros valores em busca de saber se o método está sendo eficaz. Além de colaborar de forma extraordinária na elaboração de relatórios, assim como tabelas para comparação de dados e descrição da prática efetuada. Na área pedagógica, o Power Point é um ótimo auxílio para transmissão de conhecimento do professor para o aluno. Além disso, a escola foi, e é o local onde as pessoas interagem, aprendem, buscam informações, crescem e se aperfeiçoam.

Conclusão

Dessa forma pode-se concluir que a falta da disciplina obrigatória de informática na grade curricular do curso de Licenciatura em Química da UEMG-Ubá traz impactos negativos aos estudantes do curso, visto que o domínio dos recursos fornecidos pela informática é essencial para o bom desenvolvimento dos conhecimentos científicos propostos no decorrer da graduação. Assim é possível afirmar que a compreensão das ferramentas de informática tem impacto direto na qualidade do curso. Estudantes que dominem tais recursos é essencial para uma boa formação profissional, o que implica a falta da disciplina obrigatória na grade 100% 0% Alunos entrevistados Sim 36 Não 0 8 curricular do curso de Licenciatura em Química da UEMG-Ubá.

Referências Bibliográfica

ALMEIDA, Maria Elizabeth de. **Informática e formação de professores**. Vol. 1 e 2. Fortaleza: Proinfo, 2000.

FRÓES, J. A tecnologia na vida cotidiana: importância e evolução sócio-histórica. Rio de Janeiro, 1994.

GABINI, Wanderlei Sebastião; DINIZ, Renato Eugênio da Silva. **A experiência de um grupo de professores envolvendo ensino de química e informática**. Campus de Bauru, SP: [s.n], [s.d]. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/ensaio/article/viewFile/117/167>>. Acesso em: março de 2018.

NUNES, César. **Tecnologia na Educação**. Editora Moderna – 2004. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/pedagogia/infoplan/tecnologia/0002>>. Acesso em 05 de abril de 2018.

VALENTE, José Armando. **O Computador na Sociedade do Conhecimento: Informática na Educação no Brasil**. OEA_NIED/UNICAMP, Campinas-SP, Estação Palavra 1999.

The help of computer tools during graduation

Abstract: This article evaluates the importance of informatics for the teacher training of students of the Degree in Chemistry of the State University of Minas Gerais (UEMG). It also verifies the use of computer science as a support in the preparation of papers and seminars that use Office programs such as Word and Excel for solving calculations and building charts. Demonstrating that the use of these tools and the use of computer knowledge has paramount importance for a good development during graduation.

Keywords: Informatics, Undergraduate, Chemistry.

Envio: 07 de dezembro de 2022.

Aceite: 04 de janeiro de 2023.

Ocupação antrópica em áreas de mananciais de abastecimento: uma revisão sobre a situação do município de Juiz de Fora – MG

Michel do Carmo Arruda⁶²
Monica Pertel⁶³

RESUMO: A preservação dos mananciais de abastecimento público é essencial para a garantia da qualidade de vida e saúde de uma população. No presente estudo se propõe a elaboração de uma revisão de literatura, cujo objetivo é abordar as ocupações antrópicas existentes na Represa Dr. João Penido e na Represa São Pedro, que abastecem o Município de Juiz de Fora - MG. Conclui-se que é necessário cumprir a legislação ambiental vigente, definir políticas públicas com objetivo de esclarecer à população que esses recursos devem ser preservados a fim de estarem disponíveis para as futuras gerações.

Palavras-chave: Empreendimentos imobiliários. Mananciais de abastecimento. Recursos hídricos. Represa São Pedro. Represa Dr. João Penido.

Introdução

A água é essencial para conforto, higiene e sobrevivência da humanidade, sendo utilizada, principalmente, no consumo humano, dessedentação de animais, produção de alimentos e energia (BRASIL, 1997). Assim, a água deve ser considerada recurso de alto valor para a sociedade, além de ser utilizada como objeto de pesquisas que busquem o desenvolvimento sustentável e a gestão estratégica dos recursos hídricos (CASTRO, 2019). Estudar a ocupação antrópica em áreas de mananciais é de fundamental importância para subsidiar políticas públicas de preservação dessas áreas, a fim de garantir água em quantidade e qualidade para todos que dela necessitam (ANA, 2019).

Toda ou qualquer forma de ocupação antrópica do solo gera diversos impactos ambientais. Além do desmatamento ilegal do bioma local (ROCHA et al., 2018b), o estabelecimento de empreendimentos imobiliários em áreas de mananciais de abastecimento interfere diretamente na qualidade da água. A implantação de loteamentos e outras formas de parcelamento do solo em áreas de mananciais acarreta despejo de lixo e esgoto doméstico sem tratamento (na maioria das vezes) nos corpos d'água (ROCHA et al., 2018a; CRUZ e MIERZWA,

⁶² Engenheiro Civil pela Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá. Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Iguazu. Mestrando em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: micheldocarmoarruda@hotmail.com

⁶³ Professora do Programa de Engenharia Ambiental da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: monicapertel@poli.ufrj.br

2020). Reduzir a qualidade da água significa elevar os custos do tratamento, necessário para torná-la apta ao consumo humano. Esse aumento nos custos de tratamento é repassado à população, gerando impactos econômicos no orçamento doméstico.

Diante de sua importância, o estudo das áreas de mananciais de abastecimento deve ser objeto de análise por parte dos órgãos governamentais nas definições de vetores de crescimento para as cidades, bem como definir restrições em seus planos diretores municipais. Assim, a presente revisão é de grande valia no que se refere ao planejamento do desenvolvimento econômico e social da cidade de Juiz de Fora, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável e o fornecimento de água com qualidade para toda população.

Nos últimos anos, parte considerável das bacias hidrográficas dos mananciais de abastecimento do município de Juiz de Fora vem sendo alvo de ocupações antrópicas, principalmente condomínios horizontais, ocupações subnormais, construção de vias, entre outros (ROCHA et al., 2016). Na maioria das vezes, essas ocupações ocorrem por despreparo do poder público em definir leis de proteção da água.

A proteção dos mananciais de abastecimento é fundamental para que os problemas de escassez da água doce sejam evitados ou reduzidos no futuro. Observa-se no mundo elevado crescimento demográfico e produção agrícola recorde, atividades essas que demandam aumento do consumo de água. Porém, os recursos naturais não aumentam à medida que crescem as necessidades, o que causa impactos e deterioração dos ecossistemas (RODRIGUES et al., 2018).

Nesse contexto, a Prefeitura de Juiz de Fora - Minas Gerais vem trabalhando na proteção dos mananciais de abastecimento do município, exemplo disso é a Lei Municipal 6.087 de 1981 (JUIZ DE FORA, 1981), que estabelece critérios para o uso e ocupação do solo na área de bacia hidrográfica da Represa Dr. João Penido. No entanto, o próprio município promoveu alterações nessa lei, a fim de permitir a implantação de obras de infraestrutura de “elevado interesse público”, o que pode ser observado na Lei Municipal 11.817 de 2009 (JUIZ DE FORA, 2009).

Ressalta-se aqui a importância da Lei Estadual 10.793 de 1992 (MINAS GERAIS, 1992), que dispõe sobre a proteção de mananciais destinados ao

abastecimento público no Estado de Minas Gerais. Essa lei descreve, em seu artigo 4º, as atividades que são vedadas a instalação nas bacias dos mananciais de abastecimento, por comprometerem os padrões mínimos de qualidade das águas. Destaca-se que no inciso VI desse artigo é vedada a instalação de parcelamento de solo nas modalidades de loteamento e conjuntos habitacionais.

Diante do exposto, o objetivo da presente revisão foi analisar áreas de mananciais de Juiz de Fora - MG com intervenções antrópicas, identificar o nível de antropização das mesmas e definir formas de reduzir os impactos causados pela ocupação humana.

Caracterização do município de Juiz de Fora

O município de Juiz de Fora - MG se localiza na porção Sudeste do Brasil, região conhecida como Zona da Mata mineira, uma das mesorregiões geográficas que compõem o Estado de Minas Gerais (Fig. 1). O município está situado estrategicamente entre três principais metrópoles nacionais, sendo São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

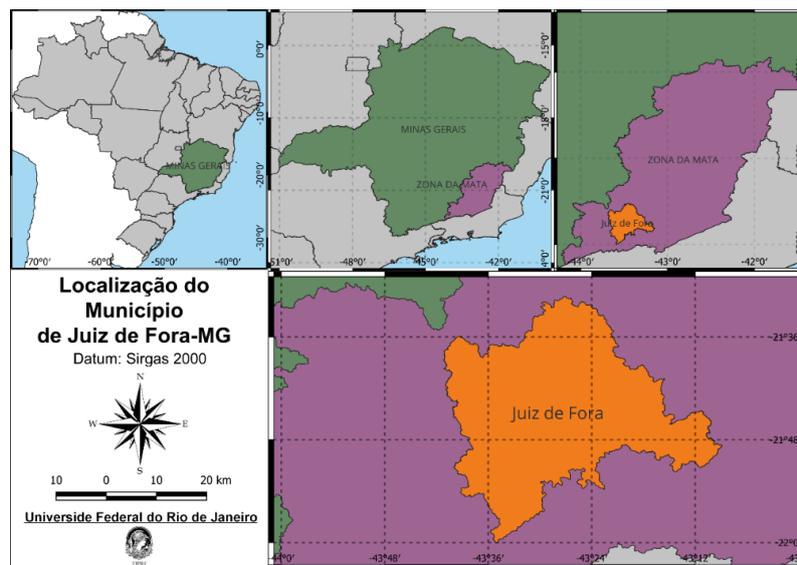


Figura 1. Localização do Município de Juiz de Fora - MG

O clima da região é tropical úmido de altitude, caracterizado como CWA, onde se observa inverno seco, com precipitação média inferior a 60 mm, e verão quente, com temperatura média acima de 22 °C (SÁ JUNIOR, 2009).

O território de Juiz de Fora se localiza na Bacia Hidrográfica Federal do Rio Paraíba do Sul e na região da Macrobaía Hidrográfica do Atlântico Sudeste (Fig. 2). A bacia do rio Paraíba do Sul ocupa uma área de aproximadamente 62.074 km², que drena uma das regiões mais desenvolvidas do país, estendendo-se por parte do Estado de São Paulo (14.510 km²), na região conhecida como Vale do Paraíba Paulista, parte do Estado de Minas Gerais (20.173 km²), denominada Zona da Mata Mineira, e metade do Estado do Rio de Janeiro (26.851 km²). Neste percurso, abrange um total de 184 municípios, o que corresponde a 0,7 % da área do país (FUNDAÇÃO COPPETEC, 2007). O vale do rio Paraíba do Sul distribui-se na direção Leste-Oeste entre as Serras do Mar e da Mantiqueira, situando-se em uma região de relevo bastante acidentado, com colinas e montanhas de mais de 2.000 m nos pontos mais elevados e poucas áreas planas (CEIVAP, 2014). No entanto, diversas formas de poluição têm impactado negativamente os recursos hídricos da região. De acordo com o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP, 2014), as principais causas de poluição das águas da região estão relacionadas à disposição inadequada do lixo; ao desmatamento indiscriminado com conseqüente erosão que acarreta o assoreamento dos rios, agravando as conseqüências das enchentes; a retirada de recursos minerais para a construção civil sem a devida recuperação ambiental; o uso indevido e não controlado de agrotóxicos; a extração abusiva de areia; a ocupação desordenada do solo; a pesca predatória; dentre outras. Concomitante a isso, a ausência de tratamento de esgoto em 90% dos municípios que compõem a bacia contribui para a degradação dos recursos hídricos locais. Assim, a carga poluidora que chega diariamente na bacia é de cerca de 300 toneladas de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio), dos quais 86% é de origem de efluentes domésticos e 14% de efluentes industriais (CEIVAP, 2014).

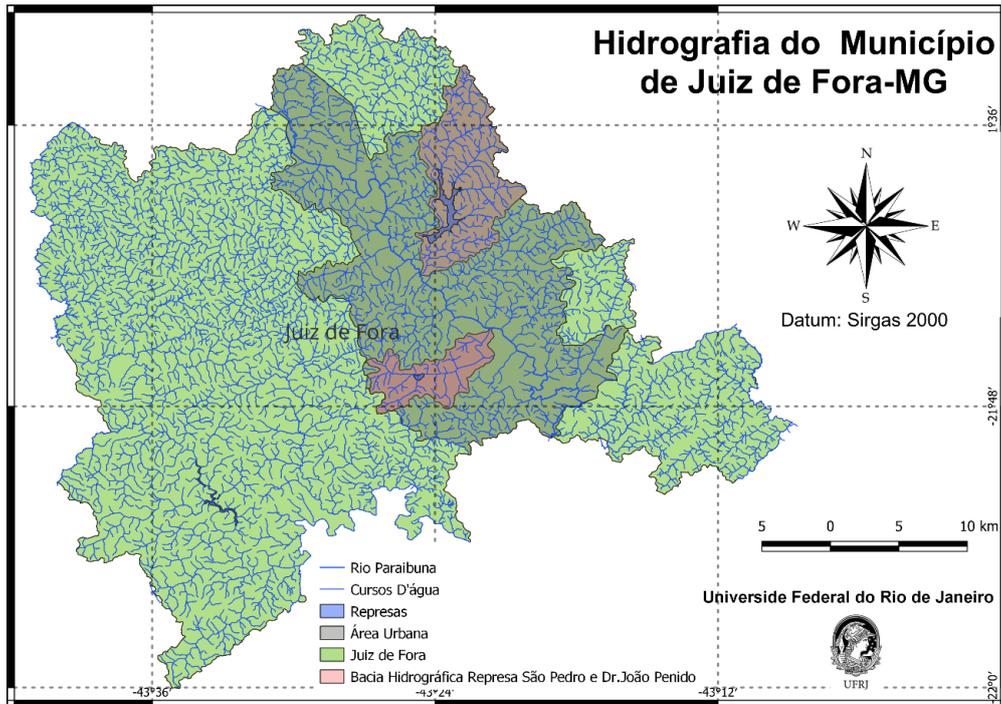


Figura 2. Hidrologia do Município de Juiz de Fora - MG

O Estado de Minas Gerais possui 853 municípios (IBGE, 2010) com relevo, clima, recursos hídricos e solos típicos, além de vegetações adaptadas aos diferentes tipos de ambientes. A cobertura vegetal do estado está distribuída em três Biomas, incluindo Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga. Os dois primeiros são considerados *hotspots* mundiais, ou seja, são ecossistemas prioritários para a conservação devido ao endemismo elevado e alto grau de ameaça (DRUMMOND et al., 2009). Já o município de Juiz de Fora encontra-se inserido integralmente dentro dos limites de abrangência do bioma Mata Atlântica, região denominada Zona da Mata, representada principalmente por Florestas Estacionais Semidecíduais e por manchas de florestas secundárias em processo de regeneração natural, além de áreas de pastagem e agricultura abandonadas (PAIVA et al., 2015; VALVERDE, 1958; OLIVEIRA-FILHO e FONTES, 2000; OLIVEIRA-FILHO et al., 2005). A Mata Atlântica apresenta clima quente e úmido, além de alto índice pluviométrico, o que mantém a vegetação sempre verde e densa. É constituída de árvores altas com diferentes tipos de folhas, normalmente grandes e lisas (RIZZINI, 1997; MARTINS, 2012). A Floresta Estacional Semidecidual é constituída por árvores com altitude superiores a 4 m e que podem atingir até 40 m de altitude (OLIVEIRA-FILHO, 2006). Esse tipo de floresta é caracterizado por verões quentes

e chuvosos e por invernos frios e secos, o que determina a queda parcial das folhas em 20-50% das árvores (IBGE, 2012; VELOSO et al., 1991).

Mananciais de Juiz de Fora e as leis que os protegem

O município de Juiz de Fora é abastecido por quatro mananciais, sendo eles Represa Chapéu D’uvas, Ribeirão Espírito Santo, Represa Dr. João Penido e Represa São Pedro. No presente trabalho, será estudada a ocupação antrópica da Represa Dr. João Penido e Represa São Pedro (Fig. 3), devido ao fato de ambas estarem localizadas nas proximidades do centro urbano e, conseqüentemente, estarem mais suscetíveis a impactos ambientais (RIBEIRO, 2009; CESAMA, 2022).

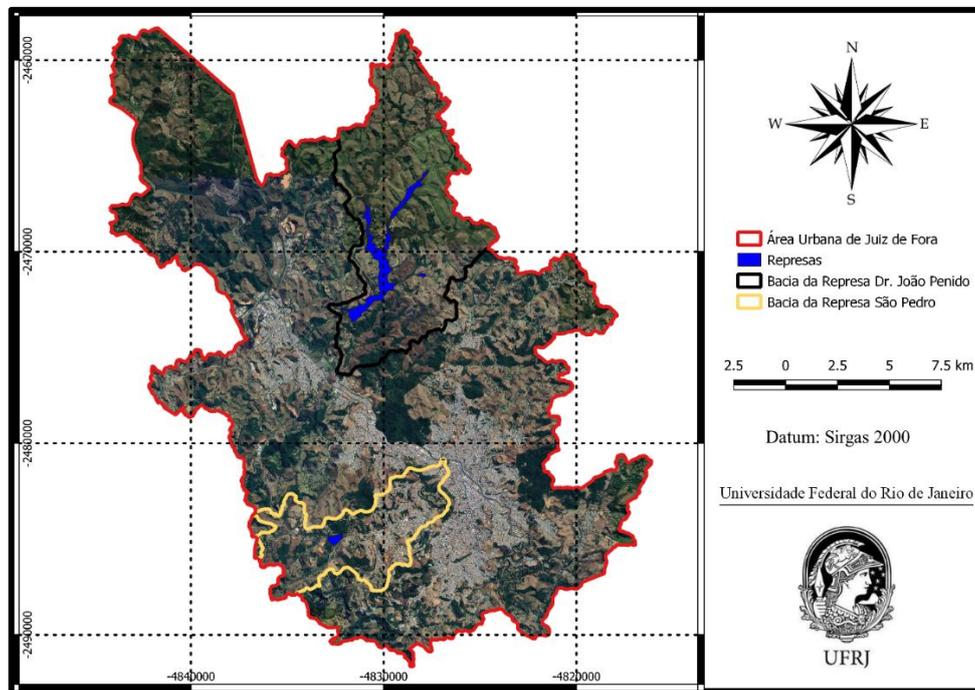


Figura 3. Localização das represas estudadas

A Represa Dr. João Penido está localizada ao norte de Juiz de Fora, a 10 km do município (Fig. 4A). Construída em 1934, a barragem de terra abastece 50% da cidade e possui 11,5 m de altura e 80 m de comprimento. O Ribeirão dos Burros, afluente do Rio Paraibuna, é seu principal tributário, além do Córrego da Grama e o Córrego Vista Alegre. Esta barragem armazena 16 bilhões de litros de água e possui 68 km² de bacia (CESAMA, 2022).

A Represa São Pedro se localiza a 8 km do centro de Juiz de Fora, região oeste da cidade, onde abastece 8% do município (Fig.4B). A barragem faz parte da bacia do Rio Paraíba do Sul e ocupa uma área de 13 km², sendo os Córregos de São Pedro e Grota do Pinto seus principais afluentes. A barragem é composta por espelho d'água de 0,04 km² e possui 200 m de comprimento e 5 m de altura (CESAMA, 2022).

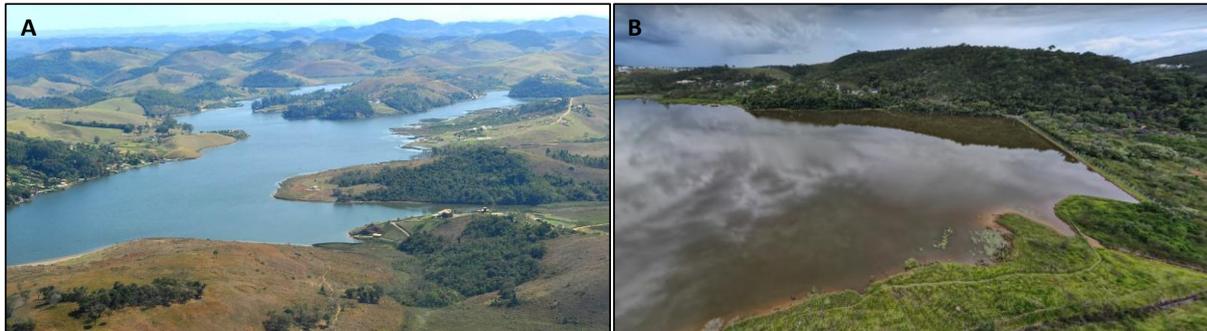


Figura 4. Represa Dr. João Penido (A) e Represa São Pedro (B). Fonte: CESAMA (2022)

As represas Dr. João Penido e São Pedro, bem como qualquer recurso hídrico, são protegidas pela Constituição Federal, que estabelece competências entre União e Estados da Federação quanto ao gerenciamento e definição de outorga de direito de uso da água (BRASIL, 1988). A instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433 de 1997) é um marco legal de extrema relevância, considerando que ela cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, define os fundamentos dessa política e estabelece seus objetivos, como “assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.” (BRASIL, 1997). Além disso, relevância deve ser dada a Lei 9.433 de 1997, que propiciou a criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) através da Lei 9.984 de 17 de julho de 2000, cuja função principal é implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos e ser parte integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) (BRASIL, 2000).

Para fazer referência a proteção de mananciais é indispensável citar o Código Florestal Federal - Lei 12651 de 2012, que em seu Artigo 4º estabelece Áreas de Preservação Permanente (APPs) para a devida proteção das áreas de nascentes e cursos d'água (BRASIL, 2012). Já no Estado de Minas Gerais existe o

Código Florestal Estadual regido pela Lei 20.922 de 2013, onde em seu artigo 8º as APPs são tratadas como áreas de uso restrito e definidas como “Área coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.” (MINAS GERAIS, 2013a). As APPs são delimitadas pelos artigos 4º e 9º do Código Florestal Federal e Estadual, respectivamente, como:

I - as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura;

b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d’água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

c) 100 (cem) metros, para os cursos d’água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d’água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d’água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d’água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

III - as áreas no entorno dos reservatórios d’água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d’água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d’água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

V - as encostas ou partes destas com declividade superior a 45º, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

VII - os manguezais, em toda a sua extensão;

VIII - as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

IX - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25º, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d’água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

X - as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação;

XI - em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado. (BRASIL, 2012; MINAS GERAIS, 2013a).

Como o presente estudo se aplica a sistemas de abastecimento público de água oriundos de represamento artificial de cursos d'água naturais é importante trazer a Resolução CONAMA nº 302 de 2002, que apresenta definições, limites e parâmetros para APPs de reservatórios artificiais e seu entorno (BRASIL, 2002). Define-se no Artigo 3º da referida Lei que as APPs no entorno dos reservatórios artificiais, medida a partir do nível máximo normal, são constituídas de:

- I - trinta metros para os reservatórios artificiais situados em áreas urbanas consolidadas e cem metros para áreas rurais;
- II - quinze metros, no mínimo, para os reservatórios artificiais de geração de energia elétrica com até dez hectares, sem prejuízo da compensação ambiental.
- III - quinze metros, no mínimo, para reservatórios artificiais não utilizados em abastecimento público ou geração de energia elétrica, com até vinte hectares de superfície e localizados em área rural. (BRASIL, 2002).

No Estado de Minas Gerais, é a Lei 10.792 de 1992 que trata especificamente da proteção de mananciais destinados ao abastecimento público (MINAS GERAIS, 1992). Esta veda em seu Artigo 4º (Inciso VI) a instalação, nas bacias de mananciais, de projetos ou empreendimentos de parcelamento do solo que comprometam os padrões mínimos de qualidade das águas.

Apesar do rigor estabelecido na Lei Estadual 10.793 de 1992 (MINAS GERAIS, 1992), ela não é aplicada em sua totalidade, haja vista a existência de parcelamentos de solo nas bacias dos mananciais de abastecimento de Juiz de Fora, destacando regiões da Represa São Pedro e da Represa Dr. João Penido. Desta forma, atenção especial deve ser dada às bacias hidrográficas dos mananciais de abastecimento de Juiz de Fora, utilizando-se de ferramentas da política de gestão de recursos hídricos para protegê-las.

Além das legislações federais e estaduais, existe um arcabouço legal municipal que trata de questões referentes aos mananciais de abastecimento de Juiz de Fora e suas respectivas bacias de contribuição. Nesse sentido, o Plano Diretor do Município de Juiz de Fora, Lei Complementar 082 de 2018, também apresenta diversas medidas a serem implementadas para a preservação de

mananciais, como a criação de APAs (Área de Proteção Ambiental) em seu entorno (JUIZ DE FORA, 2018b). No entanto, essa Lei Complementar não apresenta mecanismos para sua implantação e decretos para regulamentação dos artigos referentes à proteção dos mananciais.

Para a Represa Dr. João Penido existe uma legislação municipal específica que protege o manancial, a exemplo da Lei nº 6087 de 1981 que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo na área da bacia hidrográfica (JUIZ DE FORA, 1981). Entende-se que o legislador ao criar essa lei teve o objetivo de disciplinar o eixo de crescimento do município para a região do manancial de abastecimento. Contudo, essa Lei passou por emendas através da Lei nº 11.817 de 2009, com destaque para o Artigo 9º:

É vedado qualquer tipo de ocupação nas áreas consideradas de preservação nos termos do disposto no art. 3.º desta Lei. §1º. O disposto neste artigo não se aplica aos serviços, obras e edificações destinadas a: a - proteção de mananciais; b - controle de recuperação de erosão; c - estabilização de encostas; d - irrigação; e - manutenção da saúde pública; f - implantação de infraestrutura de alto interesse público. (JUIZ DE FORA, 2009).

Observa-se que essa emenda à Lei, em especial o Inciso F citado acima, foi inserido de forma a facilitar a implantação de obras de infraestrutura na bacia do manancial, a exemplo da Rodovia AMG-3085, que será tratada a seguir.

Ainda para a Represa Dr. João Penido, vem sendo atualizado, anualmente, um Decreto do Poder Executivo Municipal (em vigor o Decreto 14.794 de 2021) que suspende, em caráter temporário, a emissão de licenças e autorizações para toda a área de contribuição dessa bacia (JUIZ DE FORA, 2021). Por outro lado, a Lei Municipal nº 13.672 de 2018 também tem por objetivo restringir o uso do manancial, contudo, esta apresenta diversas aberturas que possibilitam a continuidade e a ampliação de seu uso incorreto, conforme dispõe o Artigo 1º:

Art. 1º Para preservação permanente dos mananciais do município ficam expressamente vedadas as seguintes atividades naquele reservatório:
I - pesca em geral, em qualquer de suas formas;
II - uso de barcos, canoas, lanchas e congêneres, para fins de pesca ou prática esportiva, ressalvado o direito adquirido dos atuais proprietários e clubes, desde que respeitados os critérios técnicos anti-poluentes;
III - natação, exceto em eventos esportivos, realizados por empresas credenciadas, que garantam a integridade física dos atletas participantes. (JUIZ DE FORA, 2018a).

Enquanto a Represa Dr. João Penido apresenta um vasto compêndio de Leis para sua proteção, mesmo que falhas, a Represa São Pedro foi esquecida pelo legislador. Acredita-se que isso possa estar relacionado com o fato da Represa São Pedro estar localizada em uma região de alto valor imobiliário e atrair empreendimentos que atendam o público com alto poder aquisitivo. Entende-se que os poderes executivo e legislativo do município de Juiz de Fora preteriram a potencialidade da Represa São Pedro como manancial de abastecimento, ficando esta protegida pela legislação estadual e federal, o que não foi suficiente para a sua correta preservação.

Mesmo diante da existência de uma legislação ambiental específica para proteger os mananciais de Juiz de Fora, o entorno das represas Dr. João Penido e São Pedro vem sendo ocupado ao longo dos anos, onde inúmeras edificações e rodovias foram e estão sendo implantadas nas suas margens, acarretando diversos problemas ambientais.

Antropização dos mananciais de abastecimento de Juiz de Fora

Empreendimentos imobiliários

Nas últimas décadas, houve uma crescente demanda da população classe A e B para obtenção de habitações mais afastadas dos centros urbanos, impulsionada por fatores sociais e econômicos, com destaque para os problemas de segurança das cidades, busca por melhorias na qualidade de vida e por maior integração com a natureza. Dessa forma surgiram os condomínios residenciais (Condomínios de casas ou de lotes), que visam propor um estilo de vida mais saudável, com conforto e segurança (ZINN, 2017). A estruturação de áreas urbanizadas na tipologia “Condomínio de Lotes” muitas vezes se caracteriza por loteamento fechado que tem sua área cercada e delimitada, a fim de controlar através de portarias o acesso ao local, trazendo segurança e privacidade para os moradores. Esta estruturação ainda proporciona a criação de áreas verdes e de infraestrutura de acordo com o padrão local, bem como a criação de associação de moradores para administrar e gerenciar os espaços comuns (ZINN, 2017).

O município de Juiz de Fora possui grande relevância no cenário econômico do Estado de Minas devido aos processos históricos e localização geográfica. Além disso, a região é destaque no setor terciário devido ao comércio

local e serviços nas áreas de educação e saúde. Indicadores de atividade econômica destacam a movimentação bancária e a arrecadação municipal como os principais responsáveis pelo resultado positivo da economia da cidade (RIBEIRO, 2009). Como a maioria das cidades brasileiras de porte médio, Juiz de Fora sofreu as consequências do crescimento urbano e econômico. Em meio a esse cenário, a criação de condomínios residenciais surgiu como solução para muitas famílias de classe média e alta melhorarem sua qualidade de vida e segurança.

Ao se analisar a antropização nas áreas de mananciais de abastecimento do município de Juiz de Fora é importante destacar alguns empreendimentos que estão instalados nessas regiões e que passaram pelo processo de licenciamento ambiental. O Loteamento Alphaville Juiz de Fora é um empreendimento que está situado na bacia de contribuição da represa São Pedro e trata-se de parcelamento do solo urbano caracterizado por loteamento com controle de acesso. O licenciamento ambiental desse loteamento foi realizado pelo Estado de Minas Gerais através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), ficando a análise do processo e a elaboração de parecer técnico/jurídico a cargo da Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata (SUPRAM-ZM).

O Loteamento Alphaville possui área total de 218 hectares, sendo classificado pela Deliberação Normativa COPAM nº 74 de 2004 (em vigor na época de sua implantação) como classe 5, onde o potencial poluidor é considerado médio e o porte grande. Assim o empreendimento estava sujeito a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) conforme dispõe a Resolução CONAMA 01 de 1986 e teve seu licenciamento em 3 etapas: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) (MINAS GERAIS, 2008).

Ao seguir os tramites legais, o órgão ambiental licenciador realizou consulta ao órgão municipal responsável pela gestão da Represa São Pedro, no caso, a Companhia Municipal de Saneamento (CESAMA), quanto aos impactos provenientes da instalação desse grande empreendimento na cabeceira da represa, sendo esta utilizada como fonte de água para abastecimento de grande parte do município de Juiz de Fora. E conforme consta no parecer exarado pela SUPRAM,

página nº 937 do Processo Ambiental nº 02906/2004/001/2006, a CESAMA se dignou a informar que “não havendo impedimentos pelos órgãos ambientais, conforme preceitos ditados pela DN 58/2002, que está ciente da localização geográfica do futuro loteamento relativo à sub-bacia e cabeceira do Córrego São Pedro, o qual, neste trecho possui qualidade de água classe I.” (MINAS GERAIS, 2008). Com a resposta da CESAMA, o órgão ambiental deu prosseguimento ao processo de licenciamento ambiental, onde fora emitida a Licença Prévia no ano de 2008.

Posteriormente, na etapa de LI (ano de 2011), foram estabelecidas duas condicionantes com vistas a uma melhor manutenção da qualidade das águas do manancial, sendo elas:

Condicionante nº 4: Tendo em vista que a vazão de efluente sanitário a ser gerada é superior à capacidade da rede coletora existente, o efluente tratado deverá ser lançado no Córrego São Pedro, através de um emissário, em ponto à jusante do manancial de abastecimento da CESAMA;

Condicionante nº 7: A respeito do sistema de drenagem pluvial, solicita-se que o ponto de lançamento final do mesmo esteja localizado a jusante do manancial de abastecimento público da região. Apresentar detalhamento deste ponto através de planta da drenagem pluvial do empreendimento. (MINAS GERAIS, 2011).

O parecer de LO do referido loteamento (ano de 2013), apresenta, entre outras informações, o relatório de cumprimento das condicionantes da LI, onde pode-se verificar que a Condicionante nº 4 fora cumprida e descreve-se que o empreendedor executou as obras de construção do emissário e que o efluente seria lançado no Córrego São Pedro a jusante da represa (MINAS GERAIS, 2013b). Contudo, a Condicionante nº 7 foi alterada após solicitação do empreendedor, onde conforme descrito no parecer de LO, o empreendedor apresentou uma nova proposta contemplando a instalação de caixas com câmaras de retenção de sedimento e sistema separado de água e óleo ao longo da rede de drenagem (MINAS GERAIS, 2013b). Conforme o parecer da LO, essa nova proposta foi aceita pelo órgão ambiental. No entanto, destaca-se que licenças de operação de loteamentos não tem previsão de revalidação e de monitoramento ambiental, considerando que o loteamento implantado se torna parte de um bairro e sua conservação fica sob a responsabilidade do município (MINAS GERAIS, 2013b).

Em Juiz de Fora, situações relacionadas a dispositivos de drenagem são preocupantes, considerando que o município apresenta diversos problemas relacionados às redes de captação de água pluvial e não possui mão de obra suficiente para realizar sua manutenção. Dessa forma, considera-se que o órgão ambiental cometeu uma falha ao permitir a alteração do projeto de drenagem, visto que a nova solução depende de manutenção periódica que, se não realizada de maneira correta, poderá resultar no assoreamento das represas, comprometendo ainda mais a qualidade das águas do manancial.

O assoreamento é um dos maiores problemas que afetam as represas de Juiz de Fora, principalmente a Represa de São Pedro, sendo esse impacto gerado e intensificado pelo aumento da ocupação urbana dos arredores, o que resultou no desmatamento e na construção de fossas sépticas nas margens do manancial. Todos esses eventos contribuem para a degradação das águas da bacia (RIBEIRO, 2009; MARTINS et al., 2020). Rocha e Costa (2015) destacam que a proximidade do Condomínio Alphaville ao corpo d'água principal contribui para o assoreamento, a supressão da vegetação ciliar e a emissão *in natura* de esgotos domésticos, prejudicando a qualidade da água para abastecimento público da região. Além disso, os autores destacam que a construção de rodovias, como a AMG-3085 e BR 040, também dificulta a preservação dos mananciais de Juiz de Fora.

Rodovias

Na bacia de contribuição das represas Dr. João Penido e São Pedro foram construídas duas rodovias. A Rodovia AMG-3085 foi construída com objetivo de fazer a ligação entre o Aeroporto Regional da Zona da Mata com a Rodovia BR-040 sem a necessidade de acessar o centro urbano do município de Juiz de Fora, o que gerou interferência direta nas nascentes da Represa Dr. João Penido. Já a Rodovia BR-440 foi projetada com objetivo de interligar a Rodovia BR-040 com a Rodovia BR-267 na área urbana de Juiz de Fora, impactando diretamente a Represa São Pedro.

A seguir, serão abordados alguns aspectos relevantes dos empreendimentos citados e seus processos de licenciamento ambiental.

Rodovia AMG-3085

A Rodovia MG-3085 está localizada entre os municípios de Juiz de Fora e Coronel Pacheco. Seu projeto foi concebido com o objetivo de interligar a Rodovia MG-353 (Acesso ao Aeroporto Regional da Zona da Mata) como a BR-040, sendo a execução das obras de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG).

Para o licenciamento ambiental, nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 74 de 2004, o empreendimento seria enquadrado como não passível de licenciamento ambiental, haja vista que a atividade “implantação ou duplicação de rodovias” corresponde ao código “E-01-01-5” da Deliberação Normativa COPAM nº 74 de 2004, enquanto “pavimentação e/ou melhoramento de rodovias” corresponde ao código “E-01-03-1” (MINAS GERAIS, 2004). Estão previstos 9,8 km de rodovia a ser implantada e 5,5 km de pavimentação e/ou melhoramentos, sendo esse valor abaixo do mínimo exigido para licenciamento ambiental. Contudo, o empreendimento foi convocado ao licenciamento ambiental (LP+LI) pela SEMAD/MG, por entender que as duas tipologias deveriam ser analisadas de forma cumulativa (não fragmentada), uma vez que o traçado previsto está sobre um dos tributários da Represa João Penido.

Conforme descrito no Parecer Único nº 59954 de 2010, referente a etapa de LP e LI, o empreendimento rodoviário compreende uma extensão de 15,3 km e visa retirar do perímetro urbano de Juiz de Fora o fluxo de trânsito de veículos, bem como promover a otimização da logística de transporte na região ao realizar uma ligação estratégica entre o Aeroporto Regional da Zona da Mata e a Rodovia BR-040 (MINAS GERAIS, 2010). O Parecer Único de LP e LI do empreendimento descreve, ainda, que para reduzir o impacto sobre as águas da Represa Dr. João Penido ocorreram alterações no projeto original, afastando a via das margens do lago.

Dentre os principais impactos gerados pela construção da rodovia está, segundo o parecer, a interceptação de dois cursos d’água (Ribeirão dos Burros e Córrego do Grama) formadores da Represa João Penido, além de outros contribuintes da represa e de outras microbacias. Com a implantação da rodovia,

haveria um aumento no trânsito de veículos e caminhões no local e, conseqüentemente, maior risco de acidentes. Tendo em vista a existência do lago João Penido a jusante da rodovia, o risco de acidentes possui maior importância, principalmente com relação aqueles envolvendo veículos que transportam cargas perigosas e que podem comprometer a qualidade da água da represa (MINAS GERAIS, 2010).

De acordo com os levantamentos apresentados no Relatório de Controle Ambiental do empreendimento (MINAS GERAIS, 2010), o lago João Penido vem sofrendo um intenso processo de assoreamento, causado por diversas formas de uso e ocupação das terras da sub-bacia em questão e, principalmente, pelo intenso desmatamento da região. Atualmente, as drenagens dos afluentes do lago João Penido, nos locais onde a rodovia fará a transposição dos cursos d'água, são formadas por vegetação de brejo. O parecer destaca, ainda, que existem outros pontos onde o traçado da rodovia irá transpor braços secundários da represa. Estes pontos também merecem atenção especial, pois alimentam os córregos que deságuam na represa.

Após descrever os impactos gerados pela obra da Rodovia AMG-3085, o parecer lista medidas mitigadoras para os impactos nos mananciais, incluindo sinalização educativa, controle/redução de velocidade e barreiras de contenção (MINAS GERAIS, 2010). A sinalização educativa visa prevenir a ocorrência de acidentes com cargas perigosas nos trechos da rodovia com transposição dos cursos d'água do lago João Penido. Para o controle/redução da velocidade (fixada em 40 km/h) tem-se placas sinalizadoras e barreiras físicas nos pontos de transposição dos cursos d'água e dos braços secundários do lago. Já as barreiras de contenção ficam às margens da rodovia, em locais de transposição dos cursos d'água principais (Ribeirão dos Burros e Córrego do Grama) e em todos os pontos de transposição dos braços secundários que abastecem a represa João Penido. As barreiras evitam que veículos saiam da pista e que o vazamento da carga escoe para a represa.

O Parecer Único nº 0872118 de 2017 descreve que as obras foram iniciadas em 03 de abril de 2013, mas foram paralisadas em 01 de novembro de 2014 em virtude do período de transição governamental. Dessa forma, não foi possível

concluir a obra dentro da vigência da LI anteriormente concedida e a retomada das obras foi amparada por um Termo de Ajustamento de Conduta, sendo posteriormente formalizado novo processo com solicitação de Licença de Instalação em Caráter Corretivo (LIC) e concomitante com a Licença de Operação (LO) (MINAS GERAIS, 2017).

Rodovia BR-440

O projeto da BR-440 foi concebido com o objetivo de realizar a integração entre as Rodovias BR-040 e BR-267 no município de Juiz de Fora. Atualmente, essa ligação é realizada utilizando a malha viária do município, o que causa impactos negativos à comunidade, como aumento no fluxo de veículos e deterioração do pavimento.

A rodovia BR-440 trata da construção de 5 km de rodovia ligando a BR-040 à Rua José Lourenço Kelmer, que se desenvolve ao longo do curso do Córrego São Pedro, com 3,78 km de canalização. O projeto também propõe a interligação entre a rodovia e os bairros Mariano Procópio, Borboleta e São Pedro, além de viadutos, intercessões de ruas e avenidas, obras de canalização e interceptores de esgoto do Córrego São Pedro.

O processo de licenciamento desse empreendimento foi conturbado. Inicialmente, é preciso esclarecer que a implantação do entroncamento da BR-440 com a BR-040 no município de Juiz de Fora foi licenciada pelo COMDEMA em 26 de agosto de 2009. A instalação do empreendimento foi objeto de ação movida pelo Ministério Público Federal, sendo que o desfecho dessa ação foi homologado pelo Juiz da 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora, por meio de decisão proferida em 17 de agosto de 2016, da qual transcreve-se um trecho:

O DNIT e a EMPA S.A, comprometem-se a sujeitar a Rodovia BR-440, como um todo, compreendendo o trecho já executado e as obras e serviços remanescentes, a processo de licenciamento ambiental corretivo, perante o órgão ambiental estadual, que possibilite o desenvolvimento de diagnóstico ambiental de toda a área de influência do empreendimento, mediante metodologia adequada de identificação e quantificação de impactos em áreas de preservação permanente do Córrego São Pedro e do reservatório da represa de São Pedro, em outros espaços territoriais especialmente protegidos, no tráfego viário e na mobilidade urbana na especulação imobiliária e no adensamento

populacional e na rede de drenagem e nas probabilidades de enchentes e alagamentos, em especial no baixo curso do Córrego São Pedro, com a estipulação de medidas pertinentes e suficientes de controle, mitigação e compensação(...). (MINAS GERAIS, 2018).

O projeto foi classificado pela Deliberação Normativa COPAM nº 74 de 2004 (revogada) segundo as atividades E-03-03-4 (Retificação de curso d'água) e E-01-01-5 (Implantação ou Duplicação de Rodovias), classificadas como de grande porte, médio potencial poluidor e classe 5 (MINAS GERAIS, 2004).

A canalização do curso hídrico foi justificada nos estudos ambientais como forma de mitigar impactos sobre a população do entorno, evitando a desapropriação de famílias, supressões de vegetação e enchentes durante os períodos chuvosos. O estudo inclui a construção de galerias paralelas ao córrego para coleta do esgoto, evitando a contaminação e o mau cheiro, direcionando-o para uma Estação de Tratamento de Esgoto em construção pela Prefeitura de Juiz de Fora (MINAS GERAIS, 2018).

Questões referentes aos recursos hídricos e intervenções em APP estão descritas no Parecer Único 0783388 de 2018 e mostram que o empreendimento rodoviário está inserido na bacia hidrográfica do Córrego São Pedro, pertencente à bacia do rio Paraibuna, que por sua vez pertence à bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul (MINAS GERAIS, 2018).

O empreendimento está localizado parcialmente em APP da Represa de São Pedro e do Córrego de São Pedro, ocupando uma área de 12,36 ha. O empreendimento foi declarado de utilidade pública, enquadrando-se em exceção prevista no Código Florestal Federal - Lei 12651 de 2012. Em manifestação da CESAMA sobre a possibilidade de intervenção na APP no manancial Represa de São Pedro, foram solicitadas algumas medidas mitigadoras por parte do empreendedor, a saber:

Mais importante que a supressão ou não desta parcela de vegetação, é garantir que seja mantido o fluxo de vazão, fruto de precipitações que ocorram na porção sul da bacia, até o interior do lago. Para isso, algumas providências devem ser tomadas, como por exemplo, a existência de bueiros no fundo do talvegue no trecho a ser complementado de rodovia, bem como adotar as saias dos aterros de revestimento vegetal. E ainda, formar uma proteção ciliar através de um cercamento físico, como com cercas de mourões e fios aliás as cercas vivas (sansão do campo) e espécies ciliares para atuar como barramento seletivo ao carreamento de materiais para o interior do lago, mas não o respectivo

volume precipitado, no trecho a jusante da rodovia. (MINAS GERAIS, 2018).

Verifica-se que, diferentemente do processo de licenciamento da rodovia AMG-3085, na BR-440 não foram tomados cuidados referentes aos riscos inerentes ao tráfego de veículos que possam carrear poluentes para o interior dos mananciais. Além disso, não foram estabelecidas medidas para contenção de possíveis vazamentos de materiais combustíveis, nem medidas educativas, a exemplo de sinalização de trânsito com informações sobre a existência do manancial de abastecimento público. Destaca-se, ainda, que as supressões de vegetação e intervenções em APP para a implantação da rodovia foram realizadas, mas a obra não foi concluída até hoje.

Atual situação do licenciamento de empreendimentos imobiliários no município de Juiz de Fora

É preciso destacar que os empreendimentos instalados na bacia de contribuição dos mananciais de Juiz de Fora, e aqui citados, passaram pelo licenciamento ambiental. No entanto, diversos outros empreendimentos imobiliários foram e estão se instalando nessas regiões sem o devido licenciamento ambiental.

Primeiramente, é necessário descrever o entendimento da Prefeitura de Juiz de Fora quanto à diferenciação entre loteamentos e condomínios. Para isso, será utilizado o Parecer do Departamento de Procuradoria do Patrimônio, Urbanismo e Meio Ambiente da Procuradoria Geral do Município de Juiz de Fora (JUIZ DE FORA, 2017). Ao ser questionada pela Secretaria de Meio Ambiente sobre a possibilidade de os condomínios terem o mesmo tratamento dos loteamentos no que tange questões relativas ao licenciamento ambiental, a Procuradoria Geral do Município respondeu que:

...dado o princípio da estrita legalidade, a administração pública não pode agir sem estar embasa em norma jurídica expressa. Assim, sendo, e diante da ausência de norma jurídica que preveja o licenciamento de tal atividade, não nos cabe licenciar, mas tão somente analisar os aspectos ambientais que possam decorrer de intervenções passíveis de licenciamento e/ou autorização, como, por exemplo, supressão vegetal ou intervenção em APP. Naturalmente que, caso o município considere conveniente e oportuno, poderá vir a elaborar norma jurídica que contemple o licenciamento de tal atividade, sendo certo que, ao meu

sentir, não seria possível aplicar, por analogia, os dispositivos referentes a parcelamento do solo em uma atividade que, a rigor não contempla “parcelamento”, mas tão somente a subdivisão em frações ideais. (JUIZ DE FORA, 2017).

Respeitando a competência dos órgãos jurídicos municipais, tem-se entendimento totalmente diverso do que o apresentado pela Procuradoria, uma vez que do ponto de vista técnico as obras para a implantação de um condomínio de casas e/ou de lotes são muito similares a de um loteamento de igual porte. Em ambas as obras são necessárias abertura de vias, supressão de vegetação, obras de drenagem, redes de água potável e de coleta de esgoto.

Desse modo, o Departamento de Licenciamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Juiz de Fora submeteu ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) uma revisão da norma municipal que trata dos parcelamentos de solo, essa foi avaliada pelos conselheiros e publicada em 08 de abril de 2022. Assim, foi revogada a Deliberação Normativa COMDEMA nº 49 de 2018, que estabelecia normas e procedimentos relativos ao licenciamento ambiental de parcelamento do solo urbano, caracterizado como loteamento (JUIZ DE FORA, 2018c). Atualmente, está em vigor a Deliberação Normativa COMDEMA nº 58 de 2022, que estabelece normas e procedimentos relativos ao licenciamento ambiental de loteamentos, condomínios de edificações horizontais e condomínios de lotes (JUIZ DE FORA, 2022).

Considerações finais

Analisando o histórico de ocupação do solo nas áreas dos mananciais de abastecimento público do município de Juiz de Fora, verifica-se que o crescimento da urbanização sem as devidas análises dos potenciais riscos oferecidos pela implantação de empreendimentos imobiliários podem propiciar assoreamentos e alterações na qualidade das águas. Esses impactos contribuem para que, em breve, essas águas se tornem impróprias para o abastecimento público. Vale ressaltar que as represas Dr. João Penido e São Pedro representam, respectivamente, 50% e 8 % do abastecimento público de água do município de Juiz de Fora.

Conforme exposto ao longo deste trabalho, existe considerável arcabouço legal que versa sobre temas relativos à proteção ambiental, onde estão incluídas as áreas de preservação de mananciais de abastecimento público. Assim, observa-

se que a legislação ambiental existente é, de certo modo, suficiente para a manutenção dessas áreas. No entanto, falta maior empenho dos gestores em cumprir e fazer cumprir as normas vigentes; e falta investimento em políticas públicas que promovam educação ambiental de forma ética e cultural.

Mudanças comportamentais e de visão de mundo também são necessárias para a construção cidades sustentáveis, que não precisam ser tomadas por grandes edificações e vias asfaltadas. O crescimento econômico é sim importante para o desenvolvimento da sociedade, contudo, esse crescimento deve ser corretamente disciplinado, respeitando áreas prioritárias para conservação.

O município de Juiz de Fora possui abundante oferta de recursos hídricos, o que resulta em menor atenção por parte de gestores públicos e empresários do ramo imobiliário quanto a preservação das suas áreas de mananciais. Essas atitudes violam os preceitos definidos na Constituição Federal, onde deve-se preservar a natureza não somente para as gerações atuais, mas ter ciência do aumento populacional e do consumo, e preservar os recursos para as futuras gerações. Diante desse cenário, conclui-se que o presente trabalho, por revelar quais atividades de uso e ocupação do solo estão impactando os mananciais de Juiz de Fora, se torna imprescindível para que ações sejam tomadas em prol da preservação dos recursos naturais do município.

Referências Bibliográficas

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2019: informe anual**. Brasília: ANA, 2019. Disponível em: http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conjuntura_informe_anual_2019-versao_web-0212-1.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional do Brasil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9984compilado.htm. Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 302 de 20 março de 2002. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=275>. Acesso em: 13 ago. 2022.

CASTRO, N. P. **Avaliação de indicadores de alteração hidrológica na bacia hidrográfica do Rio Madeira: grandes obras hidráulicas, sedimentos e os possíveis impactos na dinâmica fluvial**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2019.

CESAMA - COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL. **Mananciais**. Disponível em: <http://www.cesama.com.br/mananciais/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CEIVAP - COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL. **Diagnóstico das Fontes de Poluição. Relatório do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul**, maio. 2014. Disponível em: <http://ceivap.org.br/conteudo/rp-04-diagnostico-das-fontes-de-poluicao-revisao-final.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CRUZ, N.; MIERZWA, J. C. Saúde pública e inovações tecnológicas para abastecimento público. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 1, 2020.

DRUMMOND, G. M.; MARTINS, C. S.; GRECO, M. B.; VIEIRA, F. **Biota Minas: Diagnóstico do Conhecimento sobre a Biodiversidade no Estado de Minas Gerais - Subsídio ao Programa Biota Minas**. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 622 p.

FUNDAÇÃO COPPETEC. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul - Resumo Consolidado**. Rio de Janeiro: Laboratório de Hidrologia e Estudos de Meio Ambiente, 2007. Disponível em: <http://www.ceivap.org.br/downloads/PSR-RE-012-R1.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2010. IBGE Estados, Minas Gerais. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/?lang=&coduf=31&search=minas-gerais>. Acesso em: 14 jun. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Rio de Janeiro, 2012. 276 p.

JUIZ DE FORA. Lei n. 6.087, de 4 de dezembro de 1981. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo, na área da bacia hidrográfica da Represa Dr. João Penido, em Juiz de Fora e dispõe outras providências. 1981. Disponível em: <https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000017564>. Acesso em: 13 jun. 2022.

JUIZ DE FORA. Lei n. 11.817, de 4 de agosto de 2009. Altera a Lei Municipal nº 6.087, de 04 de dezembro de 1981, e dá outras providências. 2009. Disponível em: <https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000031733>. Acesso em: 13 jun. 2022.

JUIZ DE FORA, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Meio Ambiente. **Processo nº 3027/2017**. Juiz de Fora, 2017.

JUIZ DE FORA. Lei n. 13.672, de 15 de março de 2018. Proíbe a utilização dos mananciais do Município para os fins incompatíveis com a sua destinação. 2018a. Disponível em: <https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000041995>. Acesso em: 17 ago. 2022.

JUIZ DE FORA. Lei Complementar n. 082, de 03 de julho de 2018. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano e Territorial, o Sistema Municipal de Planejamento do Território e a revisão do PDP/JF de Juiz de Fora conforme o disposto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade e dá outras providências. 2018b. Disponível em: <https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000042423>. Acesso em: 17 ago. 2022.

JUIZ DE FORA. Deliberação Normativa COMDEMA nº 49/2018, de 27 outubro de 2018. Estabelece normas e procedimentos relativos ao licenciamento ambiental de parcelamentos do solo urbano, caracterizados como loteamentos, conforme definido na Lei de parcelamento do solo e dá outras providências. 2018c. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=64754. Acesso em: 31 de ago. 2022.

JUIZ DE FORA. Decreto do Executivo n. 14.794, de 05 de outubro de 2021. Suspende, em caráter temporário, a emissão de licenças e autorizações nas áreas que menciona. Disponível em: <https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000048297>. Acesso em: 17 ago. 2022.

JUIZ DE FORA. Deliberação Normativa COMDEMA nº 58/2022, de 08 abril de 2022. Estabelece normas e procedimentos relativos ao licenciamento ambiental de loteamentos, condomínios de edificações horizontais e condomínios de lotes e dá outras providências. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=93573. Acesso em: 31 de ago. 2022.

MARTINS, S.V. **Ecologia de Florestas Tropicais do Brasil**. 2. ed. Viçosa: Editora UFV, 2012. 371 p.

MARTINS, V. A. C.; FERNANDES, L. A.; ROCHA, G. C. Avaliação de Risco a Rompimento da Represa de São Pedro, Juiz de Fora - MG, por meio dos Métodos de Árvore de Falhas e Causa e Consequência. **Geografia**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 143-162, 2020.

MINAS GERAIS. Lei n. 10.793, de 2 de julho de 1992. Dispõe sobre a proteção de mananciais destinados ao abastecimento público no Estado. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=63>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MINAS GERAIS. Deliberação Normativa Copam nº 74, de 9 de setembro de 2004. **Diário Oficial de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 09 set. 2004.

MINAS GERAIS. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Parecer Único nº 087/2008**. Minas Gerias: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 14 maio 2008. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2006/0290620040012006/2766312008.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Departamento de Estradas de Rodagem. DER/MG. **Relatório de Controle Ambiental para o Acesso Rodoviário ao Aeroporto Regional da Zona da Mata**. Minas Gerais: Departamento de Estradas de Rodagem, novembro de 2009. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2008/1590820070012008/6904072009.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Parecer Único nº 59954/2010**. Minas Gerias: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 29 jan. 2010. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2008/1590820070012008/0599542010.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Parecer Único nº 860920/2011**. Minas Gerias: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 16 nov. 2011. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2011/0290620040022011/8609202011.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre as políticas florestais e de proteção à biodiversidade no Estado. 2013a. Disponível em:

<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=30375>. Acesso em: 13 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Parecer Único nº 2135446/2013**. Minas Gerias: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 04 nov. 2013. 2013b. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2013/0290620040032013/21354462013.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Parecer Único nº 0872118/2017**. Minas Gerias: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 08 ago. 2017. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2016/0119020090022016/7833882018.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Deliberação Normativa Copam nº 217, de 6 de dezembro de 2017. **Diário Oficial de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 08 dez. 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Parecer Único nº 0783388/2018**. Minas Gerias: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 14 nov. 2018. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2016/0119020090022016/7833882018.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

OLIVEIRA-FILHO, A. T.; SCOLFORO, J. R. S.; OLIVEIRA, A. D.; CARVALHO, L. M. T. (Coords.). Definição e delimitação de domínios e subdomínios das paisagens naturais do Estado de Minas Gerais. In: SCOLFORO, J. R. S.; CARVALHO, L. M. T. (Eds.). **Mapeamento e inventário da flora nativa e dos reflorestamentos de Minas Gerais**. Lavras: Editora UFLA, 2006. p. 21-35.

OLIVEIRA-FILHO, A.T.; FONTES, M.A. Patterns of floristic differentiation among Atlantic Forest in Southeastern Brazil and the influence of climate. **Biotropica**, v.32, n. 4b, p. 793-810, 2000.

OLIVEIRA-FILHO, A.T., TAMEIRÃO-NETO, E., CARVALHO, A.C., WERNECK, M., BRINA, A.E., VIDAL, C.V., REZENDE, S.C.; PEREIRA, J. A. A. Análise florística do compartimento arbóreo de áreas de floresta Atlântica sensu lato na região das bacias do leste (Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro). **Rodriguésia**, v. 56, n. 87, p. 185-235, 2005.

PAIVA, R. V. E.; RIBEIRO, J. H. C.; CARVALHO, F. A. Estrutura, diversidade e heterogeneidade do estrato regenerante em um fragmento florestal urbano após anos de sucessão florestal. **Floresta**, Curitiba, PR, v. 45, n. 3, p. 535-544, 2015.

RIBEIRO, C. R. **Avaliação da sustentabilidade hídrica do Município de Juiz de Fora/MG: um subsídio à gestão sustentável dos recursos hídricos em âmbito municipal**. 2009. 380 f. Monografia (Especialização em Análise Ambiental) - Universidade Federal de Juiz de Fora Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

RIZZINI, C. T. **Tratado de Fitogeografia do Brasil: aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições Ltda, 1997. 747 p.

ROCHA, C. H. B.; COSTA, H. F. Variação temporal de parâmetros limnológicos em manancial de abastecimento em Juiz de Fora, MG. **RBRH: Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 543-550, 2015.

ROCHA, C. H. B.; PEREIRA, A. M. Análise multivariada para seleção de parâmetros de monitoramento em manancial de Juiz de Fora, Minas Gerais. **Revista Ambiente & Água**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 176-187, 2016.

ROCHA, C. H. B.; FERREIRA, R. C.; ALONSO, M.; OLIVEIRA, M. Capacidade de Resiliência da Represa de São Pedro, Juiz de Fora (MG), Brasil. In: III Simpósio de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, 2018a, Juiz de Fora. **Anais... Juiz de Fora: UFJF, 2018a. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/srhps/files/2018/09/Anais-III-SRHPS.pdf>>**. Acesso em: 16 abr. 2020.

ROCHA, C. H. B.; SOUZA, L. V.; MACHADO, M. M. M.; PINTO, F. P. Supressão de um grande fragmento de Mata: inconformidades no uso e cobertura da terra na Bacia de contribuição da Represa Dr. João Penido, Juiz de Fora (MG), Brasil. In: III Simpósio de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, 2018b, Juiz de Fora. **Anais... Juiz de Fora: UFJF, 2018b. Disponível em: <http://www.ufjf.br/srhps/files/2018/09/Anais-III-SRHPS.pdf>**. Acesso em: 16 abr. 2020.

RODRIGUES, A. C. J.; PALMIERI, D. A.; RODRIGUES, R. J. Uso do Geoprocessamento para planejamento, manejo, proteção de mananciais em áreas urbanas. **Tekhene e Logos**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 53-66, 2018.

SÁ JÚNIOR, A. **Aplicação da Classificação de Köppen para o Zoneamento Climático do Estado de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009.

VELOSO, H. P., RANGEL FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. **Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE-Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991. 123 p.

ZINN, G. K. **Áreas institucionais de condomínios horizontais fechados: um estudo de caso na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil**. 2017. 272 f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

Anthropogenic occupation in water supply areas: an assessment of the situation in the municipality of Juiz de Fora – MG

ABSTRACT: The preservation of public supply sources is essential to guarantee the quality of life and health of a population. The present study proposes the elaboration of a literature review, whose objective is to address the anthropic occupations existing in the Dr. João Penido and São Pedro Reservoir, which supply the Municipality of Juiz de Fora - MG. It is concluded that it is necessary to comply with current environmental legislation, define public policies with the aim of clarifying to the population that these resources must be preserved in order to be available for future generations.

Keywords: Real estate developments. Fountainheads of supplies. Water resources, Dam São Pedro, Dam Dr. João Penido.

Envio: 07 de dezembro de 2022.

Aceite: 04 de janeiro de 2023.

Manifestações do bem e do mal: a presença da dualidade bíblica em *O Silmarilion*

Lucas Bento da Silva⁶⁴
Rodrigo Ribeiro Mansor⁶⁵

RESUMO: O presente artigo trata-se de uma análise comparativa entre a Bíblia e *O Silmarillion* (1977), de Tolkien, tendo como objetivo identificar a dualidade das relações entre o bem e o mal em ambos os textos. A presença de um viés católico na composição de personagens e narrativas funciona como elemento norteador da fantasia criada por Tolkien e revela percepções do autor sobre elementos concomitantemente opostos e complementares.

Palavras-chave: O Silmarillion. A Bíblia. Dualidade. Intertextualidade.

Introdução

John Ronald Reuel Tolkien (1892-193) ganhou fama com a publicação de *O senhor dos anéis* e a criação da Terra-média – território fictício onde ocorrem os principais eventos da consagrada obra do autor inglês. Além de escritor, Tolkien atuou como filólogo e professor universitário de língua e literatura inglesas. A união de seu trabalho acadêmico com seu interesse por cultura e língua anglo-saxãs foi essencial para a formulação de seu universo ficcional, contudo, há um terceiro elemento na biografia tolkieniana que fornece base para uma reflexão sobre as intenções do autor para a concepção de um universo com tantos detalhes e particularidades: o cristianismo, sobretudo, a religião católica.

Segundo Michael White (2016), biógrafo de Tolkien, o autor converteu-se ao catolicismo ainda jovem. A família vivia na África do Sul devido ao trabalho do patriarca, Arthur, porém, pouco antes do falecimento do marido, Mabel, a mãe de John, volta a viver na Inglaterra, levando consigo seus dois filhos. Depois de mudar-se para o interior da Inglaterra com a mãe e o irmão, onde teve contato com obras clássicas da literatura inglesa, regressa para a vida urbana a fim de estudar, conhece o catolicismo e inicia seu processo de conversão. Tal mudança ocorre já depois que John era órfão de pai, quando sua mãe faz amizade com o padre Francis Xavier Morgan. Em uma carta escrita a Michael Tolkien no ano de

⁶⁴ Graduado em Letras pela Faculdade Santa Marcelina de Muriaé (FASM); professor de Língua Inglesa na rede municipal e privada (Escola Fisk) de Muriaé/ MG; e-mail: luuuhcas53@gmail.com.

⁶⁵ Mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); professor de Literatura Portuguesa na Faculdade Santa Marcelina de Muriaé/MG; e-mail: rodrigomansor@yahoo.com.br.

1963, John confessa: “apaixonei-me pelo Santíssimo Sacramento desde o começo – e pela misericórdia de Deus nunca me afastei dele outra vez” (WHITE, 2016, p. 40).

Depois do retorno de Mabel à Inglaterra, seus filhos passaram a ter mais contato apenas com a família materna, composta por cristãos anglicanos, o que dificultava bastante um relacionamento mais próximo entre os jovens e seus parentes. Tolkien e o irmão distanciam-se ainda mais do restante da família após a morte da mãe, alegando perseguição e intolerância religiosa. Dessa forma, embora ainda legalmente ligados a tutores daquela família, o verdadeiro preceptor dos órfãos era o padre Francis (GONÇALVES, 2020). A influência do sacerdote não se restringia à vida particular dos Tolkien, ele também atuava como mentor educacional na vida dos jovens, sendo ele mesmo um teórico do catolicismo no período.

A propriedade intelectual, destacada por Gonçalves (2020), aliada ao cuidado familiar permitiu que Padre Morgan participasse ativamente da vida de Tolkien. Segundo White (2016), foi por causa do religioso que John adiou seu casamento (e aguardou a conversão da futura esposa ao catolicismo) e intensificou seus estudos até ser aprovado na Universidade de Oxford. Esse importante e tradicional centro de ensino, aliás, abriu novas portas de conhecimento ao futuro escritor, mesmo que devido à Primeira Guerra Mundial tenha perdido diversos acadêmicos para o *front*.

De acordo com White (2016) Tolkien teve a sorte de só ser convocado após o fim de seus estudos, o que lhe deu a possibilidade de começar suas anotações sobre mitologia, permitindo a criação das primeiras raízes daquilo que mais tarde se tornaria *O Silmarillion*. Cabe destacar aqui o perfeccionismo de Tolkien, que constantemente reescrevia as narrativas, ou reorganizava os episódios que constituem tal obra. A indecisão sobre o formato aliada à recusa da editora em publicar a gênese da Terra-média em um mesmo volume que *O senhor dos Anéis*, teve como resultado uma primeira edição póstuma, organizada por Christopher Tolkien, filho do famoso autor. Tal fato rende boatos de que *O Silmarillion* pode ser uma obra inacabada.

A participação de Tolkien na Grande Guerra garantiu a ele conhecimento para escrever e descrever grandes batalhas da Terra-média. Cenas repletas de hordas e legiões, soldados e comandantes são ricamente descritas nas narrativas tolkienianas, especialmente as contidas em *O Silmarillion* e *O Senhor dos Anéis*. O fim do conflito, por sua vez, permite que o ex-combatente comece a trabalhar como linguista no *The New English Dictionary*. Cabe destacar que o conhecimento da língua e literatura se mostra como outro ponto fundamental na criação dos mitos e seres imaginados por Tolkien:

como uma mitologia contém uma grande parcela de história lendária e tradicional, ela também ajuda a fomentar o crescimento do que chamaríamos de história. É por isso que as narrativas históricas são as formas mais antigas das técnicas descritas na escrita. Mas [...] a literatura, e em especial a poesia, têm a função de recriar o uso metafórico da linguagem. Portanto, o descendente direto da mitologia é a literatura, se é que realmente podemos falar dela como descendente em algum sentido (FRYE, 2021, p. 71).

Northrop Frye (2021) ressalta a importância da literatura, como herdeira da mitologia, bem como do conhecimento da estrutura de uma língua para a criação literária. Para o estudioso, a linguagem é imprescindível para que uma mitologia floresça e se espalhe entre um povo. Por sua vez, J.R.R. Tolkien deixa claro seu domínio sobre a linguagem ao criar línguas, runas, caracteres e, sobretudo, lendas escritas e orais para proporcionar aos leitores a percepção de um mundo mítico quase como os criados pelas civilizações que viveram neste mundo antes de nós. Com isso, Tolkien faz com que os povos da Terra-média e suas crenças se assemelhem aos mitos e lendas que reconhecemos como formadores do pensamento da maioria dos países ocidentais.

É a partir dessa similaridade evocada pelo ficcionista inglês que é comum os leitores de sua obra associarem elementos de culturas primitivas historicamente comprovadas com o mundo de fantasia criado por um único estudioso da área. Entre os povos e civilizações que influenciaram Tolkien, destacam-se os nórdicos e os celtas, além de todos aqueles que de alguma forma possuem relevância nas escrituras bíblicas: hebreus, egípcios e até mesmo romanos e israelitas. As histórias, lendas e tradições destes últimos, porém possuem um significado especial para o autor, pois ultrapassa a ideia de mitologia e assume o lugar de religião. White (2016), em sua obra *O Senhor Da Fantasia*, afirma sobre o assunto aqui discutido:

Tolkien afirmou que a sua obra era de natureza cristã, e até mesmo católica, era no sentido da generosidade que a atravessa [...] e apesar de não haver um cristianismo específico em nenhuma das ficções de Tolkien- sem Bíblias, sem crucifixos, sem altares- o “espírito cristão” está em toda a parte [...] Não surpreende, então, que Tolkien tenha sido compelido a colocar referências sutis ao cristianismo e a tradição bíblica no cerne de uma história pagã [...] É muito fácil encontrar marcas de referências alegóricas se procurarmos por elas. (WHITE, 2016, p. 192-193 e 195).

É a partir dessa percepção religiosa, que se pretende, aqui, analisar a presença da *Bíblia* na obra *O Silmarillion*. A fim de entender como Tolkien criou um universo de seres fantásticos sem estabelecer referência direta com a cristandade, e mesmo assim inseriu seu catolicismo em uma obra difundida por todo o mundo, para diferentes povos e culturas. Pretende-se, para isso, dar destaque a conflitos e personagens de *O Silmarillion* com inspiração explicitamente bíblica, sobretudo àqueles que compõem uma visão cristianizada da relação entre o bem e o mal.

De elfos angelicais à figura do diabo: o bem e o mal em *O Silmarillion*

Na nota de tradução da obra tolkieniana, Lopes (2019, p.8) afirma que a influência da Bíblia e do cristianismo medieval, tanto nas ideias quanto no estilo, é inegável em *O Silmarillion*. Por isso, ele buscou levar em conta boas traduções para o português da Bíblia no trabalho de tradução. *O Silmarillion* foi, talvez, a maior ambição de Tolkien, porém, a obra só seria lançada de maneira póstuma. Segundo White (2016), os textos que o compõem eram um conjunto de documentos não lançados que Tolkien tentou publicar junto com *O Senhor dos Anéis*, porém, devido à extensão da obra, houve recusa da editora. Dessa forma, Tolkien alterava, acrescentava ou reorganizava os originais com frequência. Fez tantas mudanças que faleceu sem definir tais informações.

Devido ao entusiasmo crescente dos fãs do autor, querendo sempre mais materiais relacionados à Terra-Média, Christopher Tolkien (filho de J.R.R.) reuniu três versões distintas da obra: o “Esboço”, o “Quenta” e o “Quenta Silmarillion”, para publicá-las, em 1977, sob um único título: *O Silmarillion*. (WHITE, 2016). Com a chegada da nova obra, chegaram novas histórias e novos conhecimentos

que preencheram algumas lacunas abertas na grande guerra do Anel. (WHITE, 2016). Christopher Tolkien afirma que,

as histórias de O Silmarillion são lendas derivadas de um passado muito mais profundo, quando Morgoth, o primeiro Senhor Sombrio, habitava na Terra-média, e os Altos Elfos fizeram guerra a ele para recuperar as Silmarills.

Não apenas, entretanto, O Silmarillion relata eventos de um tempo muito anterior àquele de O Senhor dos Anéis; ele também é, em todo o essencial de sua concepção, de longe a mais antiga (TOLKIEN, C., 2019, p.11).

Não só em *O Silmarillion*, mas também nos livros da Saga do Anel, o leitor pode enxergar várias partes da história ou até mesmo alguns personagens que fazem alusão com o cristianismo. Isso se deve pela devoção que Tolkien tinha ao catolicismo. Sua habilidade como escritor ajudou a contornar alguns pontos polêmicos, como a exaltação divina a alguns indivíduos. Igualar um personagem a Deus poderia ser arriscado para um católico tão fiel aos dogmas de sua religião como era Tolkien, por isso, recorreu a metáforas e alegorias em *O senhor dos anéis*. Em momento algum é retratado o nome de Jesus ou outro personagem bíblico, mas nos gestos, atitudes e até mesmo no contexto vivido pelos personagens entre batalhas do bem contra o mal há o cerne de sua mentalidade católica. Segundo informação¹ (2013),

em O Senhor dos anéis, todos os personagens podem ter características cristológicas e ao mesmo tempo não serem o Cristo e ao mesmo serem. Frodo, Gandalf e Aragorn são imagens do Cristo que ressuscita. Os três cumprem a missão de Cristo de sacerdote, profeta e rei. Frodo – sacerdote, pois ele se oferece em sacrifício para destruir o mal representado na forma do Um anel; Gandalf – profeta, que com sua sabedoria e conselhos conduz a “igreja” que está brigando contra o mal; Aragorn – o rei que veio ao mundo sem ser reconhecido como rei, seus pais tiveram que escondê-lo, assim como o Cristo. Viveu em sua simplicidade no meio do povo da Terra-média, sempre lutando contra o mal, e depois volta como um imperioso, bondoso e misericordioso rei. (RICARDO, 2013, informação verbal).

É necessário destacar que os personagens citados por Ricardo (2013) são heróis e, de acordo com Campbell (2007), eles representam arquétipos. A figura que vai passar por diversos desafios e descrenças para livrar o mundo da maldade pode ser percebida em qualquer um dos protagonistas, mas todos eles possuem

falhas em suas jornadas. Assim, a associação deles com a figura de Cristo ao mesmo tempo revela a intenção de Tolkien de se inspirar na Bíblia e seu temor à Deus, uma vez que, em sua crença, seria contraditório elevar um personagem ao caráter divino de Cristo.

Por outro lado, se em *O senhor dos Anéis* Tolkien hesitou entre a ousadia e o temor de criar um personagem à imagem e semelhança de Jesus, ao longo de toda a narrativa de *O Silmarillion*, arriscou-se a deixar clara a presença da Bíblia e as associações entre seus personagens e Deus. Um dos primeiros fragmentos do *Silmarillion* afirma que “*havia Eru, o Uno, que em Arda é chamado de Ilúvatar; ele fez primeiro os Ainur*” (TOLKIEN, J., 2019, p.39). Há uma comparação quase explícita entre Eru, “o pai de todos”, o criador dos Ainur, “sacros” e o Deus cristão, Pai na trindade cristã, criador do céu e da terra: “*o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor*” (Bíblia, Deut. 6, 4). A comparação é ainda mais clara em correspondência, de 1951, enviada a Waldman. Tolkien estabelece a comparação entre Deus e Eru de forma definitiva:

Deus e os Valar (ou poderes: nome traduzido como “deuses”) são revelados. Estes últimos são o que chamaríamos de poderes angélicos, cuja função é exercer uma autoridade delegada em suas esferas (de domínio e governo, não de criação, fazer ou refazer). São “divinos”, isto é, originalmente estavam “fora” e existiam “antes” da criação do mundo. (TOLKIEN, J., 2019, p. 21-22).

Os personagens da obra tolkeniana não são uma representação fidedigna dos personagens bíblicos, mas trazem fortes traços carregados de qualidades que nos levam a colocar a o texto cristão como um intertexto da obra. Além da já citada proximidade entre Eru e Deus, a missiva a Milton Waldman menciona a influência de anjos na criação da raça dos Valar: “*benfizeis o Senhor todos os seus anjos, valentes heróis que cumpris suas ordens, sempre dóceis à sua palavra*”. (Bíblia. Salmo 102, 20).

Na mesma carta, Tolkien, J. (2019, p. 18) admite a Waldman a presença de uma moral religiosa nas suas obras: “mitos e estórias de fadas, como toda arte, devem refletir e conter em solução, elementos de verdade (ou erro) moral e religiosa, mas não explícitos, não na forma conhecida do mundo ‘real’ primário”. E, como bem se sabe, muitas partes da Bíblia abordam um conflito entre o bem e

o mal. Assim, se existem anjos, há também aqueles que caíram em desgraça, ou se converteram para o lado sombrio, como é o caso de Melkor:

Então Tulkas se pôs à frente, como campeão dos Valar, e lutou com ele, o lançou sobre seu rosto; e ele foi atado com a corrente Angainor, que Aulë forjara, e levado como cativo; e o mundo teve paz por uma longa era. [...] e o lançaram na prisão na masmorra de Mandos, de onde ninguém pode escapar, nem Vala, nem Elfo, nem Homem mortal. [...] Ali foi Melkor sentenciado a ficar pela duração de três eras, antes que seu caso fosse julgado de novo ou que ele pudesse suplicar outra vez perdão. (TOLKIEN, J., 2019, p. 84).

Segundo Meletínski (2019, p. 78), *“a ideia corrente de que nos mitos e particularmente nos contos maravilhosos se desencadeie o combate entre o bem e o mal é uma simplificação muito grande e, em princípio indevida. Trata-se antes, desde o começo, da contraposição ‘próprio/alheio’, ‘caos/cosmo’.* Por isso, o embate entre Tulkas e Melkor, mesmo com a vitória do primeiro, não remete a pontos opostos, mas sim a forças complementares. Tal duelo encontra correspondência no embate entre Miguel e Lúcifer, arcanjos que, segundo a tradição cristã, representam a luz e a sombra, respectivamente. Além disso, no livro do Apocalipse narra-se o acorrentamento de Satanás e sua queda ao abismo:

Vi então, descer do céu um anjo que tinha na mão a chave do abismo e uma grande algema. Ele apanhou o Dragão, a primitiva Serpente, que é o Demônio e Satanás, e o acorrentou por mil anos. Atirou-o no abismo, que fechou e selou por cima, para que já não seduzisse as nações até que se completassem mil anos. Depois disso, ele deve ser solto por um pouco de tempo (Bíblia. Apocalipse 20, 1-3).

O grande embate entre as facções angelicais é um tema amplamente explorado na cultura popular tanto por representar a vitória das forças divinas sobre o maligno, quanto por abrir espaço para distopias em que o inverso prevalece. Contudo, a relação entre esses elementos tão antitéticos não se resume a esse único evento. Os conflitos permeiam grande parte da narrativa bíblica. Desde o livro do Gênesis até o do Apocalipse, o entrelaçamento entre essas duas forças pode ser lido em uma constante que ora se repelem, ora se completam.

O Deuteronômio, último livro do Pentateuco, segundo o padre Nilo Luza (2020), é um livro de leis, cujas narrativas chegam até o leitor por meio de Moisés. Por este livro conhecemos, entre outras histórias, o êxodo das tribos de Israel. Por seu poder discursivo, bem como pelos eventos relatados, é um dos que demonstra

maior presença na gênese da Terra-média, como no capítulo que trata da vinda dos elfos e do cativeiro de Melkor. Este último é um personagem que destoa da saga de Moisés, uma vez que suas raízes remetem mais claramente a Satanás.

Contudo, o que se percebe é sua equiparação não com um único personagem, mas com a representação do mal em si. Dessa forma, a presença de Melkor na narrativa dos elfos justifica-se, tendo em vista a tentativa de Tolkien de estabelecer uma antítese entre o bem, representado pelos belos elfos, e o mal, transfigurado naquele que se tornaria Morgoth, o principal antagonista de *O Silmarillion*.

Depois da prisão de Melkor, devido à grande guerra da libertação dos Elfos e salvação do mundo, Tolkien, J. (2019) narra que o conselho dos grandes servos de Ilúvatar resolveram levar os Quendi (elfos) para Valinor (a terra abençoada). Para isso prepararam uma grande marcha dividida em hostes. Aqui percebe-se a inspiração para a terra prometida (Canaã/Valinor) e a divisão dos grupos (tribos/hostes) em três:

Os Eldar prepararam então uma grande marcha a partir de seus primeiros lares no Leste; e se arranjaram em três hostes. A menor delas, e a primeira a sair era liderada por Ingwë, o mais alto senhor de toda a raça élfica [...] Depois vinham os Noldor, um nome de sabedoria, o povo de Finwë [...] A maior hoste veio por último, e seus membros recebem o nome de Teleri (TOLKIEN, J., 2019, p. 85,86).

Já na *Bíblia*, após atravessar o Mar Vermelho com seu povo, Moisés recebeu de Deus a oferta de uma terra prometida, que só seria alcançada depois que atravessassem o deserto. No seu vigésimo dia do segundo mês do segundo ano de caminhada, os israelitas partiram do deserto do Sinai para o de Farã: *“a bandeira do acampamento dos filhos de Judá era comandada por Naasson, filho de Abinadab. A tropa da tribo dos filhos de Issac era comandada por Natanael, filho de Suar; e a tropa da tribo dos filhos de Zabulon era comandada por Eliab, filho de Helon. (Bíblia, Núm. 10, 14-16) ”*.

Cabe ressaltar que os números apresentados possuem aspecto simbólico, com intenção de provar uma tese, ou produzir uma relação de familiaridade com a situação. Segundo Frye (2021, p. 83), *“a simetria, em qualquer narrativa, indica sempre que o conteúdo histórico está sendo subordinado a exigências míticas de delineamento e forma”*. Em Deuteronômio, há a intenção de se criar ou perpetuar

uma lenda; em *O Silmarillion*, o intuito pode ser meramente de conexão com o texto bíblico.

Ambas as marchas se dão por conta de uma fuga: os Quendi, fugiam de Melkor, que os sequestrava para transformar em orques (TOLKIEN, J. 2019); os israelitas para fugirem da escravidão imposta pelo faraó egípcio. Para ambos os casos, há a figura de um líder/guia (Moisés/Valar Manwë) que, sob ordens divinas enfrenta o opressor (faraó/Melkor).

Na narrativa tolkieniana, Melkor é um ser imortal, cuja criação remete a um tempo anterior à formação da Terra em si, por isso, os outros de sua raça o têm como irmão e acreditam em sua redenção depois de três eras acorrentado. Neste ponto da narrativa, o perdão, uma virtude cristã, faz-se presente entre os Valar, que reconhecem Melkor como irmão e resolvem dar-lhe uma segunda chance. No entanto, a virada na história traz uma configuração do vilão que volta a apresentar semelhanças diretas com o diabo, ou mais claramente, com Lúcifer, *“o que não é de espantar. Pois o próprio Satanás se transfigura em um anjo de luz”* (Bíblia. 2 Co.).

Em *O Silmarillion*, a farsa não demora para ser desfeita, já que *“em seu coração, Melkor odiava muitíssimo os Eldar, tanto porque eram belos e jubilosos como porque neles via o motivo de ascensão dos Valar e de sua própria queda”* (TOLKIEN, J. 2019, p. 101-102). Além de Melkor enganar a todos com a suas farsas, fingindo ser um benfeitor, ele também resolvia manipular os corações dos elfos e ainda contar mentiras, especialmente sobre Fëanor. Da mesma forma, a Bíblia expõe Lúcifer como mentiroso, uma vez que *“quando diz a mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira”* (Bíblia. João 8, 44).

Entre as mentiras de Melkor, a mais perniciosa surgiu após a criação das joias de luz – as Silmarills (TOLKIEN, J. 2019). O trabalho de Fëanor consumia o coração do vilão, mas este sabia que não poderia roubá-las, pois estava sob vigilância desde sua libertação. Por isso, disseminou contendas entre os elfos, colocando-os uns contra os outros, afinal, *“o perverso excita questões, o detrator separa os amigos. O violento seduz o seu próximo e o arrasta pelo mau caminho”* (Bíblia. Prov. 16, 28-29).

Seu alvo principal eram os irmãos Fëanor e Fingolfin, a quem as intrigas de Melkor provocaram contenda insolúvel. E a rusga entre irmãos é outro tópico conhecido da Bíblia: Caim e Abel ou Esaú e Jacó, por exemplo, são sempre lembrados como pares opostos influenciam a cultura ocidental, pelo movimento dual de exclusão e mutualidade. Para Meletínski (2019, p. 22), *“o simbolismo dos gêmeos antagônicos como que exprime o mesmo simbolismo da mãe”* que ora é boa e providente, ora é má e castradora.

Melkor une-se a Ungoliant – um espírito da escuridão em forma de aranha – para roubar as silmarills e fugir. Durante esse processo, acabam assassinando o pai de Fëanor. Futuramente, Melkor faz das joias uma coroa e se intitula rei. O filho de luto logo descobre o ocorrido e se enfurece amaldiçoando-o com o nome de Morgoth. A raiva e tristeza de Fëanor são tão grandes que ele decide sair das terras de Valinor visando vingança e a recuperação de suas gemas preciosas. Sendo assim, ele reúne um grande povo élfico que sai das terras abençoadas, perdendo a proteção dos Valar. A empreitada não tem apoio de demais grupos élficos, por isso, mostra-se infrutífera.

Depois disso, Fëanor o deixou e se sentou absorto em pensamentos sombrios, além dos muros de Alqualondë, até que a sua hoste se reuniu. Quando julgou que sua força era suficiente, foi até os Portos dos Cisnes e ordenou que invadissem os navios que estavam ancorados lá e o levassem embora à força. Mas os Teleri os enfrentaram e lançaram muito dos Noldor ao mar. Então espadas foram desembainhadas, e uma luta amarga se deu sobre os navios, e ao redor dos ancoradouros [...] Assim, afinal, os Teleri foram sobrepujados, e grande parte de seus marinheiros que habitavam em Alqualondë foi cruelmente morta”. (TOLKIEN, J., 2019, p. 128).

O fratricídio ocorrido remete aos filhos de Adão e Eva. Caim mata seu irmão por pura inveja e cólera, levando-o ao campo, e lá dá um fim a vida daquela carne que era sangue do seu sangue. O crime de Caim é lembrado e condenado na própria *Bíblia* por meio de Carta de São João: *“esta é a mensagem que tendes ouvido desde o princípio: que nos amemos uns aos outros. Não façamos como Caim, que era do Maligno e matou seu irmão. E por que o matou? Porque as suas obras eram más, e as do seu irmão, justas”* (Bíblia. 1 João 3, 11-12).

É evidente que os Noldor não eram malignos. Estavam em busca do ladrão das Silmarills, porém, é evidente, também, que estavam sendo usados pelo

Maligno: *“com mentiras e sussurros malignos e falsos conselhos, Melkor inflamou seus corações para a contenda; e das querelas deles veio o fim dos grandes dias de Valinor e o anoitecer de sua antiga glória”* (TOLKIEN, J., 2019, p. 106).

De acordo com Tolkien, J. (2019), depois do grande fratricídio, os Noldor encontraram-se com uma figura escura que trazia uma mensagem para eles – a profecia do Norte. Ela foi divulgada como uma forma de gerar arrependimento e regresso daqueles Elfos à Valinor, e aqueles que não se arrependessem e nem regressassem sofreriam as consequências das palavras malditas. Entre as maldições, destaca-se o fragmento em que a figura negra proclama que *“lágrimas inumeráveis haveis de derramar; e os Valar fecharão Valinor diante de vós e trancar-vos-ão para fora, de modo que nem mesmo o eco de vossa lamentação haja de passar pelas montanhas”* (TOLKIEN, J., 2019, p. 129-130). O fragmento da maldição remete ao livro de Lucas que revela Jesus falando sobre aqueles que não se arrependem e depois buscam a salvação: *“quando o pai de família tiver entrado e fechado a porta, e vós, de fora, começardes a bater à porta dizendo: Senhor, Senhor, abre-nos, ele responderá: [...] Não sei donde sois; apartai-vos de mim todos vós que são malfeitores. Ali haverá choro e ranger de dentes”* (Bíblia. Lucas 13, 25-28).

Além deste fragmento da maldição há outro que fez com que houvesse guerra e mais guerra e matança entre as famílias élficas, envolvendo os Homens e todos os que se envolviam na busca e poder das Silmarills. Do mesmo modo, a *Bíblia* também vem dizer que todo reino que é dividido contra si mesmo sofre grandes consequências. Quando Lucas: 11,17 (BÍBLIA, 2015) afirma que *“todo reino dividido contra si mesmo será destruído e seus edifícios cairão uns sobre os outros”* (BÍBLIA, 2015, p.1363).

Considerações finais

As relações entre vida e obra, para J.R.R. Tolkien mostram-se intimamente conectadas, tendo em vista que o conturbado contexto de vida do autor encontra eco em suas narrativas sobre a Terra-média. Estudioso de línguas e culturas que constituem uma das bases da cultura anglo-saxã, e criado por um padre católico, do qual herdou não apenas a crença, mas os conhecimentos sobre o catolicismo,

Tolkien mesclou mitologias e religião em toda a sua obra, tendo *O Silmarillion* maior destaque nessa mistura, tendo em vista que o próprio autor entendia o compilado de narrativas como uma genealogia das raças e povos da Terra-média.

A intertextualidade funcionou como chave de comparação entre os textos e ajudou a identificar que não apenas em *O Silmarillion*, mas também em *O Senhor dos Anéis*, Tolkien apelou para recursos literários, como a criação de heróis arquetípicos, com jornadas repletas de obstáculos e reviravoltas que evidenciam um cenário quase maniqueísta no embate entre o bem e o mal. Por outro lado, percebeu-se também a capacidade do autor de desfazer a polarização, ao inserir a ideia cristã de perdão (ao antagonista) ou de desvios (do protagonista).

Além do dualismo presente na criação de entidades tidas como divinas, foi possível observar, também, o conflito/unidade entre o bem e o mal se manifesta entre os personagens. Movidos por motivos sagrados, promessas divinas, ou mesmo vilanias de um antagonista, os sujeitos da Bíblia e da Terra-média ocupam espaços que levam a batalhas ou a reencontros, indicando um fluxo circular. Assim, os povos e as tribos da Bíblia são utilizados por Tolkien como referência para criação de raças que ora se aliam, ora lutam entre si, indicando um padrão de equilíbrio e necessidade mútua.

Por fim, ficou claro que tal análise só foi possível graças ao contato intertextual entre a obra literária e o texto religioso, tendo em vista que a crença do autor e seus conhecimentos sobre línguas, literatura, culturas e mitologias, em vez de se excluírem, criaram um ponto de conexão que permitiu a Tolkien criar alegorias que ressaltam uma visão católica, sem explicitar ou impor dogmas, e que é consumida por leitores das mais variadas crenças.

Nota explicativa

1. A informação verbal foi retirada do vídeo: *O Senhor dos anéis*. Postado em 26 de setembro de 2013. É apresentado pelo Padre Paulo Ricardo, e está disponível no canal do YouTube através do link: https://www.youtube.com/results?search_query=v%C3%ADdeo+o+senhor+dos+aneis+padre+paulo.

Referências Bibliográficas

BÍBLIA, A. Português. **Bíblia Sagrada: Ave Maria**. Tradução do Grupo de Editores Claretianos. 207ª Edição. São Paulo: Ave-Maria, 2015.

FRYE, Nothrop. **O grande código: A Bíblia e a Literatura**. Tradução: Marcio Stockler. Campinas: Sétimo Selo, 2021.

GONÇALVES, Lucas Cardozo da Silva. O crepúsculo da humanidade: Uma perspectiva tolkieniana sobre o orgulho no Akallabêth. In: HACK, Jonathan Luís (org.). **Tolkien e a Bíblia: pesquisas teológicas no legendário tolkieniano**. São Paulo: Edição do autor, 2020. *E-book*. Não paginado.

LOPES, Reinaldo. Nota de tradução. In.: TOLKIEN, John; TOLKIEN, Christopher (Ed.). **O Silmarillion**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2019.

LUZA, Nilo. O livro do Deuteronomio. **Pastoral Universitária Fapcom**, São Paulo, 1 set. 2020. Reflexões, p. on-line. Disponível em: <https://fapcom.edu.br/pastoral-universitaria/2020/09/01/o-livro-do-deuteronomio/#:~:text=Deuteron%C3%B4mio%20deriva%20de%20uma%20palavra,escritos%20hist%C3%B3ricos%20ou%20Hist%C3%B3ria%20Deuteronomista>. Acesso em: 14 nov. 2022.

MELETÍNSKI, Eleazar Mosséievitch. **Os arquétipos literários**. Tradução: Aurora Fornoni Bernardini, Homero Freitas de Andrade, Arlete Cavaliere. Cotia: Ateliê Editorial, 2019 [1998].

RICARDO, Paulo. **O Senhor dos Anéis**. Disponível em: JORNAL da PUC. Rio de Janeiro. 2013. Ed. 274. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=v%C3%ADdeo+o+senhor+dos+aneis+padre+paulo>. Acesso em: 20 set. 2020.

TOLKIEN, Christopher (Ed.). Prefácio. In.: **O Silmarillion**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2019.

TOLKIEN, John Ronald Reuel. **O Silmarillion**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2019.

_____. **Sobre histórias de fadas**. São Paulo: Conrad, 2010.

WHITE, Michael. **J.R.R. Tolkien, o senhor da fantasia**. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2016.

Manifestations of Good and Evil: The presence of Biblical Duality in The Silmarillion

ABSTRACT: This article is a comparative analysis between the Bible and The Silmarillion (1997), by Tolkien, aiming to identify of the relations between good and evil in both texts. The presence of a Catholic bias in the composition of characters and narratives works as a guiding element of the fantasy created by Tolkien and reveals the author's inscription on simultaneously opposing and complementary elements.

Keywords: The Silmarillion. The Bible. Duality. Intertextuality.

Envio: 07 de dezembro de 2022.

Aceite: 04 de janeiro de 2023.

O negro norte-americano: narrativas que revelam as marcas da escravidão na atualidade

Lara Figueiredo de Oliveira¹
Ana Paula Rodrigues Gravina Almeida²

RESUMO: Sabe-se que, nos Estados Unidos, brancos e negros não vivem a mesma vida. Assim, torna-se necessário um estudo sobre: “O negro norte-americano: narrativas que revelam as marcas da escravidão na atualidade”, com o intuito de elucidar a respeito da vida do negro no período escravocrata e como ela é agora, a fim de compreender como o preconceito de cor se desenvolveu na sociedade norte-americana e examinar os motivos pelos quais os negros se sentem vulneráveis no país.

Palavras-chave: Negro. Escravidão. Narrativas. Estados Unidos. Literatura norte-americana.

Introdução

Sabe-se que, nos Estados Unidos, brancos e negros não vivem a mesma vida. Os brancos aproveitam os privilégios por possuírem grande número de bens materiais enquanto os negros, em sua maior parte, podem ser considerados marginalizados, pois não usufruem do capital produzido pelo país. Além disso, o modo com que as instituições tratam os negros nos Estados Unidos acaba gerando revoltas e movimentos, como o “*Black Lives Matter*”. Esses movimentos vêm se tornando evidentes e impactam não apenas a sociedade norte-americana, mas também são levados para o mundo. Existe uma enorme diferença de oportunidades, de tratamento e de condições de vida se compararmos brancos e negros nos EUA. Para entender o que causa essas diferenças é necessário buscar saber como ela surgiu. A literatura negra norte-americana pode nos ajudar a compreender essas importantes questões, já que com ela podemos aprender sobre a escravidão nos Estados Unidos, que foi o momento que os negros passaram a viver em terras americanas. Com isso, devemos observar as narrativas de escravos para entender como era a vida dos negros nesse período. Ao analisar uma narrativa que foi escrita por um escravo, pode-se perceber como era o dia a dia desse povo durante a escravidão. Ainda, existe a oportunidade de captar como o preconceito de cor se desenvolveu nos EUA. Além disso, ao analisar livros de literatura norte-americana, pode-se observar com clareza como uma América Negra tem vivido em meio a uma sociedade que reflete a situação do negro de

maneira a raciocinar sobre a base racial, na qual difere os indivíduos pela cor de pele e acaba deixando de lado o fato de que todos são seres humanos. Por mais, ao ler obras de escritores negros, consegue-se ver as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelos negros nos Estados Unidos desde a escravidão até os dias de hoje. Ademais, ao observar textos de diferentes períodos, é possível fazer uma comparação com propósito de assimilar se houve transformações de um período para o outro.

A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa bibliográfica abrangendo a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, dentre outros documentos, e, por fazer um levantamento bibliográfico sobre conceitos e ideias, a pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e descritiva. É necessário expor que as obras escolhidas são não-ficcionais, já que o intuito desse estudo é mostrar a realidade, dedicando-se a fatos.

É sabida a considerável contribuição de Frederick Douglass para compreender como era a escravidão nos Estados Unidos. Douglass tem a propriedade de contar o que ocorria na vida de um escravo e o que acontecia com o escravo após a alforria ou fuga da escravidão, pois ele mesmo, por ter sido negro e escravo, esteve face a face com a brutalidade da escravaria. Ele ainda foi um dos negros mais importantes que defenderam e lutaram para o fim da escravidão. Já quando falamos de Cornel West, estamos nos referindo a um sociólogo negro que estudou bastante sobre as questões de raça nos Estados Unidos. Suas obras estudam profundamente as raças, os gêneros e as classes. Além disso, West é um defensor dos direitos humanos, então ele argumenta a favor de uma democracia multirracial e de uma igualdade para negros e brancos. Ta-Nehisi Coates é um jornalista negro, que sempre está discutindo a questão racial e expondo as dificuldades de ser negro nos Estados Unidos. Salienta-se que Frederick Douglass, Cornel West e Ta-Nehisi Coates são negros e personalidades importantes para se estudar o negro nos EUA, por isso são essenciais para esse estudo.

A narrativa de escravo

A narrativa de escravo é um gênero literário que foi bastante comum nos séculos XVIII e XIX nos Estados Unidos. As narrativas buscaram dar voz aos negros escravizados e amparar a causa abolicionista, além de conceder a eles uma identidade. Conforme justificam Nakanishi e Nigro (2019 p. 64) esses textos foram usados pelo movimento abolicionista com o intuito de esclarecer para a população norte-americana os horrores cometidos contra os negros nas plantações. Ademais, VanSpanckeren aponta que:

A “narrativa de escravo” foi o primeiro gênero literário de prosa negra nos Estados Unidos. Ajudou os negros na difícil tarefa de estabelecer uma identidade afro-americana em meio a uma América branca e continuou a exercer importante influência nas técnicas de ficção e nos temas adotados pelos negros em todo o século 20. (VANSPANCKEREN, 1994, p. 48).

Esses relatos autobiográficos de africanos e afrodescendentes escravizados mostram o quão cruel era a vida dos escravos no país. Por isso, é extremamente importante tomar conhecimento das narrativas de escravos para compreender a história norte-americana e como o período de escravidão nos Estados Unidos pode ter influência atualmente. Dessa maneira, como afirmam Nakanishi e Nigro (2019 p. 77) as narrativas de escravos são uma oportunidade de retomar assuntos importantes e refletir sobre a sociedade da época, que era extremamente racista. Além disso, para Nakanishi e Nigro:

As narrativas [...] de escravos, assim, são produções literárias que acompanham o desenrolar dos acontecimentos na sociedade estadunidense, levando os leitores a enfrentarem a presença inerte do fantasma da escravidão no país. (NAKANISHI; NIGRO, 2019, p. 77).

Uma questão que muitas pessoas se perguntam é como tantos escravos conseguiram escrever suas próprias biografias, como a narrativa de Frederick Douglass, *“The Narrative of the Life of Frederick Douglass, An American Slave. Written by Himself”* (1845), que será estudada mais adiante na sua versão mais atualizada, com o título: *“Life and Times of Frederick Douglass”* (1881). A razão disso acontecer fica clara quando lembramos da “missão civilizadora norte-americana”, na qual os americanos consideravam-se superiores e defendiam que

tinham a missão de civilizar os povos biológica e culturalmente “inferiores”. Esse foi um pretexto usado por eles com o intuito de justificar a exploração sobre os negros. Como interpreta Nakanishi:

Uma explicação possível está na relação com os senhores. [...] a hegemonia branca norte-americana acredita ser uma missão civilizar os inferiores, portanto, algumas pessoas aventuram-se a ensinar os escravos a ler, com o propósito de capacitá-los na leitura da Bíblia. (NAKANISHI, 2018, p. 87).

Narrativa de vida de Frederick Douglass

Frederick Douglass (1818-1895) foi um líder antiescravagista que nasceu escravo em uma propriedade em Maryland, mas ainda jovem foi para a cidade de Baltimore, onde aprendeu a ler e a escrever. E assim, Douglass pôde escrever sua autobiografia.

De acordo com VanSpanckeren (1994, p. 48), a narrativa da vida de Frederick Douglass é a melhor e mais popular das narrativas de escravos, pois nela, Douglass soube retratar com maestria a vida na escravidão e a crença que os brancos tinham de que os negros eram uma raça inferior. Ainda em conformidade com VanSpanckeren (1994, p. 48) “A narrativa de Douglass é intensa e bem escrita e nos dá intuições únicas da mentalidade da escravidão e agonia que essa instituição causava aos negros”.

Na narrativa de Douglass, podemos ver que os filhos de escravos que nasciam nas propriedades nos Estados Unidos também eram escravizados e, mesmo com pouco tempo de vida eram separados da mãe, para que uma relação de amor e proteção não fosse nutrida. Isso ocorreu com Frederick Douglass, por isso ele conta:

Minha mãe e eu fomos separados quando eu era apenas um bebê - antes de eu conhece-la como tal. [...] Não vi minha mãe, conhecendo-a como tal, mais do que quatro ou cinco vezes na vida, e cada uma dessas ocasiões foi bastante breve e se deu durante a noite. (DOUGLASS, 2021, p. 44).

Dessa maneira, muitos desses escravos que eram tomados de suas mães acabavam não sentindo comoção com a morte de um parente, como é o caso de

Frederick Douglass (2021, p. 45), que afirma ao tomar conhecimento do falecimento da própria mãe que: “Nunca tendo usufruído, por um período minimamente considerável, de sua presença apaziguadora, de seu cuidado terno e atento, recebi a notícia de sua morte com a mesma emoção que sentiria diante de uma pessoa desconhecida”.

Ainda não era permitido pela maioria dos patrões, os escravos ficarem cientes das próprias datas de nascimento, conseqüentemente, não sabiam suas idades como relata Frederick Douglass (2021, p. 43) “A maior parte sabe tão pouco de sua idade quanto sabem os cavalos, e é o desejo de a maioria dos senhores que conheço manter seus escravos nessa ignorância”.

Além disso, vários escravos não tinham a certeza de quem eram filhos, como o próprio Douglass (2021, p. 44), que declara: “Meu pai era branco. Assim era considerado por todos que ouvi tratarem da minha filiação. Também ouvi dizer que meu senhor era meu pai, mas nada sei da precisão dessa informação”. Para mais, Douglass (2021, p. 45) lembra que mesmo com a certeza de que tivesse um pai branco, ele por ser filho de uma escrava teria que ser considerado escravo, seguindo assim a condição de sua mãe para que os senhores donos de escravos continuem tendo o lucro advindo da escravidão, já que era bastante comum a ocorrência de escravos filhos de senhores.

Os negros não tinham direito a vida, a liberdade e nem à busca da felicidade. Para piorar a situação desumana em que viviam, vários senhores de escravos eram impiedosos no momento de castigar os negros. Eles sofriam tanto violências físicas quanto morais, como podemos ver em:

Nem as palavras, nem as lágrimas, nem as súplicas de sua vítima ensanguentada eram capazes de dissuadir seu coração daquele propósito sanguinário, quanto mais alto ela gritava, mais forte ele chicoteava, e de onde o sangue mais saía ligeiro, ali ele chicoteava por mais tempo. (DOUGLASS, 2021, p. 47).

Não dar de comer aos negros não era um ato bem-visto na sociedade escravocrata norte-americana. Douglass (2021, p. 89-90) confessa que não prover alimento aos escravos era considerado um ato de extrema maldade mesmo na

visão dos senhores de escravos, apesar de existirem muitas exceções. Conforme disse Douglass (2021, p. 90) os senhores de escravos possuíam como regra fornecer um pouco de comida, mesmo que esta não fosse de qualidade. O importante era que não faltasse comida para os escravizados.

Os escravos da região onde Frederick Douglass morava recebiam poucos mantimentos para se manterem. Podemos perceber isso quando é admitido que:

Para a alimentação recebiam três quilos e meio de porco, ou a mesma quantidade de peixe, e vinte e cinco quilos de farelo de milho. As roupas do ano consistiam e duas camisas de linho grosso, um par de calças do mesmo material, um casaco, um par de calças para o inverno feitas de algodão grosseiro, um par de meias e um par de sapatos. Tudo não devia custar mais do que sete dólares. (DOUGLASS, 2021, p. 51).

Douglass (2021, p. 52) reitera que os escravos não recebiam camas para descansarem, mas acabavam sofrendo menos por não terem cama do que pela falta de tempo para dormir, pois quando terminavam o serviço no campo eram obrigados a fazer tarefas domésticas. Além disso, Douglass (2021, p. 100) afirma que poderia estar extremamente quente, fazer muito frio ou até nevar que isso não impedia que os escravos fossem para o campo trabalhar.

A vida de em escravo não era nada fácil, eles buscavam maneiras de se distraírem e tentavam amenizar esse ardor dessa vida servil cantando. Canções essas que eram consideradas por Douglass (2021, p. 55) como uma demonstração do caráter desumanizante da escravidão. Pois, como ele próprio alega:

Cada nota era um testemunho contra escravidão e uma súplica a Deus, implorando a libertação das correntes. Escutar aquelas notas desvairadas sempre deprimia meu espírito, enchendo-me de uma tristeza inefável. [...] É quando estão mais infelizes que os escravos cantam. As canções do escravo representam as tristezas em seu coração; por elas ele se alivia, mas apenas como um coração dolorido se alivia com lágrimas. (DOUGLASS, 2021, p. 55).

Douglass (2021, p. 59-60) mostra que o escravo que criticasse seu dono poderia sofrer consequências ao apresentar o caso de um escravo que, ao falar mal de seu dono, acabou sendo vendido e ficando longe da família e amigos. Por isso, Douglass (2021, p. 60) defende que, quando os escravos eram perguntados sobre o caráter de seus senhores, a resposta não poderia ser negativa, os escravos teriam

que dizer, mesmo não sendo verdade, que os seus senhores eram bons e que eram felizes por estarem trabalhando para eles.

Na época da escravidão nos Estados Unidos, tirar a vida de um escravo não traria nenhuma consequência para o malfeitor, desde que ele fosse branco e considerado de raça “superior”. Douglass (2021, p. 64-66) deixa isso bem claro ao noticiar alguns casos de brancos que mataram negros, um desses acontecimentos foi:

[...] matar um escravo ou qualquer pessoa de cor, no condado de Talbot, Maryland, não é algo que se trate como crime, seja pelos tribunais ou pela comunidade. O sr. Thomas Lanman, de st. Michael, matou dois escravos, um deles com uma machadinha, rachando seu crânio. Costumava se gabar de ter perpetrado aquele ato sangrento e terrível. (DOUGLASS, 2021, p. 65).

Frederick Douglass (2021, p. 73) também trata da questão de o negro aprender a ler e a escrever. Ele conta que uma de suas senhoras, que era muito bondosa, começou a ensiná-lo o alfabeto e a soletrar algumas palavras pequenas, porém, logo o seu senhor pediu que ela parasse alegando que o ato de ensinar um negro a ler e a escrever era perigoso e fora da lei. Douglass ainda mostra que na visão dos donos de escravos, a educação poderia interferir no pensamento do negro e este não mais seria útil para a escravidão, de modo que o negro se tornaria ingovernável. Saber que a educação poderia tirar os negros da situação em que estão, o fez tomar a decisão de que, mesmo por conta própria, ele iria buscar aprender a ler e a escrever. Assim, Douglass (2021, p. 73) demonstra que entendeu qual poderia ser o caminho da escravidão para a liberdade.

Nos Estados Unidos, os escravos poderiam trabalhar tanto no campo como na cidade, mas a vida desses dois tipos de escravos era bastante diferente. É exposto isso quando Frederick Douglass (2021, p. 74) diz: “Um escravo da cidade é quase um homem livre, se comparado a um escravo da fazenda. Alimenta-se, veste-se melhor e usufrui de privilégios inteiramente desconhecidos ao escravo rural”. Porém, Douglass (2021, p. 75) afirma que existem exceções, nem todos os escravos da cidade possuíam tais privilégios.

Os escravos eram mantidos por seus donos como propriedade, ademais, eram tratados como se fossem animais. Douglass nos deixa cientes disso quando fala da partilha de bens de um senhor de escravos que faleceu e as suas posses tiveram que ser analisadas para serem divididas entre os filhos. Douglass (2021, p. 84) profere que: “Havia cavalos e homens, gado e mulheres, porcos e crianças, todos gozando da mesma posição na escala da existência e todos submetidos à mesma inspeção detalhada”.

Segundo Douglass (2021, p. 109-110), no feriado que ia do Natal até o Ano Novo os escravos recebiam alguns dias de folga, sendo assim, o único serviço que deveriam cumprir era cuidar e alimentar o gado de seus senhores. O restante do tempo eles poderiam usar para se divertirem. Mas, infelizmente, sobre esse tempo que era proporcionado pelos senhores aos escravos, Frederick Douglass (2021, p. 111) conta que: “não é por desejarem que os escravos descansem que os senhores lhes concedem esse tempo, mas por saberem que não seria seguro privá-los disso”. Isso ocorria visto que, se os escravos não possuíssem nenhum dia de descanso, poderiam se revoltar contra os seus senhores.

Outro ponto importante sobre essas “férias” que eram dadas aos escravos é que os senhores usavam esses dias para dar excesso de comida e bebida aos escravos de forma que eles não aguentariam ingerir tudo e, por fim, acabariam reclamando por não conseguirem usufruir de toda essa quantidade de alimento em um curto período. Por isso, Douglass (2021, p. 112) relata que: “Se ele reclama que não consegue, diz-se que o escravo em questão não se satisfaz nem saciado nem em jejum, e termina açoitado por viver insatisfeito!”.

Diferente da parte sul escravocrata, no Norte um ex-escravo poderia ter uma vida agradável, como relata Frederick Douglass (2021, p. 145) ao ir para parte Norte dos Estados Unidos: “Encontrei muitos que sequer contavam sete anos de liberdade e viviam em belas casas, claramente usufruindo mais dos confortos da vida do que o senhor de escravo comum em Maryland”.

Porém, mesmo no Norte, nem tudo era fácil para um ex-escravo, situações de racismo eram comuns no país. Douglas (2021, p. 147), ao buscar emprego,

afirma que procurou trabalhar com calafetagem, mas os homens brancos que tinham essa profissão não aceitavam trabalhar com ele, pois Frederick Douglass era um homem negro. Deixando, assim, claro o preconceito de cor que estava sendo cultivado nos EUA.

O preconceito e a linha de cor segundo Frederick Douglass

Para Frederick Douglass (2021, p. 195) o preconceito de cor era um empecilho para a causa abolicionista. Esse sentimento é considerado por ele como maligno. Assim, Douglass (2021, p. 196) reitera que: “O sentimento que chamamos de preconceito não é nada menos do que um ódio assassino e diabólico a toda virtude que possa adornar o caráter de um negro”.

Conforme defende Douglass (2021, p. 198) o negro não sofre por ter nascido negro, mas pelo que a cor negra representa. Essa cor está atrelada com a escravidão, e a população branca, conseqüentemente, colocava quem possuísse a cor negra no papel de escravo, de quem deveria servir e não usufruir de uma vida comparável à do homem branco. Pode-se entender isso perfeitamente quando Frederick Douglass fala que:

Somos, portanto, um povo perseguido, não por sermos negros, mas simplesmente porque essa cor, por muitos anos, tem sido emparelhada, na mente da população, com a degradação da escravatura e da servidão. Nessas condições, julgam-nos em nosso devido lugar; aspirar a qualquer coisa além disso é contradizer a visão estabelecida da comunidade, sair da nossa esfera e cometer o pecado provocativo da insolência. (DOUGLASS, 2021, p. 198).

Douglass também reforça o argumento de que o preconceito sofrido pelos negros é advindo do problema de a cor negra estar atrelada a escravidão quando afirma que:

A cor, em si mesma, é inocente, mas as coisas com as quais se aparelha a tornam odiosa. Escravidão, ignorância, estupidez, servilismo, pobreza, dependência são condições indesejadas e, quando não tiveram emparelhadas com a cor, já nenhuma linha de cor será traçada. (DOUGLASS, 2021, p. 212).

Com a abolição da escravatura nos EUA, o escravo acabou deixando a servidão para se tornar vítima da sociedade, por causa do preconceito advindo da

escavidão. Assim, o negro continuou sendo visto como inferior pelos brancos norte-americanos. Por isso, sobre o escravo, Frederick Douglass conta que:

Deixou de ser escravo de um indivíduo, mas se tornou, de certo modo, o escravo da sociedade. Já não é comprado e vendido como bicho nos mercados, mas é a vítima embaraçada de um preconceito bem calculado para lhe reprimir as ambições, paralisar sua energia e torná-lo um ser deprimido e sem espírito, quando não um inimigo, amargurado da sociedade, apto a pilhar a vida e a propriedade e causar toda sorte de problemas. (DOUGLASS, 2021, p. 203).

Por causa desse preconceito contra a pessoa negra, os argumentos que eram colocados para punir os negros, mesmo quando contestáveis e irreais, não tinham sua veracidade analisada e os negros, no final, acabavam sendo punidos, mesmo que fossem inocentes. Dessa forma, Douglass mostra que:

[...] se um crime é cometido, e se desconhece o criminoso, um homem de cor de aspecto suspeito sempre terá sido visto nas redondezas. Se um negro desarmado é alvejado e cai morto, um júri, sobre influência desse espírito, não hesitará em declarar o morto culpado e o assassino inocente. (DOUGLASS, 2021, p. 204).

Cornel West e a questão de raça nos Estados Unidos

Cornel West nasceu em 1953 em Oklahoma, nos Estados Unidos. É professor, filósofo, autor e ativista. West tornou-se bastante conhecido por seus clássicos, “*Democracy Matters*” (Democracia Importa), “*Brother West: Living and Loving Out Loud, A Memoir*” (Irmão West: Viver E Amar Em Voz Alta, Uma Memória) e principalmente pelo livro “*Race Matters*” (Questão de Raça), que será trabalhado nesse capítulo, no qual o autor trata de vários temas acerca da questão de raça nos Estados Unidos.

West (2021, p. 45) destaca que o niilismo norte-americano é um fator que prejudica a vida do negro nos EUA e, para ele, esse niilismo deve ser compreendido não como uma corrente filosófica, mas sim como “a experiência de viver dominado por uma pavorosa falta de propósito, de esperança e (acima de tudo) de amor”. Por isso que West (2021, p. 48) frisa que: “A vida sem significado, sem esperança e sem amor gera uma perspectiva fria e mesquinha, que destrói tanto o próprio indivíduo como os demais”. E assim nos elucida que, se

um negro não possuir uma perspectiva de vida, ele pode acabar passando esse sentimento de impotência para os negros que convivem com ele.

Cornel West, ao falar sobre o niilismo, relembra o momento em que o branco passou a tratar o negro como escravo. Este momento para ele foi o que acabou trazendo o Niilismo para a América e este niilismo, na visão de West, pode chegar a ser até mais maléfico para os negros do que a própria escravidão, fazendo com que os negros percam as esperanças de uma vida boa e não busquem lutar por um futuro melhor. Por isso West diz:

O primeiro embate africano com o Novo Mundo foi o encontro com uma forma característica do Absurdo. A luta inicial dos negros contra a degradação e a desvalorização em sua condição de escravo no Novo Mundo consistiu, em parte, em uma luta contra o niilismo, de fato, o maior inimigo da sobrevivência do negro na América foi, e ainda é, não a opressão nem a exploração, mas a ameaça niilista – ou seja, a perda da esperança e a ausência de propósito. (WEST, 2021, p. 48).

Os negros escravizados conseguiram combater esse niilismo preservando suas culturas e acreditando que um dia toda aquela servidão iria acabar, como West diz:

Foi um ato de genialidade de nossos ancestrais criar poderosos anteparos para precaver contra a ameaça niilista, equipando os negros com uma armadura cultural para rechaçar os demônios da desesperança, da ausência de propósito e da falta de amor. (WEST, 2021, p. 48).

Cornel West também nos mostra o que, para ele, mudou, comparando o período escravocrata e os dias de hoje ao falar que:

Os negros americanos sempre viveram à margem da vida social e política, procurando conquistar um lugar ao sol. No entanto, muitos negros agora vivem em uma selva governada por uma implacável mentalidade consumista, privados da fé na salvação ou da esperança de liberdade. (WEST, 2021, p. 49).

West (2021, p. 49-50) acredita que o niilismo nos EUA contribuiu para que as autoridades tenham um comportamento criminoso, o qual faz com que os negros fiquem repreendidos pelo medo que a sociedade branca acomete contra eles. Assim, West (2021, p. 52) conta que: “Sob as condições da escravidão e da

segregação racial, a ira, a fúria e o pessimismo permanecem, de certa forma, abafados em razão do medo, plenamente justificável, da represália dos brancos”.

Segundo West (2021, p. 53), para os negros combaterem o niilismo eles precisam se firmarem como indivíduos e entender que possuem valor, além de lembrarem de que cada um deles não está só. Dessa maneira, Cornel West (2021, p. 53) confessa que muitos negros precisam mudar de perspectiva e explica que: “Essa mudança se faz por meio da afirmação, pelo indivíduo, de seu próprio valor – afirmação essa alimentada pela consideração dos outros. Uma ética do amor tem de estar no centro da política de conversão”.

Existem duas bases de raciocínio que são usadas para entender e se falar da realidade do negro, uma de base racial e outra de base moral. E como as lideranças negras estão enfraquecidas, as argumentações de base racial acabam sendo mais frequentes e mais utilizadas na política e nos discursos éticos do EUA, sendo assim, necessário modificar essa forma de enxergar o negro na América. Por isso Cornel West alega que:

O objetivo fundamental desse processo é substituir o raciocínio de base racial pelo raciocínio de base moral, compreender a luta dos negros pela liberdade como uma questão não de pigmentação da pele ou de fenótipo racial, mas de princípios éticos e sabedoria política, e combater a tentativa dos nacionalistas negros de subordinar os problemas e interesses das mulheres negras associando o amor e o respeito maduros dos negros por si próprio a relações igualitárias dentro e fora das comunidades negras. A falta de coragem das lideranças negras deriva de sua recusa em abalar e demolir a estrutura do raciocínio de base racial. (WEST, 2021, p. 58).

Com isso, West (2021, p. 58) entende o que é ser negro na atualidade e relembra que não é de hoje que os negros sofrem abusos nos EUA, dessa forma, afirma que:

Após séculos de degradação, exploração e opressão racista nos Estados Unidos, ser negro significa estar sujeito aos abusos hegemônicos dos brancos, por menores que sejam, e fazer parte de uma rica cultura e de uma comunidade que lutaram contra tais abusos. Todas as pessoas de pele negra e fenótipo africano estão sujeitas a um potencial abuso hegemônico dos brancos. Por conseguinte, todos os norte-americanos negros têm algum interesse em resistir ao racismo – mesmo se esse interesse for

restrito unicamente a si próprios como indivíduos e não abranger comunidades negras mais amplas. (WEST, 2021, p. 58).

É afirmado por West (2021, p. 58-59) que o entendimento da negritude nos Estados Unidos é construído pela política e pela ética norte-americana e que, para essa questão de negritude possuir algum sentido, é necessário compreender o contexto escravocrata, no qual o povo negro sofreu práticas que basicamente se preocupavam com as diferenças raciais, visando os interesses dos brancos. Porém, West confirma que:

Os apelos à autenticidade negra não levam em conta esse fato; eles concedem e disfarçam a dimensão política e ética da negritude. Por isso é que as alegações de autenticidade racial levam a melhor sobre a argumentação política e ética – e que o raciocínio de base racial desencoraja o raciocínio de base moral. Toda afirmação de autenticidade racial pressupõe elaboradas concepções de relações políticas e éticas de interesses, indivíduos e comunidades. O raciocínio de base racial oculta essas pressuposições com um enganoso manto de consenso racial – no entanto ele é um sedutor tipo de raciocínio, pois evoca uma inegável história de abuso e luta racial. (WEST, 2021, p. 59).

Cornel West (2021, p. 66) declara que: “Onde não há visão, o povo sucumbe; onde não existe estrutura de raciocínio de base moral, o povo cerra fileiras em uma guerra de todos contra todos”. West também reconhece que os melhores líderes negros, dentre eles Martin Luther King, compreendem que os raciocínios de base moral precisam ser mais usados para que os EUA tenham um mínimo de senso de moral para com os negros.

Porém, para West (2021, p. 69) os negros não estão totalmente unidos para buscar uma democracia nos EUA. Essa desunião prejudica muito a força dos líderes negros, os quais, para ele, vem em uma grande decadência. Dessa maneira West nos evidencia que:

Uma das razões de a liderança de peso na América negra estar minguando é a flagrante deterioração das relações pessoais, familiares e comunitárias entre os afro-americanos. Essas relações, embora sempre frágeis e difíceis de manter, constituem um alicerce crucial para o desenvolvimento de uma consciência coletiva e crítica e para um comprometimento moral e um engajamento corajoso nas causas que extrapolam o próprio indivíduo e sua família. Hoje em dia, as comunidades negras estão destroçadas, as famílias negras, em declínio, e os homens e as mulheres negras, em conflito (e às vezes em combate). Desse modo, as novas divisões de classe geradas pela inclusão (e exclusão

dos negros no boom econômico, no consumismo e no hedonismo patrocinados pela cultura de massa) resultaram em novos tipos de confusão íntima e de falta de propósito na vida entre os norte-americanos negros. (WEST, 2021, p. 69).

O novo conservadorismo negro surgiu, segundo West (2021, p. 83), como reação ao liberalismo na Afro-América e acabou criando um espaço de debate intelectual, que deu vez a pessoas de todas as cores. Assim, não só os negros conservadores buscavam ter voz, mas conservadores de diversas etnias. West também acredita que:

A postura dos conservadores negros tem sentido se a considerarmos à luz da grande mudança ocorrida na América negra em relação ao papel dos Estados Unidos no mundo. Uma das consequências do movimento pelos direitos civis e da ideologia do *Black Power* nos anos 1960 foi a crescente identificação dos negros norte-americanos com outros povos deprimidos no mundo. Isso guarda menos relação com a cor da pele do que com a semelhança das experiências sociais e políticas. (WEST, 2021, p. 88).

Cornel West (2021, p. 90) acredita que o conservadorismo negro é algo inaceitável, pois é fundamental levar em conta que a discriminação racial é uma das causas que levam os negros a terem problemas com a sociedade branca americana. West (2021, p. 95) enfatiza ainda que o discurso moralista incentivaria a população norte-americana a debater mais racionalmente e conseguir criar estratégias para melhorar a vida do negro nos EUA.

Dessa forma, para West (2021, p. 99) é necessário que se combata a pobreza entre os negros para que eles se sintam confiantes e humanos. O fim dessa pobreza é essencial para que os negros criem uma identidade e passem a progredir na vida. Assim, para West (2021, p. 99) é preciso que os negros consigam adquirir uma identidade para que se tenha uma igualdade racial nos Estados Unidos. E, ainda expõe que:

A difícil busca da identidade negra é essencial a qualquer debate acerca da igualdade racial. Mas ela não constitui apenas um problema político ou econômico. A busca da identidade negra envolve respeito e consideração por si mesmo, esferas que são inseparáveis do poder político e do status econômico, porém não idênticos a eles. (WEST, 2021, p. 99).

West (2021, p. 100) acrescenta que a pobreza e a falta de identidade são duas situações que normalmente estão ligadas. Dessa forma, West (2021, p. 100) conclui que essa realidade do negro deve ser confrontada visando uma melhor condição de vida para eles, principalmente para os mais marginalizados.

É afirmado por West (2021, p. 112) que os negros nos EUA sofrem xenofobia, e esta precisa ser extinta e os brancos devem começar a tratar os negros como iguais, não como estranhos. Para isso, os brancos devem confiar mais nos negros e não olhar com antipatia para a cultura desse povo.

Malcom X foi um grande porta-voz dos negros, que lutou por muito tempo contra o racismo nos Estados Unidos. Dessa forma, Cornel West (2021, p. 125) olha com bons olhos para Malcom X, pois entende que ele articulou a ira dos negros, colocando em evidência a hipocrisia da sociedade norte-americana quanto a situação dos negros e mostrou que o negro deveria criar a sua própria maneira de enxergar o mundo, distanciando, assim, da óptica dos brancos. Desse jeito, West diz que:

Malcom X foi o profeta da ira negra sobretudo em razão de seu grande amor pelo povo negro. Esse amor não era abstrato nem efêmero; constituía um elo concreto com um povo degradado e desvalorizado, carente de conversão psíquica. [...] Malcom acreditava que, se os negros sentissem o amor que motiva aquela ira, esse amor produziria neles uma conversão psíquica; eles se afirmariam como seres humanos, não mais enxergando seus corpos, mentes e almas segundo a óptica dos brancos, e se julgariam capazes de assumir o controle de seu próprio destino. (WEST, 2021, p. 125).

West (2021, p. 135), inclusive, evidencia que os negros de hoje nos Estados Unidos estão frente a frente com as forças causadoras de morte, destruição e doença, e o discurso de Malcom X é um dos poucos que consegue discutir fielmente essa realidade.

Entre o mundo e eu: o que é ser negro nos Estados Unidos na contemporaneidade

Ta-Neshiri Coates é um afro-americano, nascido em Baltimore e filho de um ex-líder dos Panteras Negras. Também é correspondente da revista *“The Atlantic”*, a qual usa para denunciar as violências cometidas contra os negros nos

EUA. No livro “Entre o mundo e eu” Coates escreve uma carta ao filho. Esse gênero literário foi implementado por James Baldwin em 1963 ao publicar o livro “*Dungeon Shook: Letter to my Nephew on the One Hundred Anniversary of Emancipation*” (Dungeon Shook: Carta para meu sobrinho no Centésimo Aniversário da Emancipação).

Em seu livro, Ta-Neshiri Coates (2015, p. 19) defende que a questão de raça é advinda do racismo e que as diferenças de cor e cabelo são tratadas como fatores que podem organizar a sociedade norte-americana. Coates (2015, p. 20) alega que a ascensão da população branca foi alcançada através da pilhagem da vida do negro, ou seja, tirar a vida do negro, ao arrancar deles o direito de governar o próprio corpo.

A nação norte-americana ignora os atos cometidos contra os negros e quando um negro é morto ninguém é punido. Por isso Coates confirma que:

Os destruidores raramente serão considerados responsáveis. Na maior parte das vezes, eles receberão pensões. E a destruição é meramente uma forma superlativa de dominação superlativa de uma dominação cujas prerrogativas incluem revistas, detenções, espancamentos e humilhações. Tudo isso é comum para pessoas negras. Ninguém é considerado responsável. (COATES, 2015, p. 21).

Coates (2015, p. 23) revela que sempre se questionou sobre como se vive em um corpo negro em um país perdido em um sonho, o “*American Dream*” (Sonho Americano), que prega a igualdade de oportunidades e liberdade, porém sempre se repousou nas costas dos negros. Sobre esse sonho americano, o professor do Departamento de Sociologia da USP, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães alega que:

O Sonho Americano de uma terra de liberdade onde se deixava para trás a Europa, a fome, a violência de classes e as hierarquias rígidas. Sonho que funcionou para milhões de europeus, que na América se tornaram tão brancos quanto os escravocratas do Sul. Mas o Sonho acabou por não valer para quem foi escravizado, racializado, marcado pelo corpo, pela fisionomia, pela cor, controlado pelo terror, dissuadido pelo medo, emparedados em teorias de inferioridade e animalidade. (GUIMARÃES, 2015, p. 9).

Coates (2015, p. 24) conta que em sua juventude conviveu com pessoas negras e que enxergava nelas o sentimento de medo, o qual ele também sentia, pois é muito mais fácil prender, agredir ou matar um negro do que um branco nos Estados Unidos.

Essa situação de vulnerabilidade do negro diante a sociedade ocorre, segundo Coates, por causa da política que desde a época escravocrata vem forçando o negro a amedrontar-se diante da sociedade branca americana. Por isso, ele diz:

Ser negro na Baltimore da minha juventude era estar nu ante os elementos do mundo, ante todas as armas de fogo, os punhos, as facas, o crack, o estupro e a doença. [...] A nudez é o resultado correto e intencional da política, o desfecho previsível para as pessoas que foram forçadas, durante séculos, a viver com medo. A lei não nos protegia. (COATES, 2015, p. 28).

Ta-Neshiri Coates (2015, p. 35) afirma que a rua e a escola eram sinônimo de sofrimento para os negros. Na primeira, seu corpo estaria em constante perigo e era necessário aprender as regras da rua para conseguir sobreviver e manter o corpo em segurança. Já na segunda, a cultura que era ensinada era a dos brancos e as escolas ensinavam as crianças negras a terem o consentimento de ser negro, montando total descrença de que um negro venceria na vida, o que muitas vezes fazia o negro desistir de viver.

Além disso, Ta-Neshiri Coates conta um pouco mais sobre o que as ruas e as escolas representavam para os negros em sua época dizendo:

Passei a ver as ruas e as escolas como os braços da mesma besta. Uma desfrutava do poder oficial do Estado, enquanto a outra desfrutava da sua implícita sanção. Mas medo e violência era o armamento de ambas. Cometa um erro nas ruas e os bandos irão pegá-lo e tomar seu corpo. Cometa um erro nas escolas e será suspenso e mandado de volta para as mesmas ruas, onde tomarão seu corpo. E comecei a ver a relação entre esses dois braços – os que falhavam na escola assim justificavam a sua destruição nas ruas. A sociedade poderia dizer: “Ele deveria ter permanecido na escola”, e lavar as mãos. (COATES, 2015, p. 42).

Coates (2015, p. 38) conta que “Não ser violento o bastante poderia me custar o meu corpo. Ser violento demais poderia me custar o meu corpo”. Por isso podemos entender que não importa o que os negros façam, eles quase sempre

acabam sofrendo, pois se estes não se defenderem, são pilhados, e se buscam se defender, terminam condenados.

Devemos lembrar que os donos de escravos na época da escravidão buscavam a todo momento aumentar a mão de obra escrava. E mesmo que a criança nascesse nos EUA, ela era colocada como escrava. Para isso, na época da escravidão, foi criada uma lei que assegurasse que todo filho de escravo se tornasse escravo também. Essa lei era tão levada a sério por favorecer os senhores de escravos que até os filhos destes com escravas acabavam tendo que ir para labuta e sofrerem os castigos aplicados aos escravos. Dessa maneira, Coates confirma a grande importância desse fato para se entender o que é a vida do negro norte-americano nos dias de hoje dizendo:

Não escolhemos nossas cercas. Elas nos foram impostas por plantadores da Virgínia obcecados em escravizar tantos americanos quanto possível. Foram eles que vieram com a regra de uma gota, que separou “brancos” dos “negros”, mesmo que isso significasse que seus próprios filhos viveriam sob o chicote. O resultado é uma gente, gente negra, que corporifica todas as variedades físicas e cujas histórias de vida espelham essa abrangência física. (COATES, 2015, p. 51).

Coates (2015, p. 52-53) afirma que os negros na sociedade norte-americana são tratados como invisíveis, pois ainda são considerados inferiores e não civilizados pela população branca. Em decorrência disso a beleza e a cultura negra acabam sendo apagadas e a destruição do corpo negro torna-se maior.

Ao pensar na época da escravidão e os dias atuais nos Estados Unidos, vê-se que a vida do negro melhorou consideravelmente, mesmo assim o negro não é tratado e visto da mesma maneira que o branco. Por isso Coates (2015, p. 76) relembra que gerações de negros foram acorrentadas nos EUA, julga que é extremamente importante que se saiba que:

Os escravizados não foram tijolos que pavimentam o seu caminho, e a vida deles não foram capítulos em sua história de redenção. Eles foram pessoas transformadas em combustível para a máquina americana. A escravidão não estava destinada a terminar, e é errado considerar nossa situação atual – não importa o quanto ela tenha melhorado. (COATES, 2015, p. 76).

Ta-Neshiri Coates trata bastante em seu livro o fato de os policiais poderem fazer o que quiserem contra um negro. Então, ao ser abordado por um policial, Coates (2015, p. 82) conta que: “[...] esses policiais tinham o meu corpo, podiam fazer com meu corpo o que bem entendessem, e se eu sobrevivesse para contar o que eles tinham feito comigo, a queixa não significaria nada”. Coates (2015, p. 68) ainda acrescenta que: “Lá fora os negros não controlavam nada, que dirá o destino de seus corpos, que podiam ser requisitados pela polícia; que podiam ser apagados pelas armas, tão prodigas; que podiam ser estuprados, espancados, encarcerados”.

Coates (2015, p. 102) argumenta que “a longa guerra contra o corpo negro, não se forja da noite para o dia. É a prática do hábito de pôr fora de ação os olhos de alguém e de esquecer a obra das mãos de alguém”. Deste modo, entende-se que para a sociedade branca norte-americana tratar o negro como se fosse inferior se tornou um hábito, sendo, então, algo de difícil mudança e, mesmo que essa sociedade entenda a maneira desumana com que os negros são tratados nos EUA, será difícil esta percorrer um caminho desconhecido.

Coates (2015 p. 103) ainda explica que as narrativas que os Estados Unidos dão grande importância argumentam contra a verdade de quem o negro é e esconde diversas coisas que foram vivenciadas pelos escravizados. Coates (2015, p. 106) garante que essa narrativa fazia com que a população norte-americana olhasse a escravidão como algo benigno e justo, fazendo com que, na América, destruir o corpo negro se tornasse uma tradição. Tradição essa deixada pela escravidão.

As pessoas que foram escravizadas nos Estados Unidos não começaram a ser tratadas como inferiores no país simplesmente por causa da cor ou raça, mas por fazerem parte do Sonho Americano. Sonho este que os negros carregaram ao trabalhar constantemente nas fazendas, plantações e nas casas de senhores. Podemos concluir isso quando Ta-Neshiri Coates diz:

Mas eu sabia que não estava tão ligado a uma ‘raça’ biológica quanto a um grupo de pessoas, e essas pessoas não eram negras só porque tinham uma cor uniforme ou feições físicas uniformes. Estavam ligadas porque sofriam sob o peso do Sonho, e estavam ligadas por todas as coisas bonitas, toda a linguagem e todos os maneirismos, toda comida e a

música, toda a literatura e filosofia, toda essa linguagem comum que modelavam como diamantes sob o peso do Sonho. (COATES, 2015, p. 120).

Ao falar do povo negro, que desde a época colonial vem sofrendo nos EUA, Coates (2015, p. 132) confessa que: “Como escravos, fomos a primeira herança inesperada deste país, pagamento inicial por nossa liberdade. Depois da ruína e libertação da Guerra Civil veio a redenção do Sul não arrependido e a conciliação, e nossos corpos tornaram-se a segunda hipoteca desse país”. Dessa maneira, Coates (2015, p. 150) infere que os negros norte-americanos precisam lutar por si mesmos e entender que a vida dos negros na América sempre foi mais difícil do que a dos brancos.

Considerações finais

Estudar a literatura negra norte-americana ajuda a refletir sobre os impactos vividos pelos negros na sociedade. Com a literatura norte-americana ainda podemos aprender muito sobre a história desses povos e como os negros se enxergam em meio a sociedade. Como pudemos ver nesse trabalho, analisar como tem sido a vida do negro nos Estados Unidos é extremamente importante para entender por que movimentos negros ocorrem no país atualmente e ainda enxergar as marcas deixadas pela escravidão.

A princípio, ao examinar os apontamentos feitos pelos autores negros norte-americanos propostos na pesquisa, foi possível descobrir que as narrativas de escravos ajudaram os negros a mostrar para a população branca as barbaridades que eles sofriam. Esses maus tratos que os negros recebiam fazem parte da história do país, ao passo que a escravidão durou mais dois séculos nos Estados Unidos.

Por conseguinte, conferiu-se, ainda, que os escravos eram vistos como propriedades e tratados como animais, além disso, eram considerados uma raça inferior acerca do pensamento da sociedade branca, de maneira que esta agia com indiferença perante os castigos impostos aos escravos. Ainda, tirar a vida de um negro na época da escravidão era algo comum e aceitável pela sociedade branca.

Mediante o exposto, também verificou-se que o negro não sofre simplesmente por ser negro, mas porque a cor negra está atrelada a servidão, que durou vários anos no país. E que mesmo com a abolição da escravidão, ficou na mente das pessoas que a cor negra se referia a pessoas ignorantes e incapazes, que a única capacidade de pessoas dessa cor era servir. Assim, com a abolição, o que aconteceu foi que os negros deixaram a servidão para se tornarem vítimas de uma sociedade racista e repleta de preconceito relacionado a cor da pele.

Posteriormente, percebeu-se que substituir o raciocínio de base racial pelo raciocínio de base moral é necessário para que os negros consigam mudar sua situação perante a sociedade branca norte-americana, visto que o pensamento de base racial distingue as pessoas pela cor da pele, além disso, possibilita que o estereótipo racista seja tomado como verdadeiro, logo gera discussões de superioridade e inferioridade de raças. Já o pensamento de base moral é diferente, já que possui como foco os valores e as regras (como a justiça, a igualdade, a empatia e a tolerância etc.) necessárias para que os indivíduos vivam bem em sociedade.

Ademais, observou-se que o famoso “Sonho Americano”, que fez com que muitos brancos enriquecessem na América, não se tornou real para os negros, na medida em que o lucro que os brancos conseguiram foi usando os negros como mão de obra e colocando-os em situações desumanas.

Ainda, constatou-se que, tanto na escravidão quanto agora, os negros continuam a sofrer com o medo e a repreensão impostas pelos brancos, pois eles encontram-se em uma situação de vulnerabilidade diante da sociedade. Eles sempre estiveram diante da morte e do sofrimento e, ainda hoje, muitos brancos acreditam que a escravidão foi algo benigno e justo, o que torna hoje a destruição do corpo negro como uma tradição advinda da escravidão.

Portanto, conseguimos compreender como é a vida do negro nos Estados Unidos e observar vários pontos que, desde a escravidão, vêm influenciando o tratamento dos negros no país. No entanto, muitos outros fatores precisam ser estudados, e até os fatores tratados neste trabalho podem ser mais

aprofundados, pois existe uma gama de autores negros renomados que são capazes de passar esse conhecimento e esclarecer ainda mais as consequências de ter a cor de pele mais escura nos Estados Unidos. Felizmente, o objetivo desse trabalho foi alcançado, pois a pesquisa mostrou como era a vida dos negros na escravidão e nos dias de hoje, além de elucidar sobre muitos elementos que influenciaram e que influenciam a vida do negro nos EUA.

Referências bibliográficas

VANSPANCKEREN, Kathryn. **Perfil da literatura americana**. Trad. Márcia Biato. Edição revisada. Tampa: Christopher Little, 1994.

NAKANISHI, D. S.; NIGRO, C. M. C. **A escravidão presente na literatura afro-americana: três séculos observados**. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, v. 29, n.2, p.63–78, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/18847>.

NAKANISHI, Débora Spacini. **As narrativas de escravos e a construção de identidade coletiva do outro afro-americano**. Em Tese, v. 24, n. 2, p. 82-100, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/14082>.

DOUGLASS, Frederick. **Narrativa de vida de Frederick Douglass e outros textos**. Trad. Odorico Leal. 1ª ed. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2021.

WEST, Cornel. **Questão de raça**. Trad. Laura Teixeira Motta. 2ª ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

COATES, Ta-Hehishi. **Entre o mundo e eu**. Trad. Paulo Geiger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Introdução. In: COATES, Ta-Hehishi. **Entre o mundo e eu**. Trad. Paulo Geiger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

The North American black people: narratives that reveal the marks of slavery today

ABSTRACT: It is known that in the United States whites and blacks do not live the same life. Thus, it becomes necessary on: “The black American: narratives that studied as the marks of slavery in the current time”, in order to understand how color prejudice developed in the North American and examine the reasons why Blacks form society in the country.

Keywords: Black. Slavery. Narratives. United States. North american literature.

Envio: 01 de dezembro de 2022.

Aceite: 04 de janeiro de 2023.

Análise do discurso aplicada ao texto literário: uma análise da poesia modernista de Ferreira Gullart

Arthur Menezes Correa da Silva⁶⁶
Maria Raquel Guida Cavalieri Rodrigues⁶⁷
Elayne Silva de Souza⁶⁸

RESUMO:

O presente trabalho pretende analisar, à luz da AD, os discursos produzidos durante o movimento literário Modernismo, em especial, o poema “Não há Vagas” de Ferreira Gullart.

Palavras-chave: Literatura. Análise do Discurso. Prática discursiva. Gêneros do discurso. Poesia brasileira.

Introdução

O artigo propõe a investigação do poema “Não há vagas” de Ferreira Gullart. Realizamos o trabalho à luz da análise de discurso, tendo como base as considerações dos autores Fisher e Rocha em seus textos “Foucault e a análise do discurso em educação” e “Representar e intervir, prática discursiva e performatividade”, respectivamente.

A princípio será apresentada a contextualização histórica do poema em tela, uma vez que, na visão dos autores utilizados como base, esta é imprescindível para a análise de discurso, e auxilia na compreensão dos sentidos de criação do texto e suas possíveis críticas, ou não, ao momento social vigente. O conhecimento da conjuntura social, política e econômica, assim como o país em que determinado escrito foi composto nos diz muito sobre ele.

Por isso, na AD, sob o ponto de vista de Fisher e Rocha, para um estudo crítico mais aprofundado, tanto a historicidade quanto o conhecimento sobre a vida do autor,

⁶⁶ Graduado em Licenciatura em Letras pela Faculdade Santa Marcelina (2021) – Muriaé/MG. Pós-graduando em Ensino da Língua Portuguesa e suas Literaturas pelo Instituto Federal de Educação, Ciências, Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

⁶⁷ Maria Raquel Guida Cavalieri Rodrigues
Pós-graduanda em Ensino da Língua Portuguesa e suas Literaturas Instituto Federal de Educação, Ciências, Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

⁶⁸ Doutora em Estudos de Linguagem – UFF. Mestre em Letras/ Linguística Aplicada- UFV. Especialista em Língua Portuguesa- FASM

clareiam as possibilidades de análise e dialogam com a literatura e o poema, nosso recorte específico neste trabalho.

Sendo assim, parte do artigo, traz uma breve biografia de Ferreira Gullar. Um homem que acreditava na arte como forma de produzir sentido e ação política e que teve a vida e grande parte de sua obra profundamente atrelada às agruras do regime militar e do exílio.

Literatura e história: principais diálogos entre si

A literatura, como manifestação artística, é uma fonte de que todo ser humano necessita a fim de se saciar por inteiro; fazendo, portanto, uso de tais produções literárias no dia a dia. Ela é uma representação sociocultural e, como cita o crítico literário Antonio Candido em sua obra “Literatura e Sociedade”, “em todos estes casos, o fator social é invocado para explicar a estrutura da obra e o seu teor de ideias, fornecendo elementos para determinar a sua validade e o seu efeito sobre nós” (CANDIDO, 2006, p.24)

A literatura, como arte da palavra, vai receber forte influência. Adriana Facina também corrobora com a ideia do crítico Antonio Candido 2006, uma vez que ela sustenta o fato de os escritores serem produtos da sua época, isto é, o contexto histórico-sociocultural exerce influência sobre o autor durante o fazer literário, tornando-se o texto como produto de época do escritor. Dessa forma, para Facina (2004).

E também os escritores são produtos de sua época e de sua sociedade. Desse modo, mesmo o artista mais consagrado, considerado alguém dotado de um talento especial que o destaca dos outros seres humanos, é sempre um indivíduo de carne e osso, sujeito aos condicionamentos que seu pertencimento de classe, sua origem étnica, seu gênero e o processo histórico do qual é parte lhe impõem (FACINA, 2004, p.9).

Faz-se necessário, portanto, saber o quão ligada está a literatura às questões sociais e políticas, uma vez que o pensamento será moldado por essas situações de práticas do discurso, como veremos à frente na análise discursiva da poesia do poeta brasileiro Ferreira Gullar.

O ano de 1963, em que foi concebido o poema “Não há vagas” antecedeu o Golpe Militar de 1964. O país era governado por João Goulart, e passava pela fase conhecida como Quarta República (1946-1964); a primeira experiência democrática da nação, embora com muitas limitações. Jango buscava mais igualdade social e econômica para o povo e o crescimento da participação popular na política, os debates, as negociações políticas e o engajamento popular se acirraram.

Além disso, movimentos sociais começaram a surgir. Os sindicatos multiplicaram-se e trabalhadores, camponeses, estudantes e várias outras minorias passaram a lutar por direitos. As camadas populares reivindicavam que a legislação trabalhista e os direitos sociais fossem aprofundados e reformas estruturais acontecessem.

A democratização e a possibilidade de ampliação de direitos para essas classes, incomodavam, sobretudo os grandes empresários e os militares. Ambos tinham a simpatia, e mais tarde o apoio, ainda que velado, dos Estados Unidos. A inflação, que já era um problema desde o fim da década de 1940, piorava.

Uma conspiração mobilizando grupos civis, militares e interesses dos Estados Unidos – que considerava o governo Jango muito à esquerda - estava em curso. Essa interferência contribuía para deixar o cenário mais instável do que já estava. Enquanto isso, a fome e a miséria cresciam, e muitos grandes intelectuais e artistas da época, mantinham-se neutros em suas obras.

Foi nesse caldo social, político, econômico e cultural que Ferreira Gullar, sempre atento à sua crença de que a arte precisa ser ativa, escreveu o poema “Não há vagas”, objeto de estudo deste artigo. O intuito era expor a crise econômica e social do Brasil, mas, principalmente, dar uma cutucada nos autores que fingiam não perceber a situação da nação e escreviam sobre um mundo onde tudo parecia perfeito.

Brevíssima história do poeta

No dia 10 de setembro de 1930 nascia, em São Luís do Maranhão -MA, José de Ribamar Ferreira, o Ferreira Gullar: sétimo ocupante da cadeira nº 37 da Academia Brasileira de Letras, grande poeta, escritor, teatrólogo e dramaturgo. Filho de uma família de classe média baixa, levava uma vida típica dos garotos de sua época, entre a

escola e as brincadeiras. Gostava de ler poesia, mas pensava que todos os poetas já haviam morrido. Quando descobriu, na adolescência, que muitos ainda estavam vivos e, alguns, inclusive, moravam em sua cidade, levou um choque, mas tornou-se um deles.

Aos 18 anos, já publicava poemas parnasianos nos jornais da cidade e participava do Grêmio Litero Recreativo. Um ano mais tarde, descobriu a poesia moderna ao ler Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira. Escandalizado e atraído pelos textos, resolveu pesquisar sobre o assunto e tornou-se poeta experimental, lançando-se ao modernismo. Passou pelo concretismo, neoconcretismo e criou várias experiências poéticas. Sempre interessado em política, em 1962, integrou-se à luta revolucionária e entrou para o partido Comunista.

Percebendo a fragilidade da liberdade democrática do país e as dificuldades econômicas e sociais que se impunham sob o governo de João Goulart, começou a escrever textos sobre política. Lutou contra a ditadura militar instaurada após o golpe de 64, foi processado, preso, se exilou. Voltou ao Brasil em 1976, novamente foi preso e, desta vez, torturado. Libertado por pressão internacional, voltou a trabalhar na imprensa do Rio de Janeiro e, depois, como roteirista de televisão e escrevendo peças teatrais.

Em dezembro de 64, participando do grupo Opinião, concebeu com Oduvaldo Vianna Filho, uma peça teatral que foi o primeiro comício contra a ditadura, “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”. A vida e a obra de Ferreira Gullar foram influenciadas por seus dois filhos esquizofrênicos. A convivência com o transtorno levou o poeta a escrever “Internação”, em 1999, sobre o sofrimento de Paulo, que viveu em um sítio de Pernambuco por nove anos; e Marcos, o caçula que morreu de cirrose hepática em 1992.

Discurso poético de Ferreira Gullar à luz da Análise do Discurso

Segundo MAINGUENEAU (2015), entende-se por Análise do Discurso (AD) um campo de estudos em formação, cujas fronteiras não estão ainda claramente

delimitadas. Em 1970 – a AD tomou força, mas não se pode dizer, ainda, que se constitua em um campo claro de estudos

A teoria do discurso está intimamente ligada à questão da constituição do sujeito social. Assim como o é significado, os indivíduos envolvidos no processo de significação também são, pois tornam-se efeitos discursivos. Podemos salientar que, segundo o texto de Foucault, há inúmeras vozes falando num mesmo discurso, seja porque o destinatário está ali também presente. Logo, constitui-se, nesse caso, a polifonia discursiva.

Ferreira Gullar foi entrevistado várias vezes no Roda Viva, da TV Cultura. Na entrevista, em 2001, falou sobre o poema “Não há vagas”, quando questionado pelo professor de literatura da USP, Alcides Villaça. Reiterou que considerava a arte uma forma de intervenção viva com poderes de, se não modificar, pelo menos alertar, a sociedade sobre as mazelas sociais. Para ele, a poesia “é um entender o mundo”, pois, na sua concepção, seria impossível viver sem conceituar as coisas.

O autor se valia de muitas linguagens ao escrever e dominava todas elas com consciência e lucidez, proporcionando aos leitores um arco de estilos e perspectivas muito amplos. “Não há vagas” é um desses textos, pois abriga distintas possibilidades históricas matizadas entre a militância (ora estética, ora política) e o lirismo, comprovando uma marca do autor cuja arte é uma questão de vida ou de morte.

“Não há Vagas” explica, naquele contexto de 1963, ainda que provisoriamente, o mundo. Reflete o espanto por esse mundo e transcende a vida e a realidade esperada para um poema tradicional. Assim, cumpre o sentido esperado pelo eu lírico de despertar “outra” lucidez, por outro estado da palavra.

Segundo (Fischer,1996), Foucault menciona que o próprio discurso põe em funcionamento os efeitos de sentidos que estão no texto, ou seja, para analisar o discurso, seria exatamente dar conta do não dito: as relações históricas, de práticas concretas que estão expostas e vivas no discurso. Ele salienta, ainda, que a ideia de discurso sempre se produziria em razão de relações de poder. Ele chama de discurso um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva. De modo conciso, diremos que Pêcheux privilegia a articulação entre linguística, história,

psicanálise para dar conta de fatores como o ideológico e o sujeito na produção de feitos de sentido.

O sentido não poderá ser localizado na maternidade do significante, situando-se, antes, na dependência de uma formação discursiva, isto é, segundo a posição sustentada pelo sujeito que enuncia. A dependência de uma formação discursiva com relação ao interdiscurso é, no entanto, dissimulada por intermédio da transparência do sentido que se produz, o que confere à forma-sujeito uma propriedade que lhe é constitutiva. (ROCHA, 2014).

‘Não há vagas’ é um texto literário de cunho crítico-social, uma vez que o autor faz inúmeras críticas à sociedade, ainda que de forma implícita, aos governantes daquela época. O poema faz referências aos trabalhadores que passam por problemas sociais, dificuldades financeiras. Deve-se levar em conta as ideologias e historicidades encontradas por detrás do texto, como vimos anteriormente nos conceitos da AD (ROCHA, 2014). O escrito de Ferreira Gullar corresponde à AD, uma vez que, ao longo do poema, percebem-se esses conceitos adentrados ao desenvolvimento dos tecidos, que formam o texto como um todo. O poeta diz, nos seguintes trechos, “O preço do feijão não cabe no poema. O preço do arroz não cabe no poema”. Observa-se, nesse trecho, a reivindicação do autor em relação aos problemas sociais e aos sofrimentos das pessoas em voga na década de 1960. O escritor reprova a alta dos preços e as dificuldades das classes sociais menos favorecidas. Vale destacar os seguintes trechos: “Não cabem no poema o gás a luz o telefone sonegação do leite da carne do açúcar do pão. ”

Mas, para além de apontar as mazelas sociais, Gullar faz uma crítica ferrenha à literatura e, principalmente, à poesia da época que fechava os olhos para esses problemas e trazia em seus textos, um mundo perfeito e harmônico. “Só cabe no poema o homem sem estômago, a mulher de nuvens, a fruta sem preço”. O poeta conclui lembrando que a literatura da época “não fede nem cheira” para os problemas sociais, pois é elitizada e apolítica. Gullar reforça, dessa forma, a sua visão de que a arte deveria ser uma forma de sobrevivência e de resistência

não cabe no poema
com seu salário de fome
sua vida fechada
em arquivos.
Como não cabe no poema
o operário
que esmerila
seu dia de aço
e carvão
nas oficinas escuras

— porque o poema,
senhores,
está fechado:
“não há vagas”

Só cabe no poema
o homem sem estômago
a mulher de nuvens
a fruta sem preço

O poema, senhores,
não fede
nem cheira

Conclusão

Ao terminarmos a investigação do poema “Não há vagas”, notamos a sua contemporaneidade quanto aos fatos apresentados, e, também, às denúncias sobre a isenção de certos escritores e artistas em relação às mazelas de toda sorte enfrentadas pela população menos assistida. O caminho que percorremos nos levou a tomar conhecimento de várias obras do escritor e de várias entrevistas e escritos sobre sua biografia.

Utilizamos seus textos, suas falas e opiniões até mesmo sobre o poema em tela, mais na perspectiva de ressignificar sua obra e trazê-la para a atualidade e menos para justificar nossa compreensão sobre ela. O inegável é que, passados tantos anos, o poema seja tão atual e incisivo.

Ainda que com recorte estreito o estudo do poema nos possibilitou reconhecer e demonstrar como a cultura, em específico, a literatura, é de fundamental importância para contestar, expor e denunciar a opressão sob todos os seus aspectos. E deve sim, ser, um caso de vida e morte, como defendia Gullar e ainda um esteio para a sociedade.

Para finalizar, deixamos a colocação do poeta em uma de suas entrevistas. “Enfim, o que é o espanto que faz nascer o poema? É a súbita constatação de que o mundo não está explicado e, por isso, a cada momento, nos põe diante de seu invencível mistério. Tentar expressá-lo é a pretensão do poeta”. (Gullar, 2015)

Referências Bibliográficas

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

FACINA, Adriana. **Literatura e Sociedade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

FISHER, R.M.B. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Caderno de Pesquisas. [on-line]. 2001. n. 114, pp.197-223. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/SjLt63Wc6DKkZtYvZtzgg9t/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 20/07/2022.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Golpe Militar de 1964 e o início da ditadura no Brasil" em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/golpe-militar.htm>. Acessado em 12/08/2022.

GULLAR, Ferreira. **Autobiografia poética e outros textos**. Belo Horizonte: Autentica, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016.

PROGRAMA RODA VIVA- Exibido em 2001 pela TV Cultura. [on-line]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v0s8PGegZTU>. Acessado em 01/08/2022.

ROCHA, D. **Representar e intervir, prática discursiva e performatividade**. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v.14, n3, p.619-632, set/dez.2014

MAINGUENEAU, Dominique. Alguns elementos da história. In: MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 15-21.

ABSTRACT: This work intends to analyze, in the light of AD, the discourses produced during the literary movement Modernism, in particular, the poem "There are No Vacancies" by Ferreira Gullar.

KEYWORDS: Literature. Discourse Analysis. Discursive practice. Genres of discourse. Brazilian poetry.

Envio: 01 de dezembro de 2022.

Aceite: 04 de janeiro de 2023.

Anexo

O preço do feijão
não cabe no poema.

O preço do arroz
não cabe no poema.

Não cabem
no poema o gás
a luz o telefone
a sonegação
do leite
da carne
do açúcar
do pão

O funcionário público
não cabe no poema
com seu salário de fome
sua vida fechada
em arquivos.
Como não cabe no poema
o operário
que esmerila
seu dia de aço
e carvão
nas oficinas escuras

— porque o poema,
senhores,
está fechado:
“não há vagas”

Só cabe no poema
o homem sem estômago
a mulher de nuvens
a fruta sem preço

O poema, senhores,
não fede
nem cheira

Análise do discurso jornalístico: um estudo de caso na proposta da revista Veja

Priscila Medeiros da Silveira Antunes⁶⁹
Elayne Silva de Souza⁷⁰

RESUMO: A partir do conceito de prática discursiva, isto é, a produção de textos de uma comunidade, há a necessidade de trabalhar de maneira crítica a interação com a linguagem nos veículos de massa. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é evidenciar a relação entre o texto e a condição de produção de Veja, publicada no dia 25 de maio de 2022.

Palavras-chave: Análise do discurso. Performatividade. Veja.

Introdução

Este trabalho explicita a reflexão voltada para a Análise do Discurso da chamada Escola Francesa (AD), no final da década de 60, neste paradigma o estruturalismo linguístico é a base para o caminho fértil que a AD encontra solidez para iniciar seu debate. Assim sendo, a Análise do Discurso é a disciplina que se ocupa de compreender toda a atividade comunicativa, em vista disso, deve-se considerar os contextos social, histórico, cultural e ideológico, que permeiam as condições de produção da argumentação, em outras palavras, a AD torna possível a problematização do discurso, do sujeito e da sociedade. Aqui, sob o mesmo ponto de vista, é através da produção e leitura de textos que se estabelece a linguagem e suas relações com o mundo.

Similarmente, os avanços da comunicação intensificam a interatividade, a qual acontece em “tempo real” e, rapidamente, pode-se saber das notícias e interagir com elas. Além dos veículos de comunicação digitais, ainda, há o acesso aos meios de comunicação “tradicionais” que continuam com o seu espaço e um certo público cativo. Provavelmente, seja seguro afirmar que o poder midiático aumentou nas últimas décadas, por conseguinte, esta manifestação argumentativa é ofício da AD.

69 Graduada em História pela Faculdade Santa Marcelina (FASM) e pós-graduanda em Ensino da Língua Portuguesa e Suas Literaturas pelo IF-Sudeste de MG – Campus Muriaé.

70 Doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (2015-2019), com pesquisa na área da Análise do Discurso de base enunciativa e professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé.

Acrescenta-se que, a AD é um importante instrumento de investigação, à qual propõe o abandono da leitura expressa somente no texto escrito, logo, é necessário considerar o contexto e os motivos pelos quais o discurso foi construído. Além disso, é considerando o discurso como uma prática social que produz sentido, saberes de diferentes sujeitos e reprodução de poder que esta produção propõe refletir. Portanto, o objetivo é realizar a análise discursiva da capa da revista *Veja*, publicada no dia 25 de maio de 2022, e associar o discurso da revista com o cenário social do Brasil, além de demonstrar a importância da AD para a compreensão dos muitos discursos presentes na sociedade.

A justificativa para a construção desta reflexão alicerça-se na contribuição reflexiva do cenário político e social da atualidade, em geral, a apresentação de tal debate reside na verificação de que a política é um tema complexo que envolve interesses e opiniões diversas, além de repertório reduzido na argumentação, principalmente, no contexto da comunicação de massa. Assim, é imprescindível uma interpretação que questione o discurso e sua interação com a sociedade, a historicidade e nos sujeitos que indicam a relação ao que diz ao seu receptor, diante disto, outorga-se a AD a responsabilidade de elucidar tais problemáticas.

Análise do discurso – fundamentação teórica

O estudo de objeto da Análise do Discurso, a saber, o discurso, é tudo que produz sentido, apresenta diferentes percepções das práticas discursivas e dos vários saberes nos diferentes períodos históricos, assim, o principal objetivo da AD é elucidar a produção de subjetividade do discurso e as resistências, as quais podem promover mudanças na constituição da sociedade.

Em suma, como argumenta Maingueneau (2015), a atividade de comunicação, na realidade, consiste em uma ampla produção interativa, contudo, vale ressaltar que a produção discursiva não se resume ao simples diálogo, pois mesmo uma enunciação sem a presença de um destinatário é uma exposição constituída na interatividade. Além disso, o discurso é produzido em um contexto assumido por um sujeito, o qual produz

enunciados e os seleciona, especialmente, reproduz os discursos pertinentes para o seu objetivo comunicacional, que podem ou não sofrer alterações desejadas pelo emissor da enunciação.

Em virtude das normas do discurso, fundamentalmente, o ato da enunciação, como apresentado até agora, evidencia sua ocorrência sempre de forma intencional e sem a necessidade de se justificar no contexto interacional da sociedade, pois o exercício da própria fala e escrita apresentam-se legitimados na construção do indivíduo e da sociedade. Inclusive, a produção do sujeito é embasada em outros discursos, em outras palavras, no interdiscurso que atravessa a enunciação do sujeito.

O espaço contingente do discurso apresentado por Maingueneau (2015) é constitutivamente um estudo referente ao homem, sua cultura e sua subjetividade, as quais estão presentes na historicidade de sua construção no mundo. Assim, as práticas sociais discursivas devem ser compreendidas na sua produção e reprodução, embasadas em um amplo arcabouço teórico, isto é, no ponto de vista filosófico que não recuse a reflexão, quer dizer, por certo, que a AD só pode ser compreendida em um debate mais elevado, questionando as ações humanas e suas intencionalidades.

Como se percebe, a linguagem representa o mundo, assim como a linguagem intervém nele. Conforme a concepção aqui defendida, é seguro afirmar não haver discurso neutro, pois toda produção enunciativa, sobretudo, em dados contextos midiáticos, produz sentido e expressa o poder, a posição política, a cultura e a ideologia dos sujeitos que participam do discurso.

Na verdade, a novidade inaugurada nesse debate reside na possibilidade de perceber que aí temos um desafio que em muito ultrapassa as fronteiras da Linguística, tal como esta se definiu ao início do século XX. Entramos, por essa via no debate relativo à articulação entre linguagem e cognição. (ROCHA, 2014, p. 623)

Esses aspectos devem ser considerados, sob o mesmo ponto de vista, tal qual, o saber e o poder que fundem-se nas polêmicas suscitadas na argumentação, a saber, Brandão (2017) enfatiza o jogo estratégico que é a constituição discursiva, haja vista, segundo a autora, é uma batalha, a qual tem uma ação e reação. Decerto, a formação ideológica é imprescindível na escolha das palavras adequadas, em suma, o que o

indivíduo tem acesso na sua formação discursiva, assim, esse sujeito estabelece o que, onde e como ele deve falar.

Discurso e texto estão em uma simbiose histórica indiscutível, uma vez que o discurso se materializa através dos textos, com efeito, Brandão (2017) sugere que é com a análise textual que é possível compreender o discurso. Além disso, essa posição, implica, ainda, rejeitar a passividade que se satisfaz em encontrar significado somente na superfície do texto, logo, para construir uma análise é necessário o conhecimento linguístico e extralinguístico, assim, Brandão (2017) concretiza a análise do discurso em uma ação interativa.

Descrever um enunciado, portanto, é dar conta dessas especificidades, é apreendê-lo como acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar. O que permitirá situar um emaranhado de enunciados numa certa organização é justamente o fato de eles pertencerem a uma certa formação discursiva. (FISCHER, 2001, p. 202)

É claro aqui, então, que a AD recusa as concepções de linguagem como meras expressões do pensamento, pois a linguagem tangida é ação e também transformação. Assim, cada gênero está apoiado em uma formação discursiva, por exemplo, a revista *Veja*, objeto de debate neste artigo, em outras palavras, a proposta de discussão da revista tem como principal objetivo atingir um público-alvo, ou seja, um segmento da sociedade com características em comum, de certo, indivíduos que compartilham do mesmo posicionamento ideológico.

Considerando o cenário social, mediante o exposto, é seguro afirmar que a revista *Veja* segue um conjunto de regras, adquiridas na sua constituição enquanto veículo de comunicação, estabelecidas historicamente. “Afinal, não estamos diante de uma polarização entre ‘mundo real’ e ‘palavras e textos’: palavras também são produção do mundo [...]” (ROCHA, 2014, p. 623). Isso que vale em geral, aplica-se aqui com tanto mais força à comunicação de massa, inegavelmente, a revista *Veja* reproduz, através de seus textos e *layouts*, o seu poder ideológico, assim como o exerce nos seus leitores.

Os micropoderes são formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articulados de maneiras variadas e que são indispensáveis à sua sustentação e atuação eficaz. Foucault situa sua análise no nível em que o poder intervém

materialmente e atinge os indivíduos – na concretude de seus corpos – penetra no seu cotidiano. (GREGOLIN, 2006, p. 43)

Naturalmente, a imprensa exerce um poder que possui uma existência própria, isto é, como uma rede de dispositivos sem uma demarcação visível e penetra toda a sociedade, exercendo uma transformação na sua forma de compreender o mundo. Em função disso, está cada vez mais fácil relacionar os meios de comunicação aos objetivos de convencimento de seus apoiadores, principalmente se observarmos a AD na construção teórica da análise das produções midiáticas, em resumo, “saber e poder se implicam mutuamente” (GREGOLIN, 2006, p. 44).

Vale, enfim, lembrar que o poder quer exercer influência e aumentar, sempre que possível, o controle dos corpos, a saber, da sociedade. Eventualmente, o território da comunicação é ademais instável, a imprensa é um projeto de argumentação sem neutralidade, a qual transporta para a sua página, impressa ou *on-line*, a subjetividade do jornalista, editor, diagramador e sobretudo transparece os objetivos de discurso de seus proprietários.

Neste caso, é necessário observar criticamente o vocabulário escolhido pelo jornalista, a escolha da equipe na fotografia ou *layout* produzido, assim como a escolha da fonte e das cores do material, ora, tais características estão em toda a constituição do projeto jornalístico. Eis, pois, quanto é primordial apropriar-se de tais estratégias de análise para compreender a profundidade das intencionalidades dos veículos de comunicação. Além disso, “a maneira como o locutor escolhe para apresentar o discurso de outrem também evidencia um posicionamento daquele a respeito deste, ou seja, no uso do discurso relatado, também se pode identificar uma dimensão argumentativa”. (CASTRO, 2020, p. 113 - 114)

Portanto, em função da articulação entre discurso e história, que não pode e nem deve ser tratado em separado, torna-se necessário elucidar a historicidade da revista *Veja*, para assim, queremos crer, sinalizar o lugar de conflito no discurso legitimado pela revista e seu leitor, é, pois, tarefa da AD promover, por sua essência, a confrontação crítica do discurso presente na sociedade, no interdiscurso e no micropoder, referendado neste artigo.

Elementos históricos

No ano de 1967, foi indicado para a presidência o Marechal Costa e Silva, no modelo de eleição indireta, o qual foi aprovado pelo Congresso Nacional. O presidente Costa e Silva reafirmou a promessa no desenvolvimento de um governo democrático, uma vez que o presidente anterior, o Tenente-coronel Castelo Branco, também havia realizado a promessa de promover a democracia. Contudo, muitos grupos que apoiaram o golpe de 1964 já não concordavam com os rumos da “revolução”, quer dizer, a oposição questionava o fato dos militares continuarem no poder.

Inclusive, alguns civis que apoiaram o golpe começaram a denunciar os ideais da “revolução”, por exemplo, Ademar Barros, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda. Assim, Carlos Lacerda e seus antigos adversários, Juscelino Kubitschek e João Goulart organizaram a Frente Ampla: um movimento de ordem civil que pretendia combater as ações políticas na ditadura militar. O objetivo do grupo era, principalmente, que o governo repensasse as relações com a sociedade, isto é, exigiam a anistia, uma assembleia constituinte e eleições diretas. Igualmente, formaram-se grupos de extrema-esquerda, haja vista, o desejo de retorno à democracia no Brasil.

Neste cenário, a revista *Veja* iniciou sua publicação no ano de 1968 - “o ano que não acabou” - em meio ao momento mais conturbado da História recente, pois foi o período que o movimento estudantil crescia, o qual exigia democracia e o fim do acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International *Development* (USAID). Vale ressaltar as consequências do acordo implementado pela lei 5.540/68, uma vez que retirou do currículo escolar as disciplinas consideradas obsoletas, tais como: filosofia, latim, educação política e inseriu disciplinas como educação moral e cívica.

Além disso, no dia 28 de março, no centro do Rio de Janeiro, os estudantes realizaram uma passeata contra o fechamento do restaurante estudantil Calabouço, neste movimento o estudante secundarista Edson Luís foi morto pelos policiais. Com efeito, o corpo do estudante foi levado por seus colegas à Assembleia Legislativa. Assim, os estudantes voltaram às ruas, na Guanabara, no dia 21 de junho do mesmo ano, o dia

ficou conhecido como a “sexta-feira sangrenta”. As manifestações reivindicavam mais verbas para a educação – o fim da privatização no acordo MEC/USAID - e combatiam as repressões às liberdades civis e políticas, tendo em conta, o fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE), constantemente, os congressos da UNE eram realizados ilegalmente.

Dessa maneira, após a imagem negativa dos confrontos entre estudantes e policiais, no dia 26 de junho, aconteceu a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, assim, a manifestação deixou evidente a insatisfação da população ao regime militar. Enquanto isso a classe operária também se rearticulava, deflagrando várias greves, precipuamente, as paralisações de Contagem (MG) e Osasco (SP). Simultaneamente, a Frente Ampla organizava suas bases políticas e sindicais, nesse meio tempo, o governo emitiu um decreto-lei que proibia a atuação da Frente Ampla.

A oposição crescia enquanto a repressão governamental aumentava, contudo, a gota d’água foi o pronunciamento de Márcio Moreira Alves, deputado do MDB, pedindo que a população não participasse do desfile de 7 de setembro, além disso, Hermano Alves, outro deputado do MDB, escreveu uma série de artigos no jornal Correio da Manhã. Assim, o governo solicitou ao Congresso a cassação dos deputados, porém, o Congresso rejeitou o pedido governamental.

Inegavelmente, em represália, o governo fechou o Congresso e editou o Ato Institucional n.º 5, por conseguinte, os direitos individuais foram restringidos e o presidente podia demitir, aposentar e até transferir funcionários públicos ou militares. Acrescenta-se que, o AI-5 tornou as manifestações da oposição ao governo mais restritas, pois as prisões poderiam ser realizadas sem mandados judiciais. Assim, é seguro afirmar, que a instauração do AI-5 foi o momento de maior consolidação do regime militar.

Procuramos agora, nos limites deste texto, identificar a história da criação da revista Veja do grupo Abril. A princípio, Roberto Civita, idealizador da revista Veja, imigrante italiano, estudou física na Universidade de Rice, no Texas (EUA), porém desistiu no primeiro ano quando não obteve uma nota favorável, assim, pediu

transferência e cursou Jornalismo e Finanças e Comércio, na Universidade da Pensilvânia. A fim de ganhar experiência, Roberto Civita fez seu estágio na revista americana *Time*, na qual teve a oportunidade de conhecer cada setor e ganhar experiência.

No fim do seu estágio, foi convidado para trabalhar na *Time* de Tóquio, porém, seu pai, Victor Civita não aprovou a proposta e solicitou o retorno do filho para o Brasil, assim teria auxílio na editora que possuía. Em síntese, assim como a editora Abril representa a historicidade da família na Europa, a revista *Veja*, também, foi definida na proposta de valor norte-americana, em outras palavras, a voz idealizada para representar o jornalismo brasileiro desconsiderou a identidade do seu público-alvo.

A editora ganhou o nome de Abril por se tratar do mês que começa a primavera na Europa, e o pai de Roberto queria uma empresa otimista e produtiva, tendo como seu símbolo uma árvore representando a fertilidade. Quando desembarcou em 1958 no porto de Santos para reencontrar o pai Victor Civita, Roberto não tinha mais dúvidas sobre o que queria fazer: uma *Time* brasileira. (França, 2011, p. 28)

Neste cenário, então, no dia 11 de setembro de 1968 a revista *Veja* é lançada no Brasil, em sua capa a reportagem sobre a crise da União Soviética, após a invasão russa na antiga Checoslováquia, a edição inaugural vendeu 650.000 exemplares. Por outro lado, a *Veja* vivenciou a censura do regime militar, poucos dias depois da decretação do AI-5, pois em sua capa o presidente Costa e Silva estava sozinho no Congresso. Assim como foi necessário o uso de gravuras de anjos e demônios no lugar de fotos censuradas, em 1974. Contudo, a criação de *Veja* também foi marcada pela lógica do mercado e do entretenimento, como apontam Coelho e Valle.

Ninguém pode negar que tanto a campanha publicitária quanto a campanha promocional para o lançamento de *Veja* foram impecáveis. A campanha promocional chegou ao requinte da distribuição de certidões de nascimento do produto, algo totalmente enquadrado no fetichismo da mercadoria analisado por Marx: a atribuição de características humanas às mercadorias. (2008, p. 142)

Inquestionavelmente, a revista *Veja* da editora Abril visa primordialmente o mercado, assim há uma organização do conteúdo com o espetáculo do entretenimento, mesmo no material noticioso, com o uso de fotos emblemáticas e personalidades performáticas na mídia, seja no cenário político ou social. Afinal de contas, ao tipo ideal

para a lógica do mercado, ainda, é importante salientar, a máquina capaz de produzir lucro, o espaço vendido aos anunciantes. Enquanto, por exemplo, a atividade laboral do jornalista deve ser construída na prática da aceitação dos leitores, assim como nos lucros conquistados pela empresa.

Não se pode, porém, negligenciar os impactos na valorização da produção de textos não apenas informativos, mas também com fórmulas marcadamente usadas para o espetáculo, assim, compreendidos no modelo performático do jornalismo de Veja é que a AD propõe analisar e compreender as entre linhas do texto, pois o discurso apoia-se na língua e no social, assim como promove uma interação, em outras palavras, o discurso empreendido pela Veja legitima-se na produção jornalística agradável apenas pelo entretenimento, podemos, logo, observar apenas os objetivos político e financeiro. Na verdade, a revista Veja utiliza-se do jornalismo para produzir algo distinto dele: aproximar-se mais do aparelhamento capitalista.

Análise da capa da revista Veja

Nesta seção, o objetivo é analisar, como elucidado nas reflexões anteriores, a capa da revista Veja do dia 25 de maio de 2022 da editora Abril. A Análise do Discurso, desta edição, traz a compreensão que o jornalismo não é neutro, ao contrário, romperemos os laços do discurso pautado no objetivo precípua da “notícia imparcial”, pois nesse caso, na historicidade da revista, evidencia-se desde o seu “nascimento”, o pretense ideal nos apelos do entretenimento, além de sua proposta editorial reconhecidamente idealizada no mercado de espaços e exemplares vendidos, acima de tudo, principalmente nas bases defendidas pela elite conservadora do país.

A escolha desta capa ocorreu diante de uma extensiva reflexão no discurso que os brasileiros têm acesso, neste cenário, vale lembrar que o país sofre em toda a sua história com investimentos no setor educacional, com isso os veículos de comunicação, por exemplo, a revista Veja, promovem seus discursos reconhecidamente em um universo com poucas reflexões críticas da sociedade. Não cabe aqui procurar problemas na educação brasileira, mas nesse caso, o espaço da comunicação e a educação estão

ligados pela ausência de letramento da população, diferindo substancialmente da expressão alfabetização, isto é, ainda hoje é reconhecido a ineficiência da competência de leitura e escrita nas práticas sociais.

Inquestionavelmente, os investimentos na educação são baixos e as desigualdades sociais tornam o terreno fértil para aceitáveis falácias quase óbvias. Certamente, é preciso corrigir, assim, essas limitações com um debate necessário sobre o discurso empreendido por veículos de comunicação. De imediato, percebemos não ser assim uma tarefa simples, mas possível no contexto argumentativo da AD. Por essa razão, o primeiro questionamento, referente ao nosso objeto de análise, foi o uso da cor preta de fundo no *layout*, provavelmente, a ideia é promover uma ênfase maior nos textos apresentados, pois a cor preta apresenta uma certa neutralidade diante das demais, porém traz a ideia de escuridão no tema abordado pela revista, o qual argumenta “a pobreza do debate”.

Conforme a revista Veja, a pobreza de bate tem razões, elencadas na seguinte ordem: “inflação, desigualdade, educação e desemprego”. Assim, a proposta argumentativa da revista coloca na ordem de leitura, em primeiro lugar, a inflação, mas delega a educação o terceiro lugar, embora, a literatura evidencie a importância da educação para a formação de indivíduos críticos, o discurso apresentado evidencia a condição econômica. Por certo, um país com a inflação controlada seja o esperado, pois proporcionará mais qualidade de vida em seu território, por exemplo, com preços compatíveis com o salário e a aquisição de bens e serviços, vale reafirmar que a educação é direito de todos, sobretudo, prevista na legislação brasileira, conforme o art. 205 da Constituição Federal e preconizada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs).

Art. 5º A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram as prerrogativas do cidadão. (DCNs, 2013, p. 64)

Dessa forma, a educação é o alicerce indispensável para que as pessoas possam tornar-se cidadãos com condições adequadas para a argumentação, sem dúvida alguma

ela é o caminho de ação. Conforme a enumeração apresentada, a Veja utiliza da cor vermelha nas palavras, vale acrescentar nesta observação, emitindo uma ideia de guerra, quer dizer, da destruição de bons argumentos. Nessa linha, observa-se o uso de balões de diálogo, comumente utilizados em quadrinhos, com frases ditas por indivíduos que pretendiam discutir o cenário político atual. Acrescenta-se que, em função do discurso apresentado pela revista, os balões simbolizam a argumentação precária da sociedade na temática que ganhou as redes sociais, a política brasileira, bem como as eleições de 2022 para o executivo.

Sem dúvida, os balões foram diagramados para representar a polarização esquerda-direita na sociedade. Paralelamente, os balões com a distribuição gráfica na esquerda elucidam as seguintes frases: “o Brasil é governado por um psicopata” e “fascista, não fez nada pelo povo”, argumentos que fazem alusão ao atual presidente da república. Como também, questionamento sobre a eficiência, efetividade e eficácia da política ambiental da Amazônia, “quem está tocando fogo na Amazônia são os milicianos”. Além de críticas sobre o teto de gastos, “teto de gastos é uma ficção fraudulenta”. Certamente, para tais discursos é evidente que são opiniões ao governo federal.

Por conseguinte, os balões dispostos do lado direito denotam o discurso de direita, salienta-se, assim, as seguintes frases: “é a luta do bem contra o mal” e “tá na cara que vai botar abortistas no STF”, nesse caso, segundo o discurso, representa a ideia de que os governantes da esquerda não possuem valores cristãos, por outro lado, indica que o candidato e atual presidente, seria a pessoa mais indicada para perpetuar valores baseados na vida cristã e familiar no Brasil. Mediante o exposto, outras duas frases fazem referência ao descompasso do debate, tais como: “o povo não quer governo que só lhe dê ‘churrasquinho de gato’” e “picanha e cerveja não vão cair do céu”, tais enunciados sugerem o desleixo dos apoiadores da esquerda quanto ao trabalho, como também fazem uma crítica ao governo anterior, o qual criou auxílio para transferência de rendas às famílias com vulnerabilidade.

Cabe retomar, ainda, o uso das cores nos balões, certamente, a revista tinha como propósito chamar a atenção para as diversas opiniões existentes na sociedade.

Nesse caso, por meio da escolha visual é primordial oferecer elementos para uma discussão teórica, assim sendo, segundo a perspectiva de Fischer, expor um enunciado é analisá-lo como um objeto essencial na constituição discursiva, isto é, entendê-lo como um acontecimento vivo. Desta maneira, a apresentação da capa da revista *Veja* retrata os debates virtuais, pois é o espaço comumente usado pela sociedade para expor sua argumentação. “Ora, a mídia, ao mesmo tempo que é um lugar de onde várias instituições e sujeitos falam – como veículo de divulgação e circulação dos discursos considerados ‘verdadeiros’ em nossa sociedade -, também se impõe como criadora de um discurso próprio” (FISCHER, 2001, p. 212).

Vale mencionar, ainda, que a revista *Veja* escolhe apenas elucidar o cenário nas redes sociais, dentre muitos aspectos que contribuem para o debate, por exemplo, o terreno fértil de argumentação que existe na universidade e nas escolas. Sem dúvida, nota-se, assim, uma representação precária da análise do cenário brasileiro, pois as redes sociais não se legitimam espaço adequado para a argumentação, detenhamos, pois, no papel que as redes sociais operam hoje na sociedade, quer dizer, permite o compartilhamento de informações entre pessoas ou empresas.

Diante disso, segundo a missão da empresa Meta, responsável pelo gerenciamento de duas das principais plataformas de mídias sociais atuais, Facebook e Instagram, o objetivo é “dar às pessoas o poder de criar comunidades e aproximar o mundo” (META, 2022), não obstante, no site da empresa ainda há os dizeres “com os nossos produtos, mais de três bilhões de pessoas no mundo todo podem compartilhar ideias, apoiar causas e fazer a diferença” (META, 2022). Com efeito, vale a ênfase, de entender que a função das redes sociais é promover a conexão entre pessoas de todo mundo, as quais compartilham dos mesmos interesses e opiniões, assim, embora as redes sociais possibilitem que todos tenham voz, tal como evidenciado, o foco não é o debate, de um ponto de vista teórico, a verdadeira função é apenas conectar pessoas que pensam da mesma forma.

Por fim, no final da página, a revista expõe, com mais clareza, o alvo de seu discurso, com o seguinte enunciado: “Até agora, a campanha presidencial mais longa da história tem sido marcada por recordes de ataques entre adversários e pela ausência

de propostas concretas para os grandes e complexos problemas do país”. Neste enunciado, a *Veja* faz um panorama das eleições do ano de 2018 com o atual momento, assim, a revista, propositalmente ou não, indica que a campanha do atual governo continuou até as eleições de 2022, além de explicitar os debates entre esquerda-direita dos últimos 4 anos e a falta de propostas concretas para problemáticas urgentes do país.

São perceptíveis, ainda, a ligação do contexto dos “complexos problemas do país” com o posicionamento em vermelho realizado pela *Veja*, assim apresentados: “inflação, desigualdade, educação e desemprego”, nota-se, neste enunciado, três palavras que representam as barreiras para o crescimento do país, “inflação, desigualdade e desemprego”, mas percebe-se a palavra “educação” como um dos graves problemas. Nesse sentido, é inquestionável os baixos investimentos no setor da educação, além dos problemas sociais que a atingem, apesar disso, a educação é uma das soluções para o cenário de igualdade e equidade.

Em síntese, sem ingenuidade, reconhece-se no enunciado da revista *Veja* objetivos discursivos pautados no entretenimento, ou seja, na comunicação voltada para o mercado de vendas de revistas e, conseqüentemente, anunciantes, pois se utilizam de discursos performáticos proeminentes elaborados para atender o sistema capitalista, o lucro. Nesse sentido, com base nas considerações apresentadas sobre a capa da revista *Veja*, objeto de análise deste artigo, valida-se importante nas perspectivas social e acadêmica mais estudos na AD aplicados no campo jornalístico-midiático, consoante as proposições constitutivas do discurso na sociedade, em que tais redes permitem descrever o saber e o poder investidos nas técnicas e práticas das relações sociais.

Conclusão

Para alcançar o objetivo deste estudo, foi proposto uma discussão com os elementos constitutivos da AD francesa, assim como uma reflexão a partir da historicidade da revista *Veja*, veículo de comunicação com temáticas do cotidiano da sociedade brasileira, e a análise da capa da revista publicada no dia 25 de maio de 2022.

Por essa razão, a proposta foi evidenciar a exposição da revista além do certo ou errado, mas na compreensão que o discurso é uma constituição da sociedade, portanto ele é vivo.

Além disso, evidenciou-se o contexto argumentativo da revista, o qual é pautado no entretenimento, bem como no lucro. Ademais, a *Veja* representa uma construção ideológica presente no cenário político-social, tanto através dos textos como das imagens, que interpelam significado ao receptor. Portanto, vale ressaltar, que o discurso estético tem a mesma capacidade ideológica que o verbal, contudo, com a vantagem de apropriar-se das emoções e sentidos.

Reforça-se, pois, com este debate mais um caminho do enunciado e seus diferentes significados no tempo, espaço, sociedade e indivíduo. Assim, no sentido mais acadêmico, torna-se necessário mais pesquisas fundamentadas na AD para compreender as relações sociais brasileiras, assim sendo, mais pesquisas poderão colaborar para elucidar a relação do discurso dos veículos de comunicação e seu impacto na sociedade contemporânea.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, H. H. N. **Analisando o discurso**. Museu da Língua Portuguesa. [online]. Disponível em: <https://museudalinguaportuguesa.org.br/wpcontent/uploads/2017/09/Analisando-o-discurso.pdf>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CASTRO, Marcelo de. Análise do Discurso no ensino de Língua Portuguesa: uma proposta a partir do gênero discursivo reportagem. In: BARROS, Cristiano Silva de; MARINS-COSTA, Elzimar Goettenauer. **Análise do discurso aplicada à educação linguística**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 107-133.

COELHO, C. N. P. e col. **A revista *Veja* e o movimento estudantil em 1968: entre o engajamento e o entretenimento**, Pernambuco, V. 26, n. 1, p. 138 – 154, 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24198/29059>. Acesso em: 06 de setembro de 2022.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretoria de Currículos e Educação Integral**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FISHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Caderno de Pesquisas**. [online]. 2001, n. 114, pp. 197-223. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742001000300009&script=sci_abstract&tlng=pt

FRANÇA, Renné Oliveira. **40 Anos em Revista: representações e memória social nas capas de veja**. 2011. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação Social, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Administrador/Desktop/artigo%20an%C3%A1lise%20do%20discurso/tese.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

GREGOLIN, M. do R. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, B. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 33-52.

MAINGUENEAU, Dominique. Alguns elementos da história. In: MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 15-21.

MAINGUENEAU, Dominique. A noção de discurso. In: MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 23-33.

META. Meta: <https://about.facebook.com/br/company-info/>. Acessado em: 05 de setembro de 2022.

ROCHA, D. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 619-632, set./dez. 2014.

Analysis of journalistic discourse: a case study in the proposal of Veja's magazine

ABSTRACT: Based on the concept of discursive practice, that is, the production of texts of a community, there is the need to work critically on interaction with language in mass media. In this sense, the aim of this article is to highlight the relationship between the text and the condition of production of Veja's magazine, published on May 25th, 2022.

Keywords: Discourse analysis. Performativity. Veja.

Envio em: 01 de dezembro de 2022.

Aceite em: 04 de janeiro de 2023.

ANEXO



Revista Veja publicada no dia 25 de maio de 2022.

Letramento literário: em busca da felicidade (nem tão) clandestina

*Juceli da Cruz Carneiro*⁷¹

*Thaís Reis de Assis*⁷²

*Valquíria Areal Carrizo*⁷³

RESUMO:

No presente trabalho, a partir do conto *Felicidade Clandestina*, discutiu-se a importância do letramento literário na escola no cenário pós-pandêmico, apresentou-se uma experiência de leitura com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública e rural, e concluiu-se que embora o lugar privilegiado de encontro com os livros, seja a família, a escola pode e deve também ser “cupido” desta história, despertando o encantamento pelo mundo da Literatura.

Palavras-chave: Educação. Letramento literário. Relato de experiência.

Introdução

1971: Uma *criança devoradora de livros* corre pelas ruas de Recife, sujeita-se à humilhação de voltar todos os dias e ouvir uma negativa, na ânsia de encontrar aquele livro *para se ficar vivendo com ele, comendo-o, dormindo-o*. 2022: Crianças e jovens, seduzidos pelas novidades tecnológicas, têm dificuldades de encontrar sentido nos livros e mesmo se recusam a ler. Da Literatura para a vida: quando a *felicidade clandestina* deixou de ser uma felicidade? Será possível despertar esse estado de encantamento pelos livros? Ser “cupido” desse encontro?

Essas e outras questões buscamos responder nesse artigo, no qual apontamos o letramento literário como caminho para o prazer da leitura e para recuperar o lugar da Literatura na escola, no contexto de pós-pandemia do Covid 19. Por que decidimos abordar esse tema? Tudo começa com uma experiência pessoal de “flechada”.

Nasci e cresci num ambiente rural, no ceio de uma família simples e pouco letrada. Não obstante a falta de livros em casa, as histórias fantasiosas fizeram parte de

⁷¹ Licenciada em Letras. Pós-graduanda em Ensino de Língua Portuguesa e suas Literaturas pelo Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, campus Muriaé. E-mail: juceli18@yahoo.com.br

⁷² Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé. <https://orcid.org/0000-0003-3211-9965>. E-mail: thaiss.assis@ifsudestemg.edu.br

⁷³ Doutora em Estudos de Linguagem - Universidade Federal Fluminense -UFF. (Ano de conclusão - 2019). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé. E-mail: valquiria.carrizo@ifsudestemg.edu.br

minha vida desde sempre, graças à habilidade de meu pai para contá-las. Quando ingressei na então 1ª série e comecei a ser alfabetizada, a Literatura descortinou-se diante de mim como um mundo fascinante. Minhas tardes eram recheadas de piratas, fadas, princesas, naufragos, múmias, e eu conheci o mundo através dos livros que pegava emprestados na biblioteca da escola.

A Literatura, desde então, vive comigo: é meu lugar de descanso, de encantamento, de reflexão, de inquietação, de crítica (e autocrítica). A Literatura é também meu objeto de ensino. A faculdade de Letras, que fiz posteriormente, agregou ao gosto empírico as bases teóricas de minha profissão.

Quando li o conto *Felicidade clandestina*, de Clarice Lispector, encantei-me e identifiquei-me muito com a personagem, já que eu também vivera aquela relação de busca pelos livros, de amor, de êxtase, de felicidade, provocada por eles; e como professora, desejei ajudar a outros nesse encontro, ser cupido dessa felicidade (nem tão) clandestina.

Em minha experiência docente, contudo, sinto o pouco espaço que a escola destina às atividades literárias e a urgência de retomar esse lugar, sobretudo agora, nesse contexto de pós-pandemia do Covid 19.

Meus alunos voltam à escola depois de um ano e meio em casa, sem nenhum tipo de referência de leitura. A maior parte dos pais têm somente a formação primária ou o Ensino Fundamental completo, são trabalhadores rurais, alguns até com bom nível socioeconômico, mas não são leitores e oferecem pouco incentivo aos filhos quanto à aquisição do conhecimento escolar.

O presente trabalho nasce então como resultado de uma trajetória pessoal de amor à Literatura e de investigações acadêmicas que visam à melhoria de práticas docentes, no que tange à formação de novos leitores.

Ao longo dessas páginas, além de discutir sobre letramento literário e sua importância na escola no cenário pós-pandêmico, vamos analisar o conto *Felicidade clandestina* de Clarice Lispector e apresentar um relato de experiência – intento de letramento literário com uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública, localizada em ambiente rural.

Vejamos então o que nos dizem nossos referenciais bibliográficos.

Fundamentação teórica

Conto de Clarice Lispector, *Felicidade clandestina*, publicado em 1971, em livro homônimo, mostra uma menina que deseja muito ler o livro *Reinações de Narizinho* e como não possui meios de comprá-lo, vira refém de uma colega de classe, filha do dono de uma livraria, que a faz ir repetidas vezes à sua casa, enganando-a para não emprestar o livro. Quando enfim consegue tê-lo em mãos – graças à intervenção da mãe da garota – vive com ele uma experiência marcante: “às vezes sentava-me na rede, balançando-me com o livro aberto no colo, sem tocá-lo, em êxtase puríssimo. Não era mais uma menina com um livro: era uma mulher com seu amante.” (LISPECTOR, 1998, p.8)

Seria essa, de fato, a experiência do leitor, nas palavras de Rildo Cosson (2009): “a literatura é uma experiência a ser realizada. É mais que um conhecimento a ser reelaborado, ela é a incorporação do outro em mim sem renúncia da minha própria identidade” (p. 17). Nesse mesmo sentido, Andruetto (2012) diz “ocorre com alguns livros: abrem em nós uma fenda que não nos permite esquecê-los”. (p. 35) e ainda salienta que: “um bom livro é um livro capaz de ficar em nós, em nossos corações, como ficam as pessoas que amamos” (ANDRUETTO, 2012, p. 132) O fato de ser experiência, contudo, não exime a literatura de ser algo “ensinável”. É o que defende Cosson em seu *“Letramento Literário: teoria e prática”*. Segundo o autor, nós podemos aprender a ler Literatura. Se é algo a ser ensinado, podemos questionar-nos: ensinado por quem? De quem é a responsabilidade de promover o letramento literário?

Essa é uma questão importante. Ana Maria Machado em seu livro *Como e por que ler os clássicos universais desde cedo* deixa claro que a prerrogativa de introduzir a nova geração na atividade de leitura pertence aos pais:

(...) não custa nada dar quinze minutos a um filho, para compartilhar um tesouro humano – a criança ou adolescente merecem essa atenção de qualidade. Basta ler junto e conversar. Será igualmente inesquecível para o ouvinte. Uma experiência marcante que o tempo não conseguirá destruir. Ouvir contar e sentir que aquela leitura é um presente, uma iniciação a algo precioso, um ato de amor. (2002, p.33).

Pensar que o Letramento Literário começa em casa coloca-nos frente a uma delicada situação. Ler livros literários não é um hábito enraizado na cultura brasileira. De acordo com Regina Zilberman, no livro *A leitura e o ensino de Literatura*,

No Brasil, o nível de consumo de material impresso – isto é, o nível de leitura – sempre foi baixo. A elevada taxa de analfabetismo até pouco tempo atrás, o reduzido poder aquisitivo de boa parte da população, a ausência de uma política cultural contínua e eficiente, a influência cada vez maior dos meios audiovisuais de comunicação de massa – eis alguns dos fatores relacionados ao problema tornando-o ainda mais agudo (ZILBERMAN, 2012, p. 7).

Numa análise muito interessante, a mesma autora observa que no Brasil,

Passou-se da primazia da cultura oral, própria às regiões economicamente vinculadas à agricultura e à pecuária, à dominação dos *media* eletrônicos, sem terem sido experimentados os fenômenos de escolarização coletiva, organização do público leitor e divulgação da leitura, ocorridos à época da Revolução Industrial, a partir do século XVIII europeu (ZILBERMAN, 2012, p. 8).

De modo que em nosso país nunca tivemos um momento da leitura, um contexto histórico social que permitisse o afloramento de um grande número de leitores. Esses sempre foram poucos e pertenceram a um setor privilegiado. Para os demais, a leitura, quando houve, sempre foi *clandestina*.

Zilberman, no supracitado livro, faz um resgate histórico do ensino de Literatura na escola brasileira, passando pelos diversos períodos e concepções que nortearam esse ensino, e conclui que

a escola é o lugar onde se aprende a ler e a escrever, conhece-se a literatura e desenvolve-se o gosto de ler. Se esses objetivos não se concretizam, ocorrem dificuldades que rapidamente se refletem na área cultural, mas que precisam ser sanadas com a ajuda da educação (ZILBERMAN, 2012, p. 9).

Cosson (2009) também faz muita ênfase no papel do professor quanto ao ato de ensinar a ler Literatura, o que chamamos de Letramento Literário:

Os livros, como os fatos, jamais falam por si mesmos. O que os fazem falar são os mecanismos de interpretação que usamos e grande parte deles são aprendidos na escola. Depois, a leitura literária que a escola objetiva processar visa mais que simplesmente ao entretenimento que a leitura de fruição proporciona. No ambiente escolar, a leitura é um lócus de conhecimento e, para que funcione como tal, convém ser explorada de maneira adequada (COSSON, 2009, p. 26).

Depreende-se então o papel primordial da escola. Para muitas crianças, a escola será o primeiro – e talvez único – lugar onde terá contato com a Literatura. Segundo as

palavras de Cosson citadas acima, no entanto, não basta oferecer o livro, é necessário ensinar a ler o texto literário.

Como fazer isso sem que a atividade se transforme em um enfadonho exercício escolar e perca o prazer, o encantamento, a capacidade de surpreender e levar o leitor a se interrogar? Segundo Andruetto (2012), “a literatura é, basicamente, uma interrogação sobre o mundo” (p. 119). E ainda, “a experiência da leitura (como da escrita) é um dos últimos redutos de liberdade que o homem tem” (p.135). Como ensiná-la sem perder essa liberdade?

De acordo com Magda Soares (2011), a escolarização da literatura infantil e juvenil é inevitável e o que precisamos é encontrar a maneira mais adequada de fazer essa escolarização.

Cosson (2009) nos dá algumas pistas bastante interessantes a partir do que ele chamou de Sequência Básica e Sequência Expandida. Para ele, toda atividade de leitura precisa seguir quatro passos: motivação, introdução, leitura e interpretação. Ele organizou todos eles dentro de uma sequência, a partir da qual o professor apresenta o livro, organiza e acompanha a leitura dos alunos e os ajuda no processo de compreensão e interpretação.

O autor destaca, com especial ênfase, a motivação e a introdução “A leitura demanda uma preparação, uma antecipação, cujos mecanismos nos passam despercebidos porque nos parecerem muito naturais” (COSSON, 2009, p.54). Cosson também enfatiza o papel primordial dos mecanismos de interpretação. Segundo o referido autor, é fundamental um trabalho de registro pós-leitura, já que se trata de uma atividade de prazer e saber: “o importante é que o aluno tenha a oportunidade de fazer uma reflexão sobre a obra lida e externalizar essa reflexão de uma forma explícita, permitindo o estabelecimento do diálogo entre os leitores da comunidade escolar” (p.68).

Cosson justifica sua proposta de letramento literário a partir dos três tipos de aprendizagem que a Literatura nos proporciona: a aprendizagem da literatura, sobre a literatura e por meio da literatura. A primeira se trata do ato de experienciar o mundo por meio da palavra, a segunda envolve o conhecimento de história, teoria e crítica e

a última se refere aos saberes e habilidades que a prática da literatura proporciona a seus usuários.

Ao explicitar suas propostas, o autor assume que ao fazer um trabalho mais elaborado com o livro, o professor necessitará mais tempo e, portanto, serão poucas obras conhecidas ao longo do ano. A essa objeção, no entanto, ele contrapõe que

mais importante que a simples oposição entre quantidade e qualidade é a competência de leitura que o aluno desenvolve dentro do campo literário, levando-o a aprimorar a capacidade de interpretar e a sensibilidade de ler em um texto a techedura da cultura. É essa competência que se objetiva no letramento literário. (COSSON, 2009, p. 103).

Cosson (2009) centra sua reflexão no livro, como obra integral. Essa mesma posição é adotada por Regina Zilberman (2012) em capítulo intitulado *“Letramento literário: não ao texto, sim ao livro”*:

A Literatura é miniaturizada na condição de texto, e o livro, como representação material daquela, desaparece, a não ser quando substituído pelo próprio livro didático, exemplar único a espelhar, na sua fragmentação, a categoria geral e uma classe de produtos. (ZILBERMAN, 2012, p. 186).

A autora chama-nos a atenção para realizar um trabalho com o livro e não com textos soltos, fragmentados. Segundo ela, nesse sentido, o livro didático termina prestando um desserviço ao letramento literário:

A formação literária não leva ao mundo dos livros, e sim a simulacros, que se pertencem ao campo conceitual das letras, representam-no apenas parcialmente. O conceito de literatura aí proposta isola uma parte – o texto – do todo, o livro, produto material que congrega autor e obra, sociedade e mundo representado, cultura e economia. (ZILBERMAN, 2012, p. 186).

Compreende-se, portanto, que o ensino de Literatura que não tenha por base o livro, termina afirmando o processo de sacralização da Literatura como algo inalcançável e marginalizando o aluno, excluindo-o do contato com esse precioso tesouro, que será obtido apenas na *clandestinidade* pelas camadas sociais populares.

À luz dessas reflexões, passemos agora ao nosso relato. Como experienciamos esses saberes que a Teoria nos traz?

Relato de experiência

Em fevereiro de 2022, fiz meu primeiro contato com essa turma do 6º ano do Ensino Fundamental, com quem desenvolvo o trabalho que passarei a relatar. Esses alunos cursaram o quarto ano e a metade do quinto de forma remota, devido à pandemia do Covid 19. A escola é pública, municipal e situada na zona rural, num pequeno distrito, distante 30 quilômetros do ambiente urbano. A turma é composta por dez alunos.

Logo nas primeiras aulas, eram notórias as dificuldades que a pandemia nos havia deixado: alunos desmotivados, sem hábitos de estudo, sem nenhuma vontade de ler. Em face disso, percebi que não poderia simplesmente entregar um livro e pedir que lessem em casa, eu precisava viver com eles a experiência da leitura, ensiná-los a ler.

Criamos então uma rotina de leitura. Das cinco aulas que tínhamos, destinamos uma a essa atividade. O que ler? Precisava escolher uma obra que atendesse a alguns critérios: que houvesse um livro disponível para cada aluno, que tivesse uma linguagem acessível, que dialogasse de algum modo com a realidade dos estudantes e que, ao mesmo tempo, fosse plurissignificativa.

Analisando a pequena biblioteca da escola, encontrei vários exemplares do livro *Quem conta um conto aumenta um ponto* da autora Bel Assunção Azevedo (2018). Na obra, a autora cria pequenos contos e poemas a partir de ditados populares. A proposta era muito interessante porque dialogava com a oralidade do mundo rural, de onde provinham os alunos. No decorrer do trabalho, no entanto, surpreendi-me com o fato de que eles não entendiam aquelas metáforas que ouviam de seus pais e avós.

Ao longo de todo o primeiro bimestre, uma vez por semana, sentávamos em círculo para ler. Cada aluno lia em voz alta um trecho. Depois compartilhávamos o que havíamos entendido. A atividade que começou sem muito ânimo foi ganhando sentido e os estudantes já começavam a semana indagando quando iríamos ler. Fizemos da leitura um momento agradável, quebrando a rotina marcada por caderno, livro didático, lápis e borracha.

Ao longo do processo, pude constatar não apenas uma melhoria quanto à fluência da leitura/decodificação, mas também um progresso quanto à capacidade de perceber as entrelinhas, entender a plurissignificação da linguagem.

Terminado o livro, foi proposto aos alunos que escolhessem um dos ditados, podia ser o mais comum em sua família, e escrevessem uma história que o ilustrasse. Foram escolhidos ditados diversos: *quem não tem cão caça com gato*, *quem semeia vento colhe tempestade*, *de grão em grão a galinha enche o papo*, *quem tudo quer tudo perde*. E o resultado foi muito bom. Os alunos demonstraram através dos textos um domínio da linguagem metafórica.

Um exemplo disso foi uma aluna que a partir do ditado *Quem não tem cão caça com gato*, criou uma história divertida que envolvia os ciúmes de uma madrasta com sua enteada, rasgando-lhe o vestido e a criatividade da moça em fazer de um simples lençol uma fantástica vestimenta.

Quando iniciamos o segundo bimestre, os estudantes perguntaram-me pela atividade de leitura e então, já contando com o desejo deles de lerem, demos um passo a mais no processo. A leitura não seria mais feita na sala de aula. Os alunos leriam em casa e teríamos momentos para comentar as obras na escola. Nesse momento, não era determinante que se tratasse do mesmo livro, o que me deu mais liberdade de escolha.

Como estava estudando Ana Maria Machado (2002) na Especialização em Língua Portuguesa e suas Literaturas (oferecida pelo Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais) e refletindo sobre a importância de se ler os Clássicos desde cedo, vasculhei a Biblioteca em busca de adaptações das grandes obras. Tive a sorte de encontrar versões interessantes de *O mágico de Oz*, *As aventuras de Tom Sawyer*, *Robinson Crusóé*, *Dom Quixote*. A experiência foi muito boa. Tive uma aluna que leu o livro todo em um fim de semana, porque disse que não conseguia parar com a leitura. Concluído esse tempo individual, os alunos compartilharam em sala de aula sobre os livros e suas impressões (Fig.1).



Fig. 1: Alunos da turma do 6º ano do Ensino Fundamental compartilham a leitura das versões de algumas obras clássicas da Literatura.

Como atividade escrita, os alunos construíram um poema sobre o livro. A seguir um trecho de um texto sobre *As aventuras de Tom Sawyer*:

Era uma vez um menino bagunceiro
 Um menino muito arteiro!
 Um menino bem levado
 Se metia em cada confusão
 Que se eu te contar
 Vai ficar impressionado
 Ele morava com sua tia Polly (...)

O processo realizado contribuiu para que os alunos se apropriassem da atividade de leitura, aprendessem a realizá-la e encontrassem nela um sentido.

Considerações finais

O lugar privilegiado para se ter contato com o mundo da Literatura e se encantar com ele é o espaço familiar, e o tempo, é o mais cedo possível. Dadas, no entanto, as conjunturas socioeconômicas e políticas de nosso país, e frente ao fato de muitos pais estarem pouco preparados para assumir esse papel de “cupido”, a escola acaba por ocupar um lugar importantíssimo nesse processo.

A Literatura, enquanto experiência pessoal, *solitária* de encantamento, de aprendizado pode e deve ser ensinada também na escola. Para muitos alunos, esse será o lugar de seu encontro com os livros. Daí a responsabilidade de professores, sobretudo os de Língua Portuguesa, em ensinarem, conduzirem, possibilitarem um encontro

gradativo, frutífero e feliz com a leitura, dando visibilidade para a troca de experiências entre professores e estudantes.

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar essa temática, mas sim de mostrar a partir das discussões teóricas e de nosso trabalho em sala de aula, que o Letramento Literário é o caminho para se conseguir, que a experiência de felicidade, produzida pela leitura, não seja exclusividade de alguns poucos privilegiados, mas sim uma experiência *solidária* e já não tão “clandestina”.

Referências bibliográficas

ANDRUETTO, María Teresa. *Algumas questões em torno do cânone*. In: ANDRUETTO, María Teresa. **Por uma literatura sem adjetivos**. Trad. Carmem Cacciacarro. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012, p. 32-51.

ANDRUETTO, María Teresa. *Os valores e O valor correm atrás do próprio rabo*. In: ANDRUETTO, María Teresa. **Por uma literatura sem adjetivos**. Trad. Carmem Cacciacarro. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012, p. 112-137.

AZEVEDO, Bel Assunção. **Quem conta um conto aumenta um ponto: histórias criadas a partir de ditados populares**. 2.ed.- Belo Horizonte: Editora Gutemberg, 2018.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.

LISPECTOR, CLARICE. **Felicidade clandestina**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos desde cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da Literatura**. São Paulo: Contexto, 1988.

Literary literacy: in search for (not so) clandestine happiness

Abstract: In the present paper, based on the tale *Felicidade Clandestina*, it was discussed the importance of literary literacy at school in the post-pandemic scenario, a reading experience was presented with students in the 6th grade of Elementary School in a public and rural school, and it was concluded that although the privileged place of encounter with books is the family, the school can and should also be the “cupid” of this story, awakening the enchantment for the Literature’s world.

Keywords: Education. Literary literacy. Experience Report.

Enviado em: 06 de dezembro de 2022.

Aceite em: 04 de janeiro de 2023.